TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2º TRIMESTRE DE 2013

JULHO – 2013

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA
COMPOSIÇÃO

TRIBUNAL PLENO

Cons. ZILTON ROCHA – Presidente
Cons. INALDO DA PAIXÃO SANTOS ARAÚJO – Vice-Presidente
Cons. FILEMON NETO MATOS – Corregedor
Cons. PEDRO HENRIQUE LINO DE SOUZA
Cons. ANTONIO HONORATO DE CASTRO NETO
Cons. GILDÁSIO PENEDO FILHO
Cons. CAROLINA MATOS ALVES COSTA (a partir de 25/05/2013)
Cons. na vacância ALMIR PEREIRA DA SILVA (Vacante de 07/03/2013 a 23/04/2013)

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE/BA

MAURÍCIO CALEFFI – Procurador Geral
DANILO FERREIRA ANDRADE – Procurador
MARCEL SIQUEIRA SANTOS – Procurador

PROCURADORA ASSISTENTE DO NÚCLEO DE ATUAÇÃO DA PGE JUNTO AO TCE/BA

LUCIANE ROSA CRODA

PRIMEIRA CÂMARA

Cons. ANTONIO HONORATO DE CASTRO NETO – Presidente
Cons. FILEMON NETO MATOS
Cons. CAROLINA MATOS ALVES COSTA
Cons. na vacância ALMIR PEREIRA DA SILVA (Vacante de 07/03/2013 a 23/04/2013)

SEGUNDA CÂMARA

Cons. PEDRO HENRIQUE LINO DE SOUZA – Presidente
Cons. INALDO DA PAIXÃO SANTOS ARAÚJO
Cons. GILDÁSIO PENEDO FILHO

SUBSTITUTOS DE CONSELHEIRO

ALMIR PEREIRA DA SILVA
JOSUÉ LIMA DE FRANÇA
LILIAN DAMASCENO FERREIRA SANTOS
PEDRO HUMBERTO TEIXEIRA BARRETO
SÉRGIO SPECTOR
VIVALDO EVANGELISTA RIBEIRO

ÓRGÃOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

Superintendente Técnico
PAULO HENRIQUE NUNES NEVES DA ROCHA

Secretário Geral
MARIA DO CARMO GALVÃO DO AMARAL

Diretor Administrativo e Financeiro
HENRIQUE PEREIRA SANTOS FILHO

Chefe de Gabinete da Presidência
NELSON JOSÉ DO CARMO (até 03/06/2013)
GUSTAVO MIGUEL QUADROS VASCONCELOS FARIAS (a partir de 04/06/2013)

Diretora do Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo
IVONETE DIONIZIO DE LIMA

Ouvidor
PAULO SÉRGIO PACHECO DE FIGUEIREDO

Chefe da Assessoria Técnico-Jurídica
ALBERTO LUIZ TELLES SOARES

Chefe da Auditoria Interna
ANTONIO GERALDO CONCEIÇÃO BRAGA

Inspetor de Finanças
GUILHERME PRATA SAMPAIO

Coordenadores de Controle Externo
FÁTIMA MONTEIRO BARRETO
MÁRCIA DA SILVA SAMPAIO CERQUEIRA
JOSÉ RAIMUNDO BASTOS DE AGUIAR
ANTÔNIO LUIZ CARNEIRO
MARCOS ANDRÉ SAMPAIO DE MATOS
RAQUEL LEDA CORDEIRO CAPISTRANO

Coordenador de Projetos Especiais
MARIA SALETE SILVA OLIVEIRA

Diretor Geral do CEDASC
EDMILSON SANTOS GALIZA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA
MISSÃO, VISÃO DE FUTURO E VALORES

MISSÃO

Exercer o controle externo em benefício da sociedade, zelando pela regular gestão dos recursos públicos e contribuindo para a efetividade das políticas governamentais.

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecido pela sociedade como instituição essencial ao controle da gestão pública.

VALORES

Competência profissional
Ética
Independência
Transparência
Celeridade
Credibilidade
Comprometimento

UNIDADE RESPONSÁVEL

Superintendência Técnica
PAULO HENRIQUE NUNES NEVES DA ROCHA

Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo
IVONETE DIONIZIO DE LIMA

Gerência de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Institucional
ROSANA FERREIRA LIMA – Gerente
JOSENICE COELHO TEIXEIRA
NILZA MARIA AGUIAR

Internet: www.tce.ba.gov.br
4ª Avenida, 495, Plataforma V - Centro Administrativo da Bahia
Ed. Cons. Joaquim Batista Neves
Salvador/BA – CEP 41.750-300
Tel.: 31154610 e Fax: 31154609

Ouvidoria
Fone: 31154561
E-mail: ouvidoria@tce.ba.gov.br

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento à obrigação estabelecida no artigo 91, parágrafo 3º, da Constituição Estadual, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia encaminha à Augusta Assembleia Legislativa o Relatório de Atividades referente ao primeiro trimestre de 2013, contendo dados e informações acerca das deliberações do Tribunal Pleno e das Câmaras, acompanhamento das auditorias e da instrução de processos a cargo das unidades competentes, execução orçamentária e financeira do referido período, bem como realizações e projetos relacionados ao desenvolvimento e modernização institucional.

Essas e outras ações estão contempladas no presente Relatório, dispostas em quatro capítulos, nos quais se encontram apresentadas informações relativas à: competência, jurisdição e organização do TCE/BA; atividades de controle externo realizadas no exercício, tanto pelos órgãos deliberativos como pelos órgãos técnicos de fiscalização e auditoria; atividades de desenvolvimento institucional, inclusive na área de tecnologia da informação; e execução orçamentária e financeira.

Encontram-se disponíveis em dois dos quatro Apêndices deste Relatório todas as decisões do Tribunal Pleno em termos de Prestações de Contas (Apêndice A) e de Auditorias e Inspeções (Apêndice B).

O Relatório contempla, ainda, as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público Especial junto a este TCE e pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC), autarquia vinculada a este Órgão, assim como as informações que demonstram a execução orçamentária e financeira daquela Autarquia e do Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (FUNTCE).

Neste Relatório Trimestral de Atividades, apresenta-se o acompanhamento do Plano Estratégico (2010-2013) do TCE/BA, visando aumentar a divulgação dos resultados dos trabalhos e aperfeiçoar seus mecanismos internos de controle, sendo discriminadas as principais ações desenvolvidas, cumulativamente, nos exercícios de 2010 a 2013, em consonância com as diretrizes e objetivos estratégicos priorizados.

Destaque-se que, além de cumprir uma obrigação de natureza constitucional, o presente Relatório corresponde a um instrumento de promoção da transparência alusiva à gestão desta Instituição e de comunicação com a sociedade, demonstrando, de forma objetiva, os resultados do controle externo exercido pelo TCE/BA no âmbito da Administração Pública Estadual.

Salvador, 31 de julho de 2013.

ZILTON ROCHA
Conselheiro Presidente

RESUMO

As principais realizações do Tribunal de Contas do Estado da Bahia referentes ao segundo trimestre de 2013 estão apresentadas a seguir:

Controle Externo

Apreciação pelo Tribunal Pleno de 3 auditorias/inspeções (p.29,30,34 e 97).

Julgamento de 28 processos de prestação de contas da administração direta e indireta, ensejando 104 decisões, sendo: 45 aprovações, das quais 41 na íntegra, 53 aprovações com recomendações e/ou ressalvas; 9 recomendações e/ou ressalvas e multas; e 1 desaprovação. Foram apreciados/julgados 12 Relatórios de Atividades de secretarias e outros órgãos, sendo: 3 aprovados na íntegra; 8 aprovados com recomendações/ressalvas/observações; 1 arquivado (p.30,35;87 á 96).

Julgamento/apreciação de 2.263 processos pela Primeira Câmara, sendo 2.037 relativos a aposentadorias, 176 a transferências para reserva, 22 a reformas, 5 a pensões especiais, 2 atos admissão de pessoal (arquivamento) e 21 admissão de pessoal (registro) (p.40).

Julgamento/apreciação de 79 processos pela Segunda Câmara, sendo 43 prestações de contas de recursos estaduais atribuídos a municípios, 31 recursos estaduais atribuídos a entidades e instituições, 3 contas de responsáveis por adiantamento e 2 contratos (p.41 e 42).

Instrução, em andamento, pelas Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), de 22 prestações de contas de ordenadores de despesa e 31 prestações de contas de administradores. Foram instruídos, ainda, 16 processos de prestação de contas de recursos estaduais atribuídos a entidades, ONGs ou municípios, 47 diligências e 2 denúncia (p.45, 46 e 47).

Instrução de 3.393 processos relativos a atos de admissão de pessoal, aposentadoria, pensão, reforma, transferência para reserva, recurso, reclamação e pensão especial (p.46 e 46).

Conclusão da instrução de uma Prestação de Contas/Relatório de Atividades de Secretário de Estado (com 22 processos ainda a instruir). Instrução em andamento, 2 auditorias relativas aos exames do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF; 1 auditoria operacional; e 5 auditorias de despesa com pessoal. Concluída a instrução de 8 auditorias em projetos co-financiados com recursos externos. (p.49 e 50).

Aprovação das seguintes Resoluções Normativas:

- Resolução n.º 022/2013, de 23/04/2013, que aprova as avaliações de desempenho da Instituição, da equipe de trabalho e individual dos servidores do Tribunal de Contas do Estado da Bahia e do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologia,Referente ao exercício de 2012;
- Resolução n.º 026/2013, de 14/05/2013, que dispõe sobre a aprovação do Anteprojeto de Lei que altera dispositivos da Lei nº 7.879, de 29/06/2011;
- Resolução n.º 030/2013, de 21/05/2013, que dispõe sobre Programa de Estágio de Estudantes de Ensino Superior no âmbito do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (p..40).

Desenvolvimento Institucional

Composição nova do Tribunal Pleno do TCE/BA. Em razão da aposentadoria voluntária, do Conselheiro França Teixeira, o Auditor Almir Pereira da Silva foi eleito e empossado para assumir, provisoriamente a vaga do Conselheiro aposentado a partir de 07/03/ até 23/04/2013. Em 25/04/2005, a ex - procuradora do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA Carolina Matos Alves Costa tomou posse como Conselheira do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (p.52).

Apresentação, em 04/06/2013, do Relatório e Parecer Prévio das contas do Poder Executivo do Estado da Bahia, relativas ao exercício de 2012, dentro do prazo regimental, pelo Conselheiro Inaldo da Paixão Santos Araújo, quando foi efetuada a sua apreciação. Nesta mesma seção, o TCE/BA emitiu Parecer Prévio pela aprovação com recomendações das referidas Contas, por maioria de votos. O Relatório e o Parecer Prévio foram entregues ao Presidente da Assembléia Legislativa, em 11/06/2013, e encontra-se disponibilizados no Portal do TCE/BA: http//www.tce.ba.gov.br (p.53).

Participação do TCE/BA, nos seguintes eventos:

- O trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia- TCE/BA foi apresentado, dia 11/04/2013, durante o evento Diálogos Territoriais (p.53);

- No dia 22/04/2013, foi proferida palestra pela Procuradora do Estado Cleia Santos, presidente da Associação de Procuradores do Estado, sobre credenciamento no âmbito da Administração Pública Estadual (p.53);

- No período de 11 a 25/04/2013, os servidores e visitantes do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) puderam apreciar e prestigiar a Exposição Cultural Rota Maya(p.53);

- O Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Conselheiro Zilton Rocha, participou, dia 27/04/2013, do 1º Encontro Estadual de Educação Infantil (p.54);

- O Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Cons. Inaldo da Paixão Santos Araújo, foi condecorado, dia 03/05/2013, com a comenda de Contabilista Benemérito (p.54);

- Comissão formada por representantes do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) fez, dia 07/05/2013, uma visita de cortesia ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Conselheiro Zilton Rocha, ao Vice-Presidente, Conselheiro Inaldo da Paixão Santos Araújo, e a um grupo de auditores do TCE/BA (p54);

- O presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), Conselheiro Zilton Rocha, proferiu, dia 20/05/2013, palestra aos 24 representantes do Conselho Estadual de Educação; (p.54);

.

- O Presidente participou do XIII Congresso Brasileiro de Direito do Estado, que aconteceu de 22 a 24/05/2013 (p.55);

- A Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) apresentou, no dia 04/06/2013, ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) o resultado do monitoramento de Programas Governamentais, realizado pela Superintendência de Gestão e Avaliação (SGA) (p.55);

- O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) comemorou a Semana do Meio Ambiente nos dias 05 e 06/06/2013 (p.55);

- A Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE/AL), Conselheira Rosa Maria Ribeiro de Albuquerque, fez uma visita de cortesia ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA).(p.55);

Exame de 354 processos pelo Ministério Público Especial junto ao TCE/BA, no 2º trimestre de 2013, além do exercício de outras atividades (p.56).

Implementação de projetos especiais com vistas ao desenvolvimento institucional, destacando-se: o Projeto de Aperfeiçoamento e Sistematização do Processo Auditorial (ASPA); o Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT) e o SWAp Bahia (p.58 e 62).

Implementação de ações de educação corporativa, compreendendo a participação dos servidores do TCE/BA no Projeto Novos Saberes, com 11 incrições; cursos de Graduação e Pós-graduação com 6 beneficiados; evento externo, com 29 inscrições. Dois servidores do TCE/BA continuaram no curso promovido pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), sobre Direito de Infraestrutura Pública e Inclusão Social (p.64 e 67).

Execução de ações relativas à Tecnologia da Informação pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC) (p.67 a 73).

Recebimento pela Ouvidoria do TCE/BA de 49 manifestações, sendo 75,5,8% procedentes de servidores públicos. Todas foram devidamente tratadas, respondidas ou encaminhadas aos órgãos ou setores competentes (p.73 e 74).

Realização pela Auditoria Interna (AUDIT) do TCE/BA das seguintes atividades entre outras: auditoria operacional, em fase de monitoramento, no processo auditorial das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs); auditoria de regularidade no Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 1º quadrimestre de 2013; e auditoria operacional, em fase de monitoramento, na área de decisões condenatórias do Tribunal de Contas do Estado da Bahia – Títulos Executórios (p.74).

Em 27/05/2013 deu-se início ao processo de elaboração do Plano Estratégico do TCE/BA para o quadriênio 2014-2017 (p..57).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 Prestações de contas da administração direta julgadas
Quadro 2 Prestações de contas da administração indireta julgadas
Quadro 3 Relatórios de Atividades/Contas de Secretário/ apreciados/julgados
Quadro 4 Auditorias/inspeções apreciadas
Quadro 5 Áreas de atuação das CCEs
Quadro 6 Auditorias em projetos co-financiados com recursos externos
Quadro 7 Estágio de execução das auditorias em projetos co-financiados
Quadro 8 Estágio de execução das auditorias operacionais
Quadro 9 Estágio de execução das auditorias em despesa com pessoal
Quadro 10 Estágio de execução do acompanhamento de licitações, contratos e convênios
Quadro 11 Auditorias sobre o cumprimento das normas da LRF
Quadro 12 Relação dos órgãos
Quadro 13 Relatórios especificados
Quadro 14 Bolsas de estudo vigentes – Pós-graduação
Quadro 15 Eventos externos

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Jurisdicionados do TCE/BA
Tabela 2 Processos autuados
Tabela 3 Acórdãos e resoluções
Tabela 4 Matéria apreciada/julgada pelo Tribunal Pleno
Tabela 5 Decisões do Tribunal Pleno
Tabela 6 Processos apreciados/julgados pelas Câmaras
Tabela 7 Decisões da Segunda Câmara
Tabela 8 Condenações e sanções aplicadas
Tabela 9 Condenações e sanções recolhidas
Tabela 10 Instrução de processos/auditorias pelas CCEs
Tabela 11 Processos examinados pelo Ministério Público Especial junto ao TCE/BA
Tabela 12 Evolução da infraestrutura e das velocidades de conexão à rede corporativa do TCE/BA
Tabela 13 Tipos de demandas registradas
Tabela 14 Meios de contatos utilizados
Tabela 15 Perfil do demandante
Tabela 16 Recursos previstos e recebidos (TCE/BA)
Tabela 17 Detalhamento da despesa empenhada (TCE/BA)
Tabela 18 Detalhamento da despesa paga por projeto/atividade (TCE/BA)
Tabela 19 Detalhamento da despesa paga por grupo de despesa/elemento (TCE/BA)
Tabela 20 Despesas orçadas (FUNTCE)
Tabela 21 Detalhamento da receita realizada (FUNTCE)
Tabela 22 Disponibilidade financeira (FUNTCE)
Tabela 23 Movimentação financeira (FUNTCE)
Tabela 24 Despesa empenhada (CEDASC)
Tabela 25 Execução da despesa (CEDASC)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABO	Associação Brasileira de Odontologia
ABRACOM	Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios
ADAB	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
AGE	Auditoria Geral do Estado
AGERBA	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia
AGU/BA	Advocacia Geral da União da Bahia
ALBA	Assembleia Legislativa do Estado da Bahia
AM	Amazonas
ANOP	Auditoria de Natureza Operacional
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AOP	Auditoria Operacional
ASCOM	Assessoria de Comunicação
ASPA	Aperfeiçoamento e Sistematização do Processo Auditorial
ATEJ	Assessoria Técnico-Jurídica
ATRICON	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas
AUDIN	Sistema de Auditoria Informatizada
AUDIT	Auditoria Interna
BA	Bahia
BAHIAGÁS	Companhia de Gás da Bahia S/A
BAHIAPESCA	Bahia Pesca S/A
BAHIATURSA	Empresa de Turismo do Estado da Bahia S/A
BDA	Boletim de Dreito Administrativo
BI	*Business Intelligence*
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BR	Brasil
BSC	*Balanced Scorecard*
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CAF	Conselho de Administração e Fiscalização
CAOCIS	Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Cíveis e Fundações
CAOCRIM	Centro de apoio Operacional às Promotorias Criminais
CAOPJIJ	Centro de apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CBPM	Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
CCE	Coordenadoria de Controle Externo
CCEs	Coordenadorias de Controle Externo
CCOR	Colégio dos Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas
CCR	Comitê de Capacitação Regional
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CE	Ceará
CEAF	Centro de Estudos e aperfeiçoamento Profissional
CEAMA	Centro de apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Meio Ambiente
CEDASC	Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria
CEICE	Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo
CERB	Companhia de Engenharia Rural da Bahia
CET	Condições Especiais de Trabalho
CETEM	Centro de Estudos Temáticos de Administração Pública
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CG	Corregedoria Geral do Ministério Público
CGU	Controladoria Geral da União
CICAN	Centro Estadual de Oncologia
CIS	Centro Industrial do Subaé
CM	Coordenação de Modernização

CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COBIT	*Control Objectives for Information and Related Technology*
CODES	Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social Brasileiros
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONAGESP	Congresso Nacional de Gestão Pública
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CONINTER	Encontro Brasileiro para Capacitação de Controladores Internos e Externos
CONSAD	Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração
CONSOCIAL	Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social
CONSULTRE	Consultoria e Treinamento Ltda
COPE	Coordenadoria de Projetos Especiais
CORESAB	Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico
COSO	*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*
CP	Concorrência Pública
CP	Conselho Penitenciário
CPDR	Coordenação de Políticas do Desenvolvimento Regional
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPFs	Cadastros de Pessoas Físicas
CPR	Coordenação de Programas Regionais
CRC/BA	Conselho Regional de Contabilidade da Bahia
CREA/BA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia
CUT	Central Única de Trabalhadores
DA	Diretoria Administrativa
DAF	Diretoria de Administração e Finanças
DEPAT	Diretoria do Tesouro
DER	Documento Especial de Recolhimento
DERBA	Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia
DESENBAHIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DF	Distrito Federal
DG	Diretoria Geral
DIFIN	Diretoria de Finanças
DIRAF	Diretoria Administrativa e Financeira
DIRES	Diretoria Regional de Saúde
DOE	Diário Oficial do Estado
DOP	Diretoria de Orçamento Público
DPE	Defensória Pública do Estado
DPGO	Diretoria de Promoção e Gestão Orçamentária
EaD	Educação a Distância
EAESP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo
EBAL	Empresa Baiana de Alimentos S/A
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A
EGBA	Empresa Gráfica da Bahia
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A
e-PROC	Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos
ERB	Escritório de Representação do Governo em Brasília
ES	Espirito Santo
ESAF	Escola de Administração Fazendária
ESCOEX	Escola Superior de Controle Externo
EUA	Estados Unidos da América
EUROSAI	*European Organisation of Supreme Audit Institutions*
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FEAS	Fundo Estadual de Assistência Social
FECRIANÇA	Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente
FEHIS	FundoEstadual de Habitação de Interesse Social
FERFA	Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente
FERHBA	Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FIFA	*Fédération Internationale de Football Association*
FIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia
FISL	Fórum Internacional de Software Livre
FPC	Fundação Pedro Calmon
FPJ	Fundação Paulo Jackson
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
FUNDAC	Fundação Estadual da Criança e do Adolescente
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDESE	Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico
FUNPREV	Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos Estaduais
FUNSERV	Fundo de Custeio da Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais
FUNTCE	Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado da Bahia
FUNTEX	Fundação Médica e Educacional Professor Teixeira
GAO	Grupo Temático de Auditoria Operacional
GAP	Grupo Temático de Atos de Pessoal
GAP/PM	Gratificação de Atividade Policial Militar
GASEC	Gabinete do Secretário
GATI	Gerência de Auditoria em Tecnologia da Informação
GEARQ	Gerência de Arquivo e Microfilmagem
GEAV	Gerência de Avaliação de Desempenho
GEBID	Gerência de Biblioteca e Documentação
GEC	Grupo de Educação Corporativa
GECON	Gerência de Controle Processual
GEDAI	Gerência de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Institucional
GEDAP	Gerência de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Profissional
GEPAM	Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa
GGP	Grupo Temático de Gestão de Pessoas
GIQ	Gratificação à Melhoria da Qualidade de Assistência Médica
GO	Goiás
GPE	Gerência de Projetos Especiais
GRH	Gerência de Recursos Humanos
HAN	Hospital Ana Nery
HEMOBA	Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia
IAT	Instituto Anísio Teixeira
IBAMETRO	Instituto Baiano de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
IBDA	Instituto Brasileiro de Direito Administrativo
IBDP	Instituto Brasileiro de Direito Público
IBRADEP	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Comunicação, Capacitação Profissional e Empresarial
IBRAOP	Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas
ICMS	Índices de Participação dos Municípios no Produto da Arrecadação pelo Estado
IDF	*Intrusion Defense Firwall*
IEF	*Instituto de Estudios Fiscales*
IEHPA	*Instituto de Estudios sobre la Hacienda Pública de Andalucia*
IEPAP	Instituto de Estudos e Pesquisas na Administração Pública
IF	Inspetoria de Finanças
IFC	*International Finance Corporation*
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INTOSAI	Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPC	Instituto Plácido Castelo
IPM	Índice de Participação dos Municípios
IRB	Instituto Rui Barbosa
IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
ISC	Instituto Serzedello Corrêa
ITIL	*Information Technology Infrastructure Library*

JUCEB	Junta Comercial do Estado da Bahia
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LIMPURB	Empresa de Limpeza Urbana do Salvador
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LRs	Liberações de Recursos
MAUÁ	Instituto de Artesanato Visconde de Mauá
MG	Minas Gerais
MIRANTE	Sistema de Observação das Contas Públicas
MP	Ministério Público
MPC	Ministério Público Especial de Contas
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
NAGs	Normas Brasileiras de Auditoria Governamental
NBCs	Normas Brasileiras de Contabilidade
NIE	Núcleo de Informações Estratégicas
OLACEFS	Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores
ONGs	Organizações Não Governamentais
OS	Ordem de Serviço
PA	Pará
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDC	Plano Diretor da Copa
PE	Pernambuco
PETE	Programa Estadual de Transporte Escolar
PGDP	Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PGR/BA	Procuradoria da República no Estado da Bahia
PM/BA	Polícia Militar da Bahia
PME	Projeto Multiplicando Experiências
PMI	*Project Management Institute*
POA	Plano Operacional Anual
PPP	Parceria Público-Privada
PR	Paraná
PREMAR	Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias
PROCON	Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCONFINS	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia
PRODEB	Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia
PRODECAR	Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado do Estado da Bahia
PRODUZIR	Projeto de Redução da Pobreza Rural da Bahia
PROFIS	Procuradoria Fiscal
PROFORT	Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira
PROGREDIR	Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial do Estado da Bahia
PROMOEX	Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros
PVECE	Parcela Variável pelo Exercício do Controle Externo
RAE	Revista de Administração de Empresas
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
RFB	Receita Federal do Brasil
RITCE	Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
RTTC	Revista Técnica dos Tribunais de Contas
SAEB	Secretaria da Administração do Estado da Bahia
SAP	Superintendência de Assuntos Penais

SAS	Superintendência de Ação Social
SC	Santa Catarina
SCR	Sistema Corporativo
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia
SEAP	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização
SEBRAE/BA	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia
SEC	Secretaria da Educação do Estado da Bahia
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
SECOMP	Serviço de Compras
SECON	Serviço de Coordenação e Controle Técnico
SECOPA	Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia
SECULT	Secretaria de Cultura da Bahia
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia
SEDIR	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional da Bahia
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
SEG	Secretaria Geral
SEGIN	Sistema Secretaria Geral Informatizada
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia
SEINP	Secretaria Extraordinária da Indústria Naval e Portuária
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SEMARH	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
SEPLEN	Secretaria do Plenário
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia
SERIN	Secretaria de Relações Institucionais do Estado da Bahia
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SESAB	Secretaria da Saúde do Estado da Bahia
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado da Bahia
SFC	Superintendência de Políticas Florestal, Conservação e Biodiversidade
SFC	Secretaria Federal de Controle Interno
SGA	Sistema de Gerenciamento de Auditoria
SGP	Sistema de Gerenciamento da Programação
SGP	Superintendência de Gestão Pública
SGS	Sistema de Gerenciamento de Serviços
SIAV	Sistema de Avaliação Institucional
SICM	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia
SICOF	Sistema de Informações Contábeis, Orçamentárias e Financeiras
SICON	Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Familia
SIGAP	Sistema de Gestão de Gastos Públicos
SIM	Superintendência de Indústria e Mineração
SIMPAS	Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços do Estado da Bahia
SINAOP	Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas
SINPRO	Sindicato dos Professores
SIOPS	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde
SIPLAN	Sistema Informatizado de Planejamento
SIRH	Sistema Integrado de Recursos Humanos
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISFrota	Sistema de Gerenciamento de Frotas
SISPROT	Sistema de Protesto de Títulos da Dívida Ativa
SJCDH	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia
SPEI	Sistema de Prestação Eletrônica de Informações
SPM	Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado da Bahia
SPS	Superintendência de Políticas para a Sustentabilidade
SRH	Superintendência de Recursos Humanos
SSP	Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia

STF	Supremo Tribunal Federal
STFC	Serviço de Telefonia Fixa Comutada
SUCAB	Superintendência de Construções Administrativas da Bahia
SUDESB	Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia
SUDH	Superintendência deA poio e Defesa aos Direitos Humanos
SUDIC	Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial
SUINVEST	Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos
SUREGS	Superintendência de Gestão dos Sistemas e Regulação da Atenção á Saúde
SUSET	Superintendência de Serviços Turísticos
SUTEC	Superintendência Técnica
SWAp Bahia	Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia
TAG	Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública
TC	Tribunal de Contas
TC/DF	Tribunal de Contas do Distrito Federal
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCE/AM	Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
TCE/BA	Tribunal de Contas do Estado da Bahia
TCE/ES	Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
TCE/MG	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
TCE/MS	Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul
TCE/MT	Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso
TCE/PA	Tribunal de Contas do Estado do Pará
TCE/PE	Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
TCE/PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TCE/RJ	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TCE/RN	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte
TCE/RS	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
TCE/SC	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
TCE/TO	Tribunal de Contas do Estado de Tocantins
TCM	Tribunal de Contas dos Municípios
TCM/BA	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia
TCM/CE	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará
TCM/GO	Tribunal de Contas do Estado de Goiás
TCM/RJ	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro
TCs	Tribunais de Contas
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TJ	Tribunal de Justiça
TJ/BA	Tribunal de Justiça da Bahia
TO	Tocantins
TP	Tomada de Preço
TRE/BA	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
TRF	Tribunal Regional Federal
UC	Unidades de Conservação
UCIB	União das Controladorias Internas do Estado da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UEL	Unidade de Execução Local
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UGP	Unidade de Gestão do Programa
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNIFACS	Universidade Salvador
UNIJorge	Universidade Jorge Amado
USP/SP	Universidade Pontifícia Católica de São Paulo

SUMÁRIO

I COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCE/BA

1 COMPETÊNCIA 23
2 JURISDIÇÃO 23
3 ESTRUTURA 24

II CONTROLE EXTERNO

1 PROCESSOS AUTUADOS 27
2 DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL PLENO E DAS CÂMARAS 28
2.1 DECISÕES DO TRIBUNAL PLENO 29
2.1.1 Processos julgados/apreciados 29
2.1.2 Prestações de contas e outras auditorias 31
2.1.2.1 Prestações de contas 31
2.1.2.2 Auditorias/inspeções 35
2.1.3 Consultas e denúncias 36
2.1.3.1 Consultas 36
2.1.3.2 Denúncias 37
2.1.4 Resoluções Normativas 40
2.2 CÂMARAS 40
2.2.1 Decisões da Primeira Câmara 41
2.2.2 Decisões da Segunda Câmara 41
3 CONDENAÇÕES E SANÇÕES APLICADAS 42
4 ACOMPANHAMENTO DA PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIA 44
4.1 PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIA DE 2013 44
4.1.1 Auditoria em projetos co-financiados com recursos externos 47
4.1.2 Auditoria Operacional 49
4.1.3 Auditoria em despesa com pessoal 49
4.1.4 Acompanhamento de licitações, contratos e convênios 49
4.1.5 Auditoria sobre o cumprimento da LRF 50
4.1.6 Acompanhamento da execução orçamentária e financeira 51

III DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1 NOVA COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO 52
2 RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS 52
2.1 ENTREGA DO PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2012 À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 52
2.2 PROMOÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO TCE/BA EM EVENTOS 53
2.3 MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE/BA 56
3 ACOMPANHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DO TCE/BA (2010-2013) 57
4 ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO 2014-2017 57

5	**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**	**57**
6	**PROJETOS ESPECIAIS**	**58**
6.1	GERÊNCIA DE PROJETOS ESPECIAIS A (GPE A)	58
6.1.1	Projeto ASPA	58
6.1.2	Núcleo de Informações Estratégicas	58
6.1.3	Mapeamento e Redesenho de Processos Auditoriais	59
6.1.4	Revisão de Programas de Auditoria	59
6.1.5	Elaboração de Novos Programas	60
6.2	GERÊNCIA DE PROJETOS ESPECIAIS B (GPE B)	60
6.2.1	Projeto de Implementação do Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA)	60
6.3	GERÊNCIA DE PROJETOS ESPECIAIS C (GPE C)	61
6.3.1	Projeto Multiplicando Experiência	61
6.3.1.1	Acordo de Doação – Projeto Fortalecimento da Auditoria subnacional Brasileira (PROFORT)	61
6.3.2	SWAp Bahia	62
6.4	GERÊNCIA DE PROJETOS ESPECIAIS D (GPE D)	62
6.4.1	Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX)	62
6.4.1.1	Acompanhamento do Programa	63
6.4.2	Auditoria Operacional (AOP)	63
7	**EDUCAÇÃO CORPORATIVA**	**64**
7.1	CURSOS E EVENTOS INTERNOS	64
7.2	PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO COMPARTILHADA TCU-ISC/GRUPO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA IRB – PROMOEX	65
7.3	PROGRAMA DE INCENTIVO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	65
7.3.1	Bolsas de Pós-graduação *lato sensu* (Especialização)	65
7.3.2	Bolsas de Graduação	65
7.4	CONVÊNIO N.º 02/2012 ENTRE O TCE/BA E A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DA BAHIA (PGE)	65
7.5	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS	65
8	**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**	**67**
8.1	GOVERNANÇA EM TI	67
8.2	GESTÃO DE INFRAESTRUTURA	67
8.2.1	*Service Desk*	67
8.2.2	Reestruturação da solução de segurança de borda da rede do TCE/BA	67
8.2.3	Projeto de migração dos dados do Sistema SEGIN para área temporária	68
8.2.4	Participação do CEDASC no Congresso RTI DataCenters 2013 e visita ao DataCenter da Totvs	69
8.2.5	Ampliação de capacidade do *Switch Core*	69
8.2.6	Implantação do Grupo Gerador	69
8.2.7	Capacitação em bancos de dados	69
8.2.8	Monitoração banco de dados PROinfo	70
8.3	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	70
8.3.1	Suporte aos sistemas	70
8.3.2	Desenvolvimento de tecnologia da informação	71
8.3.2.1	Integração da ferramenta de *Business Intelligence*(BI) com o Sistema Mirante	71
8.3.2.1.1	Disponibilização da base de dados dos sistemas informacionais (TCM/BA)	71
8.3.2.1.2	Integração do Sistema Mirante com o Sistema Integrado de Planejamento,	71

	Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (FLIPAN)	
8.3.3	Desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento de frotas (SISFrota)	72
8.3.4	Sistema de Solicitações Administrativas (e-SOL)	72
8.4	APOIO EM TI ÀS AUDITORIAS DO TCE/BA	72
9	**OUVIDORIA**	**73**
10	**AUDITORIA INTERNA**	**74**
IV	**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**	
11	**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA**	**75**
11.1	ORÇAMENTO DO TCE/BA	75
11.2	QUADRO DE COTAS	75
11.3	DESPESA EMPENHADA	76
11.4	DESPESA PAGA	77
11.5	DÍVIDA FLUTUANTE	78
11.6	LICITAÇÕES, CONTRATAÇÕES E CONVÊNIOS	78
12	**FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TCE/BA (FUNTCE)**	**79**
12.1	ORÇAMENTO DO FUNTCE	79
12.2	RECEITA REALIZADA	80
12.3	DESPESA EMPENHADA	80
12.4	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	80
12.5	MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	81
13	**CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA AUDITORIA (CEDASC)**	**82**
13.1	ORÇAMENTO DO CEDASC	82
13.2	DESPESA EMPENHADA	82
13.3	DESPESA PAGA	83
13.4	LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIRETAS	84
APÊNDICES		**85**

I COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCE/BA

1 COMPETÊNCIA

A Constituição Estadual conferiu ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), em seu art. 91, a atribuição de auxiliar a Assembleia Legislativa no exercício do controle externo, com autonomia administrativa e independência funcional.

Compete ao Tribunal de Contas, dentre outras atribuições, elaborar relatório e emitir parecer prévio sobre as contas governamentais, julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos, assim como as concessões de aposentadoria, transferências para reserva, reforma e pensão, apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e dos procedimentos licitatórios, contratos, convênios, ajustes ou termos congêneres.

O Tribunal realiza auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, cabendo-lhe, ainda, responder a consultas sobre questões relativas a matéria sujeita à sua fiscalização e apurar denúncias acerca de irregularidades cometidas no âmbito da Administração Pública Estadual.

2 JURISDIÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) tem jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, sobre todas as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. A Tabela 1 demonstra o quantitativo de órgãos, entidades e fundos jurisdicionados, de acordo com as modificações na estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual promovidas pela Lei n.º 12.212/2011:

Tabela 1 – Jurisdicionados do TCE/BA

NATUREZA	QUANTIDADE
ADMINISTRAÇÃO DIRETA[1]	**36**
Órgãos[2]	34
Órgão em Regime Especial[3]	2
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	**43**
Autarquias	20
Fundações	6
Agência de Fomento – Soc. Economia Mista	1
Sociedades de Economia Mista	7
Empresas Públicas	6
Fundos	3
TOTAL	**79**

Fonte: SECON/SUTEC.

[1] O quantitativo é decorrente do agrupamento de unidades por Secretaria de Estado, órgãos diretamente subordinados ao Governador, Ministério Público e demais Poderes do Estado, em função da sistemática de consolidação das prestações de contas, aprovada pela Resolução n.° 63/2003 do TCE/BA.
[2] Secretarias, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público, Gabinete do Governador, Vice-Governadoria, Casa Civil, Casa Militar do Governador e Defensoria Pública.
[3] Polícia Militar e o Instituto Anísio Teixeira (IAT).

3 ESTRUTURA

O Tribunal de Contas possui como órgãos colegiados o Tribunal Pleno, a Primeira e a Segunda Câmaras, sendo integrado por sete Conselheiros nomeados pelo Governador do Estado e escolhidos na forma estabelecida na Constituição Estadual e na Lei Complementar n.º 005/1991.

Competem à Presidência as funções inerentes à direção da Casa e aos Conselheiros, além das suas atribuições judicantes, a supervisão das Coordenadorias de Controle Externo.

Atuam, junto ao TCE/BA, o Ministério Público Especial e a Procuradoria Geral do Estado, inclusive com a presença de seus representantes nas sessões plenárias.

O Tribunal de Contas dispõe de uma Secretaria Geral, que tem como objetivo o controle e a execução das atividades relativas ao trâmite de processos e ao fluxo de documentos e informações.

À Superintendência Técnica cabe a articulação entre as Coordenadorias de Controle Externo, visando à uniformização e sistematização de procedimentos, além de outras atividades relativas ao aperfeiçoamento do processo auditorial, através da coordenação dos trabalhos do Comitê de Auditoria.

Compete às seis Coordenadorias de Controle Externo a execução das auditorias, mediante a formação de equipes multidisciplinares, e à Coordenadoria de Projetos Especiais a prospecção de parcerias para o aprimoramento do controle externo, o monitoramento dos projetos especiais em implementação e a racionalização e o aperfeiçoamento da metodologia de auditoria.

O Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo - CEICE objetiva fomentar, apoiar e executar projetos e atividades nas áreas de desenvolvimento institucional e profissional, assim como elaborar o Plano Estratégico e orientar os processos de planejamento operacional e de avaliação de desempenho.

O TCE/BA conta, ainda, com a Assessoria Técnico-Jurídica, a Diretoria Administrativa e Financeira, a Inspetoria de Finanças, a Assessoria de Comunicação, a Ouvidoria e a Auditoria Interna.

A Ouvidoria atua como instrumento de comunicação entre o cidadão e o Tribunal de Contas, contribuindo para o fortalecimento do controle social.

O Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria - CEDASC, autarquia vinculada ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia, é responsável por estudos e pesquisas de novas tecnologias para o controle externo, prestando suporte técnico especializado ao processo auditorial e articulando-se com instituições públicas e privadas, com vistas ao aprimoramento da gestão pública.

Em 28/06/2006, foi sancionada a Lei Complementar n.º 27, que instituiu o Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (FUNTCE), com a finalidade de obter recursos para o aperfeiçoamento técnico-profissional do TCE/BA.

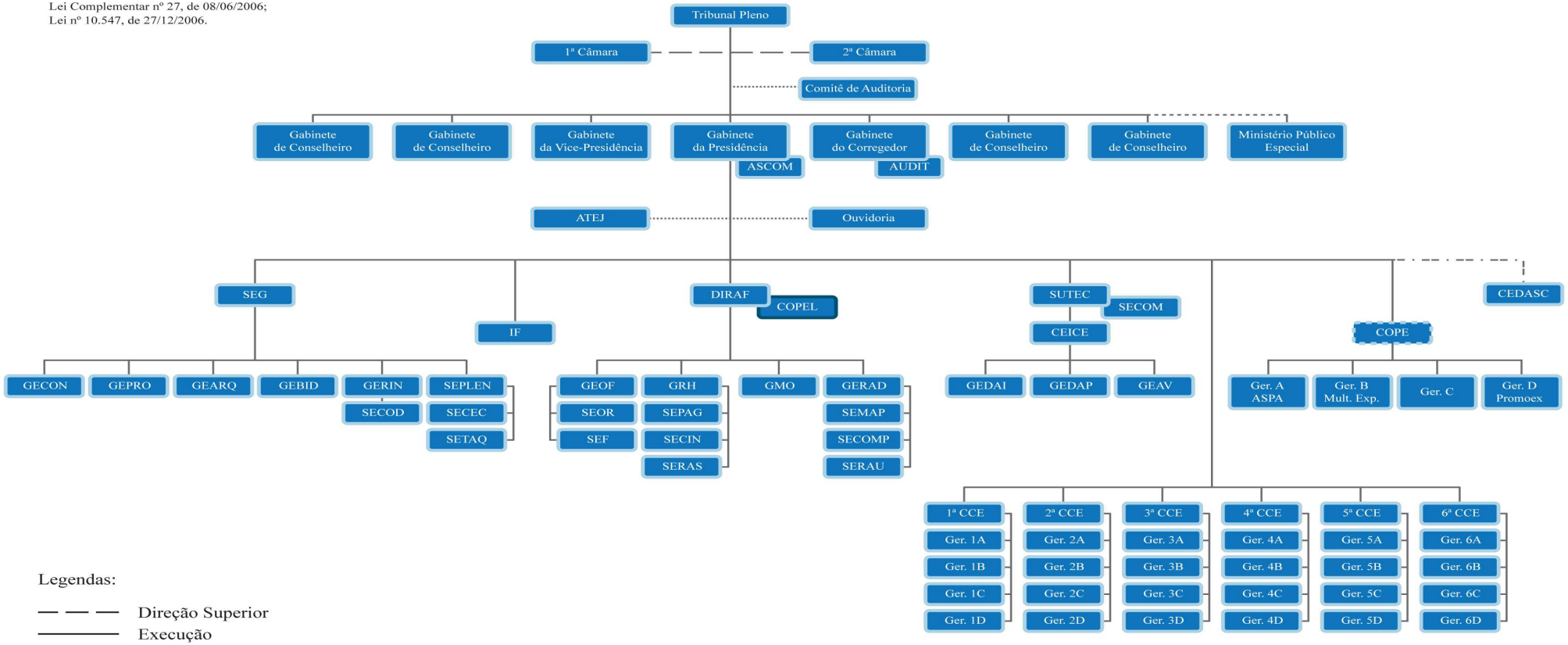
Conforme artigo 276 da Resolução n.º 98/2006, o Conselho Deliberativo do Fundo utilizará a estrutura administrativa do Tribunal de Contas para a materialização de suas atividades, contando com as seguintes funções: Supervisão Administrativa, Supervisão de Execução Orçamentária-Financeira e Supervisão Operacional.

O organograma do TCE/BA está apresentado na sequência.

TCE

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

BASE LEGAL:
Lei nº 7.879, de 29/06/2001;
Resolução nº 045, de 28/08/2001;
Lei Complementar nº 27, de 08/06/2006;
Lei nº 10.547, de 27/12/2006.



Legendas:

- Direção Superior
- Execução
- Assessoramento
- Independência Funcional
- Autaquia
- Comissão Permanente de Licitação
- Órgão a Formalizar

SUTEC 2012

II CONTROLE EXTERNO

1 PROCESSOS AUTUADOS

A Tabela 2 apresenta a quantidade de processos autuados, acumulada até o segundo trimestre de 2013:

Tabela 2 – Processos autuados

NATUREZA	QUANTIDADE 2º Trimestre
Prestação de Contas de Administrador e/ou Ordenador de Despesa	75
Tomada de Contas de Administrador e/ou Ordenador de Despesa	-
Relatório de Atividades de Secretário de Estado/Contas de Secretário	27
Prestação de Contas do Governo	1
Recurso	58
Embargos de Declaração	2
Matéria Administrativa	7
Auditoria e Inspeção	11
Consulta	2
Denúncia	11
Aposentadoria	2.419
Admissão de Pessoal	6
Transferência para Reserva e Reforma	204
Pensão Especial e Previdenciária	5
Despesa de Caráter Sigiloso	-
Tomada de Contas – Prefeituras, Entidades e Instituições	20
Comprovação/Prestação/Tomada de Contas Rec. Est. Atrib. a Ent.idades e Instit.ituições	41
Comprovação/Prestação/Tomada de Contas Rec. Est. Atrib. a Municípios	116
Comprovação/Prestação/Tomada de Contas – Adiantamento	1
Convênio	-
Contrato	2
Reclamação	2
Acompanhamento de Licitação	-
TOTAL	**3.010**

Fonte: Secretaria Geral/SEGIN.

Cabe ressaltar que do total de 3.010 processos autuados, no segundo trimestre de 2013, 80,37% foram de aposentadoria.

2 DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL PLENO E DAS CÂMARAS

As competências constitucionais e legais conferidas ao Tribunal de Contas concretizam-se com as decisões do Tribunal Pleno e das Câmaras, obedecendo ao que preceituam, respectivamente, os artigos 4º e 5º do seu Regimento Interno.

As deliberações do Tribunal Pleno e das Câmaras formalizam-se, nos termos do art. 100 do Regimento Interno, em acórdão, resolução, provimento e parecer prévio.

Os acórdãos representam deliberações de caráter jurisdicional para as matérias julgadas pelo Tribunal Pleno. As resoluções são representativas das apreciações, pelo Tribunal Pleno, de auditorias e inspeções, consultas, reclamações, denúncias, dentre outras, e também das decisões das Câmaras.

Durante o segundo trimestre de 2013, foram realizadas 23 sessões ordinárias e 1 especial do Tribunal Pleno, e 19 sessões das Câmaras, sendo 7 da Primeira e 12 da Segunda Câmara. O Tribunal Pleno e as Câmaras apreciaram e julgaram, neste trimestre, 182 processos, além de 3 moções.

A Tabela 3 sintetiza o quantitativo de acórdãos e resoluções proferidos em processos incluídos em pauta, no segundo trimestre de 2013:

Tabela 3 – Acórdãos e resoluções

COLEGIADO	2º TRIMESTRE	
	Acórdão	Resolução
Tribunal Pleno	143	39
Primeira Câmara	-	2.263
Segunda Câmara	-	79
TOTAL	**143**	**2.381**

Fonte: Secretaria Geral.; 1ª e 2ª Câmaras

As deliberações do Tribunal, assim como as atas das sessões, podem ser acessadas em: http://www.tce.ba.gov.br.

2.1 DECISÕES DO TRIBUNAL PLENO

Nas 23 sessões ordinárias realizadas pelo Tribunal Pleno, durante o segundo trimestre de 2013, foram apreciados/julgados 182 processos de matérias de sua competência, além de 3 moções, conforme demonstrado na Tabela 4, onde constam todas as matérias apreciadas/julgadas pelo Tribunal Pleno:

Tabela 4 – Matéria apreciada/julgada pelo Tribunal Pleno

NATUREZA	QUANTIDADE	Em Percentual
	2º Trim.	(%)
Prestação de Contas	28	15,38
Relatório de Atividades/Contas Secretário	12	6,59
Recurso/Embargo	103	56,59
Auditoria/Inspeção	3	1,65
Matéria Administrativa	7	3,85
Reclamação	10	5,50
Denúncia	11	6,04
Consulta	5	2,75
Diligência	3	1,65
SUBTOTAL	**182**	**100**
Moções	3	
TOTAL	**185**	

Fonte: Secretaria Geral.

2.1.1 Processos julgados/apreciados

As decisões do Tribunal de Contas referem-se, dentre outros, aos processos de prestação de contas, auditoria e inspeção. Nestes, o Tribunal realiza exames de várias naturezas – financeira, contábil, orçamentária, patrimonial, operacional, incluindo as auditorias em programas e sistemas governamentais, projetos co-financiados com recursos externos e na receita pública do Estado.

A Tabela 5 demonstra as decisões plenárias em matéria de prestação de contas de ordenadores de despesa, administradores e Relatórios de Atividades/Contas de Secretário, recursos, auditorias/inspeções, consultas, reclamações e denúncias, durante o segundo trimestre de 2013. Ressalte-se que na referida tabela não estão relacionadas às decisões sobre matérias administrativas nem as moções.

Tabela 5 – Decisões do Tribunal Pleno

DECISÃO	MATÉRIA							
	PRESTAÇÃO DE CONTAS	RELATÓRIO DE ATIVIDADES	RECURSO	AUDITORIA/ INSPEÇÃO	CONSULTA	RECLAMAÇÃO	DENÚNCIA	TOTAL
Aprovação	41	3	-	1	-	-	-	**45**
Aprovação com observações	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Aprovação c/ recomendação/ressalva/observação	-	8	-	-	-	-	-	**8**
Aprovação c/ recomendação e/ou ressalva	53	-	-	-	-	-	-	**53**
Aprovação c/ recomendação e/ou ressalva e multa	9	-	-	-	-	-	-	**9**
Suficiente	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Suficiente c/ observação	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Desaprovação c/ resp. financ. e multa	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Desaprovação	1	-	-	-	-	-	-	**1**
Desaprovação c/ multa	-	-	-	-	-	-		**-**
Arquivamento sem baixa de responsabilidade	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Conhecimento	-	-	4	-	2	-	2	**8**
Não-conhecimento	-	-	54	-	3	7	5	**69**
Provimento	-	-	21	-	-	-	1	**22**
Não-Provimento	-	-	18	-	-	1	-	**19**
Processar revisão de ofício	-	-	5	-	-	-	-	**5**
Provimento Parcial	-	-	2	-	-	-	-	**2**
Arquivamento	-	1	1	-	-	-	-	**2**
Decisão Interna	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Rejeição	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Improcedência	-	-	-	-	-	2	2	**4**
Diligência	-	-	-	-	-	-	-	**-**
Anexar prestação de contas	-	-	-	2	-	-	1	**3**
TOTAL	**104**	**12**	**105**	**3**	**5**	**10**	**11**	**250**

Fonte: Secretaria Geral.

2.1.2 Prestações de contas e outras auditorias

2.1.2.1 Prestações de contas

Das 28 prestações de contas do segundo trimestre de 2013, 17 processos se referem à administração indireta e 11, à administração direta do Estado (gerando 104 decisões, apresentadas na Tabela 5 e nos Quadros 1 e 2, por força da sistemática de consolidação das prestações de contas da administração direta em exames conjuntos[4]).

Quadro 1 – Prestações de contas da administração direta julgadas

ÓRGÃO	UNIDADE	EXERCÍCIO
2º TRIMESTRE		
Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (SEINFRA) *1 decisão*	Diretoria Geral (DG)	2008
Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional da Bahia (SEDIR) *4 decisões*	Gabinete do Secretario (GASEC) Diretoria de Administração e Finanças (DAF) Coordenação de Programas Regionais (CPR) Coordenação de Políticas do Desenvolvimento Regional (CPDR)	2009
Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR) *3 decisões*	Diretoria Geral (DG) Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico (CORESAB) Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS)	2010
Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR) *3 decisões*	Diretoria Geral (DG) Superintendência de Serviços Turísticos (SUSET) Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos (SUINVEST)	2010
Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia (SEDES) *5 decisões*	Diretoria Geral (DG) Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) Superintendência de Ação Social (SAS) Coordenação de Defesa Civil (CORDEC) Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FECRIANÇA)	2009
Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia (SEDES) *6 decisões*	Diretoria Geral (DG) Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) Superintendência de Ação Social (SAS) Coordenação de Defesa Civil (CORDEC) Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FECRIANÇA)	2010
Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia (SJCDH) *5 decisões*	Diretoria Geral (DG) Superintendência de Assuntos Penais (SAP) Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos (SUDH) Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) Conselho Penitenciário (CP)	2009

(continuação)

[4] O quantitativo considera a sistemática de consolidação das prestações de contas da administração direta, instituída pela Resolução n.º 63/2003.

ÓRGÃO	UNIDADE	EXERCÍCIO
	2º TRIMESTRE	
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB) *6 decisões*	Diretoria Administrativa (DA) 21ª Diretoria Regional de Saúde (DIRES) Centro Estadual de Oncologia (CICAN) 22ª Diretoria Regional de Saúde (DIRES) Hospital Regional de Vitória da Conquista Hospital Ana Nery (HAN)	2003
Ministério Público (MP) *15 decisões*	Diretoria Administrativa (DA) Superintendência de Gestão Administrativa (SGA) Diretoria de Promoção e Gestão Orçamentária (DPGO) Corregedoria Geral do Ministério Público (CG) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Cíveis e Fundações (CAOCIS) Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais (CAOCRIM) Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Profissional (CEAF) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor (CEACON) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Meio Ambiente (CEAMA) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude (CAOPJIJ) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Cidadania (CAOCI) Núcleo Mata Atlântica (NUMA) Promotoria de Justiça Regional de Vitória da Conquista (PJRVC) Defesa da Bacia do Rio São Francisco Fundo de Modernização do Ministério Público (FMMP)	2009
Ministério Público (MP) *15 decisões*	Superintendência de Gestão Administrativa (SGA) Diretoria de Promoção e Gestão Orçamentária (DPGO) Diretoria Administrativa (DA) Corregedoria Geral do Ministério Público (CG) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Cíveis e Fundações (CAOCIS) Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais (CAOCRIM) Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Profissional (CEAF) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor (CEACON) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Meio Ambiente (CEAMA) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude (CAOPJIJ) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Cidadania (CAOCI) Núcleo Mata Atlântica (NUMA)	2010

(continuação)

ÓRGÃO	UNIDADE	EXERCÍCIO
2º TRIMESTRE		
Ministério Público (MP)	Promotoria de Justiça Regional de Vitória da Conquista (PJRVC) Defesa da Bacia do Rio São Francisco Fundo de Modernização do Ministério Público (FMMP)	2010
Procuradoria Geral do Estado (PGE) *1 decisão*	Diretoria Diretoria Geral (DG)	2011

Fonte: Secretaria Geral

Quadro 2 – Prestações de contas da administração indireta julgadas

ENTIDADE	EXERCÍCIO
2º TRIMESTRE	
Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A - *4 decisões*	2009
Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (EMBASA)	2008
Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB)	2010
Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB)	2011
Instituto do Patrimônio Artístico e Cultura da Bahia (IPAC)	2010
Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia (HEMOBA)	2010
Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB)	2010
Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB)	2007
Superintendência de Desportos do Estado da Bahia (SUDESB)	2009
Instituto de Artesanato Visconde Maúa (MAÚA)	2010
Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB)	2009
Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ) - *11 decisões*	2008
Empresa de Habitação e Urbanização da Bahia S/A (URBIS)	2010
Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB)	2011
Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM): períodos de 08/01 a 07/05/2007, 07/05 a 31/12/2007, 08/01 a 31/12/2007, de 26 a 31/12/2007, 01.01 a 08.01/2007, 01/01 a 08/01/2007 – 6 *Decisões*	2007
Empresa Gráfica da Bahia (EGBA): períodos de 01/01/ a 27/11/2008, 01/31/05/2008, 01/06 a 31/12/2008, 28/11 a 31/12/2008 - *5 Decisões*	2008
Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) – *2 decisões*	2006

Fonte: Secretaria Geral.

Devido à sistemática de consolidação das prestações de contas da administração direta, o julgamento/apreciação dos 28 processos de prestação de contas supracitados (incluindo administração direta e indireta) gerou 104 decisões, relacionadas na Tabela 5, sendo 41 pela aprovação na íntegra, 53 pela aprovação com recomendação e/ou ressalva, 9 pela aprovação com recomendação e ou ressalva e multa, 1 pela desaprovação.

Foram também julgados 12 Relatórios de Atividades de Secretarias e outros órgãos, quais sejam:

Quadro 3 – Relatórios de Atividades/Contas de Secretário/ apreciados/julgados

ÓRGÃO	EXERCÍCIO	DELIBERAÇÃO
2º TRIMESTRE		
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia (SETRE)	2009	Aprovado
Secretaria de Relações Institucionais do Estado da Bahia (SERIN)	2011	Aprovado
Secretaria de Relações Institucionais Institucionais do Estado da Bahia (SERIN)	2010	Aprovado com recomendações
Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ)	2006	Aprovado com recomendações
Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH)	2007	Aprovado
Casa Militar do Governador	2010	Aprovado com ressalvas
Secretaria de Administração Penitenciaria e Ressocialização (SEAP)	2011	Aprovado com ressalvas
Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 (SECOPA)	2011	Aprovado
Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 (SECOPA)	2010	Arquivar
Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH)	2010	Aprovado
Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI)	2004	Aprovado com ressalvas
Secretaria de Comunicação Social (SECOM)	2011	Aprovado

Fonte: Secretaria Geral.

As prestações de contas e os relatórios de atividades julgados no segundo trimestre de 2013 encontram-se relacionados no Apêndice A deste Relatório, onde constam: número do processo, entidade/órgão/unidade, exercício, Conselheiro Relator, Conselheiro Revisor e deliberação.

2.1.2.2 Auditorias/inspeções

Atendendo ao que preceitua o art. 53, § 1º, da Resolução Regimental n.º 012/1993, do TCE/BA, foram apreciadas, no segundo trimestre de 2013, 3 auditorias/inspeções, conforme relacionado a seguir:

Quadro 4 – Auditorias/inspeções apreciadas

ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE/PROGRAMA/PROJETO	TOTAL
2º TRIMESTRE	
Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI)	3
Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A (EBDA)	
Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB)	

Fonte: Secretaria Geral.

As deliberações acerca dessas auditorias/inspeções estão descritas no Apêndice B deste Relatório, onde estão evidenciados: número do processo, entidade/órgão/unidade/programa/projeto, Conselheiro Relator e deliberação.

2.1.3 Consultas e denúncias

2.1.3.1 Consultas

As consultas formuladas e devidamente fundamentadas pelos chefes de Poder, dirigentes dos sistemas de controle interno de cada Poder, Secretários de Estado, dirigentes de órgãos e entidades da administração direta e indireta, relativas a matérias de competência deste Tribunal, têm prioridade de instrução pelos órgãos técnicos e de apreciação pelo Tribunal Pleno sobre as demais matérias da pauta da sessão. As decisões proferidas pelo Tribunal têm caráter normativo e força obrigatória, importando em prejulgamento. Durante o segundo trimestre de 2013, foi apreciado um processo de consulta.

Processo: TCE/001380/2012
Consulente: Marcos Airton Alves de Araújo
Resolução: 020/2013
Deliberação: Por maioria de votos, não conhecer do pleito por ter sido questionado por pessoa que não se reveste de legitimidade neste caso para tal fim, bem como por não serem as questões suscitadas enquadradas entre aquelas de competência desta Corte de Contas, determinando o envio de cópia dos autos ao TCM para que, caso entenda pertinente, responda ao Consulente.

Processo: TCE/007075/2012
Consulente: Raimundo Nonato Tavares da Silva
Resolução: 023/2013
Deliberação: À unanimidade, não conhecer da Consulta, pois o questionamento não se trata de dúvida na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, com fundamento no *caput* do art. 30 da Lei Complementar n.º 005/1991, bem como do *caput* e § 2º do art. 179 do Regimento Interno desta Corte de Contas.

Processo: TCE/001382/2012
Consulente: Carlos Alberto Lopes Brasileiro
Resolução: 036/2013
Deliberação: À unanimidade, fundamentado no *caput* do art. 30 da Lei Complementar n.º 005/1991, combinado com o *caput* e § 2º do art. 179 do Regimento Interno deste TCE, pelo não conhecimento da Consulta, por faltar um dos pressupostos legais de admissibilidade (indicação da dúvida na aplicação de dispositivos legais e regulamentares).

Processo: TCE/005538/2012
Consulente: Maria Célia Nery Padilha
Resolução: 037/2013
Deliberação: À unanimidade, pela admissibilidade da Consulta, por conter todos os requisitos legais e, no mérito, que seja dada a resposta ao Consulente, em tese, nos seguintes termos: em face do disposto na Lei Complementar n.º 26/2006, as modificações de cargos de carreira e dos serviços auxiliares da Defensória Pública do Estado (DPE) somente podem ocorrer através de Lei em sentido estrito.

Processo: TCE/007138/2012
Consulente: Maria Moraes de Carvalho Mota
Resolução: 038/2013

Deliberação: À unanimidade, fundamentado nas normas mencionadas nos Pareceres da Assessoria Técnico-Jurídica (ATEJ) e do Ministério Publico Especial de Contas(MPEC), às fls. 07 a 10 e 13 a 17, respectivamente, pela admissibilidade da Consulta, por conter todos os requisitos legais e, no mérito, que seja dada a resposta ao Consulente, em tese, nos seguintes termos: na forma do art. 176 da Lei Estadual n.º 9.433/2005, as parcelas de convênios devem ser liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto quando ocorrer, dentre outras situações legais, o inadimplemento da comprovação de boa e regular aplicação das parcelas anteriormente recebidas, hipótese em que as parcelas subsequentes devem ficar retidas até o saneamento da prestação de contas.

2.1.3.2 Denúncias

A qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é permitido apresentar denúncia sobre irregularidades referindo-se a administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da Administração. As denúncias devem ser circunstanciadas com a indicação precisa dos atos e fatos apontados e dos indícios a que se referem as ilegalidades e irregularidades.No segundo trimestre de 2013, foram apreciados cinco processos de denúncia.

Processo: TCE/003120/2008
Relator: Cons. Gildásio Penedo Filho
Denunciado: Fernando Gomes de Oliveira e Medisil Comercial Farmacêutica e Hospitalar Ltda.
Deliberação: À unanimidade, conhecer e julgar procedente da Denúncia, determinando: o apensamento desses autos ao processo TCE/002800/2008, pertinente à prestação de contas do Convênio 186/2006; a remessa de cópias da presente ao Ministério Público Estadual (MPE) que atua na Comarca de Itabuna; e que seja dado conhecimento da decisão ao Secretário da Saúde do Estado da Bahia.

Processo: TCE/006421/2012
Relator: Cons. Inaldo Araújo
Denunciado: Departamento de Infraestrutura do Estado da Bahia (DERBA)
Deliberação: À unanimidade, conhecer da Denúncia formulada pela empresa Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda., contra o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA), por supostas irregularidades no Edital de Concorrência n.º 013/2012, na forma prevista nos arts. 31 e 32 da Lei Complementar n.º 005/1991, combinado com o art. 184 do Regimento Interno desta Corte, e, no mérito, pela perda do objeto.

Processo: TCE/003557/2012
Relator: Cons. Inaldo Araújo
Denunciado: Manoel Santos Oliveira (Prefeito do Município de Nova Fátima)
Deliberação: Á unanimidade, conhecer do processo como Denúncia, nos termos dos arts. 31 e 32 da Lei Complementar n.º 005/1991, combinado com o art. 184 do Regimento Interno deste Tribunal e, no mérito, pela sua improcedência, em face de não restar comprovada a prática de ato doloso contrário às normas que regem a Contabilidade Pública.

Processo: TCE/004568/2012
Relator: Cons. Inaldo Araújo
Denunciado: Marcos Airton Alves de Araújo

Deliberação: À unanimidade, de acordo com o voto do Conselheiro Relator, conhecer da Denúncia, nos termos dos arts. 31 e 32 da Lei Complementar n.º 005/1991, e, no mérito, pela sua improcedência, diante da regularidade da primeira parcela do Convênio n.º 034/2010, até a data da apresentação da presente Denúncia, com a consequente remessa dos presentes autos, por meio magnético, à Coordenadoria competente, para fins de acompanhamento.

Processo: TCE/005088/2012
Relator: Cons. Inaldo Araújo
Denunciado: Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC)
Deliberação: À unanimidade, de acordo com o voto do Conselheiro Relator, não conhecer do processo como Denúncia, diante da ausência dos requisitos legais de admissibilidade previstos no art. 185 do Regimento Interno deste Tribunal, com a consequente remessa dos presentes autos, por meio magnético, à Coordenadoria de Controle Externo competente para, se for o caso, acompanhar os atos administrativos relativos à licitação e à contratação aqui referidas, nos termos do art. 188 do Regimento Interno.

Processo: TCE/007399/2012
Relator: Cons. Inaldo Araújo
Denunciado: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (URFB)
Deliberação: À unanimidade, de acordo com o voto do Conselheiro Relator, não conhecer do processo como Denúncia, por não versar sobre matéria da competência deste Tribunal, conforme exige o art. 32 da Lei Complementar n.º 005/1991, com a consequente remessa dos presentes autos, por meio magnético, ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Processo: TCE/001123/2013
Relator: Cons. Gildásio Penedo Filho
Denunciado: Governo do Estado da Bahia
Deliberação: Por maioria de votos, não conhecer da Denúncia, determinando o seu arquivamento.

Processo: TCE/001802/2012
Relator: Cons. Gildásio Penedo Filho
Denunciado: Orlando de Oliveira Filho e Álvaro Luiz Ferreira Santos
Deliberação: À unanimidade, não conhecer da Denúncia, face a sua inadequação como instrumento para impugnar decisões deste TCE, deixando também de processar o expediente como Recurso, porque evidente a falta de legitimação de Mardes Lima Monteiro de Almeida, – Prefeito de Buerarema, determinando o encaminhamento dos autos ao Ministério Público Especial de Contas(MPC), para sua elevada consideração quanto à possibilidade de intentar recurso.

Processo: TCE/005098/2009
Relator: Cons. Gildásio Penedo Filho
Denunciado: Ednei Mendonça, Djanira Rocha Batista, Luciana da Silva Queiroz, Maria Goretti Martins e Tatiane Santos Silva
Deliberação: Por maioria de votos, conhecer da Denúncia e, no mérito, julgá-la procedente, para determinar a sua anexação aos autos da prestação de contas consolidadas da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), processo TCE/000142/2010, e o encaminhamento de cópia destes autos ao Secretário da Educação, para adoção das providências cabíveis, no sentido da apuração dos fatos no âmbito administrativo.

Processo: TCE/007398/2012

Relator: Cons. Inaldo Araújo

Denunciado: Cogra Comércio de Máquinas Ltda., Golden Distribuidora, Officer Distribuidora e Repremig Informática

Deliberação: À unanimidade, não conhecer da Denúncia, por não versar sobre matéria da competência deste Tribunal, conforme exige o art. 32 da Lei Complementar nº. 005/1991, determinando a remessa dos autos à Coordenadoria competente, que poderá valer-se das suas informações para a realização de auditorias e inspeções na contratação da denunciada na forma do voto do Conselheiro Relator.

Processo: TCE/003838/2011

Relator: Cons. Inaldo Araújo

Denunciado: Edital nº 004/2011 da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia (SJCDH)

Deliberação: Por maioria de votos, de acordo com o voto do Conselheiro Relator, conhecer da Denúncia, conforme previsto nos arts. 31 e 32 da Lei Complementar n.º 005/1991, combinado com o art. 184 do Regimento Interno deste Tribunal e, por tratarem-se de objetos idênticos, sem adentrar ao mérito, determinar a juntada dos presentes autos ao processo de Admissão de Pessoal n.º TCE/004255/2011, em curso nesta Corte de Contas, oriundo da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia (SJCDH), em deferência ao princípio da legalidade e segurança jurídica. Decidiram ainda os Conselheiros recomendar que este Tribunal crie condições para tornar mais célere o cumprimento de liminares.

2.1.4 Resoluções Normativas

As resoluções de caráter normativo referem-se a disciplinamento de matéria sujeita à jurisdição do Tribunal, funcionamento e aprovação de regimento interno, além de matéria de natureza administrativa.

No segundo trimestre de 2013, foram aprovadas as seguintes resoluções normativas:

- Resolução n.º 022/2013, de 23/04/2013, que aprova as avaliações de desempenho da Instituição, da equipe de trabalho e individual dos servidores do Tribunal de Contas do Estado da Bahia e do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologia para a Auditoria (CEDASC), referente ao exercício de 2012.

- Resolução n.º 026/2013, de 14/05/2013, que dispõe sobre a aprovação do Anteprojeto de Lei que altera dispositivos da Lei n.º 7.879, de 29/06/2011.

- Resolução n.º 030/2013, de 21/05/2013, que dispõe sobre o Programa de Estágio de Estudantes de Ensino Superior no âmbito do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

2.2 CÂMARAS

No segundo trimestre de 2013, a Primeira e a Segunda Câmaras apreciaram e julgaram 2.421 processos, conforme destacado na Tabela 6:

Tabela 6 – Processos apreciados/julgados pelas Câmaras

CÂMARA/ NATUREZA DO PROCESSO	QUANTIDADE 2º Trim.
PRIMEIRA CÂMARA	**2.263**
Aposentadoria	2.037
Pensão Especial (concedendo registro)	5
Pensão Previdenciária (concedendo registro)	-
Atos de Admissão de Pessoal (registro)	21
Atos de Admissão de Pessoal (arquivamento)	2
Transferência para Reserva	176
Reforma	22
Diligência Externa	-
SEGUNDA CÂMARA	**79**
Prest. Contas Rec. Est. Atribuídos a Entidades e Instituições	31
Prest. Contas Rec. Estaduais Atribuídos a Municípios	43
Contas de Resp. por Adiantamento	3
Acompanhamento de Licitação	-
Contrato	2
Convênio	-
TOTAL	**2.421**

Fonte: Secretaria Geral.

2.2.1 Decisões da Primeira Câmara

Os 2.037 processos de aposentadoria apreciados/julgados pela Primeira Câmara no segundo trimestre de 2013 representam 90,0**%** do total de 2.263 processos, sendo: 1.667 considerados em conformidade com a lei; 12 legais ressalvada parcela referente ao adicional por tempo de serviço; 319 legais ressalvada parcela referente às Condições Especiais de Trabalho (CET); 38 legais acolhendo a composição do órgão de origem e conferindo registro aos cálculos ratificados pela 6ª CCE; e 1 legal ressalvada a composição dos proventos.

2.2.2 Decisões da Segunda Câmara

Das prestações de contas de recursos estaduais atribuídos a municípios, 90,7% foram aprovadas (34,9% aprovadas na íntegra, 48,8% aprovadas com ressalva e/ou recomendação e 7,0% aprovadas com multa).

Ainda em relação às prestações de contas de recursos estaduais atribuídos a municípios: 4,6% foram desaprovadas com débito e multa, e 2,3% foram arquivadas.

Em relação às prestações de contas de recursos estaduais atribuídos a entidades e instituições, 74,2% foram aprovadas (45,2% aprovadas com ressalva e/ou recomendação, 29,0% aprovadas na íntegra).

Ainda em relação às prestações de contas de recursos estaduais atribuídos a entidades e instituições, 9,7% foram desaprovadas com multa.

Na Tabela 7 estão apresentados os resultados dos julgamentos da Segunda Câmara por natureza do processo:

Tabela 7 – Decisões da Segunda Câmara

RESULTADO DE JULGAMENTO	MATÉRIA						
	CONTAS RESP. ADIAN-TAMENTO	REC.EST. ATRIB.A ENTIDADE E INSTITUIÇÃO	REC.EST. ATRIB.A MUNICÍPIOS	ACOMP. LICITAÇÃO	CONTRATO	CONVÊNIO	TOTAL
Aprovado	-	9	15	-	-	-	**24**
Aprov. c/ ressalva e/ou recomendação	3	14	21	-	-	-	**38**
Aprovado c/ multa	-	3	3	-	-	-	**6**
Desaprovado c/ débito e multa	-	1	2	-	-	-	**3**
Desaprovado c/ débito	-	-	1	-	-	-	**1**
Desaprovado c/multa	-	3	1	-	-	-	**4**
Desaprovado	-	-	-	-	-	-	**-**
Diligência	-	-	-	-	-	-	**-**
Débito	-	-	-	-	-	-	**-**
Arquivado	-	1	-	-	-	-	**1**
Regular	-	-	-	-	-	-	**-**
Irregular	-	-	-	-	-	-	**-**
Iliquidáveis	-	-	-	-	-	-	**-**
Decisão interna	-	-	-	-	2	-	**2**
TOTAL	**3**	**31**	**43**	**-**	**2**	**-**	**79**

Fonte: Secretaria Geral.

3 CONDENAÇÕES E SANÇÕES APLICADAS

O Tribunal de Contas julga quite, em crédito ou em débito o responsável por prestação ou tomada de contas. Havendo débito, condena o responsável ao recolhimento aos cofres públicos das parcelas impugnadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, podendo ainda aplicar-lhe multa.

As condenações e sanções aplicadas no 2º trimestre de 2013 estão apresentadas na Tabela 8.

Tabela 8 – Condenações e sanções aplicadas Em R$ 1,00

NATUREZA	QUANT.		MULTA	DÉBITO	TOTAL
	(A)	(B)			
Prestação de Contas de Ordenador de Despesas	2	4	4.000,00	-	**4.000,00**
Prestação de Contas de Administrador	4	4	4.000,00	-	**4.000,00**
Recurso	1	1	400,00	-	**400,00**
Prestação de Contas de Responsável por Adiantamento	-	-	-	-	**-**
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Municípios	6	8	52.365,00	182.207,23	**234.572,23**
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Instituições	7	10	6.500,00	150.755,79	**157.255,79**
TOTAL	**20**	**27**	**67.265,00**	**332.963,02**	**400.228,02**

Fonte: Secretaria Geral.
Notas:
(A) – Quantitativo de processos.
(B) – Quantitativo de responsáveis.

As condenações e sanções recolhidas no 2º trimestre de 2013 estão apresentadas na Tabela 9.

Tabela 9 – Condenações e sanções recolhidas Em R$1,00

NATUREZA	QUANT.		MULTA	DÉBITO	TOTAL
	(A)	(B)			
Prestação de Contas de Administrador	2	2	2.056,23	-	**2.056,23**
Convênio	5	5	2.532,90	-	**2.532,90**
Recurso	1	1	2.000,00	-	**2.000,00**
Prestação de Contas de Responsável por Adiantamento	4	4	5.430,04	73,60	**5.503,64**
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Municípios	4	4	3.311,49	-	**3.311,49**
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Entidades e Instituições	3	3	2.549,58	9.177,79	**11.727,37**
TOTAL	**19**	**19**	**17.880,24**	**9.251,39**	**27.131,63**

Fonte: Secretaria Geral.
Notas:
(A) – Quantitativo de processos.
(B) – Quantitativo de responsáveis.

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), no segundo trimestre de 2013, emitiu e encaminhou à Procuradoria Geral do Estado (PGE), para efeito de propositura de ação executiva, 23 certidões de débitos que totalizaram o montante de R$901.294,49.

4 ACOMPANHAMENTO DA PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIA

4.1 PROGRAMAÇÃO DE AUDITORIA DE 2013

Os trabalhos auditoriais a cargo das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs) são distribuídos de acordo com as áreas de atuação dos órgãos/entidades jurisdicionados. Dessa forma, tem-se a configuração apresentada no Quadro 5 para as unidades do TCE/BA responsáveis pela realização das auditorias nos órgãos da administração direta e entidades da administração indireta[5]:

Quadro 5 – Áreas de atuação das CCEs

1ª CCE	2ª CCE	3ª CCE	4ª CCE	5ª CCE	6ª CCE
ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
SEINFRA	SESAB	SEFAZ	SSP	SETRE	SAEB
SEDUR	SICM	SJCDH	PM/BA	SEDES	Casa Civil
SERIN	SEINP	SEAP	SEDIR	SEC	Casa Militar
TJ		SEPLAN	MP	IAT/SEC	Gab. Governador
SECTI		SETUR	SEMA	SECOPA	Gab. Vice-Governador
		SEAGRI	Assembleia Legislativa (ALBA)		DPE
			PGE		SEPROMI
					SECULT
					SPM
					SECOM
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA					
SEINFRA	**SESAB**	**SEFAZ**	**SEDIR**	**SETRE**	**SAEB**
AGERBA (1)	HEMOBA (2)	DESENBAHIA (3)	CAR (5)	SUDESB (1)	PRODEB (4)
DERBA (1)	**SICM**	URBIS (5)	**SEMA**	MAUÁ (1)	DETRAN (1)
BAHIAGÁS (4)	IBAMETRO (1)	**SEPLAN**	CERB (4)	**SEDES**	FUNSERV (6)
SEDUR	CIS (1)	SEI (1)	INEMA (1)	FUNDAC (2)	FUNPREV (6)
CONDER (5)	JUCEB (1)	**SETUR**	**ALBA**	**SEC**	**CASA CIVIL**
EMBASA (4)	SUDIC (1)	BAHIATURSA (4)	FPJ(2)	UNEB (1)	EGBA (5)
SUCAB (1)	CBPM (4)	**SEAGRI**		UEFS (1)	**SECULT**
SECTI	EBAL (5)	EBDA (5)		UESC (1)	IPAC (1)
FAPESB (2)		ADAB (1)		UESB (1)	FUNCEB (2)
TCE		BAHIAPESCA (4)			FPC (2)
CEDASC (1)					**SECOM**
					IRDEB (2)

Fonte: SUTEC/SECON.
(1) Autarquia.
(2) Fundação.
(3) Agência de Fomento (Sociedade de Economia Mista).
(4) Sociedade de Economia Mista.
(5) Empresa Pública.
(6) Fundo.

[5] O Quadro 5 está de acordo com as alterações constantes da Resolução n.º 060/2011 deste TCE/BA, de 16/08/2011, tendo em vista as modificações na estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual promovidas pela Lei n.º 12.212/2011.

No segundo trimestre de 2013, encontravam-se sob exame pelas Coordenadorias de Controle Externo (CCEs) 22 prestações de contas de ordenadores de despesa e 31 prestações de contas de administradores. Foram instruídos 16 processos de prestação de contas de recursos estaduais atribuídos a entidades, ONGs ou municípios; 47 diligências (encontram-se outras 10 em instrução) e 2 denúncias (encontrando-se outras 2 em instrução).

Foram concluídas até o final do trimestre as 8 auditorias em projetos co-financiados com recursos externos. Encontra-se ainda em fase de instrução 5 auditorias de despesa com pessoal e 1 auditoria operacional em programa governamental. Além disso, durante o trimestre, permaneceram em fase de instrução 2 auditorias relativas aos exames do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Foram instruídos até o final do trimestre, 3.393 processos relativos a atos de admissão de pessoal, aposentadoria, pensão, reforma e transferência para reserva.

Na Tabela 10 está apresentado, de forma resumida, o quantitativo de processos instruídos, em fase de instrução e a instruir, no encerramento do segundo trimestre de 2013.

Tabela 10 – Instrução de processos/auditorias pelas CCEs

NATUREZA	INSTRUÍDOS	EM INSTRUÇÃO	A INSTRUIR	TOTAL
AUDITORIAS DE REGULARIDADE				
Prestação de Contas de Governo	1	-	-	**1**
Relatório de Atividades de Secretário de Estado	1	7	22	**30**
Prestação de Contas de Ordenador de Despesa	6	22	6	**34**
Prestação de Contas de Administrador	4	31	5	**40**
Acompanhamento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (1)	-	2	1	**3**
Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira	-	-	11	**11**
Auditoria de Obras Públicas	-	-	2	**2**
Auditoria de Despesa com Pessoal	-	5	-	**5**
Acompanhamento das Licitações, Contratos e Convênios	1	1	7	**9**
Cálculo do Índice de Participação dos Municípios (IPM)	-	-	1	**1**
Despesa de Caráter Sigiloso	-	-	2	**2**
Tomada de Contas	-	-	154	**154**
Prestação de Contas Rec. Estad. Atrib. a Entidades, ONGs ou Municípios	16	10	1.285	**1.311**
Prestação de Contas de Responsável por Adiantamento	-	-	86	**86**
Auditoria em Projetos co-financiados com Recursos Externos	8	-	-	**8**
Auditoria Especial	-	1	-	**1**
Consulta	-	-	1	**1**
Termo de Contrato e Termo de Convênio	-	-	19	**19**
Recurso de Apelação ou de Revisão	-	-	5	**5**
ATOS DE PESSOAL				
Admissão de Pessoal	48	-	25	**73**
Aposentadoria, Pensão, Reforma, Transferência para Reserva	3.345	-	557	**3.902**
Recurso	54	-	174	**228**
DENÚNCIAS E DILIGÊNCIAS				
Denúncias	2	2	4	**8**
Diligências	47	10	45	**102**
AUDITORIAS OPERACIONAIS				
Auditoria Operacional em Programas Governamentais	-	1	2	**3**
Auditoria Operacional em Órgãos e Entidades	-	-	3	**3**
TOTAL	**3.533**	**92**	**2.417**	**6.042**

Fontes: Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP)/Secretaria Geral Informatizada (SEGIN)/Coordenadorias de Controle Externo (CCEs).
Notas:

(1) As auditorias aos exames da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (totalizando 12 ordens de serviço), são agrupadas em três relatórios quadrimestrais.
(2) Auditoria operacional na Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (SUDIC) concluída em 2012, referente à programação de auditoria do exercício de 2011.

4.1.1 Auditoria em projetos co-financiados com recursos externos

Em atendimento ao convênio firmado com a Controladoria Geral da União (CGU), através da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), bem como ao Termo de Referência específico do Contrato de Empréstimo no qual o Estado da Bahia é mutuário, o Tribunal vem auditando projetos de investimentos co-financiados por organismos internacionais.

Estão relacionados no Quadro 6 os Contratos e Acordos de Empréstimo, assim como os Acordos de Doação, cujas auditorias integraram o programa de trabalho das CCEs para 2013:

Quadro 6 – Auditorias em projetos co-financiados com recursos externos Em US$1.00

CONTRATO/ACORDO DE EMPRÉSTIMO	VALOR TOTAL	CCE
Contrato de Empréstimo BIRD n.º 7.411-BR – Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias (PREMAR)	186,000,000	1ª
Contrato de Empréstimo BID n.º 1.738/OC-BR – Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial do Estado da Bahia (PROGREDIR)	16,667,000	1ª
Contrato de Empréstimo BIRD n.º 7.344-BR – Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes no Estado da Bahia – Viver Melhor II	82,160,000	1ª
Contrato de Empréstimo BID n.º 2.841/OC-BR – Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia (PROCONFINS II)	400,000,000	3ª
Acordo de Empréstimo BIRD n.º 7.327-BR – Projeto de Redução da Pobreza Rural da Bahia (PRODUZIR III)	75,000,000	4ª
Acordo de Empréstimo FIDA 696-BR – Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas Mais Carentes do Estado da Bahia (PRODECAR)	60,000,000	4ª
Acordo de Doação BIRD TF 090274 – Projeto de Conservação e Gestão Sustentável do Bioma Caatinga – Mata Branca	23,060,000	4ª
Acordo de Doação BIRD TF 093842 – Projeto de Inclusão de Comunidades Remanescentes de Quilombolas e Povos Tradicionais	877,617	4ª

Fontes: Gerências de Auditoria e Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP).

O estágio de execução das auditorias em projetos co-financiados com recursos de acordos de empréstimo e doações e seus respectivos objetivos encontram-se evidenciados no Quadro 7 a seguir:

Quadro 7 – Estágio de execução das auditorias em projetos co-financiados

OS	ÓRGÃO/ ENTIDADE	OBJETIVO	ESTÁGIO
SGA 17/13	SEINFRA DERBA	Auditoria do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias (PREMAR).	Concluída 1ª CCE
SGA 26/13	SECTI DG/UGP	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras, a aplicação dos recursos, atentando para a eficiência do Programa de Fortalecimento da Atividade Empresarial do Estado da Bahia, e se as despesas foram realizadas de acordo com as normas e exigências do BID e legislação aplicável.	Concluída 1ª CCE
SGA 23/13	SEDUR CONDER	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras do Projeto de Desenvolvimento Integrado em áreas Carentes no Estado da Bahia e a conformidade das despesas com as normas e exigências do BIRD, além de avaliar o seu desempenho, quanto aos aspectos de economia, eficiência e eficácia.	Concluída 1ª CCE
SGA 54/13	SEFAZ	Verificar o cumprimento das exigências previstas no contrato e avaliação dos controles operacionais do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia (PROCONFINS II).	Concluída 3ª CCE
SGA 09/13	CAR SEDIR	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras do Projeto de Inclusão de Comunidades Remanescentes de Quilombolas e Povos Tradicionais, de forma a emitir parecer sobre sua posição em 31/12/2011, atentando para a adequação dos controles internos relativos aos registros contábeis, financeiros e patrimoniais e a realização de despesas consoante os termos do contrato de empréstimo, o manual operacional, leis e regulamentos aplicáveis.	Concluída 4ª CCE
SGA 10/13	CAR SEDIR	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras do Projeto Mata Branca, de forma a emitir parecer sobre sua posição em 31/12/2011, atentando para a adequação dos controles internos relativos aos registros contábeis, financeiros e patrimoniais e a realização de despesas consoante os termos do contrato de empréstimo, o manual operacional, leis e regulamentos aplicáveis.	Concluída 4ª CCE
SGA 11/13	CAR SEDIR	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras do Acordo de Empréstimo n.º 696-BR – PRODECAR, de forma a emitir parecer sobre sua posição em 31/12/2011, atentando para a adequação dos controles internos relativos aos registros contábeis, financeiros e patrimoniais e a realização de despesas consoante os termos do acordo de empréstimo, o manual operacional, leis e regulamentos aplicáveis.	Concluída 4ª CCE
SGA 12/13	CAR SEDIR	Verificar a fidedignidade das demonstrações financeiras do Acordo de Empréstimo n.º 7.732-BR – PRODUZIR III, de forma a emitir parecer sobre sua posição em 31/12/2011, atentando para a adequação dos controles internos relativos aos registros contábeis, financeiros e patrimoniais e a realização de despesas consoante os termos do acordo de empréstimo, o manual operacional, leis e regulamentos aplicáveis.	Concluída 4ª CCE

Fontes: Gerências de Auditoria e os Sistemas SGP e SGA.

4.1.2 Auditoria Operacional

A programação de auditoria do exercício de 2013 previu a realização de 6 auditorias operacionais, das quais 5 estão contempladas na programação, conforme disposto no Quadro 8 a seguir:

Quadro 8 – Estágio de execução das auditorias operacionais

OS	NATUREZA DA AUDITORIA OPERACIONAL	PROGRAMA/ÓRGÃO/ENTIDADE	ESTÁGIO
SGA 166/12	Programa Governamental	Pacto pela Vida - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia (SEDES)	Iniciada
-	Programa Governamental	Acesso a Justiça Integral e Gratuita – Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE)	Não Iniciada
-	Órgão/Entidade	Superintendência de Gestão dos Sistemas de Regulação de Atenção à Saúde, Atenção e Promoção de Saúde (SUREGS) - Secretaria da Saúde (SESAB)	Não Iniciada
-	Órgão/Entidade	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP).	Não Iniciada
-	Órgão/Entidade	Fundo de Cultura da Bahia – Secretaria de Cultura (SECULT)	Não Iniciada
-	Programa Governamental	A definir	Não Iniciada

Fonte: Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP).

4.1.3 Auditoria em despesa com pessoal

A programação de auditoria do exercício de 2013 previu a continuidade da realização de 5 auditorias em despesas com pessoal, iniciadas em 2012, conforme disposto no Quadro 9 a seguir:

Quadro 9 – Estágio de execução das auditorias em despesa com pessoal

OS	PROGRAMA/ENTIDADE	ESTÁGIO
SGA 141/12	Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB)	Iniciada
SGA 184/12	Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP)	Iniciada
SGA 187/12	Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB)	Iniciada
SGA 196/12	Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC)	Iniciada
SGA 199/12	Polícia Militar da Bahia (PM/BA)	Iniciada

Fonte: Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP).

4.1.4 Acompanhamento de licitações, contratos e convênios

A programação de auditoria do exercício de 2013 previu a realização de 9 auditorias relativas ao acompanhamento de licitações, contratos e convênios, cujos estágios de execução estão evidenciados no Quadro 10.

.

Quadro 10 – Estágio de execução do acompanhamento de licitações, contratos e convênios

OS	PROGRAMA/ENTIDADE	ESTÁGIO
SGA 22/13	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia Transporte e Comunicações da Bahia (AGERBA)	Concluída
-	Acompanhamento de Parcerias Público-Privadas – Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR)	Não Iniciada
-	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM)	Não Iniciada
-	Contrato de Gestão nº 01/2011 – SAFTEC/BAHIAFARMA - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB)	Não Iniciada
-	Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB)	Não Iniciada
-	Contratos da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A (EBDA) – Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI)	Não Iniciada
-	Empresa de Turismo da Bahia (BAHIATURSA) – Secretaria de Turismo (SETUR)	Não Iniciada
-	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) – Secretaria de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia (SEDIR)	Não Iniciada
SGA 44/13	Parceria Público-Privada – Reconstrução, Gestão e Manutenção da Arena Fonte Nova – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Iniciada

Fonte: Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP).

4.1.5 Auditoria sobre o cumprimento da LRF

Com a finalidade de realizar auditorias para verificar o atendimento às exigências da Lei Complementar n.º 101/2000, denominada "Lei de Responsabilidade Fiscal" (LRF), encontram-se previstas as auditorias relacionadas na sequência, cujos estágios de realização estão destacados no Quadro 11.

Quadro 11 – Auditorias sobre o cumprimento das normas da LRF

COORDENADORIA	PRODUTO	ESTÁGIO
3ª CCE	LRF – 3º Quadrimestre 2012	Iniciada
3ª CCE	LRF – 1º Quadrimestre 2013	Iniciada
3ª CCE	LRF – 2º Quadrimestre 2013	Não Iniciada
6ª CCE	LRF – 3º Quadrimestre 2012	Iniciada
6ª CCE	LRF – 1º Quadrimestre 2013	Iniciada
6ª CCE	LRF – 2º Quadrimestre 2013	Não Iniciada

Fontes: Gerências de Auditoria e Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP).
Nota: As auditorias previstas para realização em 2013, referentes aos exames da LRF (totalizando doze ordens de serviço), foram agrupadas em três relatórios quadrimestrais, conforme explicitado na Tabela 10.

4.1.6 Acompanhamento da execução orçamentária e financeira

A programação do exercício de 2013 previu a realização de 11 auditorias de acompanhamento da execução orçamentária e financeira, ainda não iniciadas, nos órgãos relacionados no Quadro 12.

Quadro 12 – Relação dos Órgãos

ÓRGÃO/ENTIDADE
Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (SEINFRA)
Tribunal de Justiça (TJ)
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (SECTI)
Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI)
Secretaria de Segurança Pública (SSP)
Polícia Militar da Bahia (PM/BA)
Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC)
Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (SUDESB)
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB)

Fontes: Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP).

III DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1 NOVA COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO

Em um momento histórico para o Tribunal de Contas do Estado da Bahia, a ex-procuradora do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA, Carolina Matos Alves Costa, tomou posse, dia 25/04/13, como Conselheira do TCE/BA.

Nomeada pelo Governador do Estado mediante decreto publicado no DOE de 18/04/2013, Carolina Matos Alves Costa é a segunda mulher a tomar posse como Conselheira nesta Corte de Contas. A primeira foi a Conselheira Ridalva Figueiredo que presidiu a Casa no biênio 2010/2011. A solenidade de posse foi aberta pelo Presidente do TCE/BA, Conselheiro Zilton Rocha, e contou com a presença de familiares e amigos da nova conselheira, além de autoridades e servidores do Tribunal.

2 RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

2.1 ENTEGRA DO PARECER PRÉVIO DAS CONTAS DO GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2012 À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), em sessão plenária realizada no dia 04/06/2013 aprovou, com 28 recomendações, as contas do Governador Jaques Wagner para o exercício financeiro de 2012. A proposta de parecer prévio apresentada pelo Conselheiro Inaldo Araújo, ex-auditor de carreira da Casa, foi acatada pela maioria dos Conselheiros (Filemon Matos, Antonio Honorato, Gildásio Penedo e Almir Pereira, que substituiu a Conselheira Carolina Matos Alves Costa). O único voto discordante foi o do Cons. Pedro Lino, que sugeriu a desaprovação nos termos do voto em separado.

O Ministério Público Especial junto ao TCE/BA opinou pela aprovação das referidas contas aderindo às recomendações propostas pelo Relator, mas ressalvou a ausência do sistema de controle interno, a não implementação do órgão de controle de contratos e convênios e a distorcida contratação temporária de pessoal.

Em 11/06/2013, foi realizada a entrega do processo referente às Contas Governamentais/2012 ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, pelo Presidente do TCE/BA Conselheiro Zilton Rocha, juntamente com o Conselheiro Vice-Presidente Inaldo Araújo e o Conselheiro Corregedor Filemon Matos.

2.1 PROMOÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO TCE/BA EM EVENTOS

TCE/BA participa do Evento "Diálogos Territoriais"

O trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia- TCE/BA foi apresentado, dia 11/04/2013, durante o evento Diálogos Territoriais – construindo a Bahia com a voz de todos nós, ocorrido no município de Barreiras. O evento contou com a presença do secretário de Planejamento do Estado, José Sérgio Gabrielli, assessores e representantes da sociedade civil organizada. Representando o ouvidor do TCE/BA, Paulo Figueiredo, o assessor de Comunicação da Casa, Marcos Navarro, explicou, em linhas gerais, como a Corte de Contas exerce o Controle Externo, discorrendo sobre o papel de auditores e conselheiros. A explanação sobre as atividades do TCE/BA nos territórios de identidade são parte do programa de aproximação com a sociedade.

Na oportunidade foi distribuído o encarte institucional do TCE/BA e o mapa do Centro Administrativo da Bahia (CAB), mostrando aos participantes todos os passos sobre como se julga uma conta pública. Os diálogos territoriais são espaços para o governo e a sociedade discutirem a efetividade da gestão pública, as ações de governo, o nível de realização do Plano Plurianual (PPA) e o atendimento das demandas populares. É também um momento de o governo e a sociedade refletirem sobre os rumos do desenvolvimento territorial.

No segundo trimestre, dando continuidade ao roteiro de apresentações foram visitados os municípios de Valença (dia 10.04); Santo Antônio de Jesus (dia 11.04); Alagoinhas (19/04); Juazeiro (03/05); Maracás (17/05); Jequié (24/05); Irecê (06/07); Jacobina (07/06);

Procuradoria Geral do Estado (PGE) promove debate sobre sistema de Credenciamento

No dia 22/04/2013, foi proferida palestra pela procuradora do Estado Cleia Santos, presidente da Associação de Procuradores do Estado, sobre credenciamento no âmbito da Administração Pública Estadual, ocasião em que foi ressaltada a necessidade de uniformizar o credenciamento nas instituições públicas no sentido de contribui para racionalizar a utilização dos recursos e eliminar o retrabalho.

Dentre os benefícios trazidos pelo novo sistema destacaram-se a sistematização da contratação para diversos serviços, o controle centralizado das contratações, trabalho coletivo, com equipe multidisciplinar para a construção do regulamento e acompanhamento, rotatividade do prestador de serviços, fixação da tabela de preços e o desaparecimento das questões relacionadas a reajuste anual e revisão contratual, e atualização do valor do serviço através da republicação de tabelas de preços.

Exposição Rota Maya no TCE

No período de 11 a 25/04/2013, os servidores e visitantes do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) puderam apreciar e prestigiar a Exposição Cultural Rota Maya, no salão do Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o controle Externo (CEICE). O evento foi promovido pela Câmara de Comércio El Salvador-Brasil e contou com várias pinturas, o Calendário Maya, peças artesanais de barro e pedra que revelaram a história do antigo povo maia. O espaço para a realização foi cedido pela Presidência do TCE, atendendo solicitação de presidente da Câmara de Comércio El Salvador-Brasil, Vidal Sorto Rubio. Em

visita no dia 12/04/2013, o Cônsul informou que A Rota Maya exibe peças supostamente de 1.200 anos.

Presidente do TCE/BA participa de Encontro de Educação

O presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), Conselheiro Zilton Rocha, participou, dia 27/04/2013, do 1º Encontro Estadual de Educação Infantil, realizado no Fiesta Bahia Hotel. O tema abordado no encontro foi Currículo da Educação Infantil: dos Consensos Teóricos às Políticas Públicas. O evento reuniu cerca de mil participantes dos municípios que fazem parte do projeto ProInfância Bahia MEC/UFBA – professores, gestores escolares, conselheiros de educação, secretários de educação e estudantes.

Conselheiro Inaldo da Paixão recebe honraria contábil

O Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Conselheiro Inaldo da Paixão Santos Araújo, foi condecorado, dia 03/05/2013, com a comenda de Contabilista Benemérito. A homenagem, ocorrida no Hotel Fiesta, em Salvador, marcou o Dia do Profissional da Contabilidade e foi promovida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelo Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRC/BA), tendo como organizador a Fundação Brasileira de Contabilidade - Setorial Bahia.

A comenda de Contabilista Benemérito é destinada a homenagear profissionais da Contabilidade que no campo das atividades científicas, educacionais, culturais, administrativas e profissionais, relacionadas à Contabilidade, tenham-se destacado e contribuído notoriamente para o engrandecimento da classe contábil.

Reunião com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

Uma comissão formada por representantes do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) fez, dia 07/05/2013, uma visita de cortesia ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Conselheiro Zilton Rocha, ao Vice-Presidente, Conselheiro Inaldo da Paixão Santos Araújo, e a um grupo de auditores do TCE/BA. Os integrantes do FIDA avaliaram positivamente o trabalho da equipe que realizou a auditoria em Contrato de Empréstimo junto à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

O contrato de empréstimo em questão destina-se ao co-financiamento do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais nas Áreas mais Carentes do Estado da Bahia (PRODECAR). A área de abrangência compreende 23 municípios localizados no Nordeste e oito na região sudoeste do Estado, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Um total de US$ 60 milhões foi destinado ao projeto, sendo que US$ 30 milhões são correspondentes ao empréstimo do Fida, US$ 29,4 milhões da contrapartida do Governo da Bahia e US$ 0,6 milhão de contribuição dos beneficiários. Até 31/12/2012, foram aplicados no Prodecar 93,44% dos recursos previstos, restando ser aplicados, até a data de fechamento do empréstimo, em 30/06/2013, o montante de US$ 3,9 milhões.

Presidente do TCE/BA profere palestra no Conselho de Educação

O presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), Conselheiro Zilton Rocha, proferiu, dia 20/05/2013, palestra aos 24 representantes do Conselho Estadual de Educação. Os Conselheiros tomaram conhecimento do trabalho desenvolvido pelo TCE/BA no exercício do controle externo, além de reconhecerem o papel pedagógico que a Corte de

Contas vem desenvolvendo com o propósito de fazer a sociedade exigir do Estado que os recursos arrecadados com taxas, impostos e contribuições se transformem em bons serviços e bens públicos para os cidadãos.

Presidente do TCE/BA integra mesa do XIII Congresso Brasileiro de Direito do Estado

O Presidente participou do XIII Congresso Brasileiro de Direito do Estado, que aconteceu de 22 a 24/05/2013, no Bahia Othon Palace, em Ondina. Na ocasião foi homenageado o professor titular de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Celso Antônio Bandeira de Mello.

Além do homenageado, compuseram a mesa diretora do evento o ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo; Paulo Modesto, professor de Direito Administrativo da UFBA; Almiro do Couto e Silva, professor da Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS); Zilton Rocha, Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia; Paulo Maracajá Pereira, Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios; Weida Zancaner, professora de Direito Administrativo da PUC/SP, e Alice Borges Gonzalez, presidente do Instituto de Direito Administrativo da Bahia.

SEPLAN apresenta resultado de monitoramento em programas prioritários no TCE/BA

A Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) apresentou, no dia 4/06/2013, ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) o resultado do monitoramento realizado pela Superintendência de Gestão e Avaliação (SGA) em 20 programas do Governo do Estado da Bahia considerados como prioritários no Plano Plurianual.

Semana do Meio Ambiente no TCE/BA

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) comemorou a Semana do Meio Ambiente nos dias 05 e 06/06/2013. O Presidente do TCE/BA, Conselheiro Zilton Rocha, fez a abertura oficial do evento. Os temas trataram de questões relativas ao meio ambiente e à criação de uma cultura organizacional voltada para a sustentabilidade, pelos seguintes expositores: Prof. Dr. Julio Cesar de Sá Rocha (UFBA) Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) (2001), Pós Doutoramento em Antropologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2012); Maria Eduarda Sampaio da Cunha (Coordenação de Licitação e Contratos CCL/SAEB), Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e Marcos Nascimento Lopes (Coordenador de Cadastro e Apoio Operacional SSA/SAEB), Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Reunião com a Vice-Presidente do TCE/AL

A Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE/AL), Conselheira Rosa Maria Ribeiro de Albuquerque, fez uma visita de cortesia ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) com o objetivo de conhecer as instalações do edifício-sede Conselheiro Joaquim Batista Neves e estabelecer o intercâmbio de ideias com o corpo diretivo da Casa.

2.3 MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE/BA

O Ministério Público Especial junto ao TCE/BA, no segundo trimestre de 2013, deu continuidade às análises e à emissão de pareceres nos processos de competência do Tribunal de Contas. Nesse período, também houve o prosseguimento da sistemática de acompanhamento tempestivo dos processos seletivos simplificados deflagrados pelo Estado para contratar servidores pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA).

No segundo trimestre de 2013 também foram realizadas as seguintes atividades:

- participação no evento "Brasil contra a Impunidade", promovido pelo Ministério Público do Estado da Bahia para debater as possíveis consequências nocivas da aprovação da PEC 37, no dia 12/04/2013, com o Procurador de Contas Marcel Siqueira Santos representando o referido órgão e compondo a mesa da solenidade;

- reunião com a Procuradoria Geral do Estado (PGE),o Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC) e a Secretaria Geral (SEG) do TCE/BA, para tratar dos procedimentos de cobrança e execução dos débitos e multas aplicados pelo TCE, em 17/04/2013;

- atendimento das partes interessadas nos Processos que estão localizados neste órgão.

Além dessas atividades, no segundo trimestre de 2013, o Ministério Público Especial junto ao TCE/BA se fez presente em todas as sessões das 1ª e 2ª Câmaras e do Plenário do TCE/BA e emitiu 354 pareceres acerca das matérias de sua competência, como a seguir demonstrado:

Tabela 11 – Processos examinados pelo Ministério Público Especial junto ao TCE/BA

NATUREZA	N.º DE PROCESSOS 2º TRIMESTRE
Recursos Atribuídos a Entidades e Municípios	126
Recurso – Apelação/Revisão	56
Auditoria e Inspeção	12
Tomada de Contas de Administradores, Prefeituras e Entidades	7
Contas de Adiantamento	1
Contas da Assembleia Legislativa	-
Contas de Administrador	20
Contas de Ordenador	18
Relatório de Atividades de Secretários de Estado	15
Denúncia	14
Admissão de Pessoal	53
Aposentadoria	2
Termo de Contrato	8
Termo de Convênio	3
Reclamação	3
Embargos de Declaração	5
Matéria Administrativa	2
Rescisão de Julgado	4
Revisão Administrativa	-
Consulta	5
Despesa de Caráter Sigiloso	-
TOTAL	**354**

Fonte: Sistema Secretaria Geral Informatizada (SEGIN).

3 ACOMPANHAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DO TCE/BA (2010-2013)

A Resolução n.º 082/2012 dispôs sobre o Plano de Diretrizes do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) para o exercício de 2013, sendo priorizados 12 Objetivos Estratégicos, integrantes das perspectivas "Processos Internos", "Pessoas e Inovação" e "Orçamento e Estrutura", tendo em vista a continuidade administrativa e os novos desafios que se apresentam nos cenários interno e externo. Foram selecionadas 23 Diretrizes Estratégicas, materializadas por meio de planos operacionais.

Procurou-se conferir maior alinhamento entre os Planos Estratégico, de Diretrizes e Operacional, a partir da introdução de mecanismos destinados a assegurar que o programa de trabalho (metas e produtos) das unidades deste TCE reflita, no seu conjunto, os rumos ditados pelo Plenário através do citado Plano de Diretrizes.

Registre-se, ainda, que o Plano Operacional, desde 2011, contempla as metas do Ministério Público Especial junto a este Tribunal em razão da nomeação e posse dos seus Procuradores a partir de fevereiro de 2011.

Assim, visando enfatizar a transparência de seus procedimentos, aumentar a divulgação dos resultados dos trabalhos e aperfeiçoar seus mecanismos internos de controle, foi elaborado o "**Acompanhamento do Plano Estratégico 2010-2013: Ações de 2010 a 2013**" (**Apêndice D**), sendo discriminadas as ações desenvolvidas pelo TCE/BA, cumulativamente, nos exercícios de 2010 a 2013, em consonância com as diretrizes e objetivos estratégicos priorizados.

4 ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO 2014-2017

Em 27/05/2013 deu-se início ao processo de elaboração do Plano Estratégico do TCE/BA para o quadriênio 2014-2017, sendo constituído grupo de trabalho composto por representantes do Gabinete da Presidência; da Superintendência Técnica (SUTEC) e da Coordenadoria de Projetos Especiais (COPE), sob a responsabilidade do Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo (CEICE), mediante sua Gerência de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Institucional (GEDAI).

As iniciativas realizadas no segundo trimestre envolveram a análise dos resultados alcançados com a implementação do Plano Estratégico do quadriênio 2010-2013; definição do cronograma, contratação de consultor e divulgação institucional do processo de elaboração do Plano Estratégico 2014-2017.

5 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

No que se refere à avaliação de desempenho foram desenvolvidas, no segundo trimestre de 2013, as seguintes atividades:

- conclusão da elaboração do relatório consolidado da avaliação de desempenho institucional, da equipe de trabalho e individual do exercício de 2012, com apuração dos pontos de produtividade para efeito de pagamento da Parcela Variável pelo Exercício do Controle Externo (PVECE), devida a partir de abril de 2013.

- início do processo de monitoramento de metas do Plano Operacional Anual, referente ao exercício de 2013, aprovado mediante Ato da Presidência n.º 061/2013.

6 PROJETOS ESPECIAIS

No segundo trimestre de 2013, foram desenvolvidas as seguintes atividades no âmbito da Coordenadoria de Projetos Especiais (COPE).

6.1 GERÊNCIA DE PROJETOS ESPECIAIS A (GPE A)

6.1.1 PROJETO ASPA

O Projeto Aperfeiçoamento e Sistematização do Processo Auditorial (ASPA) tem por objetivo a racionalização e sistematização do processo auditorial, através da elaboração de estudos que visam à avaliação e ao aprimoramento de metodologias de trabalho, bem como à manualização de práticas auditoriais.

6.1.2 Núcleo de Informações Estratégicas

Composto por profissionais das áreas de auditoria Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), sistematização do processo auditorial (ASPA)/COPE e tecnologia da informação (CEDASC), o Núcleo de Informações Estratégicas (NIE) foi constituído através do Ato nº 244, de 01/11/2012, e do Ato Conjunto TCE/CEDASC nº 001, de 26/11/2012, com o objetivo de elaborar estratégias e ações de inteligência, por meio da obtenção, cruzamento e análise de bases de dados oriundas de fontes internas e externas, como também de viabilizar cooperação com a Rede de Controle da Gestão Pública.

O NIE, no segundo trimestre de 2013, especificou os seguintes relatórios:

Quadro 13 - Relatórios especificados

Relatório	Trilha	Objetivo	Base de dados utilizada
Licitante com sócio servidor público estadual	Licitações	Identificar processos de compra com empresas participantes/vencedora(s) cujos sócios são funcionários públicos do Estado da Bahia	Receita Federal SIRH SIMPAS
Mapeamento de Convênios	Convênios	Mapear os convênios por Secretaria/Unidade	SIGAP

Fonte: Coordenadoria de Projetos Especiais (COPE)

Vale ressaltar que na área de Convênios, considerada um dos grandes desafios enfrentados pelo Tribunal, o NIE vem realizando estudos no sentido de disponibilizar informações que apoiem a seleção de convênios para exame, tais como quantitativo de convênios vigentes por secretaria, convenentes com sócio servidor público e convenentes com convênios vigentes em várias secretarias.

Em 13 e 14/05/2013, a Coordenadora do NIE participou da reunião da Rede Nacional de Informações Estratégicas, realizada no Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE-ES), oportunidade em que foi aprovada a Minuta do Acordo de Cooperação Técnica para criação da Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo.

Ainda no segundo trimestre, o Presidente Zilton Rocha assinou o Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com vistas a obter a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), base esta que constitui importante instrumento para subsidiar o desenvolvimento das trilhas na área de Pessoal.

6.1.3 Mapeamento e Redesenho de Processos Auditoriais

No âmbito do Acordo de Doação – Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), Componente 2 – Fortalecimento Institucional dos Tribunais de Contas, Atividade 2.1 "Mapeamento de Processos Auditoriais", em junho de 2012, foram iniciados os trabalhos referentes ao mapeamento de processos do TCE/BA, com a realização de reuniões para alinhamento conceitual e definição do escopo e cronograma de trabalho, além da realização do Seminário de Partida.

O trabalho de mapeamento e redesenho de processos teve como principais objetivos, mapear e redesenhar processos, identificar gargalos, desconformidades e oportunidades de melhoria nos fluxos mapeados, considerando os novos desafios e cenários relacionados à Gestão de Processos e de Pessoas.

Foram redesenhados os fluxos auditoriais relativos à Prestação de Contas da Administração Direta e Indireta; Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira; Auditoria Operacional e Contas de Governo, Plano Operacional (Plano de Diretrizes e Programação Anual de Auditoria); Recebimento e Autuação; Relatoria e Julgamento e Apreciação.

Do trabalho de mapeamento e redesenho de processos resultou, além dos fluxos redesenhados, com suas especificações, um Plano de Implementação, em que foram atribuídos responsáveis e prazos para a execução das ações.

Dando continuidade ao acompanhamento do Plano de Implementação, no segundo trimestre, a Coordenadoria de Projetos Especiais (COPE) iniciou a elaboração de guias específicos para cada uma das naturezas de auditoria utilizadas pelo TCE/BA, encontrando-se, também, em desenvolvimento os guias relativos às naturezas "Acompanhamento da Execução Orçamentária" e "Prestação de Contas de Ordenador de Despesas"/ "Prestação de Contas de Administrador".

6.1.4 Revisão de Programas de Auditoria

Em consonância com as Normas de Auditoria Governamental (NAGs) e as boas práticas de auditoria, foi programada a revisão sistemática dos programas cadastrados no Sistema de Gerenciamento da Auditoria (SGA), como forma de mantê-los atualizados e melhorar continuamente a sua qualidade.

Para tanto, no âmbito do Projeto de Aperfeiçoamento e Sistematização do Processo Auditorial, foram criados sete grupos de trabalhos com o objetivo de realizar a revisão de todos os programas de auditoria registrados no SGA.

Os Grupos de Trabalho responsáveis pela revisão dos programas de auditoria das áreas de Informações Gerais/Formalização Processual e Jurídica apresentaram o resultado da revisão dos programas sob sua responsabilidade, tendo a Gerência de Projetos Especiais responsável pelo Aperfeiçoamento e Sistematização do Processo Auditorial analisado os referidos programas, os quais foram inseridos no SGA.

A revisão dos programas das áreas Orçamentária e Financeira, Convênios, Patrimonial, Controle Interno, Obras e Serviços de Engenharia e Projetos Co-Financiados foi interrompida, em virtude da execução da programação das auditorias do TCE/BA, bem como das dificuldades encontradas com as mudanças no sistema de contabilidade, em função da implantação do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (FIPLAN).

6.1.5 Elaboração de Novos Programas

Em trabalho conjunto com a 6ª Coordenadoria de Controle Externo, a Gerência inseriu no SGA os seguintes Programas da área de LRF: Despesa com Pessoal e Despesa com Previdência.

6.2 GERÊNCIA DE PROJETOS ESPECIAIS B (GPE B)

6.2.1 Projeto de Implementação do Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA)

O SGA tem por objetivo básico melhorar o controle, acompanhamento e execução das auditorias realizadas pelo controle externo do TCE-BA, através da automatização, padronização e racionalização dos procedimentos auditoriais.

No segundo trimestre de 2013, foram implementadas melhorias no Sistema, possibilitando aos usuários maior facilidade de uso de seus recursos, bem como especificadas novas funcionalidades, resultando na implantação das versões 3.05.000 e 3.05.001 do SGA, datadas de 15/05/2013 e 22/05/2013, respectivamente.

No período de abril a junho de 2013, o Comitê Gestor do SGA realizou reuniões com vistas a discutir as demandas relativas ao Sistema, tendo concluído as especificações das melhorias que serão implantadas em 2014, relativas a papel de trabalho.

Após a conclusão dos trabalhos de especificação, foram realizadas reuniões com representantes das CCEs, incluindo gerentes, líderes e técnicos, com a finalidade de apresentar as propostas do Comitê e obter as observações, comentários e sugestões dos técnicos envolvidos com o processo auditorial. Essas reuniões foram realizadas na primeira semana de junho, tendo sido aprovado o protótipo apresentado.

Dentre as modificações a serem implementadas, destacam-se a criação de papeis de trabalho subsidiários, permitindo uma melhor organização dos trabalhos e o atendimento às melhores

práticas de auditoria; a possibilidade de seleção entre planilha ou editor texto para o registro do trabalho efetuado no Sistema; e a substituição das *tags* por recurso que permitirá, de forma mais fácil e amigável, o registro das informações que compõem os relatórios.

6.3 GERÊNCIA DE PROJETOS ESPECIAIS C (GPE C)

6.3.1 Projeto Multiplicando Experiências

O Projeto Multiplicando Experiências objetiva contribuir para o fortalecimento do sistema de controle externo do Brasil, mediante o estabelecimento de parcerias com outras instituições de fiscalização e organismos multilaterais de financiamento.

6.3.1.1 Acordo de Doação – Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT)

O Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), por meio do seu Fundo de Desenvolvimento Institucional, concedeu, em 14/12/2009, uma doação ao Governo do Estado da Bahia, no montante de US$400 mil, para implementação pelo TCE/BA do PROFORT, cujos investimentos se destinavam, basicamente, ao reforço do processo auditorial através de estudos metodológicos e capacitação.

O Projeto objetivava o fortalecimento do TCE/BA e de dois outros Tribunais de Contas subnacionais com expertise em auditoria, visando melhorar a sua função de auditoria e mecanismos de controle, bem como valorizar suas capacidades para oferecer assistência técnica e transferência de conhecimentos para três outros Tribunais de Contas. Para tanto, integraram o Projeto os seguintes componentes e respectivas atividades:

1. Diagnóstico dos Tribunais de Contas subnacionais (questionário de capacidades institucionais; *workshop*; verificação *in loco* e validação das respostas; metodologia de revisão pelos pares);
2. Fortalecimento Institucional dos Tribunais de Contas (mapeamento de processos auditoriais; análise das políticas institucionais, procedimentos e práticas para recrutamento, treinamento, promoção e melhoria organizacional; pesquisa sobre experiências no estabelecimento de unidades de auditoria operacional; treinamento em auditoria; parceria com a Academia);
3. Fortalecimento do relacionamento com o Legislativo Estadual e com a sociedade civil (identificação de boas práticas).

Apesar da execução operacional do PROFORT ter sido encerrada em 14/12/2012, a seguir são abordados os principais temas relacionados ao Projeto em comento, ocorridos no segundo trimestre de 2013:

- finalização do relatório de conclusão do PROFORT, e envio ao BIRD no dia 16/04;
- preparação de documentos solicitados pela empresa contratada para proceder ao exame das operações realizadas no âmbito do Projeto, e recebimento da equipe de auditores no período de 15 a 19/04;
- preparação do termo aditivo ao Contrato PROFORT nº 09/2012, celebrado com a Sá Leitão Auditores S/S, referente à ampliação do prazo, em virtude de seu último pagamento ser condicionado à aprovação do relatório de auditoria pelo BIRD;
- elaboração dos documentos finais do PROFORT e devolução de saldo de recursos ao BIRD, no montante de R$21.882,21, no dia 07 de junho.

Há de se ressaltar que a empresa Sá Leitão Auditores S/S, após auditar as operações e contas do PROFORT, referentes ao período de 14 de dezembro de 2009 a 14/12/2012 e período de graça, correspondente a 15/12/2012 a 14/04/2013, emitiu parecer sem ressalvas em todos os seus aspectos, bem como considerou satisfatórios os controles exercidos pela Unidade de Gerenciamento do Projeto.

6.3.2 SWAp Bahia

Em 18/07/2012, foi assinado, pelo Governo do Estado da Bahia e pelo BIRD, contrato de empréstimo visando o financiamento da execução do Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia – SWAp Bahia, sendo o TCE/BA co-executor do mencionado Programa no seu Componente 2 – Fortalecimento Institucional dos Setores de Saúde, de Recursos Hídricos e Planejamento, contando com recursos da ordem de US$500 mil.

Durante o segundo semestre de 2013, foi dado início à especificação do Termo de Referência de empresa a ser contratada para desenvolver o Plano de Desenvolvimento Organizacional, por parte de profissional contratada para este fim, juntamente com servidores da COPE, SUTEC e CEICE.

No dia 07 de maio foi realizada, pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), reunião de acompanhamento do SWAp Bahia, contando com a presença de dois representantes da COPE, além dos outros executores do Programa. Foi realizada ainda reunião entre representantes da COPE e da SEPLAN, em 05 de junho, de forma a discutir questões orçamentárias e operacionais relativas à execução do Programa.

6.4 GERÊNCIA DE PROJETOS ESPECIAIS D (GPE D)

6.4.1 Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX)

O PROMOEX visa à modernização do sistema de controle externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros. Participam desse Programa a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON), o Instituto Rui Barbosa (IRB), o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que cofinancia 60% do valor total do programa (US$121,4 milhões). O mutuário do contrato de empréstimo com o BID é a União e os recursos de contrapartida são providos por

cada Estado, sendo o Programa executado em duas fases de três anos cada. Na sua primeira fase, previu recursos no valor de US$64,4 milhões, que beneficiará 32 Tribunais de Contas (estaduais, municipais e do Distrito Federal).

Em 03/04/2006, foi celebrado convênio entre o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para a liberação dos recursos da primeira fase, no montante de R$5,8 milhões. No dia 06/04/2009, foi assinado o primeiro termo aditivo ao convênio, alterando o valor total do projeto do TCE/BA para R$4,1 milhões em função da desvalorização cambial.

Em novembro/2012, o TCE/BA recebeu a última parcela do Convênio 03/2006, no valor de R$274.109,25.

Com vistas a finalizar a aplicação dos recursos do Convênio, em dezembro/2012 foi encaminhado ao MPOG o Termo Aditivo n.º 002/2012, prorrogando a vigência do convênio até 31/05/2013, assim como apresentando o Plano de Trabalho, Projeto e o Plano Operacional Anual 2013 (POA).

As ações relacionadas a seguir foram desenvolvidas no âmbito dessa Gerência.

6.4.1.1 Acompanhamento do Programa

Em abril/2013 foi realizada licitação para aquisição de 80 (oitenta) computadores tipo *desktop*. Os equipamentos foram entregues em maio/2013.

Neste trimestre foram entregues 159 títulos, adquiridos através da Comparação de Preços nº 01/2013, destinados a atualização do acervo bibliográfico da Biblioteca do TCE-BA.

Em junho de 2013, foi elaborado e encaminhado ao Ministério do Planejamento o Relatório Justificativa de Gastos referente ao período de fevereiro a maio/2013.

No período de 11 a 13/06/2013, o Coordenador Geral e a Coordenadora Administrativo-Financeira da Unidade de Execução Local do PROMOEX do TCE-BA (UEL/TCE/BA) participaram da reunião das Unidades Executoras Locais do PROMOEX, em Brasília - DF, cujo objetivo foi a disseminação de resultados e orientações acerca dos projetos locais; as prestações de contas finais e encerramento do Programa, além de assuntos outros, de interesse comum.

Encontra-se em processo de elaboração a prestação de contas final do projeto PROMOEX do TCE-BA.

6.4.2 Auditoria Operacional (AOP)

A realização de Auditoria Operacional (Desempenho ou Gestão) é uma das ações consideradas prioritárias no âmbito do PROMOEX, principalmente no que se refere à avaliação dos aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da administração pública.

As atividades técnicas dessa modalidade de auditoria vêm sendo desenvolvidas pelo Grupo Temático de Auditoria Operacional (GAO), cuja coordenação está a cargo do Coordenador da UEL/PROMOEX do TCE/BA.

O TCE/BA assinou, em 23/03/2013, em solenidade realizada na sede do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília, acordo de cooperação técnica com o TCU, ATRICON, IRB e tribunais de contas estaduais e municipais de 25 estados, para a realização de auditoria operacional coordenada na área de educação - ensino médio.

No período de 02 a 04/04/2013, os membros do Grupo Temático de Auditoria Operacional (GAO) participaram, na cidade de Brasília, do Seminário Internacional sobre Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Contribuição da Auditoria de Desempenho. Nessa oportunidade, ocorreram duas reuniões dos membros do GAO com técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU), nos dias 02/04 e 04/04/13, objetivando tratar do Plano de Trabalho da Auditoria Operacional Coordenada na área de Educação - Ensino Médio e do cronograma detalhado da fase de planejamento da referida Auditoria.

Como forma verificar o andamento da etapa de planejamento e alinhar as ações, representantes da COPE e da 5ª CCE, cuja área de atuação inclui a Secretaria da Educação, participaram de vídeo conferência, capitaneada pelo Tribunal de Contas da União TCU e Grupo de Auditoria Operacional, vinculado ao Instituto Rui Barbosa (IRB).

O Grupo Temático de Auditoria Operacional (GAO), sob a coordenação do Instituto Rui Barbosa (IRB), vem dando continuidade aos trabalhos realizados, além da oferta de capacitação à distância e treinamento presencial para as equipes de auditoria. Sob a supervisão do Grupo Temático de Auditoria Operacional, já foram realizadas as auditorias nas áreas de educação, saúde, saneamento e meio ambiente.

7 EDUCAÇÃO CORPORATIVA

No segundo trimestre de 2013, a Gerência de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Profissional (GEDAP) iniciou sua programação anual realizando ações internas de capacitação, articulando a participação de servidores nas ações do Programa Nacional de Capacitação Compartilhada TCU/TCs/Grupo de Educação Corporativa – IRB/PROMOEX, prestando acompanhamento às bolsas de estudo do Programa de Incentivo à Educação Superior e proporcionando a participação dos servidores em eventos externos.

7.1 CURSOS E EVENTOS INTERNOS

Projeto Novos Saberes. O projeto, inscrito pelo segundo ano no Plano Operativo, integra as ações de educação corporativa no âmbito do Tribunal de Contas com o objetivo de propiciar um espaço para a disseminação e o debate sobre temas da atualidade, favorecendo a reflexão acerca da contemporaneidade. Tem como marca a pluralidade no escopo temático e a diversidade na estratégia metodológica para abordagem dos assuntos.

Em 20/05/2013, no âmbito deste Projeto, foi realizado o evento "Faça o seu dinheiro trabalhar por você", com carga horária de 4 horas com 11 participantes.

7.2 PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO COMPARTILHADA TCU-ISC/ GRUPO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA IRB – PROMOEX

No período de 29/04 a 29/06/2013 foi realizado o Curso de Auditoria Governamental, com carga horária de 80 horas para três participantes.

7.3 PROGRAMA DE INCENTIVO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Encontram-se em vigência seis bolsas de estudo, sendo uma de graduação e cinco de pós-graduação *lato sensu* (especialização), conforme discriminado nos Quadros 14 e 15.

7.3.1 Bolsas de Pós-graduação *lato sensu* (Especialização)

Quadro 14 – Bolsas de estudo vigentes – Pós-graduação

CURSO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	BENEFICIADOS
Especialização em Direito Previdenciário	Instituto Excelência (Jus Podivm)	2
MBA em Auditoria, Controladoria e Gestão Financeira	Fundação Getúlio Vargas (FGV)	1
MBA em Gerenciamento de Projetos	Fundação Getúlio Vargas (FGV)	1
MBA em Controladoria de Gestão de Negócios	Universidade Salvador (UNIFACS)	1
TOTAL		**5**

Fonte: CEICE/GEDAP.

7.3.2 Bolsas de Graduação

Encontra-se em vigência uma bolsa de graduação em Psicologia com a instituição de ensino Universidade Jorge Amado (UNIjorge).

7.4 CONVÊNIO N.º 02/2012 ENTRE O TCE/BA E A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DA BAHIA (PGE)

O Convênio n.º 02/2012 objetivou incluir dois servidores em curso promovido pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O curso de Infraestrutura Pública e Inclusão Social – Novas Tendências e Mecanismos para o Desenvolvimento terá duração até 2014.

7.5 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS

No segundo trimestre de 2013, 29 servidores participaram de evento técnico-institucional externo (curso/seminário/palestra), com apoio do TCE/BA, conforme detalhado a seguir:

Quadro 15 – Eventos externos

EVENTO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	PERÍODO	LOCAL	N.º DE PARTICIPANTES
Curso de Planejamento Estratégico	Innovia Training & Consulting	24 e 25/04/2013	São Paulo/SP	4
16ª Conferência Anual de Auditoria Interna	IIR Informe Seminário Ltda	24 a 26/04/2013	São Paulo/SP	1
Reunião Técnica do Grupo de Educação Coorporativa PROMOEX / IRB	Instituto Rui Barbosa (IRB)	25 e 26/04/2013	São Paulo/SP	1
XV SINAOP – Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas	Instituto Brasileiro de Obras Públicas (IBRAOP)	13 a 17/05/2013	Vitória /ES	7
1º Simpósio Nacional de Auditoria da Parceria Público Privada (PPP): o Desafio de Controlar a Prestação de Serviços de Interesse Público	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG)	15 a 07/05/2013	Belo Horizonte /MG	4
XIII Congresso Brasileiro de Direito do Estado	Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)	22 a 24/05/2013	Salvador/BA	1
Educar Educador/ Educação 3.0 – A Escola do Futuro Chegou?	Futuro Congresso e Eventos Ltda. EPP	22 a 25/05/2013	São Paulo /SP	4
Curso de Redação e Novo Acordo Ortográfico	Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB)	11,12,13,18 e 19/06/2013	Salvador/BA	3
Curso Sobre Gestão de Pessoas Orientado para Resultado na Administração Pública	Instituto PUBLIX	26 e 27/06/2013	São Paulo/SP	2
Encontro Técnico Controle Externo e os Regimes de Previdência	Ministério da Previdência Social (MPS) Instituto Rui Barbosa (IRB) Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON)	27 e 28/06/2013	Brasília/DF	2
TOTAL				**29**

Fonte: CEICE/GEDAP.

8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

8.1 GOVERNANÇA EM TI

O CEDASC continua aplicando e disseminando os conceitos dos códigos das melhores práticas de tecnologia da informação, com foco na governança em tecnologia da informação, que consiste num conjunto de boas práticas de gestão organizacional capazes de assegurar que os investimentos em sistemas, equipamentos e serviços estejam alinhados com os objetivos e as diretrizes estratégicas do Tribunal de Contas, mediante um modelo de referência para gestão de TI, como técnicas e práticas de gerência de projetos e serviços baseadas em *Control Objectives for Information and Related Technology* (COBIT), *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL) e *Project Management Institute* (PMI) em todo o seu portfólio de projetos e serviços.

Em 06 e 07 de junho de 2013, foi realizado em Brasília (DF), o II Encontro Nacional de Auditores de TI (ENAUTI), cuja temática predominante foi o *framework* de governança de TI denominado *Control Objectives for Information and related Technology* (COBIT) que contou com a participação e servidores do CEDASC.

Em sua Versão 5, a mais recente, o COBIT traz novidades que devem afetar de forma significativa à metodologia utilizada para auditoria, atualmente baseada na versão anterior, 4.1, do *framework*, destacando-se a mudança na maneira de avaliar a maturidade dos processos de TI, o que será incorporado no apoio especializado do CEDASC ao processo auditorial do TCE/BA.

8.2 GESTÃO DE INFRAESTRUTURA

8.2.1 *Service Desk*

No segundo trimestre de 2013, foram realizados 1.669 atendimentos aos usuários. Além desses, o CEDASC realizou outros 389 atendimentos de suporte técnico relacionados, principalmente, às áreas de sistemas, destacando-se os atendimentos referentes ao Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA), e de desenvolvimento institucional do próprio CEDASC, envolvendo, dentre outros, a implantação de novas versões de *softwares* desenvolvidos e alterações em banco de dados.

8.2.2 Reestruturação da solução de segurança de borda da rede do TCE/BA

Há cerca de 6 anos, o CEDASC realizou a sua primeira aquisição de Solução de *Firewall*[1], embasado por um estudo técnico realizado à época. Desde então, as novas ameaças à segurança da informação e a dependência das atividades do TCE/BA em relação aos sistemas tecnológicos aumentaram consideravelmente, tornando indispensável o aprimoramento e a modernização dessa solução.

A velocidade e a qualidade do acesso à rede corporativa são requisitos básicos para o funcionamento eficiente dos sistemas informatizados.

A tabela abaixo resume de maneira objetiva a evolução da infraestrutura e das velocidades de conexão à rede corporativa do TCE/BA desde a aquisição do atual *firewall*:

Tabela 12 – Evolução da infraestrutura e das velocidades de conexão à rede corporativa do TCE/BA

ITEM	2006	2013	% VARIAÇÃO
Velocidade do link internet	2 Mbps	28 Mbps	1.400%
Vel. de conexão à rede das estações de trabalho	10 Mbps (100Mbps)	1Gbps (1.024MBps)	1.000%
Vel. de interconexão do racks de rede ao datacenter	1 GBps	10 GBps	1.000%
Vel. de conexão de rede dos servidores	1 GBps	10 GBps	1.000%
Quant. de servidores de rede	16 unidades	~ 100 unidades (físicos/virtuais)	625%
Velocidade de conexão à Rede Governo	100MBps	1 Gbps (já existe a previsão de ampliação para 10GBps)	1.000%
Percentual de virtualização do ambiente computacional	0%	97%	

Fonte: CEDASC

Da análise dos números depreende-se que o crescimento das velocidades de conexão à rede foi exponencial durante o período analisado.

Aspecto relevante nesse projeto foi a evolução e a importância das soluções de Prevenção de Intrusão (IPS[6]). Há algum tempo, esse tipo de solução tinha custos extremamente elevados e eram comercializadas individualmente. Os fabricantes passaram, mais recentemente, a oferecer equipamentos *firewall* já com a funcionalidade de IPS embutida no mesmo produto.

O *firewall* tem uma função fundamental na estrutura da rede, sendo um ponto crítico em caso de falha nesse equipamento. Numa eventual ocorrência dessas, toda a comunicação da rede interna com as demais redes, incluindo a Internet, ficaria interrompida. Visando fazer com que o *firewall* deixe de ser um ponto de vulnerabilidade (SPOF2), o projeto incluiu a aquisição de dois equipamentos funcionando ao mesmo tempo, em alta disponibilidade. Ou seja, em caso de eventual falha em um dos equipamentos, as comunicações continuam ocorrendo no equipamento redudante. Essa tecnologia permite, ainda, que haja um balanceamento de carga entre os dois equipamentos, ampliando a capacidade operacional do conjunto.

O Pregão Presencial para essa aquisição foi realizado no final do trimestre e os equipamentos serão entregues e instalados ainda este ano.

8.2.3 Projeto de migração dos dados do Sistema SEGIN para área temporária

Foi preparada a infraestrutura necessária para armazenamento em área temporária (*staging area*) formada por banco de dados relacional SQL Server e sistema de arquivos usando as ferramentas *Lotus Notes*, *ScanEz* e *Java*. A arquitetura foi costruída com base nos estudos e testes para identificação da solução técnica que viabilizasse a migração de dados do Sistema SEGIN, envolvendo documentos e arquivos anexos.

Os dados estruturados foram migrados para banco de dados Microsoft SQL Server 2012 e

[1]Dispositivo de segurança usado para dividir e controlar o acesso entre redes de computadores.
[2]Um sistema de detecção de intrusão (IDS) é o software que automatiza o processo de detecção de intrusão. Um sistema de prevenção de intrusão (IPS) é o software que tem todas as capacidades de um sistema de detecçaõ de intrusão e que também pode tentar parar possíveis incidentes. As tecnologias de IDS e IPS oferecem basicamente as mesmas capacidades e os administradores normalmente podem desabilitar no IPS as funcionalidades de prevenção, fazendo com que ele funcione como um IDS. *Fonte: Guide to Intrusion Detection and Prevention Systems (IDPS) – NIST – National Institute of Standards and Technology - Special Publication 800-94 (tradução livre)*

documentos não estruturados foram armazenados em sistema de arquivos. A migração técnica ocorreu com pleno êxito.

8.2.4 Participação do CEDASC no Congresso RTI DataCenters 2013 e visita ao Datacenter da Totvs

O Congresso RTI Data Centers 2013, realizado em São Paulo, em 21/05/2013, contou com a participação de dois analistas do CEDASC, que puderam ter contato com o que há de mais atual em termos de Infraestrutura de TI para *datacenters*, incluindo informações das áreas de monitoramento e gestão.

No dia anterior à realização do Congresso, os analistas fizeram uma visita técnica ao *datacenter* da Totvs, na cidade de São Paulo. Esse datacenter possui 1.800 m^2 distribuídos em 4 pavimentos e tem capacidade de hospedar até 343 *racks* de equipamentos. A equipe técnica da Totvs deu acesso a todas as estruturas utilizadas, incluindo os grupos geradores. O conhecimento técnico adquirido permitiu concluir que algumas das soluções técnicas e de segurança identificadas são viáveis de serem adaptadas a *datacenters* de dimensões menores como o do CEDASC.

Está em processo de elaboração do termo de teferência para realizar a reestruturação técnica do *datacenter* e da sala de *no-breaks* e estabilizadores visando ampliar a segurança e melhorar o monitoramento físico e lógico de suas instalações.

8.2.5 Ampliação de capacidade do *Switch Core*

Na época de sua aquisição, em 2010, o *switch core* (dispositivo para conexão entre redes e ativos de TI) *e* foi especificado de forma a ser possível a instalação de placas de expansão adicionais em caso de necessidade de ampliação do número de conexões de rede. Com o esgotamento das interfaces RJ45 com velocidade de acesso de 1 Gbps, houve a necessidade da expansão da capacidade do equipamento, através da aquisição de mais uma placa.

Essa nova placa, com capacidade para até 48 conexões gigabit *ethernet*, foi adquirida e instalada no trimestre em comento.

8.2.6 Implantação do Grupo Gerador

No período, o TCE/BA realizou o processo licitatório para contratação das modificações na estrutura elétrica para implantação de grupo gerador, a ser gerido em conjunto com o Tribunal de Contas dos Municipios da Bahia (TCM/BA). O TCM/BA, por sua vez, ficou responsável por licitar a aquisição do grupo gerador, o que está previsto para ocorrer no próximo trimestre, a fim de que toda a solução seja implantada ainda no ano em curso.

8.2.7 Capacitação em banco de dados

No período, três servidores do CEDASC foram capacitados em administração de banco de dados *Microsoft SQL Server* 2012, versão mais recente do referido produto, utilizado pelos sistemas informatizados desenvolvidos pela Autarquia e em uso pelo TCE.

8.2.8 Monitoração banco de dados do PROInfo

No período, foi contratada empresa especializada para monitorar a carga e uso em homologação da base de dados do no Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos do Tribunal (PROInfo), hospedada em servidor Microsoft SQL Server 2012, visando identificar, previamente, oportunidades de melhorias em termos de desempenho, considerando que o referido sistema iniciará suas operações com toda a base de dados legada do Sistema SEGIN.

8.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

8.3.1 Suporte aos sistemas

No segundo trimestre, foram prestados os seguintes atendimentos aos usuários sobre a operacionalização dos sistemas implantados e em uso pelo TCE/BA:

- Sistema Secretaria Geral Informatizada (SEGIN) – foram realizados 53 atendimentos de suporte ao usuário, esclarecimento de dúvidas, geração de relatórios, manutenção da tabela de cadastro, atualização de informações e realização de testes das novas implementações;

- Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA) - foram realizados 161 atendimentos de suporte aos usuários no uso do Sistema;

- Sistema Corporativo (SCR) – No período foram realizados 24 atendimentos relacionados a mudança de perfil de acesso de servidores;

- Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP) – foram realizados 24 atendimentos de suporte aos usuários do sistema de registro e acompanhamento da programação das auditorias do TCE/BA:

- Sistema de Observação das Contas Públicas (Mirante) – em relação ao uso da solução, no terceiro trimestre, foram realizadas 19.083 consultas no Sistema através dos usuários internos do TCE/BA e 347 pelos usuários externos. Foram realizados ainda 5 melhorias no sistema e 17 atendimentos para demandas relacionadas ao mesmo, desde novas solicitações de acesso a melhorias em relatórios. Além do uso para o planejamento das auditorias do TCE/BA, pelas unidades de controle interno de diversas Secretarias, Assembleia Legislativa, Ministério Público e Poder Judiciário, o Mirante também passou a ser utilizado pela Receita Federal do Brasil (RFB), tendo em vista a celebração de convênio com o TCE/BA. Os dados de todos os módulos do Sistema, quais sejam, "Execução Orçamentária e Financeira", "Licitações", "Contratações Diretas" e "Convênios" foram carregados em base dimensional, com controle histórico de Poder, Órgão, Secretaria, Unidade, Programa de Governo e Projeto/Atividade. Dessa forma, a base de dados do Mirante se tornou preparada para análise de informações através de ferramenta *Business Intelligence* (BI). Os atuais relatórios do Sistema também foram migrados para base dimensional, própria de projetos de Data Warehouse/BI.

8.3.2 Desenvolvimento de tecnologia da informação

Na sequência estão apresentadas atividades realizadas no âmbito dos projetos desenvolvidos pelo CEDASC.

8.3.2.1 Integração da ferramenta de *Business Intelligence* (BI) com o Sistema Mirante

No período, foram especificadas novas trilhas de auditoria nas áreas de Convênios e Pessoal, incluindo painel de controle "Mapeamento de Convênios" com quantitativo e desembolsos por secretaria, e relatório "Licitante com Sócio Servidor Público", cujo desenvolvimento se encontra em estágio final de homologação.

As referidas trilhas foram desenvolvidas a partir de dados dos Sistema Integrado de Marerial, Patrimônio e Serviços do Estado da Bahia (SIMPAS), Sistema de Gestão de Gastos Públicos, (SIGAP), Sistema Integrado de Recursos (SIRH) e da base de dados de pessoa física e jurídica da Secretaria da Receita Federal.

8.3.2.1.1 Disponibilização da base de dados dos sistemas informacionais (TCM/BA)

Conforme mencionado em relatórios anteriores, foram obtidas, junto ao Tribunal de Contas dos Municíos da Bahia (TCM/BA), informações acerca dos servidores dos municípios, câmaras de vereadores e empresas públicas municipais, viabilizando a implantação de trilhas de auditoria no Sistema Mirante.

Encontra-se em homologação modelo de dados com informações de servidores municipais, obtidas do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria (SIGA) junto ao TCM/BA, que deve permitir a obtenção de informações diretamente pelos servidores do TCE/BA sem a necessidade de demandar consultas em banco de dados para o CEDASC.

Foi viabilizado junto ao TCM/BA atualização das informações de servidores de prefeituras e câmaras municipais, de forma a contemplar integralmente o ano de 2012, uma vez que, anteriormente, contávamos com informações até o mês de outubro do referido ano.

Encontra-se em fase inicial de especificação, através do Núcleo de Informações Estratégicas (NIE), relatório de acumulação de cargos para servidores públicos nas esferas estadual e municipal, a partir de informações dos sistemas SIGA e SIRH.

8.3.2.1.2 Integração do Sistema Mirante com o Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (FIPLAN)

A implantação do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (FIPLAN), quu substituiu o Sistema de Informações Contábeis, Orçamentárias e Financeiras (SICOF), SICOF Gerencial e o Sistema Informatizado de Planejamento (SIPLAN), trouxe significativos impactos para o Sistema Mirante. Com efeito, estão em curso trabalhos, no sentido de compreender as mudanças implementadas no FIPLAN e adequação do Mirante à estrutura do novo Sistema.

A partir das informações obtidas da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ) e diante da inviabilidade de utilizar o modelo atual para a integração do Sistema Mirante com o

FIPLAN, está em fase de especificação um novo modelo de dados para o desenvolvimento de uma nova Versão do Sistema Mirante. Este trabalho avançou significativamente, e muitas estruturas para armazenamento de informações em banco de dados já foram construídas.

O trabalho de modelagem e carga de dados continua avançando, a partir de dados disponibilizados pela SEFAZ, devendo ser possível, já no terceiro trimestre, realizar a carga dos dados, permitindo a realização de consultas e disponibilização de dados, sob demanda, para a auditoria.

8.3.3 Desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento de Frotas (SISFrota)

Foi concluido o desenvolvimento do SISFrota do TCE/BA, que permitirá uma gestão automatizada das despesas de abastecimento e manutenção dos veículos pertencentes à frota do Tribunal, além do armazenamento de informações dos veículos, motoristas e contratos de fornecimento de combustível.

O SISFrota automatiza todo o fluxo de controle iniciado desde a solicitação do veículo até o registro da chegada do veículo no pátio de estacionamento. Além disso, ele disponibilizará relatórios gerenciais onde serão exibidas informações referentes aos gastos com manutenção e abastecimento de cada veículo.

No período 9 servidores da Gerência Administrativa (GERAD) do TCE foram capacitados no uso do Sistema. O SISFrota foi implantado e atualmente está sendo utilizado para o preenchimento das informações básicas do Sistema (motoristas, veículos, tickets de combustível, etc.). Depois que a configuração inicial do Sistema for finalizada pela GERAD, o SISFrota será disponibilizado para todos os servidores, para que os mesmos possam solicitar veículos de forma sistematizada e automatizada. Foi elaborado um tutorial sobre o Sisfrota e disponibilizado para a GERAD com o intuito de facilitar a operação do Sistema.

8.3.4 Sistema de Solcitações Administrativas (e-SOL)

Foi dado início ao desenvolvimento do Sistema de Solicitações Administrativas (e-Sol), que possuirá como objetivo principal automatizar de forma centralizada todas as solicitações de caráter administrativo realizadas pelos servidores do TCE/BA, tais como solicitação de mudança de lotação, diárias, passagens aéreas, adiantamentos, dentre outro

Foram iniciadas no período a criação da marca e do layout da tela inicial do Sistema e o desenvolvimento dos módulo de mudança de lotação, solicitação de diárias e agendamento de consultas médicas-odontológicas, cuja previsão de implantação em nos próximos semmestres do anos em curso.

8.4 APOIO EM TI ÀS AUDITORIAS DO TCE/BA

No segunto trimestre, o CEDASC prestou suporte técnico especializado ao processo auditorial a cargo do TCE/BA, compreendendo:

- Visitas à Secretaria de Trabalho e posterior formulação de solicitações de esclarecimento para o processo que estabeleceu a Parceria Público Privada (PPP) referente à Arena Fonte Nova, com a finalidade de avaliar a aquisição de produtos e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);

- Auditoria de Pessoal no SIRH, nas áreas da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP) e Polícia Militar da Bahia (PM/BA), incluindo aspectos de Segurança da Informação, que tem demandado o desenvolvimento de dezenas de consultas e fornecimento de apoio na utilização do recurso "Construa sua Consulta" do sistema Mirante.

Diversas reuniões técnicas foram realizadas, com participação de auditores da 2ª, 4ª, 5ª e 6ª CCEs, no sentido de compartilhar experiências, identificar testes relevantes e avaliar resultados dos cruzamentos com a base de dados do Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH).

Até o segundo trimestre foram especificados, documentados e entregues mais de 40 relatórios para a auditoria.

9 OUVIDORIA

No segundo trimestre de 2013, a Ouvidoria recebeu 49 manifestações. Destas, 75,5% referiram-se à solicitação de informações institucionais e de serviços prestados pelo Tribunal e denúncias, conforme discriminado na Tabela 13.

Tabela 13 – Tipos de demandas registradas

TIPO	QUANTITATIVO	%
Informação	24	49,0
Reclamação	13	26,5
Denúncia	12	24,5
Elogio	-	-
Sugestão	-	-
TOTAL	**49**	**100,0**

Fonte: Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública (TAG).

Em relação ao meio de acesso à Ouvidoria, a *internet* foi o mais utilizado com 61,2%, conforme relacionado na Tabela 14.

Tabela 14 – Meios de contatos utilizados

MEIO DE ACESSO	QUANTITATIVO	%
Internet	30	61,2
Telefone	12	24,5
Presencial	3	6,1
Telefone/mensagem	2	4,0
Carta	1	2,1
E-mail	1	2,1
TOTAL	**49**	**100,0**

Fonte: Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública (TAG).

A maioria das demandas foi procedente de pessoa física/servidor (87,7%), sendo a contribuição referente pessoa jurídica de 12,3% do total, conforme apresentado na Tabela 15.

Tabela 15 – Perfil do demandante

PERFIL	QUANTITATIVO	%
Pessoa Física	35	71,4
Servidor Público	8	16,3
Pessoa Jurídica	6	12,3
Abaixo Assinado	-	-
Agente Político	-	-
TOTAL	**49**	**100,0**

Fonte: Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública (TAG).

Todas as manifestações recebidas pela Ouvidoria foram devidamente tratadas, respondidas ou encaminhadas aos órgãos ou setores competentes.

10 AUDITORIA INTERNA

No segundo trimestre de 2013, a Auditoria Interna (AUDIT) realizou as seguintes atividades:

- auditoria operacional, em fase de monitoramento, no processo auditorial das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), com o objetivo de verificar o desempenho da atividade fim deste Tribunal, identificando oportunidade de melhoria, com foco na eficiência, eficácia e qualidade;

- auditoria de regularidade no Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 1º quadrimestre de 2013, com o objetivo de verificar: o limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para a Despesa Líquida com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida;

- monitoramento da auditoria operacional, na área de decisões condenatórias do Tribunal de Contas do Estado da Bahia – Títulos Executivos, com o objetivo de verificar: a emissão dos títulos executórios referentes às decisões condenatórias do TCE/BA, onde existe responsabilidade financeira; o procedimento de envio e execução das decisões condenatórias junto a Procuradoria Geral do Estado (PGE); o total de decisões transitadas em julgado acumuladas para a emissão de títulos executórios;

- auditoria de regularidade na execução orçamentária e financeira do TCE/BA, com o objetivo de verificar a exatidão dos registros e o acompanhamento das metas orçamentárias, no exercício de 2013.

IV EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

11 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA

11.1 ORÇAMENTO DO TCE/BA

A Lei n.º 12.612, de 28/12/2012, publicada no DOE de 29 e 30/12/2012, que aprovou o Orçamento do Estado da Bahia para o exercício de 2013, estimou as receitas e fixou as despesas do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) em R$160.907.893,00. No que se refere às despesas então fixadas, R$157.977.893,00 são para Despesas Correntes, inclusive Pessoal e Encargos, e R$2.930.000,00 para Despesas de Capital.

Entretanto, a aprovação de Crédito Suplementar através dos Decretos Financeiros nº 0 25 de 09/04/2013, no valor de R$190.529,00, e 043 de 23/05/2013, no valor de R$37.779,00 em favor deste Tribunal, perfaz um total geral do orçamento autorizado de R$161.136.201,00.

O processo de execução do Orçamento deste Tribunal é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320/1964, e obedece às normas estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias n.º 12.584, de 04/07/2012, e pelo Ato n.º 001, de 03/01/2013, do Presidente do Tribunal, que "Aprova o Orçamento Analítico do Tribunal de Contas do Estado da Bahia para o exercício de 2013".

A movimentação orçamentária e financeira deste TCE/BA, durante o primeiro trimestre de 2013, encontra-se apresentada na sequência.

11.2 QUADRO DE COTAS

Foi repassado pela Diretoria do Tesouro (DEPAT) o total de R$37.499.000,00, para o período de abril a junho do corrente exercício, mediante liberações de recursos (LRs) vinculadas a Pessoal e Encargos Sociais e Demais Despesas, Fonte 100. Ressalte-se que os valores referentes às Fontes 113, 126, 131 e 137 correspondem a recursos de terceiros, e não se encontram inseridos no total acima, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 16 – Recursos previstos e recebidos (TCE/BA) R$1,00

VINCULAÇÃO RECURSO	FONTE	PREVISTO		RECEBIDO	
		R$	%	R$	%
Pessoal	100	34.096.000,00	90,63	34.096.000,00	90,84
Demais despesas	100	3.403.000,00	9,04	3.403.000,00	9,06
TOTAL DA FONTE 100	**100**	**37.499.000,00**	**99,67**	**37.499.000,00**	**99,9**
PROMOEX/CEF	131	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNTCE	113	80.000,00	0,21	36.262,17	0,10
TCE/BIRD	137	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNTCE	126	44.000,00	0,12	0,00	0,00
TOTAL		**37.623.000,00**	**100,00**	**37.535.262,17**	**100,00**

Fonte: Sistema Betha Sapo/IF.

11.3 DESPESA EMPENHADA

O total da despesa empenhada no segundo trimestre atingiu o montante de R$48.629.913,80, relativo aos empenhos apropriados até 31 de junho, neles incluídos os saldos dos empenhos por estimativa, visando atender a compromissos relativos à prestação de serviços ao Tribunal.

A execução orçamentária da despesa acumulada até o segundo trimestre de 2013, correspondente a 54,47% do total do Orçamento (R$161.068.021,21), gera um saldo para o período de julho a dezembro de R$73.337.278,89, correspondendo a 45,53% da despesa autorizada para o exercício.

Desdobrando a despesa empenhada no segundo trimestre, por projeto/atividade, tem-se:

Tabela 17 – Detalhamento da despesa empenhada (TCE/BA) R$1,00

PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA EMPENHADA	
	R$	%
Auditoria e Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado	28.651.721,30	58,91
Desenvolvimento e Suporte Institucional do TCE	125.860,10	0,26
Realização de Concurso Público	0,00	0
Apreciação, Julgamento e Divulgação dos Resultados do Controle Externo	8.573.512,77	17,63
Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do TCE – FUNTCE	0,00	0
Construção do Anexo à Sede dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios	0,00	0
Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos	1.234.863,74	2,54
Encargos com Concessionárias de Serviços Públicos	71.000,00	0,15
Administração de Pessoal e Encargos	8.223.027,25	16,91
Encargos com Benefícios Especiais	1.356,00	0,01
Modernização do Sistema de Controle Externo do Estado – PROMOEX	127.920,00	0,26
Comunicação Legal	60.000,00	0,12
Reforma das Instalações Físicas do Prédio Sede do TCE	65.500,00	0,13
Assistência Médica e Odontológica dos Servidores e Empregados Públicos	877.917,97	1,81
Auxílio Transporte e Alimentação aos Servidores e Empregados Públicos	617.234,67	1,27
Encargos com Locação de Mão de Obra	0,00	0,00
TOTAL	**48.629.913,80**	**100,00**

Fonte: Sistema Betha Sapo/IF/SICOF/SEFAZ.

11.4 DESPESA PAGA

Os pagamentos relativos à execução orçamentária do exercício, realizados durante o segundo trimestre, atingiram o total de R$33.620.940,48.

Por projeto/atividade, os pagamentos realizados no segundo trimestre estão representados na Tabela 18.

Tabela 18 – Detalhamento da despesa paga por projeto/atividade (TCE/BA) R$1,00

PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA PAGA	
	R$	%
Auditoria e Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado	18.777.795,74	55,84
Desenvolvimento e Suporte Institucional do TCE	53.727,76	0,16
Realização de Concurso Público	0,00	0,00
Apreciação, Julgamento e Divulgação dos Resultados do Controle Externo	5.658.010,51	16,83
Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do TCE – FUNTCE	0,00	0,00
Construção do Anexo à Sede dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios	0,00	0,00
Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos	879.333,48	2,62
Administração de Pessoal e Encargos	5.471.966,22	16,28
Encargos com Benefícios Especiais	1.356,00	0,01
Modernização do Sistema de Controle Externo do Estado – PROMOEX	149.300,28	0,44
Comunicação Legal	88.168,50	0,26
Encargos com Locação de Mão de Obra	0,00	0,00
Reforma das Instalações Físicas do Prédio Sede do TCE	83.392,01	0,25
Assistência Médica e Odontológica dos Servidores e Empregados Públicos	514.545,64	1,53
Auxílio Transporte e Alimentação aos Servidores e Empregados Públicos	1.764.422,45	5,25
Encargos com Concessionárias de Serviços Públicos	178.921,89	0,53
TOTAL	**33.620.940,48**	**100,00**

Fonte: Sistema Betha Sapo/IF/SICOF/SEFAZ.

Por grupo/elemento de despesa, os pagamentos realizados no segundo trimestre estão representados na Tabela 19, na sequência:

Tabela 19 – Detalhamento da despesa paga por grupo de despesa/elemento (TCE/BA) R$1,00

GRUPO DE DESPESA/ ELEMENTO	DESPESA PAGA	
	R$	%
PESSOAL E ENCARGOS	**30.229.516,70**	**89,91**
Pessoal Ativo – TCE	30.229.516,70	89,91
Contratação p/ prazo determinado – P. Civil	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**3.237.223,50**	**9,63**
Serviços Terceiros – P. Jurídica	856.801,62	0,26
Contribuições	0,00	0,00
Diárias	134.437,80	0,48
Material de Consumo	98.935,44	0,29
Locação de Mão-de-obra	238.986,16	0,71
Passagens e Despesas com Locomoção	49.803,99	0,15
Indenizações e Restituições	18.072,38	0,05
Serviços Terceiros – P. Física	74.028,56	0,22
Despesas de Exercícios Anteriores	467.391,17	1,39
Obrigações Tributárias e Contributivas	222,60	0,01
Comunicação Legal	0,00	0,00
Serviço de Consultoria	0,00	0,00
Auxílio – Transporte	145.598,45	0,43
Auxílio – Alimentação	1.151.589,33	3,43
Outros Benefícios Assistenciais	1.356,00	0,01
Realização de Concurso Público	0,00	0,00
INVESTIMENTOS		**0,46**
	154.200,28	0,46
TOTAL	**33.620.940,48**	**100,00**

Fonte: Sistema Betha Sapo/IF/SICOF/SEFAZ.

11.5 DÍVIDA FLUTUANTE

A dívida flutuante a cargo deste Tribunal, inscrita em Restos a Pagar e Depósitos do exercício de 2012, é de R$441.685,91, no entanto, destas despesas já foi pago o valor de R$296.047,83, restando um saldo de R$145.638,08.

11.6 LICITAÇÕES, CONTRATAÇÕES E CONVÊNIOS

As licitações e contratações realizadas e os principais convênios celebrados, no segundo trimestre de 2013, pelo TCE/BA encontram-se relacionados no Apêndice C deste Relatório.

12 FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TCE/BA (FUNTCE)

12.1 ORÇAMENTO DO FUNTCE

A Lei nº 12.612, de 28/12/2012, que aprovou o Orçamento do Estado da Bahia para o exercício de 2013, estimou as receitas e fixou as despesas do Fundo de Modernização do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (FUNTCE) em R$475.000,00, estas alocadas na Atividade 2141 – Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do TCE e no Projeto 7885 – Realização de Concurso Público, conforme detalhamento da Tabela 20.

Tabela 20 – Despesas orçadas (FUNTCE) R$1,00

DESCRIÇÃO	VALOR	
	R$	%
Atividade 2141 – Aperfeiçoamento Técnico-Profissional do TCE		
Diárias – Civil	15.000,00	3,03
Material de Consumo	10.000,00	2,02
Passagens e Despesa com Locomoção	30.000,00	6,06
Serviços de Consultoria	50.000,00	10,10
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	15.000,00	3,03
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	272.000,00	54,95
Obrigações Tributárias e Contributivas	3.000,00	0,61
Equipamentos e Material Permanente	100.000,00	20,20
TOTAL	**495.000,00**	**100,00**
Projeto 7885 – Realização de Concurso Público		
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	250.000,00	100,00
TOTAL	**250.000,00**	**100,00**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (FIPLAN).

Conforme estabelece o art. 279 do Regimento Interno do TCE/BA, a administração financeira do FUNTCE obedece, no que couber, às disposições da Lei Federal n.º 4.320/1964, da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), da legislação pertinente a contratos e licitações, bem como às instruções e normas fixadas pelo TCE/BA.

No que se refere às receitas do FUNTCE, o art. 278 do Regimento Interno estabelece que serão recolhidas à conta do Fundo, por meio de Documento Especial de Recolhimento (DER), de acordo com o código específico.

A movimentação orçamentária e financeira do FUNTCE, durante o segundo trimestre de 2013, encontra-se apresentada na sequência.

12.2 RECEITA REALIZADA

No transcurso do segundo trimestre de 2013, foram realizadas receitas no montante de R$36.262,17, distribuído na forma da Tabela 21.

Tabela 21 – Detalhamento da receita realizada (FUNTCE) R$1,00

MÊS	RECEITA REALIZADA						
	TAXAS	MULTAS	CERTIDÕES	ALIENAÇÃO DE BENS	FINANCEIRAS	TOTAL	%
Abril	561,55	6.694,83	-	-	5.012,85	**12.269,23**	**33,83**
Maio	196,39	7.557,34	-	-	4.894,47	**12.648,20**	**34,88**
Junho	247,68	6.009,17	-	-	5.087,89	**11.344,74**	**31,29**
TOTAL	**1.005,62**	**20.261,34**	**-**	**-**	**14.995,21**	**36.262,17**	**100,00**
%	**2,77**	**55,87**	**-**	**-**	**41,36**	**100,00**	

Fontes: Extratos Bradesco.

12.3 DESPESA EMPENHADA

No segundo trimestre de 2013, não foram empenhadas despesas no âmbito do FUNTCE.

12.4 DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Em 30/06/2013, a disponibilidade financeira do FUNTCE alcançou o valor de R$906.175,67, que se encontra depositado no Banco Bradesco conforme apresentado na Tabela 22.

Tabela 22 – Disponibilidade financeira (FUNTCE) R$1,00

DESCRIÇÃO	VALOR	
	R$	%
Conta Corrente	0,00	0,00
Aplicação Financeira	906.175,67	100,00
TOTAL	**906.175,67**	**100,00**

Fontes: Extratos Bradesco.

12.5 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

A movimentação financeira do FUNTCE, no período, pode ser assim resumida:

Tabela 23 – Movimentação financeira (FUNTCE) R$1,00

DESCRIÇÃO	VALOR	
	R$	%
Saldo bancário em 31 de março de 2013	**869.913,50**	**96,00**
(+) Receitas de abril de 2013		
- depósitos (multas, taxas, certidões ealienações de bens)	7.256,38	0,80
- rendimento de aplicação financeira	5.012,85	0,55
(-) Despesas de abril de 2013	-	-
Saldo em 31/04/2013	**882.182,73**	**97,35**
(+) Receitas de maio de 2013		
- depósitos (multas, taxas e certidões)	7.753,73	0,85
- rendimento de aplicação financeira	4.894,47	0,54
(-) Despesas de maio de 2013	-	-
Saldo em 31/05/2013	**894.830,93**	**98,74**
(+) Receitas de junho de 2013		
- depósitos (multas, taxas e certidões)	6.256,85	0,69
- rendimento de aplicação financeira	5.087,89	0,57
(-) Despesas de junho de 2013	-	-
Saldo em 31/06/2013	**906.175,67**	**100,00**

Fontes: Extratos Bradesco.

Os recursos do FUNTCE continuam sendo aplicados no CDB Fácil Bradesco, que se trata de um Certificado de Depósito Bancário, emitido pelo Bradesco, com rentabilidade composta diretamente por um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A referida aplicação é indicada ao investidor com perfil conservador, oferece rentabilidade com liquidez diária e possibilita a baixa automática mediante autorização do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA).

13 CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA AUDITORIA (CEDASC)

13.1 ORÇAMENTO DO CEDASC

O orçamento aprovado pela Lei n.º 12.612/2012, de 28/12/2012, consignou para o CEDASC o valor de R$15.854.945,00, cujas dotações encontram-se detalhadas no orçamento analítico, apreciado pelo Conselho de Administração e Fiscalização (CAF) e aprovado através do Ato CAF n.º 01/2013, publicado no DOE de 09/01/2013.

O Decreto Financeiro n.º 13/2013, publicado no DOE de 12/03/2013, implementou superávit financeiro de R$2.104,00 e excesso de arrecadação de R$8.500,00, totalizando R$10.604,00, recursos oriundos do convênio 01/2007, celebrado entre o Instituto Rui Barbosa – IRB, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCE/BA e o CEDASC, alterando o valor do orçamento analítico do CEDASC para R$15.865.549,00.

O Ato CAF n.º 07/2013, publicado no DOE de 20/03/2013, regulou o disposto no Decreto Financeiro n.º 13/2013 e também remanejou recursos entre elementos de despesa do orçamento analítico do CEDASC, num total de R$39.500,00, este último não impactou o valor do orçamento analítico do CEDASC.

O Decreto Financeiro n.º 19, de 01/04/2013, publicado no DOE, de 02/04/2013, e o Ato n.º 08, de 22/04/2013, publicado no DOE de 20/03/2013, formalizaram a alteração do orçamento analítico para R$15.933.122,00, tendo em vista o superávit financeiro de R$67.573,00, oriundos do Convênio n.º 04/2010, celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), o TCE/BA e o CEDASC.

O Ato n.º 13 de 20/05/2013, publicado no DOE de 21/05/2013, remanejou recursos entre elementos de despesa, num total de R$6.667,35, sem alteração do valor do orçamento analítico do CEDASC.

Demonstra-se a seguir a execução orçamentária e financeira no período.

13.2 DESPESA EMPENHADA

As despesas empenhadas no período somaram R$3.377.206,21, cuja distribuição por categoria econômica e por programas, projetos e atividades, apresentou a seguinte composição:

Tabela 24 – Despesa empenhada (CEDASC) R$1,00

PROGRAMA DE GOVERNO/ PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA EMPENHADA				
	PESSOAL	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL	%
161 – Aperfeiçoamento do Controle Externo Estadual	-	**601.774,87**	**318.624,44**	**920.399,31**	**27,25**
7380 – Implementação de Novas Soluções Tecnológicas para o TCE	-	164.671,15	118.145,00	282.816,15	8,37
1206 – Modernização da Gestão do CEDASC	-	-	-	-	-
1521 – Ampliação do Parque Computacional de Tecnologia da Informação	-	-	67.839,44	67.839,44	2,01
4046 – Funcionamento dos Sistemas de Informação do TCE	-	437.103,72	132.640,00	569.743,72	16,87
500 – Ações de Apoio Administrativo do Poder Legislativo	**1.751.385,29**	**700.632,61**	**4,789,00**	**2.456.806,90**	**72,75**
2000 – Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos	-	224.832,46	4.789,00	229,621,46	6,80
2001 – Administração de Pessoal e Encargos	1.751.385,29	-	-	1.751.385,29	51,86
2002 – Manutenção dos Serviços de Informática	-	371.641,00	-	371.641,00	11.00
2009 – Encargos com Benefícios Especiais	-	388.,20	-	388,20	0,01
2013 – Auxílios Transp. e Alim. Servidores e Empregados Públicos	-	79.122,15	-	79.122,15	2,34
2018 – Encargos com Concessionárias de Serviços Públicos	-	9.000,00	-	9.000,00	0,27
2020 – Comunicação Legal	-	15.648,80	-	15.648,80	0,46
TOTAL EMPENHADO NO 2º TRIMESTRE	**1.751.385,29**	**1.302.407,48**	**323.413,44**	**3.377.206,21**	**100,00**
TOTAL ACUMULADO NO EXERCÍCIO	**3.438,828,34**	**2.425.283,43**	**454.218,00**	**6.318.329.77**	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (FIPLAN).

13.3 DESPESA PAGA

As despesas pagas no primeiro trimestre somaram R$2.475.070,52, cujo detalhamento por projeto/atividade apresenta-se comparado, na tabela seguinte, com os valores autorizados no orçamento e os empenhados no trimestre:

Tabela 25 – Execução da despesa (CEDASC) R$1,00

PROGRAMA DE GOVERNO/PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA		
	AUTORIZADA	EMPENHADA	PAGA
161 – Aperfeiçoamento do Controle Externo Estadual	**3.627.122,00**	**920.399,31**	**588.212,56**
7380 – Implementação de Novas Soluções Tecnológicas para o TCE	1.134.000,00	282.816,15	252.470,10
1206 – Modernização da Gestão do CEDASC	130.000,00	-	8.865,00
1521 – Ampliação do Parque Computacional de Tecnologia da Informação	815.000,00	67.839,44	56.196,00
4046 – Funcionamento dos Sistemas de Informação do TCE	1.548.122,00	569.743,72	270.681,46
500 – Ações de Apoio Administrativo do Poder Legislativo	**12.306.000,00**	**2,456.806,90**	**1.886.857,96**
2000 – Manutenção dos Serv. Técnicos e Administrativos	626.000,00	229.621,46	104.865,62
2001 – Administração de Pessoal e Encargos	10.399.000,00	1.751.385,29	1.499.402,87
2002 – Manutenção dos Serviços de Informática	953.000,00	371.641,00	212.626.27
2009 – Encargos com Benefícios Especiais	6.000,00	388,20	1.532,40
2013 – Auxílios Transp. e Alimentação dos Serv. Públicos	246.000,00	79.122,15	56.331,58
2018 – Encargos com Concessionárias de Serv. Públicos	36.000,00	9.000,00	3.197,02
2020 – Comunicação Legal	40.000,00	15.648,80	8.902,20
TOTAL DA ENTIDADE	**15.933.122,00**	**3.377.206,21**	**2.475.070,52**

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (FIPLAN).

13.4 LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIRETAS

O CEDASC continua priorizando em suas contratações a modalidade de licitação denominada "Pregão", sempre que a natureza do objeto permite, a fim de garantir maior transparência, economia e simplificação do processo à Administração.

Assim, no segundo trimestre de 2013, foram realizados 07 procedimentos licitatórios, todos na modalidade Pregão Presencial, e concluídos e homologados até 30/06/2013. A importância total licitada foi de R$2.115.565,63, com destaque para a aquisição de suprimentos de informática e a aquisição delicenças de uso de sistemas operacionais para servidores e banco de dados.

Além das licitações, foram realizadas 13 dispensas de licitação, todas com fulcro no art. 59, inciso II, da Lei Estadual n.º 9.433/05, conhecidas como "dispensas de baixo valor", no total de R$39.126,18, a exemplo de inscrição de servidores no 14.º Fórum Internacional de Software Livre (FISL) e aquisição de lincença de uso de e prestação de serviços de suporte técnico para os serviços de biblioteca do TCE.

Ademais, foi realizada 1 inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 60, caput, da Lei Estadual nº 9.433/05, com valor total de R$34.200,00, para a prestação de serviços de manutenção de no-breaks, estabilizadores e sensores térmicos para a infraestrutura de tecnologia.

APÊNDICES

APÊNDICES

A, B e C

APÊNDICE A – JULGAMENTO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE ADMINISTRADOR, ORDENADOR DE DESPESA E SECRETÁRIO DE ESTADO

N.º PROCESSO	ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE	EXERC.	RELATOR/REVISOR	DELIBERAÇÃO
TCE/001629/10	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A (EBDA)	2009	Cons. Filemon Matos Subst. Cons. Pedro Humberto Barretto	À unanimidade, aprovar as contas, com fulcro no art. 24, inciso I da Lei Complementar n.º 005/1991 e inciso II do art. 122 do Regimento Interno deste Tribunal, fazendo ressalvas quanto às ocorrências destacadas pelos técnicos da 3ª Coordenadoria, recomendações para que sejam adotadas providências no sentido de solucionar as falhas de controle e impropriedades apontadas, observando com mais rigor as normas técnicas específicas, e, por maioria de votos, aplicação de multa no valor de R$ 1.000,00 ao Gestor, em razão das reincidências verificadas, liberando de responsabilidade os demais diretores da EBDA e dando quitação aos responsáveis por adiantamentos havidos por regulares na instrução.
TCE/000345/09	Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (SEINFRA)	2008	Cons. Gildásio Penedo Filho Cons. Filemon Matos	À unanimidade, diante do que consta da instrução dos autos, aprovar as contas, liberando de responsabilidade a Gestora.
TCE/001680/09	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (EMBASA)	2008	Cons. Gildásio Penedo Filho Cons. Filemon Matos	À unanimidade, aprovar as contas, com recomendações para que sejam considerados os pontos contidos no Relatório de Auditoria, com o propósito de corrigir as diversas falhas procedimentais, observando os princípios constitucionais e a legislação vigente, liberando de responsabilidade o Gestor.
TCE/000669/11	Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB)	2010	Cons. Antonio Honorato Cons. Inaldo Araújo	À unanimidade, aprovar as contas, com recomendações e ressalvas quanto aos fatos mencionados no voto do Conselheiro Relator, liberando de responsabilidade o Gestor.
TCE/000622/12	Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB)	2011	Cons. Pedro Lino Cons. Filemon Matos	À unanimidade, aprovar as contas, com as ressalvas contidas no pronunciamento do Ministério Público de Contas, nos termos do art. 24, inciso I da Lei Complementar n.º 005/1991 e do art. 123, inciso II do Regimento Interno deste Tribunal, liberando de responsabilidade o Gestor, e conferindo quitação aos responsáveis por adiantamentos devidamente comprovados.
TCE/000288/10	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia (SETRE) **Relatório de Atividades**	2009	Cons. Gildásio Penedo Filho Cons. Filemon Matos	Por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, recepcionar os presentes autos como Prestação de Contas e, à unanimidade, aprovar e liberar de responsabilidade o Gestor, em conformidade com o inciso I do art. 24 da Lei Complementar n.º 005/1991, e inciso II do art. 122 do Regimento Interno deste Tribunal.
TCE/000719/11	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC)	2010	Cons. Filemon Matos Cons. Pedro Lino	À unanimidade, aprovar as contas, com fulcro no art. 24, inciso I da Lei Complementar n.º 005/91 e inciso II do art. 122 do Regimento Interno deste Tribunal, com ressalvas quanto às ocorrências apontadas pelos técnicos da 6ª Coordenadoria, recomendações para que sejam adotadas providências no sentido de solucionar as falhas de controle e impropriedades verificadas pela auditoria na execução das despesas, observando com mais rigor as normas técnicas específicas, e aplicação da multa no valor de R$ 1.000,00 ao Gestor em razão das reincidências verificadas, dando quitação aos responsáveis por adiantamentos havidos por regulares na instrução.
TCE/000914/11	Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia (HEMOBA)	2010	Cons. Almir Pereira da Silva Cons. Filemon Matos	À unanimidade, aprovar as contas, com ressalvas em função das deficiências de controle interno e da não aplicação correta das normas referentes à licitação, liberando de responsabilidade, por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, o Gestor.
TCE/001210/12	Secretaria de Relações Institucionais do Estado da Bahia (SERIN) **Relatório de Atividades**	2011	Cons. Filemon Matos Cons. Inaldo Araújo	Por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, recepcionar os presentes autos como Prestação de Contas referente ao exercício de 2011, aprovando, em conformidade com o inciso I do art. 24 da Lei Complementar n.º 005/1991 e inciso II do art. 122, do Regimento Interno deste Tribunal e, à unanimidade, liberar de responsabilidade o Titular da Pasta, fazendo observações quanto à necessidade de ser aperfeiçoado o sistema de controle interno do órgão, de forma a viabilizar uma avaliação consistente dos resultados alcançados, possibilitando que os Relatórios apresentados contenham relato circunstanciado das atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas da SERIN, com descrição de programas de governo e evidenciando a avaliação dos resultados alcançados dentro da perspectiva da eficácia, eficiência e economia, em conformidade com os incisos I e II do art. 74 da Constituição da República Federativa do Brasil, e inciso I do art. 24 da Lei Complementar n.º 005/1991 e inciso II do art. 122, do Regimento Interno deste Tribunal.

N.º PROCESSO	ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE	EXERC.	RELATOR/REVISOR	DELIBERAÇÃO
TCE/001484/11	Secretaria de Relações Institucionais do Estado da Bahia (SERIN) **Relatório de Atividades**	2010	Cons. Pedro Lino Cons. Almir Pereira da Silva	Por voto de desempate do. Conselheiro Presidente Zilton Rocha, recepcionar os presentes autos como Prestação de Contas, aprovando, com recomendações no sentido de que nas próximas prestações de contas seja observados os requisitos necessários à formalização do processo, nos termos do art. 24, inciso I da Lei Complementar n.º 005/1991 combinado com o art. 122, inciso II do Regimento Interno deste Tribunal, liberando de responsabilidade, à unanimidade, os seus Titulares.
TCE/000488/11	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB)	2010	Cons. Inaldo Araújo Cons. Filemon Matos	À unanimidade, aprovar as contas, recomendando que sejam adotadas as medidas necessárias à correção das impropriedades apontadas pela auditoria, liberando de responsabilidade o Gestor, nos termos do art. 24, inciso I da Lei Complementar n.º 005/1991, combinado com o art. 122, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.
TCE/000145/10	Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional da Bahia (SEDIR) Gabinete do Secretário (GASEC) Diretoria de Administração e Finanças (DAF) Coordenação de Programas Regionais (CPR) Coordenação de Políticas do Desenvolvimento Regional (CPDR)	2009	Cons. Inaldo Araújo Cons. Pedro Lino	À unanimidade, aprovar as contas da Coordenação de Políticas do Desenvolvimento Regional (CPDR), e aprovar com recomendações as contas do Gabinete do Secretário (GASEC), da Coordenação de Programas Regionais (CPR) e da Diretoria de Administração e Finanças (DAF), no sentido de que sejam adotadas medidas necessárias para o saneamento das falhas identificadas pela auditoria, principalmente no que tange ao planejamento, controle e acompanhamento da celebração e execução dos contratos e convênios e ao atendimento às formalidades legais, liberando de responsabilidade os respectivos Gestores, de 01/01 a 02/10/2009 e de 03/10 a 31/12/2009 Coordenação de Políticas do Desenvolvimento Regional; Gabinete do Secretário; Diretoria de Administração e Finanças e Coordenação de Programas Regionais, outorgando quitação aos responsáveis pelos adiantamentos regularmente comprovados.
TCE/003453/07	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER)	2006	Cons. Almir Pereira da Silva Cons. Antonio Honorato	À unanimidade, aprovar com ressalvas as contas da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), aplicando multa no valor de R$ 1.000,00 ao Gestor, em razão das falhas e irregularidades formais, nos termos dos art. 24, inciso I, art. 35, inciso II e art. IV da Lei Complementar nº 005/1991, combinado com o art. 122, inciso II do Regimento Interno deste Tribunal; e aprovar as contas, do Fundo Especial de Equipamento da Região Metropolitana de Salvador (FEREM), liberando de responsabilidade o Gestor, nos termos do art. 123, inciso I do Regimento Interno deste Tribunal e o art. 24, inciso I, da Lei Complementar nº 005/1991.
TCE/000418/07	Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ) **Relatório de Atividades**	2006	Cons. Antonio Honorato Cons. Almir Pereira da Silva	À unanimidade, aprovar as contas, com recomendações para o saneamento das ocorrências indicadas pela Auditoria em suas unidades, sobretudo quanto à necessidade de aprimoramento do controle interno estadual, liberando de responsabilidade o Titular da Pasta,. Como prevê o art. 7º da Lei Complementar n.º 005/1991.
TCE/000385/08	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB)	2007	Cons. Almir Pereira da Silva Cons. Pedro Lino	À unanimidade, aprovar as contas, com ressalvas, recomendações e aplicação da multa no valor de R$ 1.000,00 ao Gestor, em razão das falhas e irregularidades formais, nos termos do art. 24, inciso I, do art. 35, inciso I da Lei Complementar n.º 005/1991, combinado com o art. 122, inciso II do Regimento Interno deste Tribunal.
TCE/000298/10	Superintendência de Desportos do Estado da Bahia (SUDESB)	2009	Cons. Almir Pereira da Silva Cons. Pedro Lino	À unanimidade, aprovar as contas, com ressalvas e recomendações, em razão das falhas e irregularidades formais, nos termos do art. 24, inciso I da Lei Complementar n.º 005/1991, combinado com o art. 122, inciso II, e quitação aos responsáveis pelos adiantamentos, nos termos do art. 123, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.
TCE/000989/11	Instituto de Artesanato Visconde de Mauá (MAUÁ)	2010	Cons. Pedro Lino Cons. Filemon Matos	Por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, com fundamento no art. 122, inciso II do Regimento Interno deste TCE, aprovar com ressalvas as contas, considerando, principalmente, as falhas relatadas nos itens V.5.1 e V.8.2.1, e aplicando multa à sua responsável, no valor de R$ 1.000,00, conforme previsto no art. 203 do Regimento Interno deste Tribunal, combinado com o art. 35, inciso II da Lei Complementar n.º 005/91, face ao ato praticado com grave infração à norma legal item V.8.2.1, fazendo recomendações para a adoção de providências necessárias à correção das falhas verificadas e prevenção da ocorrência de outras semelhantes, conferindo quitação aos responsáveis por adiantamentos regularmente comprovados.

N.º PROCESSO	ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE	EXERC.	RELATOR/REVISOR	DELIBERAÇÃO
TCE/000906/11	Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR) Diretoria Geral (DG) Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico (CORESAB) Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS)	2010	Cons. Antonio Honorato Cons. Filemon Matos	À unanimidade: a) aprovar as contas do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS) e da Comissão de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico (CORESAB), liberando de responsabilidade os respectivos Gestores; b) aprovar as contas da Diretoria Geral (DG), com recomendações para que as prestações de contas dos convênios que se enquadrem nas condições da Resolução n.º 86/2003 deste Tribunal sejam encaminhadas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR), bem como que seja determinado prazo à Secretaria para o envio das prestações de contas dos convênios com vigência até 31/12/2010, liberando de responsabilidade as Gestoras; c) dar quitação aos responsáveis pelos adiantamentos considerados regulares.
TCE/000503/08	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos(SJCDH) **Relatório de Atividades**	2007	Cons. Inaldo Araújo Cons. Almir Pereira da Silva	Por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, em recepcionar os presentes autos como Prestação de Contas, aprovando, liberando de responsabilidade, à unanimidade, a Titular da Pasta.
TCE/000823/11	Secretaria de Turismo de Estado da Bahia (SETUR) Diretoria Geral (DG) Superintendência de Serviços Turísticos (SUSET) Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos (SUINVEST)	2010	Cons. Pedro Lino Cons. Antonio Honorato	À unanimidade, aprovar as contas, com recomendações nos termos descritos no Relatório de Auditoria, fls. 64/65 dos autos, fundamentada no art. 24, inciso I da Lei Complementar n.º 005/1991, combinado com o art. 122, inciso II do Regimento Interno deste Tribunal, liberando de responsabilidade as Gestoras, e dando quitação aos responsáveis por adiantamentos regularmente comprovados.
TCE/001537/11	Casa Militar do Governador **Relatório de Atividades**	2010	Cons. Antonio Honorato Subst. Cons. Lilian Damasceno Ferreira	Por voto de desempate do. Conselheiro Presidente Zilton Rocha, em recepcionar os presentes autos como Prestação de Contas, aprovando, com ressalvas quanto às inobservâncias registradas e recomendações para o saneamento das ocorrências indicadas pela auditoria, liberando de responsabilidade, à unanimidade, o Titular da Pasta.
TCE/001202/12	Secretaria de Administração Penitenciaria e Ressocialização (SEAP) **Relatório de Atividades**	2011	Cons. Filemon Matos Cons. Pedro Lino	Por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, em recepcionar os presentes autos como Prestação de Contas e, à unanimidade, aprovar, fazendo, por maioria de votos, ressalvas quanto à ausência da avaliação do controle interno, e recomendações no sentido de que seja aperfeiçoado o sistema de controle interno do órgão, liberando de responsabilidade, à unanimidade, o Titular da Pasta.
TCE/000644/12	Procuradoria Geral do Estado (PGE) Diretoria Geral (DG)	2011	Cons. Gildásio Penedo Filho Cons. Carolina Costa	À unanimidade, em aprovar as contas, e, por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, fazer recomendações com relação ao cumprimento dos prazos previstos para conclusão dos processos de sindicância, nos termos do § 1º do art. 10 da Resolução Regimental n.º 12/1993, liberando de responsabilidade, à unanimidade, o Gestor, consoante o disposto no art. 24, inciso I da Lei Orgânica desta Corte de Contas.

N.º PROCESSO	ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE	EXERC.	RELATOR/REVISOR	DELIBERAÇÃO
TCE/000246/10	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia (SEDES) Diretoria Geral (DG) Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) Superintendência de Ação Social (SAS) Coordenação de Defesa Civil (CORDEC) Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FECRIANÇA)	2009	Cons. Pedro Lino Cons. Antonio Honorato	À unanimidade: a) aprovar com ressalvas, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.° 005/1991, as contas da Diretoria Geral (DG), diante das irregularidades registradas no relatório de auditoria, aplicando, por maioria de votos, multa no valor de R$1.000,00 ao Gestor, conforme previsto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o art. 35, incisos II e VI da Lei Complementar 005/1991; b) por maioria de votos, aprovar, com ressalvas e recomendações, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.° 005/1991, as contas do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), aplicando, por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, multa no valor de R$ 1.000,00 ao Gestor, conforme previsto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o art. 35, incisos II e VI da Lei Complementar 005/1991; c) à unanimidade, aprovar as contas da Superintendência de Assistência Social (SAS), na gestão de 01/01/2009 a 22/01/2009, liberando de responsailidade a Ordenadora da despesa, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.° 005/1991; d) por maioria de votos, aprovar com ressalvas, nos termos do art. 24, I, da Lei Complementar Estadual n.° 005/1991, as contas da Superintendência de Assistência Social (SAS), na gestão de 23/01/2009 a 31/12/2009, , diante das irregularidades registradas no relatório de auditoria, aplicando , por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, multa no valor de R$1.000,00 à Gestora, conforme previsto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o art. 35, incisos II e VI da Lei Complementar 005/1991; e) por maioria de votos, aprovar com recomendações as contas da Coordenação de Defesa Civil (CORDEC), nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.° 005/1991, para a adoção de providências necessárias à correção das falhas verificadas e prevenção da ocorrência de outras semelhantes, liberando de responsabilidade o Ordenador da despesa; f) à unanimidade, aprovar as contas do Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FECRIANÇA), liberando de responsabilidade a Ordenadora da despesa, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.° 005/1991; g) à unanimidade, dar quitação aos responsáveis por adiantamentos considerados regulares.
TCE/001232/09	Empresa Gráfica da Bahia (EGBA)	2008	Cons. Inaldo Araújo Cons. Antonio Honorato	À unanimidade, aprovar as contas, com recomendações no sentido de que envide esforços para sanar as falhas verificadas nos relatórios de auditoria e de diligência, e ressalvas pela não comprovação da aquisição antieconômica do bem, outorgando quitação aos responsáveis, Diretor Geral de 01/01 a 27/11/2008, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor Técnico de 01/01 a 31/05/2008 e Diretor Técnico de 01/06 a 31/12/2008, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 005/1991, combinado com o art. 122, inciso II, da Resolução n.º 18/1992 em aprovar plenamente as contas do Diretor Geral de 28/11 a 31/12/2008, em face do seu reduzido tempo de Gestão.
TCE/000672/11	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia (SEDES) Diretoria Geral (DG) Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) Superintendência de Ação Social (SAS) Coordenação de Defesa Civil (CORDEC) Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FECRIANÇA)	2010	Cons. Pedro Lino Cons. Gildásio Penedo Filho	À unanimidade: a) aprovar as contas da Diretoria Geral (DG), com as ressalvas registradas no Relatório de Auditoria, e, por maioria de votos, aplicar multa no valor de R$ 1.000,00 ao Gestor; b) por maioria de votos, aprovar com recomendações as contas do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e da Superintendência de Ação Social (SAS), liberando de responsabilidade os respectivos Gestores; c) à unanimidade, aprovar as contas da Coordenação de Defesa Civil (CORDEC) e do Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FECRIANÇA), liberando de responsabilidade os respectivos Gestores, com as recomendações constantes do parecer do Ministério Publico, nos termos do art. 24, inciso I da Lei Complementar; d) à unanimidade, dar quitação aos responsáveis por adiantamento considerados regulares.

N.º PROCESSO	ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE	EXERC.	RELATOR/REVISOR	DELIBERAÇÃO
TCE/000244/10	Ministério Público (MP) Diretoria Administrativa (DA) Superintendência de Gestão Administrativa (SGA) Diretoria de Programação e Gestão Orçamentária (DPGO) Corregedoria Geral do Ministério Público (CG) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Cíveis e Fundações (CAOCIF) Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais (CAOCRIM) Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor (CEACON) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Meio Ambiente (CEAMA) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude (CAOPJIJ) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Cidadania (CAOCI) Núcleo Mata Atlântica (NUMA) Promotoria de Justiça Regional de Vitória da Conquista(PJRVC) Defesa da Bacia do Rio São Francisco Fundo de Modernização do Ministério Público (FMMP)	2009	Cons. Inaldo Araújo Cons. Filemon Matos	À unanimidade: a) aprovar as prestações de contas da Diretoria de Programação e Gestão Orçamentária (DPGO); Corregedoria Geral do Ministério Público (CG); Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Cíveis e Fundações (CAOCIF); Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais (CAOCRIM); Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF); Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor (CEACON); Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Meio-Ambiente (CEAMA); Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude (CAOPJIJ); Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Cidadania (CAOCI); Núcleo Mata Atlântica (NUMA); Promotoria de Justiça Regional de Vitória da Conquista (PJRVC); Defesa da Bacia do Rio São Francisco; e Fundo de Modernização do Ministério Público (FMMP); b) aprovar, com recomendações para o saneamento das falhas apontadas no Relatório de Auditoria, as prestações de contas da Superintendência de Gestão Administrativa (SGA) e da Diretoria Administrativa (DA); c) expedir recomendações ao Ministério Público Estadual, no sentido de que sejam adotadas as providências necessárias para se evitar a repetição das irregularidades ensejadoras das ressalvas mencionadas; d) dar quitação aos responsáveis por adiantamentos considerados regulares.

N.º PROCESSO	ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE	EXERC.	RELATOR/REVISOR	DELIBERAÇÃO
TCE/001076/12	Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 (SECOPA) **Relatório de Atividades**	2011	Cons. Gildásio Penedo Filho Cons. Antonio Honorato	Por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, recepcionar os presentes autos como Prestação de Contas, e, à unanimidade, aprovar as contas, liberando de responsabilidade o Gestor, em conformidade com o inciso I, do art. 24 da Lei Complementar n.º 005/1991 e inciso II, do art. 122 do Regimento Interno deste Tribunal.
TCE/000243/10	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia (SJCDH) Diretoria Geral (DG) Superintendência de Assuntos Penais (SAP) Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos (SUDH) Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) Conselho Penitenciário (CP)	2009	Cons. Filemon Matos Subst. Cons. Almir Pereira da Silva	Por maioria de votos, com fulcro no art. 24, inciso I da Lei Complementar n.º 005/1991 e inciso II do art. 122 do Regimento Interno deste Tribunal, em: a) aprovar as contas da Superintendência de Assuntos Penais (SAP), com ressalvas em relação às falhas destacadas pela auditoria, particularmente pelo não atendimento às notificações por parte dos Gestores, e recomendações para que sejam adotadas medidas para a correção das demais falhas; b) aprovar as contas da Diretoria Geral (DG), com recomendações para que sejam adotadas medidas necessárias para a correção das falhas apontadas pela auditoria. c) aprovar as contas do Conselho Penitenciário (CP), da Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos (SUDH) e da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON); d) liberar de responsabilidade os respectivos Gestores relacionados na epígrafe.
TCE/006920/11	Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 (SECOPA) **Relatório de Atividades**	2010	Cons. Antonio Honorato Cons. Filemon Matos	À unanimidade, arquivar o feito, dada a inexistência de objeto, uma vez que a Secretaria Extraordinária para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 (SECOP) somente foi criada em 2011 e que no exercício de 2010 o Gestor era responsável pela unidade gestora Gerência de Ações para a Copa do Mundo 2014, vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia (SETRE).
TCE/000136/10	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB)	2009	Cons. Inaldo Araújo Cons. Antonio Honorato	Por maioria de votos, aprovar as contas, com ressalvas quanto ao contrato n.º 003/2009 e recomendações no sentido de que sejam adotadas as medidas necessárias à correção das impropriedades apontadas pela auditoria, liberando de responsabilidade o Gestor, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 005/1991, combinado com art. 122, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal.
TCE/000235/09	Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ) Diretoria Geral Chefe de Gabinete Diretoria de Engenharia Diretoria de Monitoramento e Informação Diretoria de Regulação Diretoria de Planejamento de Recursos Hídricos Diretoria de Ação Regional Diretoria Socioambiental Participativa Diretoria Administrativa e Financeira Coordenação de Gestão Estratégica Procuradoria Jurídica	2008	Cons. Inaldo Araújo Cons. Filemon Matos	Por maioria de votos, aprovar as contas, com ressalvas e recomendações, nos termos do art. 24, inciso I da Lei Complementar n.º 005/9991, combinado com art. 122, inciso II do Regimento Interno deste Tribunal, especificamente quanto à necessidade de dar continuidade aos esforços até então empreendidos para o aprimoramento do controle interno, liberando de responsabilidade o Gestor e dando quitação aos responsáveis por adiantamentos.

N.º PROCESSO	ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE	EXERC.	RELATOR/REVISOR	DELIBERAÇÃO
TCE/002471/11	Empresa de Habitação e Urbanização da Bahia S/A (URBIS)	2010	Cons. Antonio Honorato Subst. Cons. Almir Pereira da Silva	À unanimidade, aprovar as contas, com ressalvas devido à manutenção, durante o exercício, do Convênio n.º 039/1999, e recomendações para que sejam agilizadas providências para finalizar o processo de liquidação, dando quitação ao responsável, com fulcro no art. 24, inciso I da Lei Complementar n.º 005/1991, combinado com o art. 122, inciso II e art. 123, inciso II do Regimento Interno deste Tribunal.
TCE/002941/12	Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB)	2011	Cons. Inaldo Araújo Cons. Antonio Honorato	À unanimidade, aprovar as contas, com recomendações no sentido de que sejam adotadas as medidas necessárias à correção das impropriedades apontadas pela auditoria, liberando de responsabilidade os Gestores, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Complementar n.º 005/1991, combinado com o art. 122, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, outorgando quitação aos responsáveis por adiantamento.
TCE/002447/08	Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM)	2007	Cons. Inaldo Araújo Cons. Antonio Honorato	Por maioria de votos, nos termos do art. 24inciso I, da Lei Complementar Estadual n.° 005/1991, combinado com o art. 122, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, aprovar as contas, com recomendações no sentido de que sejam adotadas as medidas necessárias à correção das impropriedades apontadas pela auditoria, e ressalvas quanto à manutenção da contratação irregular da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FAPEX) por meio de dispensa de licitação; à manutenção de pagamentos de diárias indevidas a funcionários da FAPEX, no montante de R$ 74.900,88; à manutenção de terceirização de mão de obra justificada como contrato de consultoria, com burla ao instituto do concurso público para suprir pessoal do quadro permanente; ao pagamento irregular de encargos sobre a folha em percentuais superiores ao estabelecido em norma pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB); à manutenção de contrato irregular com o Centro Eduacacional de Tecnologia em Administração (CETEAD); à falta de apreciação jurídica na fase interna dos certames - Pregões: 002/2007, 003/2007 e 007/2007; e ao relatório da Comissão de Inventário com informações incompletas, liberando de responsabilidade, por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, os (Diretor Presidente de 08/01 a 07/05/2007), (Diretor Presidente de 07/05 a 31/12/2007), (Diretor Administrativo e Financeiro de 08/01 a 31/12/2007) e (Diretor Técnico de 26 a 31/12/2007). por maioria de votos, aprovar plenamente as contas dos (Diretor Presidente de 01/01 a 08/01/2007) (Diretor Técnico de 01/01 a 08/01/2007), em face do reduzido tempo de gestão, liberando de responsabilidade os Gestores.
TCE/000911/11	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia (SJCDH) **Relatório de Atividades**	2010	Cons. Filemon Matos Cons. Inaldo Araújo	Por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, recepcionar os presentes autos como Prestação de Contas e, à unanimidade, aprovar, liberando de responsabilidade os Titulares da Pasta no exercício, com observações quanto à necessidade de ser aperfeiçoado o sistema de controle interno do órgão, possibilitando que os Relatórios apresentados contenham relato circunstanciado das atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia (SJDH), com descrição de programas de governo e evidenciando a avaliação dos resultados alcançados dentro da perspectiva da eficácia, eficiência e economia, em conformidade com os incisos I e II do art. 74 da Constituição da República Federativa do Brasil, e inciso I do art. 24 da Lei Complementar n.º 005/1991 e inciso II do art. 122, do Regimento Interno deste Tribunal.

N.º PROCESSO	ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE	EXERC.	RELATOR/REVISOR	DELIBERAÇÃO
TCE/000907/11	Ministério Público (MP) Superintendência de Gestão Administrativa (SGA) Diretoria de Programação e Gestão Orçamentária (DPGO) Diretoria Administrativa (DA) Corregedoria Geral do Ministério Público (CG) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Cíveis e Fundalções (CAOCIF) Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais (CAOCRIM) Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Consumidor (CEACON) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Meio Ambiente (CEAMA) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude (CAOPJIJ) Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Cidadania (CAOCI) Núcleo Mata Atlântica (NUMA) Promotoria de Justiça Regional de Vitoria da Conquista (PJRVC) Defesa da Bacia do Rio São Francisco Fundo de Modernização do Ministério Público (FMMP)	2010	Cons. Antonio Honorato Cons. Filemon Matos	À unanimidade: a) aprovar as contas da Superintendência de Gestão Administrativa (SGA) e da Diretoria Administrativa (DA), com recomendações para que também seja considerada, na escolha da modalidade licitatória, a competitividade proporcionada pelo pregão na forma eletrônica, liberando de responsabilidade os respectivos Gestores; b) aprovar as contas das demais unidades do Ministério Público (MP), liberando de responsabilidade os respectivos Gestores; c) recomendar ao Ministério Público Estadual (MPE) que nas próximas contratações proceda à discriminação da natureza dos encargos que compõem a tabela de custos; d) dar quitação aos responsáveis pelos adiantamentos considerados regulares.

TCE/000856/04	Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB) Diretoria Administrativa (DA) 21ª Diretoria Regional de Saúde (DIRES) Centro Estadual de Oncologia (CICAN) 29ª Diretoria Regional de Saúde (DIRES) Hospital Regional de Vitoria da Conquista Hospital Ana Nery (HAN)	2003	Cons. Carolina Costa Cons. Pedro Lino	À unanimidade: a) aprovar as contas da 21ª Diretoria Regional de Saúde (DIRES), do Centro Estadual de Oncologia (CICAN), da 29ª Diretoria Regional de Saúde (DIRES), do Hospital Regional de Vitória da Conquista e do Hospital Ana Nery, com ressalvas em decorrência das irregularidades referidas no voto da Conselheira Relatora, liberando de responsabilidade os respectivos Gestores; b) desaprovar as contas da Diretoria Administrativa (DA), sob a responsabilidade do Gestor.

N.º PROCESSO	ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE	EXERC.	RELATOR/REVISOR	DELIBERAÇÃO
TCE/000695/05	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI) **Relatório de Atividades**	2004	Cons. Filemon Matos Cons. Gildásio Penedo Filho	Por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, em recepcionar os presentes autos como Prestação de Contas e, com fulcro no art. 24, inciso I da Lei Complementar n.º 005/1991, e inciso II do art. 122 do Regimento Interno deste Tribunal, à unanimidade, aprovar as contas, com ressalvas quanto à necessária supervisão hierárquica do Titular da Pasta em relação ao acompanhamento das ações e procedimentos administrativos adotados pelas unidades gestoras, liberando de responsabilidade o Titular da Pasta, fazendo observações quanto à necessidade de ser aperfeiçoado o sistema de controle interno do órgão, de forma a viabilizar uma avaliação consistente dos resultados alcançados, possibilitando que os Relatórios apresentados contenham relato circunstanciado das atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI), com descrição de programas de governo e evidenciando a avaliação dos resultados alcançados dentro da perspectiva da eficácia, eficiência e economia, em conformidade com os incisos I e II do art. 74 da Constituição da República Federativa do Brasil, e inciso I do art. 24 da Lei Complementar n.º 005/1991 e inciso II do art. 122, do Regimento Interno deste Tribunal.
TCE/001066/12	Secretaria de Comunicação Social (SECOM) **Relatório de Atividades**	2011	Cons. Antonio Honorato Cons. Filemon Matos	Por voto de desempate do Conselheiro Presidente Zilton Rocha, em recepcionar os presentes autos como Prestação de Contas e, à unanimidade, aprovar, liberando de responsabilidade o Titular da Pasta no exercício, com observações quanto à necessidade de ser aperfeiçoado o sistema de controle interno do órgão, possibilitando que os Relatórios apresentados contenham relato circunstanciado das atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas da Secretaria de Comunicação Social (SECOM), com descrição de programas de governo e evidenciando a avaliação dos resultados alcançados dentro da perspectiva da eficácia, eficiência e economia, em conformidade com os incisos I e II do art. 74 da Constituição da República Federativa do Brasil, e inciso I do art. 24 da Lei Complementar n.º 005/1991 e inciso II do art. 122, do Regimento Interno deste Tribunal.

Fontes: Atas do Tribunal Pleno (SEG/SEPLEN).

APÊNDICE B – APRECIAÇÃO DAS AUDITORIAS/INSPEÇÕES

N.º PROCESSO	ENTIDADE/ÓRGÃO/UNIDADE/ PROGRAMA/PROJETO	RELATOR	DELIBERAÇÃO
TCE/007297/12	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI)	Cons. Filemon Matos	À unanimidade: a) encaminhar os autos à 3ª CCE para anexar às Contas Consolidadas da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI), relativas ao exercício de 2012, para o devido acompanhamento das ocorrências constatadas pela auditoria; b) encaminhar cópia destes autos ao Conselheiro Relator das Contas de Governo do exercício de 2012, para conhecimento das ocorrências constatadas pela auditoria; c) encaminhar cópia do Relatório de Auditoria e desta Resolução ao Titular da SEAGRI, para conhecimento das ocorrências constatadas pela auditoria; d) determinar a disponibilização do Relatório de Auditoria do presente processo e desta decisão no Portal deste Tribunal de Contas.
TCE/007296/12	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI) Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A (EBDA)	Cons. Filemon Matos	À unanimidade: a) encaminhar os autos à 3ª CCE para anexar às contas da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A EBDA, relativas ao exercício de 2012, para o devido acompanhamento das ocorrências contatadas pela auditoria; b) encaminhar cópia do Relatório de Auditoria ao Conselheiro Relator das Constas de Governo do exercício de 2012; c) encaminhar cópia do Relatório de Auditoria e desta decisão ao Titular da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI)e ao Diretor Presidente da EBDA, para conhecimento das ocorrências constatadas pela auditoria; d) determinar a disponibilização do Relatório de Auditoria e desta decisão no Portal.
TCE/007467/12	Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT) Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB)	Cons. Antonio Honorato	À unanimidade, tomando conhecimento desta Auditoria, determinar a juntada deste processo às contas do exercício de 2012 da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), entidade vinculada à Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT); recomendar à atual Diretora Geral da FUNCEB e ao Secretário de Cultura da Bahia que sejam implementados procedimentos capazes de aprimorar os mecanismos de controle, de modo a prevenir a reincidência dos fatos apurados; e publicar o Relatório de Auditoria e esta decisão no portal do TCE, na *internet*.

Fontes: Atas do Tribunal Pleno (SEG/SEPLEN).

APÊNDICE C – Licitações e contratações realizadas no segundo trimestre de 2013

Quadro ..... – Licitações

MODALIDADE	N.º	OBJETO	CREDOR(ES)
ABRIL			
Pregão Presencial	4	Fornecimento de equipamento e execução de sistema de frequencia.	DIMEP Comercio e Assistência Técnica Ltda.
MAIO			
Pregão Presencial	7	Contratação do serviço de regência, visando a complementação do coral TCE/TCM.	Neemias Couto da Silva
Pregão Presencial	8	Aquisição de 10 dispensador para sabonete liquido e 20 dispensador de papel higienico em aço inox.	ALJA Distribuidora de Móveis
Pregão Presencial	9	Contratação de empresa para execução do projeto de ambientação das recepções dos pavimentos Térreo e Subsolo do edificio sede do TCE/TCM.	MPE da Silva Construções
Pregão Presencial	11	Aquisição de mobiliário para o TCE/Ba.	TUOLI Indústria e Comércio
Pregão Presencial	12	Material de escritório para reposição de estoque.	UES Papelaria e Comercial
JUNHO			
Pregão Presencial	10	Aquisição de material de escritório, para reposição de estoque.	AME Comercial de Materiais
Pregão Presencial	13	Aquisição de material de limpeza, para reposição de estoque.	Contatos Comercial
Pregão Presencial	14	Aquisição de material elétrico.	Boca do Rio Elétrica Comercial Ltda
Pregão Presencial	15	Aquisição de material de limpeza para reposição de estoque.	Ame Comercial de Materiais
Pregão Presencial	16	Aquisição de material de lmpeza, para reposição de estoque.	Contatos Comercial Ltda
Pregão Presencial	17	Contratação de empresa especializada para manutenção corretiva e preventiva do sistema de sonorização do plenário e som ambiente instalados em diversos setores da sede do TCE.	UNIJOHN Sistema de Limpeza Ltda
Pregão Presencial	18	Contratação de empresa para execução de serviço de marcenaria em diversas dependências do edifício SEDE do TCE.	Fábio Fontes
Pregão	19	Aquisição de equipamentos para modernização do sistema de alarme de incêndio instalado na sede do TCE.	AJAX Construção E Serviços
Pregão Presencial	21	Aquisição de equipamentos para modernização do sistema de alarme de incêndio instalado na sede do TCE.	Dimensional Automação e Comércio
Pregão Presencial	24	Aquisição de 900 canecas em cerâmica, com capacidade de 300ml, gravado com o nome e logotipo do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.	Danilo de Jesus Adaes

Fonte: DIRAF.

Quadro 16 - Dispensas de licitação simplificadas

N.º	DATA	OBJETO	CREDOR(ES)
		ABRIL	
10	05/04/13	Aquisição de "nobreak" 700 VA Voltagem 127.	Maria Rosa Aa Silva Guedes
11	08/04/13	Instalação de 4m com fornecimento de película adesiva jateada para redução de visibilidade na porta de blindex e visor da ouvidoria.	PJ Comércio e Serviços Ltda
12	11/04/13	Serviço de impressão de 3.600 folders, para divulgação do TCE/BA e de suas ações institucionais em evento da Câmara de Comércio El Salvador.	URANUS 2 Comunicação Ltda
14	24/04/13	Aquisição de 12 cilindros de gás e 30 filtros secadores para ar condicionado.	Devides e Viana Ltda
15	24/04/13	Aquisição de 13.000 etiquetas metálicas com código de barras e sequência numérica de 12001 a 24000 e 1000 sem código de barras, para controle patrimonial.	Katiúscia Carla Silveira (ABAKAM)
16	30/04/13	Aquisição de 3 assinaturas do Jornal Folha de São Paulo, para o Gabinete do Consº Zilton Rocha e Cons. Gildásio e Gebid e Jornal A Tarde e Revista Isto é para o Gabinete da Consª Carolina Matos.	JT Com. de Jornais E Revistas Ltda
17	30/04/13	Confecção de envelope com timbre do TCE, grande, médio e pequeno.	Edna Maria da Silva (STÚDIO 22)
		MAIO	
18	10/05/13	Aquisição de material do sistema de ar condicionado.	INOVE Engenharia Térmica Ltda.
19	20/05/13	Desmontagem de caixa de som para adequação ao sistema e para instalação de transformadores de linha, potenciômetros e Knobs, instalação de 63 caixas de som com relocação e instalação de 22 novas caixas fixadas as divisórias.	Fábio Fontes
20	20/05/13	Impressão eletrônica de 10 exemplares do Relatório e Perecer Prévio 2012.	INOVE Engenharia Térmica Ltda.
21	21/05/13	Serviço de manutenção e recuperação de válvulas de bloqueio da casa de bomba.	Fábio Fontes
22	27/05/13	Confecção de adesivos, impressão em Ploter, vinil.	JMH Gráfica e Editora Ltda
		JUNHO	
13	03/06/13	Aquisição de duas Turbinas e um aparelho para profilaxia com jato de bicabornato e ultra som.	JAT Equipamentos Médicos Odontólogico e Dental Alta Moginana Com. de Produtos
23	04/06/13	Serviço de engenharia, incluindo material para recuperação do piso, revestimento das paredes internas e instalações elétricas, modernização da cantina no subsolo do TCE.	CRAVIF Serviço e Reforma Ltda
24	05/06/13	Assinatura dos jornais: Folha de São Paulo para o Gab. do Cons. Inaldo da Paixão e para ASCOM e Estado de São Paulo para o Gabinete da Cons. Carolina Costa.	JT Com. de Jornais e Revistas Ltda
25	10/06/13	Aquisição de uma bateria.	AUTOBATE Com. de Baterias e Placas e Acessórios
26	10/06/13	Aquisição de disjuntor para o quadro de força e para o sistema de ar condicionado.	Elétrica Bahiana
27	12/06/13	Aquisição de 01 forno microondas, para ser instalado na copa da presidência.	LT Com. de Móveis e Refrigeração
29	28/06/13	Contratação de espaço para realização de Workshop nos dias 08 e 09 de julho de 2013, para desenvolvimento de atividades do Planejamento Estratégico 2014 – 2017.	AGAPE Empreendimentos Hoteleiros

Fonte: DIRAF.

Quadro 17 - Dispensa de licitação referendada

N.º	DATA	OBJETO	CREDOR(ES)
		JUNHO	
2	25/06/13	Serviços Técnico -especializados para organização e a realização de concurso.	Fundação Getúlio Vargas. (FGV)

Fonte: DIRAF.

Quadro 18 – Inexigibilidade de licitação

N.º	DATA	OBJETO	CREDOR(ES)
ABRIL			
09	03/04/13	Renovação da assinatura da Lex legislação Federal.	LEX Editora S.A.
10	10/04/13	Contratação de prestação de serviços de consultoria.	Helena Correa Tonet
11	16/04/13	Renovação de assinatura anual dos seguintes periódicos: Revista Zênite - Informativo de Lictações e Contratos e Orientações por telefone em Licitações e Contratos.	Zênite Informação e Consultoria S.A.
12	17/04/13	Inscrições de servidores, no evento externo Planejamento Estratégico, a ser realizado em São Paulo.	RAMB Consultoria Auditoria e Treinamento.
13	17/04/13	Aquisição de peças para conserto dos equipamentos do Gabinete Odontológico.	JAT Equipamentos Médicos Odontológicos
14	18/04/13	Inscrição de servidor no evento 16º Conferência Anual de Auditoria Interna, a ser realizado em São Paulo/SP.	IIR Informa Seminários Ltda
15	19/04/13	Inscrição de servidora em evento externo XV SINAOP - Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas, a ser realizado em Vitória do Espirito Santo.	Instituto Brasileiro de Audit. de Obras Públicas
16	29/04/13	Bolsa de estudo de servidora no Curso de Graduação em Psicologia pela Universidade Jorge Amado – UNIJORGE.	ASBEC Sociedade Baiana de Educação e Cultura
MAIO			
17	07/05/13	Inscrições de servidores no evento "XV Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas – SINAOP, a ser realizado em Vitória/ES.	Instituto Bras. de Audit. de Obras Públicas
18	13/05/13	Renovação de assinatura anual do Boletim de Orçamento e Finanças - Governet, para a Biblioteca.	Governet Editora Ltda.
19	15/05/13	Inscrições de servidores em evento "Educar Educador/3.0 - A Escola do Futuro Chegou?, a ser realizado em São paulo/SP.	Futuro Congresso Ltda. Epp
20	15/05/13	Contratação de instrutor para ministrar o curso "Jurisprudência e Prática Sobre a Responsabilização de Agentes Perante os Tribunais de Contas".	Alexandre Valente Xavier
21	16/05/13	Inscrição de servidor, no evento XIII Congresso Brasileiro de Direito do Estado, a ser realizado em SSA/Ba.	Instituto Brasileiro de Direito Público
22	22/05/13	Inscrição de servidor em evento externo VIII Congresso Brasileiro de Gerenciamento de Projetos, a ser realizado em Goiânia/GO.	Seção Goiânia Goiás Brasil. Project Managemment Inst.
23	29/05/13	Contratação de consultor nacional especializado em Planejamento Estratégico.	João Orlando Vian
24	29/05/13	Renovação da assinatura do Boletim IOB, ex. 2013.	IOB Informações Objetivas Públic. e Jurídicas
JUNHO			
25	12/06/13	Aquisição de 02 caixas de guias de imagem para scanner linha il400.	NET SCAN Digital Ltda.
26	14/06/13	Criação e instalação de obra de arte, confeccionada com copos descartáveis sobre uma mandala, com texturas especial com terra medindo 4m2, em comemoração a semana de Educação Ambiental do TCE.	Gilson do Amaral Cardoso
27	14/06/13	Inscrições de servidores em evento "Curso sobre Gestão de Pessoas Orientadas para Resultado na Administração Pública".	Instituto Publix para o Desenvolvimento da Gestão Pública
28	27/06/13	Inscrição de servidora no evento externo "XXV Congresso de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação", a ser realizado em Florianopolis/SC.	Federação Brasileira Associações de Bibliotecários

Fonte: DIRAF.

Quadro 19 - Contratos, convênios e termos aditivos

N.º	TIPO	DATA	OBJETO	PARTE(S)
ABRIL				
4	C	10/04/13	Serviço de gravação, edição e finalização de vídeo.	AIG Produções
5	C	26/03/13	Seguro da frota de veículos do TCE.	Tokio Marine
8	T.A.	15/04/13	Prestação de serviços de digitalização, microfilmagem eletrônica e digitação de dados funcionais. Aditivo para equilibrio financeiro.	INOVA Tecnologia em Serviços Ltda.
9	T.A.	15/04/13	Fornecimento de combustível para frota de veículos do TCE. Aditivo de valor.	Ecopostos Combustíveis e Serviços Ltda.
10	T.A.	26/04/13	Serviço de vigilância. Aditivo para reajuste de preço.	Estrela Serviços e Segurança Ltda.
MAIO				
6	C	21/05/13	Serviço de regência para o Coral TCE/TCM	Neemias Couto da Silva
7	C	23/05/13	Aquisição do registrador eletrônico de ponto.	Dimep Comércio e Assistência Técnica Ltda.
11	T.A.	14/05/13	Aditivo prorrogação de prazo telefonia local.	Telemar Norte Leste S.A.
12	T.A.	16/05/13	Aditivo prorrogação de vigência, consultoria.	Sá Leitão Auditores S.A
JUNHO				
09	C	07/06/13	Bolsa de estudo para servidor.	ASBEC Sociedade Baiana de Educação e Cultura
10	C	14/06/13	Fornecimento de mobiliários, incluindo montagem.	TUOLI Indústria e Comércio
11	C	27/06/13	Serviço de telefonia fixo local	Telemar Norte Leste
12	C	25/06/13	Manutenção preventiva no sistema de sonorização do TCE.	Fábio Fontes
14	T.A.	28/06/13	Aditivo prorrogação de prazo, telefonia DDD/DDI	Telemar Norte Leste

Fonte: DIRAF.

Legenda:
TA = Termo Aditivo
C = Contrato
CONV = Convênio
TD = Termo de Acordo
TPU = Termo de Permissão de Uso

APÊNDICE D

Acompanhamento do Plano Estratégico 2010-2013: Ações de 2010 a 2013.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)** - Celebração de **Acordo Subsidiário entre o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) e o Estado da Bahia**, em 24/02/2010, visando estabelecer as condições para o adequado cumprimento do objeto do Acordo de Doação n.º TF095683, datado de 14/12/2009, firmado entre o Estado da Bahia e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), disponibilizando ao Estado, na forma de doação, o montante de US$400,000.00 (quatrocentos mil dólares) para a implementação do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT) pelo TCE/BA. - Realização, no dia 03/03/2010, da **oficina de estudos** que reuniu representantes do TCE/BA, do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC), dos Tribunais de Contas dos Estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Tocantins, Alagoas e Pará, do Instituto Rui Barbosa e do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, na sala de treinamento do TCE/BA, para subsidiar estudos de viabilidade técnica e econômica, com vistas à adoção de solução tecnológica para monitoramento de planos estratégicos, que atendam às necessidades dos tribunais de contas brasileiros. - Celebração do **2º Termo Aditivo** ao Convênio n.º 04/2009, em 23/03/2010, com o **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG)**, tendo por objeto a prestação de assistência técnica para a realização da primeira auditoria financeira do Segundo Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais. Essa assistência técnica, prestada pelo TCE/BA, consistiu no assessoramento presencial e a distância à equipe do TCE/MG, na conclusão do planejamento, bem como nas fases de execução e elaboração de relatório da referida auditoria. O objeto do citado Convênio foi concluído em junho de 2010. - Participação regular de servidores em reuniões ordinárias e demais atividades da **Rede de Controle do Estado da Bahia**. Foi celebrado, em 07/04/2010, o **1º Termo Aditivo**, tendo como objeto a inclusão de partícipes ao **Acordo de Cooperação Técnica** (assinado em 17/09/2009, durante o I Fórum de Rede de Controle na Bahia) firmado entre diversos órgãos públicos e entidades no Estado da Bahia (a exemplo do TCE/BA, TCM/BA, Secretaria da Fazenda do Estado, Ministério Público do Estado, Procuradoria Geral do Estado, Auditoria Geral do Estado, Advocacia Geral da União no Estado da Bahia, Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Estado da Bahia, Controladoria Geral da União na Bahia, Superintendências da Polícia Federal, da Receita Federal, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal), para formação de rede de âmbito estadual com vistas à articulação de ações de fiscalização, combate à corrupção, controle social e interação das redes nos âmbitos estadual e federal.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Participação de representantes do TCE/BA no **Encontro de Planejamento Estratégico nos Tribunais de Contas**, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 15 e 16/04/2010. - **Exposição** realizada pelo Secretário Ney Jorge Campello, da Secretaria Extraordinária para Assuntos da **Copa do Mundo 2014**, sobre os trabalhos em desenvolvimento com vistas a preparar Salvador para ser uma das 12 cidades-sede do Mundial da FIFA, abordando pontos sobre infraestrutura, segurança, telecomunicações, turismo e hotelaria, além de tratar sobre o Plano Diretor da Copa (PDC) e sobre a Matriz de Responsabilidades (dos governos Federal, Estadual e Prefeitura de Salvador), entre outros assuntos, no dia 22/04/2010, no Plenário do TCE/BA. - Participação do TCE/BA, representado pelo Conselheiro Zilton Rocha, no **IX Encontro do Colégio de Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas do Brasil**, ocorrido nos dias 29 e 30/04/2010, em Recife/PE. Durante o evento, foi eleita a nova diretoria do Colégio e, para a Secretaria Geral, um auditor do TCE/BA, bem como para integrar o Conselho Consultivo da Entidade, criado naquela ocasião, a Ouvidora do TCE/BA. - Participação da Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, a convite do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro Ubiratan Aguiar, da solenidade de abertura do evento **"Parcerias Estratégicas e o Modelo de Fiscalização da Copa 2014"**, que ocorreu em Brasília, no dia 11/05/2010, no auditório Ministro Pereira Lima, na sede do TCU. - Celebração de **Protocolo de Execução**, em 11/05/2010, relativo ao acompanhamento das ações governamentais para a **Copa do Mundo de 2014**, tendo como partícipes o **TCU e Tribunais de Contas Estaduais e Municipais**, em número de dezesseis. O referido Protocolo objetivou especificar atividades relativas à articulação de esforços, formação de parcerias e troca de informações, por meio do estabelecimento de compromissos e ações conjuntas, para viabilizar a fiscalização dos recursos públicos aplicados para a Copa do Mundo 2014. Foram realizadas ações, com destaque para a capacitação "Formação Geral para Controle dos Investimentos em Infraestrutura para a Copa 2014" (ocorrida em Brasília-DF, outubro/2010), com a participação de treze servidores do TCE/BA nos cursos de Auditoria de Obras, de Controle de Parcerias Público-Privadas e de Fiscalização Ambiental.

Processos Internos	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações

	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)** - Celebração de **Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas da União (TCU)**, em 11/05/2010, objetivando fiscalizar a aplicação de recursos públicos nos órgãos e entidades estaduais e municipais do Estado da Bahia, bem como realizar intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, aperfeiçoamento e especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e atividades complementares de interesses comuns. Foram realizadas ações de cooperação nas áreas de fiscalização e capacitação, a exemplo da participação de servidores daquele Órgão em eventos técnicos promovidos pelo TCE/BA como o *Workshop* sobre Auditoria de Obras Públicas (julho/2010) e o Encontro denominado "A Experiência do TCU na Instrução e Julgamento de Processos de Contas" (outubro/2010). - Participação, no período de 08 a 15/05/2010, de representante do TCE/BA no **Encontro *Control del gasto em contextos de austeridad: una oportunidad para la eficiência,*** que teve lugar em Sevilha/Espanha, realizando contatos com o *Instituto de Estudios Fiscales* (IEF), vinculado ao Ministério de Economia e Fazenda da Espanha, com a *Cámara de Cuentas da Andalucía* e com o *Instituto de Estudios sobre la Hacienda Pública de Andalucia* (IEHPA), com vistas a prospectar cursos de aperfeiçoamento em Auditoria Operacional destinados aos membros do Grupo Temático de Auditoria Operacional (GAO), no âmbito do PROMOEX, e aos monitores dos trabalhos dos tribunais de contas participantes do Programa. - Participação do TCE/BA no **2º Seminário Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas: Comunicação – Instrumento de Controle Social**, realizado em Palmas/TO, no período de 07 a 09/06/2010. **- Entrega do Relatório e Parecer Prévio**, referentes às Contas do Poder Executivo do exercício de 2009, pela Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, **ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia**, Deputado Marcelo Nilo, em 17/06/2010. O Conselheiro Antonio Honorato, Relator do Processo, apresentou em sessão plenária do TCE/BA, em 08/06/2010, o Relatório e o Parecer Prévio das Contas do Poder Executivo, relativas ao exercício de 2009, quando foi efetuada a sua apreciação. Nesta mesma sessão, o TCE/BA emitiu Parecer Prévio pela aprovação com recomendações das referidas Contas, por maioria de votos. - Realização de **Curso de Auditoria Governamental**, por dois instrutores do TCE/BA, de 02 a 06/08/2010, no âmbito do Projeto Multiplicando Experiências, no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Celebração de **Convênio de Cooperação Técnica** n.º 01/2010 com o **Instituto Rui Barbosa (IRB)**, em 09/08/2010, tendo como objeto o apoio institucional à execução do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), com Doação do Banco Mundial. Participação de servidores do TCE/BA no **I Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas**, realizado na Fundação Escola Superior de Controle Externo (ESCOEX), em Campo Grande/MS, no período de 11 a 13/08/2010. - Participação de servidores do TCE/BA no **Encontro de Capacitação em Gestão de Pessoas**, realizado em Brasília/DF, nos dias 16 a 18/08/2010, promovido pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e pelo Grupo Temático de Gestão de Pessoas (GGP) do PROMOEX, com o apoio do Instituto Rui Barbosa. O Encontro teve como objetivo proporcionar o compartilhamento de conhecimentos e informações acerca da atuação em Gestão de Pessoas, propiciando a atualização na área e o cumprimento das metas mínimas previstas para o Subcomponente 2.6 do PROMOEX. - Participação de servidores do TCE/BA, nos dias 13 e 14/09/2010, do **Fórum Técnico sobre os temas "Registro de Atos e Fiscalização de Pessoal e Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre Contas de Governo"**, organizado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, com apoio do IRB, da ATRICON, dos Grupos Deliberativo e Técnico do PROMOEX e da Direção Nacional do Programa junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). - Participação da Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, acompanhada dos Conselheiros Pedro Lino, Manoel Castro e Zilton Rocha, do **II Encontro Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil**, realizado em Brasília/DF, no período de 15 a 16/09/2011. A abertura do evento, cujo tema foi "Ética, Transparência e Integração", foi realizada pelo Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar, e teve, também, como conferencista o Ministro Carlos Ayres Brito, do Supremo Tribunal Federal (STF). Foram discutidos temas como: a integração e fortalecimento dos Tribunais de Contas e a atualização do Código de Ética dos Tribunais de Contas. Na ocasião, reuniu-se o Colégio de Presidentes dos Tribunais de Contas. - Celebração, em 05/10/2010, do **Contrato de Prestação de Serviços** n.º 18/2010 com o **Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)**, tendo como objeto a prestação, pelo SERPRO, de serviço de tecnologia da informação, consubstanciado na disponibilização do acesso à sua rede, para utilização pelo TCE/BA de informações do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), residentes na base de dados da Receita Federal do Brasil (RFB).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Recebimento de visita técnica ao TCE/BA, em 07/10/2010, do **filósofo Patrick Viveret**, ex-Conselheiro do Tribunal de Contas da França, que discorreu sobre o **programa *Dialogue en Humanités***, desenvolvido pela Fundação France Liberé, com apoio da Unesco, que reúne intelectuais de todo o mundo para discutir os desafios da humanidade. Participaram do encontro a Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, e os Conselheiros Filemon Matos, Pedro Lino, Manoel Castro e Zilton Rocha. - Celebração, em 07/10/2010, do **Termo Aditivo** n.º 16/2010 ao Convênio de Cooperação Técnica n.º 02/2006 entre o TCE/BA e a **Assembleia Legislativa do Estado da Bahia**, para acrescer o Plano de Trabalho n.º 01 que passou a compor o Anexo 1 do referido Convênio, tendo como objeto a disponibilização mútua de área física para a instalação de equipamentos de tecnologia da informação com acesso à Rede Governo, para o aperfeiçoamento e modernização dos sistemas de cópias de segurança de dados e sistemas dos Convenentes. - Celebração dos **Convênios** n.ºs 03/2010 e 04/2010, respectivamente, com o **Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA)** e com o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, pelo TCE/BA e o CEDASC, em novembro de 2010, para cessão de uso do Sistema Corporativo (SCR), utilizado para fornecer informações de uso comum e permitir autenticações de acesso dos usuários às demais soluções tecnológicas do TCE/BA; do Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP), utilizado, principalmente, para fornecer aos usuários do TCE uma interface *web* para programação e acompanhamento das auditorias; e do Sistema de Gereciamento de Auditoria (SGA), utilizado para planejamento, execução e gerenciamento das auditorias. No 2º trimestre de 2011, foram promovidas atividades de capacitação, transferência de tecnologia e conhecimento, cessão dos códigos-fontes e implantação, para uso do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, do Sistema Corporativo (SCR), do Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP) e do Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Participação do TCE/BA no **XV Congresso Latino Americano de Auditoria Interna**, realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em novembro de 2010, bem como no **4° Seminário de Auditoria Interna** realizado em Salvador/BA, em outubro de 2010. Participação do TCE/BA no **I Simpósio Internacional sobre Gestão Ambiental e Controle de Contas Públicas**, realizado em Manaus, de 16 a 19/11/2010, sendo representado pelo Conselheiro Manoel Castro (moderador de painel em 19/11/2010) e pelo Conselheiro Zilton Rocha, além de servidores da Casa. - Participação, representando o TCE/BA, do Conselheiro Manoel Castro no **II Congresso Sulbrasileiro de Controle Público – A Transparência Construindo a Democracia**, nos dias 1º e 02/12/2010, realizado em Porto Alegre/RS. Realização de palestra no **XVII Congresso Baiano de Prefeitos, Vereadores, Secretários e Assessores Municipais**, patrocinado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas na Administração Pública (IEPAP), em Camaçari/BA, pelo Conselheiro Manoel Castro do TCE/BA, em 03/12/2010. - **Filiação do TCE/BA ao Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP)** e assinatura, em 06/12/2010, de Termo de Adesão do TCE/BA ao Protocolo de Intenções firmado entre o IBRAOP, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON) e outros tribunais de contas brasileiros, tendo por objeto o desenvolvimento de ações voltadas para aprimorar a gestão e o controle de obras públicas no Brasil, bem como para uniformização de entendimentos por meio da elaboração de orientações técnicas. - Assinatura, em 10/12/2010, do **3º Termo Aditivo** ao Convênio n.º 09/2006 entre o TCE/BA e o **Instituto Rui Barbosa (IRB)**, para prorrogar a vigência do citado Convênio até 31/12/2011, com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente a execução do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX). - Assinatura, em 21/12/2010, do **Termo Aditivo** n.º 24/2010 ao Convênio n.º 07/2006 entre o TCE/BA e a **Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON)**, para prorrogar a vigência do citado Convênio até 31/12/2011, com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente a execução do PROMOEX. - Celebração, em 24/12/2010, do **Termo Aditivo** n.º 27/2010 ao Convênio entre o TCE/BA e o **Tribunal de Contas do Distrito Federal (TC/DF)**, para cooperação técnica na área auditorial.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Conclusão do desenvolvimento do novo Portal dos Tribunais de Contas do Brasil, no 4º trimestre de 2010, no âmbito do **Convênio de Cooperação Técnica** celebrado, com a interveniência do TCE/BA, pelo CEDASC com o **Instituto Rui Barbosa (IRB)**, cujo escopo abrangeu a sua reformulação visual, tornando-o esteticamente mais intuitivo e agradável. Foi realizada a reorganização do seu conteúdo, facilitando o acesso à informação, sendo disponibilizadas, ainda, novas soluções de boletim eletrônico e para arquivamento de documentos e catálogo de endereços, tudo integrado em um único sistema de desenvolvimento e gestão de conteúdo de portais. - Participação do TCE/BA no **Grupo Temático de Auditoria Operacional do PROMOEX**. Nos exercícios de 2010 e 2011, foram realizadas auditorias operacionais nas áreas de saneamento (tendo em vista a materialidade dos recursos financeiros investidos e o impacto, comprovado por pesquisas acadêmicas, das ações dessa área na saúde da população) e meio ambiente (selecionada por ocupar espaço de destaque na sociedade, na mídia e nas políticas públicas). No período de 12 a 15/09/2011, foi realizada a Capacitação em Auditoria Operacional em Meio Ambiente – Matriz de Achados, com a participação de 69 técnicos de 27 tribunais de contas brasileiros, nas instalações do Instituto Serzedello Corrêa (ISC/TCU), sob a coordenação técnica do Grupo Temático de Auditoria Operacional (GAO). - Operacionalização, nos exercícios de 2010 e 2011, de **convênio de cooperação técnica** firmado entre o TCE/BA e a **Receita Federal do Brasil (RFB)**, com vistas a viabilizar a troca de informações de interesse mútuo. O Sistema de Observação das Contas Públicas (Mirante), por exemplo, passou a ser utilizado pela Receita Federal do Brasil (RFB), além de ser usado para o planejamento das auditorias do TCE/BA, e pelas unidades de controle interno de diversas Secretarias de Estado, Assembleia Legislativa, Ministério Público e Poder Judiciário da Bahia. - Celebração do **Convênio de Cooperação Técnica** n.º 01/2011 com a **Assembleia Legislativa do Estado da Bahia**, objetivando aperfeiçoar e modernizar os sistemas de fiscalização governamental e a capacitação de técnicos, com a interveniência do CEDASC.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Celebração do **Termo de Cooperação Técnica** n.º 01/2011 com o **Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE)**, para o intercâmbio de conhecimentos e experiências, rotinas, sistemas e técnicas de trabalho visando ao aperfeiçoamento funcional e institucional dos Tribunais. Em 09/02/2011 foi firmado seu 1º Termo Aditivo, tendo por objetivo a prestação de assistência técnica para a realização da primeira auditoria financeira do Projeto Educar do Governo do Estado de Pernambuco. Para tanto, profissionais de auditoria deste TCE/BA foram designados para, através de visitas técnicas realizadas em fevereiro e março de 2011, respectivamente, assistir à conclusão da fase de planejamento e proceder ao acompanhamento dos trabalhos de campo, revisão de papéis de trabalho e elaboração de relatório. Foi celebrado, em 28/04/2011, o 2º Termo Aditivo, visando à prestação de assistência técnica para a realização da segunda auditoria financeira do mencionado Projeto Educar. Com essa finalidade, servidores deste TCE/BA foram designados para, através de visita técnica realizada em maio de 2011, avaliar o relatório de planejamento e prestar orientações acerca dos trabalhos de campo. - Participação do Conselheiro Manoel Castro, representando o TCE/BA, no **2º Encontro Norte e Nordeste dos Tribunais de Contas**, no período de 16 a 19/03/2011, realizado em Belém/PA. - Participação do Procurador-Geral do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA, Dr. Maurício Caleffi, na composição da mesa de abertura do **I Encontro de Orientação do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA) com os Gestores Municipais**, promovido pela União dos Prefeitos da Bahia (UPB) e pelo TCM/BA, nos dias 18 e 19/04/2011, no Centro de Convenções da Bahia.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Participação do TCE/BA, representado pelo Conselheiro Manoel Castro, na condição de Primeiro Vice-Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), nos seguintes eventos externos de interesse deste Tribunal, durante o 2º trimestre de 2011: **II Encontro de Desembargadores e Conselheiros de Tribunais de Contas** realizado em São Paulo em 18/04/2011, para um diálogo sobre os principais processos de interesse do sistema de controle externo brasileiro em tramitação nas diversas instâncias do Poder Judiciário nacional; reunião do Instituto Rui Barbosa (IRB) realizada no Rio de Janeiro/RJ, no período de 15 a 17/05/2011, para o **4º Encontro Brasileiro para Capacitação de Controladores Internos e Externos (CONINTER)**, com o apoio dos Tribunais de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) e do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM/RJ), contando com a participação do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU); **VIII Congresso da *European Organisation of Supreme Audit Institutions* (EUROSAI)**, realizado em Lisboa/Portugal, de 30/05 a 04/06/2011, na condição de Primeiro Vice-Presidente de Relações Institucionais do Instituto Rui Barbosa, em razão de impedimentos do Cons. Severiano Costandrade Aguiar, Presidente do IRB. - Participação do TCE/BA, representado pelo Conselheiro Zilton Rocha, além de um auditor, no **VII Fórum Brasileiro sobre as Agências Reguladoras** realizado no Rio de Janeiro/RJ, nos dias 28 e 29/04/2011. - Celebração, em 11/04/2011, do **Convênio de Cooperação Técnica** e Intercâmbio de Informações n.º 05/2011, com a **Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB)**, visando proporcionar acesso *on line* ao seu banco de dados, para a obtenção de informações cadastrais de empresas, restrita, exclusivamente, à consulta e impressão de informações necessárias à instrução de processos auditoriais. - Participação da Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, na **reunião da Diretoria do Instituto Rui Barbosa (IRB)**, realizada no TCE/BA em 13/05/2011, para apresentação e discussão do planejamento de ações deste Instituto para 2011/2012. - Realização de **reuniões institucionais do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA**, com os representantes: do Ministério Público do Estado (em abril/2011); da Controladoria Regional da União no Estado da Bahia (em abril/2011); Ministério Público Federal no Estado da Bahia (em maio/2011). - Participação de servidor do TCE/BA no **IV Congresso CONSAD** (Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração) **de Gestão Pública**, ocorrido em Brasília/DF, de 25 a 27/05/2011.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Entrega do Relatório e Parecer Prévio, referentes às Contas do Poder Executivo do exercício de 2010, **ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia**, pela Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, juntamente com os Conselheiros Filemon Matos, Manoel Castro e Zilton Rocha, em 15/06/2011. O Conselheiro Filemon Matos, Relator do Processo, apresentou em sessão plenária do TCE/BA, em 07/06/2011, o Relatório e o Parecer Prévio das Contas do Poder Executivo, relativas ao exercício de 2010, quando foi efetuada a sua apreciação. Nesta mesma sessão, o TCE/BA emitiu Parecer Prévio pela aprovação com recomendações das referidas Contas, por maioria de votos. - Participação de Procuradores do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA, Dr. Maurício Caleffi e Dr. Marcel Siqueira Santos, no **V Fórum Nacional de Procuradores do Ministério Público de Contas**, nos dias 28 a 30/06/2011, em Cuiabá/MT. Visita ao TCE/BA, em 04/07/2011, do Ministro Benjamin Zymler, **Presidente do Tribunal de Contas da União** e do Ministro Valmir Campelo, **Relator no âmbito daquela corte das ações relacionadas à Copa do Mundo de 2014**, oportunidade em que foram recebidos pela Predidente deste TCE, Conselheira Ridalva Figueiredo, e pelos Conselheiros Filemon Matos, Pedro Lino, Antonio Honorato, Manoel Castro e Zilton Rocha. - Promoção do ***Workshop*** **Encontro Técnico dos Tribunais de Contas Participantes da Pesquisa Diagnóstica IRB-TCE/BA**, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), pelo TCE/BA, em parceria com o IRB e o Banco Mundial. O evento foi realizado no TCE/BA, em 04 e 05/08/2011, objetivando reunir os Tribunais de Contas que responderam ao questionário da pesquisa diagnóstica, aplicada no final do exercício de 2010, bem como definir um plano de ação para a implementação, pelos Tribunais parceiros, das atividades de treinamento e assistência técnica estabelecidas. O *workshop* contou com a presença de servidores das Cortes de Contas Estaduais da Bahia, Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins; dos Tribunais de Contas dos Municípios dos Estados do Ceará e de Goiás, e do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Participaram da cerimônia de abertura: a Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo; o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro Severiano Costandrade; o Vice-Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), Conselheiro Antônio Joaquim Rodrigues Neto; os Conselheiros Manoel Castro e Zilton Rocha, do TCE/BA; o Especialista Sênior do Banco Mundial, Dr. Regis Cunningham; representantes da Superintendência de Cooperação Técnica e Financeira para o Desenvolvimento, da estrutura da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia, da Controladoria Geral da União e da Auditoria Geral do Estado da Bahia; servidores das Cortes de Contas citadas.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Participação do TCE/BA, no 3º trimestre de 2011, representado pelo Conselheiro Manoel Castro, nos seguintes eventos externos, na condição de Primeiro Vice-Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB): **II Encontro Técnico de Educação Corporativa**, promovido pelo PROMOEX, IRB e ATRICON, com o apoio do TCE/RJ, realizado no Rio de Janeiro em 10/08/2011, para enfocar questões conceituais e operacionais dos projetos de capacitação técnica do Sistema de Controle Externo Brasileiro. O evento contou com a participação de representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como de servidores do TCE/BA. Houve, ainda, nessa mesma data, uma reunião de trabalho sobre a possibilidade de apoio do BID e do Governo Federal para a efetivação da 2ª etapa do PROMOEX; **reunião com a representação do Banco Mundial**, ocorrida em Brasília/DF, nos dias 11 e 12/08/2011, sobre a possibilidade de criação de um novo programa nos moldes do PROMOEX, desta feita com financiamento do BIRD, objetivando a implementação do projeto "Nova Contabilidade Pública", liderado pela Secretaria do Tesouro Nacional, com o apoio do Conselho Federal de Contabilidade, da ATRICON e do IRB. Na oportunidade, foi aprovado, em caráter preliminar, o conceito do projeto a ser operacionalizado pelos Tribunais de Contas subnacionais, ficando a responsabilidade da coordenação dos trabalhos de elaboração das notas conceituais, a serem submetidas ao BIRD, para o Cons. Manoel Castro do TCE/BA; **I Encontro Técnico dos TCs sobre Processo Eletrônico e Contas de Governo** e reunião da Diretoria do IRB, realizados em 29/08/2011, em João Pessoa/PB; **I Encontro Regional Sul-Sudeste dos Tribunais de Contas** e reunião da Diretoria da ATRICON, representando o IRB, nos dias 29 e 30/09/2011, em Curitiba/PR. Na ocasião, houve continuidade dos debates sobre o PROMOEX, relativamente ao Processo Eletrônico no Sistema de Controle Externo. Além disso, foi realizada reunião com o TCE/PR, sobre o tema "Execução e acompanhamento das decisões do Tribunal de Contas", visando ao intercâmbio de informações com os trabalhos do TCE/BA, envolvendo o Ministério Público Especial, a Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria Geral e a Assessoria Técnico-Jurídica (ATEJ), com a mesma finalidade.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Participação do TCE/BA, representado pelo Cons. Manoel Castro, no **III Seminário de Comunicação dos Tribunais de Contas do Brasil** "Os Desafios da Transparência e do Acesso à Informação", realizado no Rio de Janeiro/RJ, em 03 e 04/10/2011, promovido pela ATRICON/IRB, com o apoio do TCE/RJ, proporcionando diversos debates sobre o tema, sob os prismas da transparência e acesso a documentos públicos como parte fundamental desse processo e da utilização das novas tecnologias na difusão das informações. - Participação do TCE/BA na **XXI Assembleia Geral Ordinária da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS)**, realizada na cidade de Caracas, Venezuela, no período de 17 a 22/10/2011. Houve relevante intercâmbio do TCE/BA com as delegações do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Foi apresentado um relatório elaborado pela delegação do TCE/BA, integrada pelo Cons. Manoel Castro, pelo Chefe da Auditoria Interna e por servidor representando a Coordenadoria de Projetos Especiais (COPE), para a Presidência do TCE/BA. Destaque-se que o Brasil hospedará a XXII Assembleia da OLACEFS em 2012, na cidade de Gramado/RS. - Participação do TCE/BA, representado por sua Presidente, Cons. Ridalva Figueiredo, no **10º Seminário Binacional sobre Gestão Pública Municipal e o Papel das Empresas no âmbito das Municipalidades Luso-Brasileiras**, realizado na cidade de Faro, Portugal, de 07 a 11/11/2011, com o objetivo de apresentar às autoridades governamentais brasileiras os avanços alcançados pela moderna gestão pública do Município de Faro, o qual é considerado modelo de excelência urbanística/cultural no contexto das municipalidades europeias, tendo como público-alvo prefeitos, secretários municipais e estaduais, deputados, vereadores, empresários e outras autoridades brasileiras.

*

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Participação dos Conselheiros Manoel Castro, Zilton Rocha e Pedro Lino, além de servidores deste TCE, no **XXVI Congresso dos Tribunais de Contas**, realizado em Belém/PA, no período de 21 a 23/11/2011, cuja temática versou sobre a "Integração e Transparência para a Cidadania". Na oportunidade, os objetivos e primeiros **resultados do PROFORT** foram apresentados pelo Conselheiro Severiano Costandrade, Presidente do Instituto Rui Barbosa, parceiro do Projeto.
		- Visita ao TCE/BA de representantes da Kennesaw State University (EUA). O TCE/BA recebeu, no dia 06/03/2012, a visita de 17 estudantes, dois monitores e dois professores da Kennesaw State University, instituição superior de ensino de Atlanta, no Estado da Georgia (EUA). O grupo de 21 acadêmicos veio à Bahia com o objetivo de adquirir experiências e colher subsídios para o projeto denominado Estudo das Sete Revoluções, que tem como meta educar cidadãos considerados globalmente competentes e com visão estratégica. Ao receber o grupo na Sala de Treinamento do CEICE, o Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, ressaltou a importância de o Tribunal estreitar o relacionamento com as universidades.
		- **Visita ao TCE/BA de auditores dos Tribunais de Contas dos Estados de Rondônia e do Acre.** Uma equipe formada por profissionais dos Tribunais de Contas do Estados de Rondônia e do Acre visitou o TCE/BA, nos dias 08 e 09/03/2012, com o objetivo de conhecer a metodologia de trabalho e as soluções tecnológicas desenvolvidas e utilizadas por este TCE. Os auditores visitantes se reuniram com servidores das áreas de controle externo do TCE/BA e de tecnologia da informação do CEDASC, passando a conhecer o Sistema Mirante, o Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP) e o Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA). Na oportunidade, também foram discutidas a sistemática de trabalho das coordenadorias de controle externo e a padronização e sistematização do processo auditorial.
		- Participação de Procuradores do Ministério Público Especial nos seguintes eventos: **Seminário "A Defesa Técnica no Processo de Contas"**, realizado no dia 09/03/2012, no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS), em Porto Alegre/RS; e **VI Fórum Nacional dos Procuradores do Ministério Público de Contas**, realizado nos dias 14 a 16/03/2012, no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), em Natal/RN.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Participação do TCE/BA em ações do **Programa Nacional de Educação Compartilhada dos Tribunais de Contas.** O Grupo de Educação Corporativa – GEC/PROMOEX promoveu, em parceria com o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), uma série de cursos em áreas indicadas pelos próprios tribunais. O TCE/BA participou, em Brasília/DF do: Curso de Jurisprudência e Prática sobre a Responsabilização de Agentes perante os Tribunais de Contas, de 12 a 15/03/2012; Curso de Auditoria de Obras Públicas, de 12 a 16/03/2012; Curso de Auditoria Operacional (ANOP), de 19 a 23/03/2012; Curso de Auditoria de Tecnologia da Informação, de 19 a 23/03/2012; Curso de Auditoria Governamental, de 08/05 a 03/07/2012. - Realização de **reunião com o BIRD, ATRICON e IRB sobre o PROFORT II**. Os Conselheiros Zilton Rocha, Presidente do TCE/BA, e Manoel Castro, Corregedor, participaram, nos dias 15 e 16/03/2012, de reunião, em Brasília/DF, com o propósito de discutir as atividades previstas na Nota Conceitual relativa ao Projeto de Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT II), que tem como objetivo o aperfeiçoamento e a consolidação do novo modelo de contabilidade aplicada ao setor público brasileiro. Outra meta do PROFORT II é possibilitar a disseminação e a aplicação das Normas de Auditoria no âmbito governamental brasileiro em observância às normas recomendadas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI). - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, no **lançamento de mais dois novos módulos do Portal Transparência Bahia** (“Convênios” e “Compra Transparente”), em 19/03/2012, pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ). - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, no **encontro técnico de cooperação entre os tribunais envolvidos na fiscalização de ações destinadas à Copa de 2014**, realizado em Natal/RN, em 21/03/2012.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)** - Participação do TCE/BA em ações do **Programa Nacional de Educação Compartilhada dos Tribunais de Contas.** O Grupo de Educação Corporativa – GEC/PROMOEX promoveu, em parceria com o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), uma série de cursos em áreas indicadas pelos próprios tribunais. O TCE/BA participou, em Brasília/DF do: Curso de Jurisprudência e Prática sobre a Responsabilização de Agentes perante os Tribunais de Contas, de 12 a 15/03/2012; Curso de Auditoria de Obras Públicas, de 12 a 16/03/2012; Curso de Auditoria Operacional (ANOP), de 19 a 23/03/2012; Curso de Auditoria de Tecnologia da Informação, de 19 a 23/03/2012; Curso de Auditoria Governamental, de 08/05 a 03/07/2012. - Realização de **reunião com o BIRD, ATRICON e IRB sobre o PROFORT II**. Os Conselheiros Zilton Rocha, Presidente do TCE/BA, e Manoel Castro, Corregedor, participaram, nos dias 15 e 16/03/2012, de reunião, em Brasília/DF, com o propósito de discutir as atividades previstas na Nota Conceitual relativa ao Projeto de Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT II), que tem como objetivo o aperfeiçoamento e a consolidação do novo modelo de contabilidade aplicada ao setor público brasileiro. Outra meta do PROFORT II é possibilitar a disseminação e a aplicação das Normas de Auditoria no âmbito governamental brasileiro em observância às normas recomendadas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI). - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, no **lançamento de mais dois novos módulos do Portal Transparência Bahia** (“Convênios” e “Compra Transparente”), em 19/03/2012, pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ). - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, no **encontro técnico de cooperação entre os tribunais envolvidos na fiscalização de ações destinadas à Copa de 2014**, realizado em Natal/RN, em 21/03/2012. - Realização do **Encontro Técnico de Auditoria Operacional**. O TCE/BA e o Instituto Rui Barbosa (IRB) promoveram, no dia 26/03/2012, o Encontro Técnico de Auditoria Operacional, cujo objetivo foi tratar da consolidação dos trabalhos realizados pelos Tribunais de Contas brasileiros, no âmbito das auditorias operacionais focadas na área de meio ambiente. Os trabalhos são acompanhados pelo Grupo Temático de Auditoria Operacional do PROMOEX. Auditores representantes de 31 TCs do Brasil participaram do Encontro. O Evento foi aberto pelo Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, que salientou o relevante papel das auditorias operacionais para o fortalecimento dos Tribunais de Contas. O Secretário de Fiscalização de Avaliação de Programas de Governo do Tribunal de Contas da União (TCU), Carlos Alberto Sampaio de Freitas, apresentou a palestra “A Importância do Monitoramento das Auditorias”. Na 2ª etapa do Encontro, na sala de treinamento do CEICE, os auditores se reuniram para discutir o Projeto de Sustentabilidade em Auditoria Operacional. Foi o momento de falar sobre suas experiências e apresentar as programações. Pelas manifestações dos participantes, fica claro que parte significativa dos TCs contemplará auditorial operacional na programação de 2012. Os auditores conheceram ainda a Proposta de Resolução Diretrizes de Procedimentalização de Auditoria Operacional.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Participação no **Evento sobre Gestão de Consórcios Públicos.** No dia 27/03/2012, o Evento, promovido pelas Secretarias do Planejamento (SEPLAN) e Desenvolvimento Urbano (SEDUR), com a parceria da União dos Municípios da Bahia (UPB), foi realizado no Auditório Conselheiro Lafayette Pondé, do TCE/BA. Na oportunidade, o Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, compôs a mesa juntamente com o presidente do TCE/PR, Fernando Augusto Mello Guimarães, o Secretário Estadual de Planejamento, José Sérgio Gabrielli, o representante da Secretaria do Tesouro Nacional, Heriberto Henrique Vilela do Nascimento, Ronaldo Santana, representando o Presidente do TCM/BA, Oberdan Rocha, Vice-Presidente da UPB, e Antônio Carlos Cardoso, representante do Consórcio Público na Bahia. O encontro inaugurou uma rodada de discussões sobre o tema Consórcios Públicos, cujo objetivo é ampliar as políticas públicas, reduzir custos e otimizar investimentos municipais. - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, e do Corregedor, Cons. Manoel Castro, na mesa diretora da **1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social (CONSOCIAL)**, que ocorreu nos dias 29 e 30/03/2012, em Salvador/BA. O Evento, que abordou o tema "A Sociedade no Acompanhamento e Controle da Gestão Pública", reuniu representantes de várias comunidades do interior da Bahia, além de lideranças regionais. O objetivo principal foi discutir 20 propostas relativas ao controle da gestão, as quais serão submetidas à apreciação do governo federal visando à transparência e a um maior controle social. - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, na **Conferência Livre sobre Controle Social da Gestão Tributária**, em Salvador/BA, no dia 31/03/2012.

Processos Internos	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	Fortalecer o relacionamento	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**

	com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	- Participação dos Procuradores do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA na **"Mobilização Nacional dos Ministérios Públicos de Contas"**, ocorrida em 25/04/2012, em Brasília/DF; - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, como mediador da conferência "Controle Público: Novos Temas", integrante do círculo de palestras do **XII Congresso Brasileiro de Direito do Estado**, que aconteceu de 23 a 25/05/2012, em Salvador/BA. **- Visita de comitiva do Tribunal de Contas de Buenos Aires**, incluindo o seu Presidente, em 29/05/2012, à sede do TCE/BA, com o objetivo de conhecer o trabalho auditorial da Corte de Contas baiana e trocar experiências com a Instituição. - Participação do TCE/BA no **Seminário "Os Tribunais de Contas e a Lei de Acesso à Informação"**, promovido, dias 31/05 e 01/06/2012, no Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), em Palmas/TO. Estiveram presentes representantes de Tribunais de Contas de 24 estados do País, dentre eles o Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, e também: o Ouvidor, uma Assessora Especial da Presidência, o Assessor-chefe da Assessoria Técnico-Jurídica (ATEJ) e o Assessor de Comunicação, todos do TCE/BA. - Participação do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA no **I Encontro Estadual de Educação**, promovido pelo Ministério Público do Estado da Bahia, nos dias 31/05 e 01/06/2012, com a Procuradora de Contas Carolina Matos Alves Costa presidindo um dos painéis do evento; - Participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, em 04/06/2012, do **I Congresso Baiano de Controle Interno Municipal**, realizado pela União das Controladorias Internas do Estado da Bahia (UCIB), em Salvador/BA. No evento, houve apresentação de resultados da pesquisa "A Situação dos Sistemas de Controle Interno da Bahia". - Assinatura de **Termo de Compromisso entre o TCE/BA e o BID**, no dia 15/06/2012, em Brasília/DF. No documento, estão contidas regulamentações técnicas do TCE/BA e do BID, em relação às auditorias e os projetos financiados com recursos de contratos de financiamento. Estiveram presentes ao evento o Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, o Superintendente Técnico e o Diretor Administrativo e Financeiro do TCE/BA. - Entrega do Relatório e Parecer Prévio, referentes às Contas do Poder Executivo do exercício de 2011, ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, pelo Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, juntamente com os Conselheiros Ridalva Figueiredo, Filemon Matos, e Inaldo Araújo, em 18/06/2012. A Conselheira Ridalva Figueiredo, Relatora do Processo, apresentou em sessão plenária do TCE/BA, em 12/06/2012, o Relatório e o Parecer Prévio das Contas do Poder Executivo, relativas ao exercício de 2011, quando foi efetuada a sua apreciação. Nesta mesma sessão, o TCE/BA emitiu Parecer Prévio pela aprovação com recomendações das referidas Contas, por maioria de votos.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Celebração do **Convênio de Cooperação Técnica** n.º 006/2011 com o **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM/CE)**, para intercâmbio de conhecimentos e experiências, rotinas, sistemas e técnicas de trabalho, visando ao aperfeiçoamento das instituições convenentes, no exercício de suas funções constitucionais. Foi realizado, na sede do TCM/CE, o Curso de Auditoria Operacional por servidores do TCE/BA, tendo como público alvo 10 servidores daquele TCM, no 3º trimestre de 2011. O referido Curso foi objeto do 1º Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica n.º 006/2011, que previu também a prestação de assistência técnica para a execução de uma auditoria operacional pelo TCM/CE no Programa Brasil Alfabetizado. Dando continuidade às ações previstas nesse Convênio, foi celebrado, no 1º trimestre de 2012, o seu 2º Termo Aditivo, objetivando acrescentar uma visita técnica ao Plano de Trabalho anexo ao 1º Aditivo, com a finalidade de acompanhar o teste piloto da pesquisa a ser realizada na fase de execução da auditoria operacional no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, sendo realizada, nos dias 15 e 16/03/2012, a segunda visita técnica relacionada com esta auditoria. Foi realizada, no período de 02 a 04/05/2012, a terceira e última visita técnica relacionada com a auditoria operacional no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado. - Início, em 14/05/2012, no auditório da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), de um ciclo de encontros com as universidades baianas promovido pelo TCE/BA, onde serão apresentadas as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) – Setor Público e as Normas Brasileiras de Auditoria Governamental (NAGs). O propósito dos encontros é começar as tratativas com a comunidade acadêmica visando estabelecer uma estratégia conjunta de forma a assegurar o ensino sustentável desses normativos. Esses encontros fazem parte do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT). Em 14/05/2012, a palestra foi proferida por Inaldo da Paixão Santos Araújo do TCE/BA sobre a evolução do controle externo no Brasil e os quatro grupos das NAGs. A maior parte do público foi formada por professores universitários. O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, fez a abertura, em 11/06/2012, do Segundo *Workshop* "Parceria com a Academia", realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista/BA. No 3º trimestre de 2012, dos cinco *workshops* previstos, foram realizados os três últimos: um em Feira de Santana/BA (no dia 17/08/2012); um em Ilhéus/BA (no dia 27/08/2012); e um em Salvador/BA (no dia 20/09/2012).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Participação, no 3º trimestre de 2012, da Presidência e/ou Vice-presidência do TCE/BA, nos seguintes eventos, entre outros: **Seminário "Transparência e Controle"** realizado no auditório do Centro de Convenções de Vitória/ES, em 18/07/2012. O evento técnico foi alusivo aos 55 anos de criação do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE/ES); **Encontro Nacional sobre Atividades de Inteligência para o Controle Externo** realizado no auditório do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de 15 a 17/08/2012, em Brasília/DF; **19º Congresso Brasileiro de Contabilidade** realizado no período de 26 a 29/08/2012, em Belém/PA, com o lema "Contabilidade para o Desenvolvimento Sustentável"; **Lançamento do Plano Plurianual de Auditoria Interna (2012-2014) do SEBRAE-BA**, com o objetivo principal de dar transparência aos seus atos, realizado no dia 25/07/2012, em Salvador/BA; **Palestras de orientação sobre encerramento de mandato, transição de governo e adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)**. O evento ocorreu nos dias 13 e 14/08/2012, no auditório da União dos Municípios da Bahia (UPB), em Salvador/BA; **Palestra "Contabilidade na Gestão Pública"** proferida pelo Vice-presidente do TCE/BA, Cons. Inaldo Araújo, em 22/08/2012, no Auditório da União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME), no Campus de Itabuna/BA; ***Workshop* sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade** realizado em Ilhéus/BA, em 27/08/2012; **Palestra para estudantes da Universidade Jorge Amado (UNIJorge).** Estudantes do curso de Direito da UniJorge fizeram uma visita técnica ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia, no dia 29/08/2012, como parte da atividade interdisciplinar de Direito Administrativo e Relações de Trabalho II. Os universitários foram recebidos pelo Presidente da Corte de Contas, Cons. Zilton Rocha, que explicou as atribuições e o funcionamento da Casa, dando destaque para as atividades de controle externo.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)** - Participação, no 4º trimestre de 2012, da Presidência e/ou Vice-presidência do TCE/BA, nos seguintes eventos, entre outros: **Palestra na Faculdade Ruy Barbosa – Apresentação institucional das competências do TCE/BA.** Estudantes do curso de Ciências Contábeis, Gestão Tecnológica e Administração de Empresas da Faculdade Ruy Barbosa tiveram uma aula extra, na noite de 08/10/2012, na qual conheceram em detalhes o funcionamento do TCE/BA e ainda assimilaram noções da nova Contabilidade Pública. Os dois assuntos foram repassados, respectivamente, pelo Presidente do Tribunal, Cons. Zilton Rocha, e pelo Vice-presidente, Cons. Inaldo Araújo; **Encontro Nacional sobre Transparência e Controle Social: Perspectivas e Desafios.** O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, participou do Encontro realizado de 17 a 19/10/2012, no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), Instituto Rui Barbosa (IRB) e Colégio dos Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas (CCOR); **Palestra "Parceria com a Academia" proferida para alunos da Universidade Jorge Amado (UniJorge).** A importância do fortalecimento dos controles interno e externo nas instituições públicas foi um dos pontos principais da referida Palestra, proferida pelo Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, na noite de 17/10/2012; **Oficina de Capacitação de Técnicos e Gestores para a Promoção da Acessibilidade na Copa de 2014.** Um público formado por engenheiros, arquitetos, advogados e gestores públicos participou, em 31/10/2012, do segundo dia da referida Oficina realizada pela Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia (SJCDH). O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, integrou a 2ª mesa do Evento, sobre "Promoção, Controle e Efetividade de Políticas de Acessibilidade", juntamente com outras autoridades. No dia 30/10/2012, o Procurador-Geral de Contas do TCE/BA compôs a mesa de abertura do Evento. **XXII Assembleia Geral da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS).** Realizada de 05 a 07/11/2012, em Gramado/RS, a referida Assembleia contou com a participação do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, e reuniu comitivas de 30 países para discutir a aplicação das normas internacionais de auditoria, as estratégias de cooperação entre as entidades fiscalizadoras e a capacitação dos corpos técnicos.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)** **III Encontro Nacional dos Tribunais de Contas.** Realizado em Campo Grande/MS, de 12 a 14/11/2012, o Encontro foi aberto com a aula magna "Devido Processo Legal nos Tribunais de Contas", proferida pelo Auditor Federal de Controle Externo do TCU, Odilon Cavallari de Oliveira. Participaram do Evento 87 conselheiros, dentre eles o Cons. Presidente do TCE/BA, Zilton Rocha, e o Cons. Pedro Lino também do TCE/BA, além de auditores substitutos de conselheiros, procuradores de contas, assessores de conselheiros, assessores de comunicação, chefes de gabinete, secretários, ouvidores e outros servidores dos TCs brasileiros; **I Encontro dos Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social Brasileiros.** O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, participou, na noite do dia 20/11/2012, da abertura do I Encontro dos Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social Brasileiros (CODES), realizado em Salvador/BA. O Evento objetivou criar uma rede nacional de Conselhos, sendo encerrado em 21/11/2012; **Palestra de encerramento do Curso de Pós-graduação em Gestão Pública da UniJorge.** O Vice-presidente do TCE/BA, Cons. Inaldo Araújo, proferiu, dia 04/12/2012, a palestra "A importância do controle para a gestão pública eficaz", que marcou o encerramento do Curso de Pós-graduação em Gestão Pública, ministrado pela UniJorge a servidores de órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Salvador. A apresentação faz parte do projeto de aproximação do TCE/BA com as universidades, que tem como principais objetivos o intercâmbio de conhecimentos com a Academia e mostrar a importância do controle externo para a sociedade; **Seminário Fundos Socioambientais como Instrumentos das Políticas Públicas Ambientais.** O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, participou do referido Seminário, em comemoração aos dez anos da Secretaria de Meio Ambiente, em 05/12/2012, no auditório da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia (SJCDH), abordando o tema "Efetividade dos Investimentos Públicos e Promoção do Controle Social" e enfatizando o aspecto orientador do TCE/BA; **Aula inaugural do Curso de Especialização em Gestão Governamental da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).** O Vice-presidente do TCE/BA, Cons. Inaldo Araújo, ministrou a aula inaugural da primeira turma do Curso de Especialização em Gestão Governamental, em 06/12/2012, no Campus I da UNEB, em Salvador/BA. A Pós-graduação *lato sensu*, ofertada gratuitamente pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PGDP) da UNEB, é a primeira na história da Universidade destinada exclusivamente a capacitar técnicos administrativos dos departamentos da Instituição na capital e interior do Estado; **Homenagem do CRC/BA ao Vice-presidente do TCE/BA.** O Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRC/BA) homenageou, no dia 10/12/2012, o Vice-presidente do TCE/BA, Cons. Inaldo Araújo, como profissional de destaque e excelência nos serviços prestados em Ciências Contábeis. A homenagem foi feita na abertura do 5º Seminário de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, realizado no auditório da União dos Municípios da Bahia, em Salvador/BA.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)** - Realização de **Oficina sobre Gestão de Convênios**. Representantes da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC) e de Organizações Não Governamentais (ONGs) parceiras de Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Camaçari e Juazeiro participaram, de 17 a 19/09/2012, da Oficina sobre Gestão de Convênios promovida pelo TCE/BA, na sala do CEICE. O objetivo principal da oficina foi dirimir dúvidas sobre prestação de contas de convênios, além de aperfeiçoar o conhecimento dos participantes nas áreas de controle externo e interno. **- Visita do Observatório Social de Santo Antônio de Jesus**. O TCE/BA recebeu, dia 12/09/2012, a visita de integrantes do Observatório Social de Santo Antônio de Jesus. O objetivo do encontro foi estreitar o relacionamento com a Corte de Contas baiana, além de mostrar a missão da Instituição, que atua como organismo de apoio à comunidade para pesquisa, análise e divulgação de informações sobre o comportamento de entidades e órgãos públicos, com relação à aplicação de recursos, buscando a transparência na gestão pública. **- Abertura do Módulo III do Curso de Auditoria Operacional Avançada com Ênfase na Avaliação de Políticas Públicas.** Em 02/10/2012, o Presidente da Corte de Contas baiana, Cons. Zilton Rocha, realizou a abertura do Módulo III do Curso de Auditoria Operacional Avançada com Ênfase em Avaliação de Políticas Públicas, no Plenário do TCE/BA, apresentando o Secretário do Planejamento do Estado da Bahia, José Sérgio Gabrielli, que fez uma análise do cenário econômico nos últimos 50 anos, comentando o redesenho promovido pela aceleração do país em vários setores, e da cobrança dos cidadãos para que os recursos públicos cumpram a sua função social, como principal motor das transformações. O mencionado Curso é financiado pelo Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT). - **Apresentação sobre a atuação do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP).** O Vice-presidente do TCE/BA, Cons. Inaldo Araújo, o Cons. Pedro Lino, engenheiros, arquitetos, auditores e técnicos deste Tribunal participaram, no dia 16/10/2012, no Plenário do TCE/BA, de palestra dos engenheiros Pedro Paulo Piovesan de Farias e Pedro Jorge Rocha de Oliveira, Presidente e Vice-presidente, respectivamente, do IBRAOP sobre a atuação da Entidade. **- Promoção do Seminário Internacional de Auditoria Operacional.** O TCE/BA promoveu, no dia 26/11/2012, o Seminário Internacional de Auditoria Operacional, evento que integra o Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT). Dentre os palestrantes do Seminário destacaram-se representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e das auditorias gerais do Canadá, Noruega, Dinamarca e Argentina. O objetivo principal do encontro foi apresentar experiências e desafios dessas instituições na realização da Auditoria Operacional. A maioria dos palestrantes integra subcomitês técnicos da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI). O público foi de, aproximadamente, 120 participantes. O seminário fez parte do Curso de Auditoria Operacional Avançada com Ênfase em Avaliação de Políticas Públicas, que vem sendo ministrado a técnicos do TCE/BA desde o mês de setembro de 2012.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Participação, no 1º trimestre de 2013, do TCE/BA nos seguintes eventos, entre outros: Assinatura de **termo de cooperação técnica para a realização de audiotrias coordenadas nas áreas de Educação e Meio Ambiente**, em março de 2013, em Brasília/DF, com o Tribunal de Contas da União (TCU); **Evento "Diálogos Territoriais II"**, no dia 21/02/2013, no campus da Universidade do Estado da Bahia em Conceição do Coité/BA; Apresentação dos resultados do **Projeto Piloto Observatório da Despesa Pública do Estado da Bahia**, em 28/02/2013, realizada no Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador/BA; Painéis temáticos sobre a **Rede de Ouvidorias Públicas e Lei de Acesso à Informação**, no dia 07/03/2013. O Evento, realizado no auditório do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ/BA), marcou a comemoração pelos dez anos da Ouvidoria Geral do Estado; **XII Prolatino, Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino**, realizado nos dias de 07 a 09/03/2013, em Porto Seguro/BA; **Encontro "Os Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Local"**, em 13/03/2013, uma parceria entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em Salvador/BA; **Evento "Diálogos Territoriais II",** promovido pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), no dia 22/03/2013, em Itabuna/BA. No segundo trimestre, dando continuidade ao roteiro de apresentações foram visitados os municípios de Valença (dia 10.04); Santo Antônio de Jesus (dia 11.04); Alagoinhas (19/04); Juazeiro (03/05); Maracás (17/05); Jequié (24/05); Irecê (06/07); Jacobina (07/06). Nestas ocasiões o Ouvidor do TCE explica, em linhas gerais, como a Corte de Contas exerce o Controle Externo, discorrendo sobre o papel de auditores e conselheiros. A explanação sobre as atividades do TCE nos territórios de identidade são parte do programa de aproximação com a sociedade.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Participação do **Ministério Público de Contas (MPC) no TCE/BA**, no 3º trimestre de 2012 no evento sobre o **"Combate à Corrupção"**, promovido pelo Ministério Público do Estado da Bahia, no dia 06/07/2012, e no encontro sobre **"Políticas Públicas de Acessibilidade"**, promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos dias 12 e 13/09/2012, em Brasília/DF. - Participação dos Procuradores do **Ministério Público de Contas (MPC) no TCE/BA**, Maurício Caleffi e Danilo Andrade, no **"Seminário Internacional de Auditoria Operacional"** promovido pelo TCE/BA, dia 26/11/2012, no Catussaba Resort, em Salvador/BA. - Participação dos Procuradores do **Ministério Público de Contas (MPC) no TCE/BA**, Maurício Caleffi e Marcel Siqueira Santos, na **Semana do Ministério Público**, de 05 a 07/12/2012, na sede do Ministério Público Estadual (MPE), quando foi lançada a campanha "O que você tem a ver com a corrupção" e assinado o **Termo de Cooperação Técnica e Operacional entre o MPE e o MPC**. - Participação do MPC no **encontro técnico promovido pela Procuradoria Geral do Estado (PGE)**, para debater ideias relacionadas aos contratos terceirizados, no âmbito do Estado da Bahia, no dia 21/02/2013. - Realização de Palestra, em 08/11/2012, proferida pelo Coordenador Geral do PROMOEX no TCE/BA no **Encontro "Parceria BID - TRIBUNAIS DE CONTAS, a Modernização do Controle Externo Brasileiro"**, em Brasília/DF. Na oportunidade, foi apresentada a experiência na coordenação do Grupo Temático de Auditoria Operacional (GAO).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Realização, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), do **Curso de Auditoria Governamental Básica**, no Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e nos Tribunais de Contas dos Municípios dos Estados de Goiás e do Ceará, no 4º trimestre de 2011. A instrutoria foi realizada por técnicos do TCE/BA e dos Tribunais parceiros do Projeto. - Início da **assistência técnica ao Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM/GO)**, no 1º trimestre de 2012, no âmbito do PROFORT, para a realização de dois exames de contas. A equipe responsável por prestar a referida assistência é composta por dois profissionais de auditoria do TCE/BA, um do TCE/PE e outro do TCE/SC, parceiros do Projeto. - Prestação de **assistência técnica ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM)**, na realização de dois exames de contas, no período de agosto a setembro/2012. Foi concluída, em julho/2012, a assistência ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM/CE). As equipes responsáveis por prestar as referidas assistências técnicas são compostas por dois profissionais de auditoria do TCE/BA, um do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE) e outro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), parceiros do Projeto. - Encaminhamento ao TCU (SECEX-BA), em 30/11/2011, do Relatório de Auditoria sobre a aplicação dos recursos estaduais no transporte escolar (Programa Estadual de Transporte Escolar – PETE), nos municípios baianos de Quijingue e Queimadas, em 2010 e 2011, elaborado pelo TCE/BA, em decorrência dos **trabalhos realizados em parceria, no âmbito da Rede de Controle de Gestão Pública**. - Elaboração pela Coordenadoria de Projetos Especiais (COPE), no 1º trimestre/2012, do Termo de Referência n.º 01/2012, em conjunto com a Ouvidoria e a Assessoria de Comunicação (ASCOM), objetivando a **contratação de consultor nacional a fim de elaborar estratégias para promover o fortalecimento do relacionamento do Tribunal de Contas com o Legislativo Estadual e com a sociedade civil**, de forma a estabelecer uma relação produtiva e mutuamente benéfica, tendo enviado ao Banco em 23/03/2012 para não objeção, sendo esta concedida em 04/04/2012. Foi publicado em 20/04/2012 o aviso de licitação e, após recebimento e análise dos currículos, foi emitido, no dia 06/06/2012, o Relatório para a Seleção de Consultor Individual. No dia 29/08/2012, foi assinado o Contrato PROFORT n.º 05/2012 com a referida finalidade. No 4º trimestre/2012, foram concluídos, pelo Sr. Bruno Wilhelm Speck, os produtos relacionados ao Contrato PROFORT n.º 05/2012, quais sejam: a elaboração de estratégia para melhorar o relacionamento com o Poder Legislativo; elaboração de estratégia com a sociedade civil, contemplando dois artigos destinados à divulgação destas estratégias.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Recebimento, pela **Ouvidoria do TCE/BA**, de 114 manifestações de diversos tipos, no exercício de 2010. Desse conjunto, 55,2% referiram-se à solicitação de informações institucionais e de serviços prestados pelo Tribunal e queixas, e as denúncias corresponderam a 15,8%. No exercício de 2011, a Ouvidoria recebeu 134 manifestações. Destas, 81,3% referiram-se à solicitação de informações institucionais e de serviços prestados pelo Tribunal e queixas, e as denúncias corresponderam a 6,7%. No 1º trimestre de 2012, foram recebidas 36 manifestações. Destas, 86,1% referiram-se à solicitação de informações institucionais e de serviços prestados pelo Tribunal e queixas, e as denúncias corresponderam a 5,5% do total. No 2º trimestre de 2012, foram recebidas 31 manifestações. Destas, 90,4% referiram-se à solicitação de informações institucionais e de serviços prestados pelo Tribunal e queixas. No 3º trimestre de 2012, foram recebidas 33 manifestações. Destas, 72,7% referiram-se à solicitação de informações institucionais e de serviços prestados pelo Tribunal e denúncias. No 4º trimestre de 2012, a Ouvidoria recebeu 37 manifestações. Destas, 81,0% referiram-se à solicitação de informações institucionais e de serviços prestados pelo Tribunal e denúncias. No 1º trimestre de 2013, a Ouvidoria recebeu 24 manifestações. Destas, 50,0% referiram-se à solicitação de informações institucionais e de serviços prestados pelo Tribunal e denúncias. Essas manifestações foram respondidas ou encaminhadas aos órgãos ou setores competentes. - Exame, no exercício de 2011, de 69 denúncias pelo Ministério Público de Contas (MPC) no TCE/BA. - Exame, no exercício de 2012, de 43 denúncias pelo Ministério Público de Contas (MPC) no TCE/BA. - Exame, no 1º trimestre de 2013, de 15 denúncias pelo Ministério Público de Contas (MPC) no TCE/BA. - Exame, no 2º trimestre de 2013, de 14 denúncias pelo Ministério Público de Contas (MPC) no TCE/BA. - Publicação do artigo "Os Tribunais de Contas e os Desafios para a Promoção do Controle Social", de autoria do Conselheiro Zilton Rocha, na **Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro**, em janeiro de 2011. - Elaboração de artigos técnicos por servidores do TCE/BA, que foram publicados pela **Revista Técnica dos Tribunais de Contas (RTTC)**, em setembro de 2011. Os artigos foram intitulados "Transparência no Setor Público: uma proposta para incentivar" e "Auditoria Operacional: um instrumento de controle social". - Publicação do artigo "Tribunal de Contas e a Cidadania", de autoria do Vice-presidente do TCE/BA, Cons. Inaldo Araújo, na **Revista especializada do Conselho Regional de Contabilidade, seção Bahia, (CRCBA Notícias)**, na edição de novembro/2012.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)** - Integrante do MPC toma assento como conselheira do TCE - Tomou posse no dia 25/04, a ex-procuradora do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA Carolina Matos Alves Costa tomou posse, dia 25.04, como Conselheira do TCE. É a primeira vez que um integrante do referido Ministério Público toma assento como Conselheiro no Pleno do Tribunal. - Relatório de Atividades do primeiro trimestre de 2013 é encaminhado à AL - Em cumprimento à obrigação estabelecida no artigo 91, §3º, da Constituição Estadual, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) encaminhou, em 30/04/2013, o Relatório de Atividades referente ao 1º trimestre de 2013, encaminhando-o à augusta Assembleia Legislativa - Comissão formada por representantes do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida) fez, no dia 7/05, visita ao presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, conselheiro Zilton Rocha, ao vice-presidente, conselheiro Inaldo da Paixão Santos Araújo. Os integrantes do Fida avaliaram positivamente o trabalho da equipe da 4ª Coordenadoria de Controle Externo, que realizou a auditoria em Contrato de Empréstimo junto à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). - Presidente do TCE profere palestra no Conselho de Educação - O Conselheiro Zilton Rocha, proferiu, dia 20/05, palestra aos 24 representantes do Conselho Estadual de Educação. Os conselheiros tomaram conhecimento do trabalho desenvolvido pelo TCE no exercício do controle externo, além de reconhecerem o papel pedagógico que a Corte de Contas vem desenvolvendo com o propósito de fazer a sociedade exigir do Estado que os recursos arrecadados com taxas, impostos e contribuições se transformem em bons serviços e bens públicos para os cidadãos. - Presidente do TCE integra mesa do XIII Congresso Brasileiro de Direito do Estado, que aconteceu de 22 a 24/05, no Bahia Othon Palace, em Ondina. - TCE aprecia Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo (exercício 2012) - Na sessão ordinária do Tribunal de Contas do Estado da Bahia realizada no dia 4 de junho, às 14h30, no Auditório Cons. Lafayette Pondé, o conselheiro-relator Inaldo Araújo apresentou, para apreciação, o Relatório e o Parecer Prévio sobre as Contas do Governo do Estado da Bahia, exercício de 2012. - Em 13 e 14/05/2013, a Coordenadora do NIE participou da reunião da Rede Nacional de Informações Estratégicas, realizada no Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE-ES), oportunidade em que foi aprovada a Minuta do Acordo de Cooperação Técnica para criação da Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(1) Implementar ações que fortaleçam o relacionamento do Tribunal com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com o cidadão e entidades de representação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- No 2º trimestre o Presidente Zilton Rocha assinou o Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com vistas a obter a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), base esta que constitui um importante instrumento para subsidiar trilhas na área de Pessoal. - No período de 11 a 13/06/2013, o Coordenador Geral e a Coordenadora Administrativo-Financeira da UEL do PROMOEX do TCE-BA participaram da reunião das Unidades Executoras Locais do PROMOEX, em Brasília - DF, cujo objetivo foi a disseminação de resultados e orientações acerca dos projetos locais; as prestações de contas finais e encerramento do Programa, além de assuntos outros, de interesse comum.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(2) Desenvolver ações que fortaleçam a interação entre o controle interno e o externo estadual.**
		- Execução de ações relacionadas ao **aprimoramento dos sistemas corporativos do Estado**, mediante entendimentos com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ), quanto ao Sistema de Informações Contábeis e Financeiras (SICOF) e ao Sistema de Gestão de Gastos Públicos (SIGAP), e com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB), quanto ao Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços do Estado da Bahia (SIMPAS). - **Cessão de vagas à Auditoria Geral do Estado e Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia** no Curso de Extensão sobre a Execução de Obras Rodoviárias e de Saneamento aplicado à Auditoria, realizado pelo TCE/BA, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA). - Assinatura do **Ato Conjunto** n.º 24 com **Procuradoria Geral do Estado (PGE)**, no 1º trimestre de 2011, objetivando articular ações tendentes à obtenção da efetividade máxima das decisões do TCE/BA que resultaram na imputação de multa e/ou no reconhecimento de alcance. - Realização, em 06/06/2011, no centro de treinamento do TCE/BA, de apresentação por representantes da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB) do **Sistema de Gestão de Contas de Consumo**, administrado pela SAEB e integrado ao Sistema de Contabilidade Estadual, que tem por objetivo a gestão das despesas com serviços de consumo pelos Órgãos, Fundos e Entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual. - Participação do Cons. Zilton Rocha, Presidente do TCE/BA, abordando o tema "Controle Externo" na abertura do **II Encontro de Gestão Pública – Controle Interno e Externo do Governo** realizada em 09/05/2012, no auditório da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em Cachoeira/BA. Durante o debate, o Cons. Zilton Rocha informou sobre como os Tribunais de Contas acompanham as políticas públicas implementadas pelos Estados. Universitários de diversos cursos da UFRB e das demais instituições de ensino, a comunidade do Recôncavo e região e autoridades governamentais formaram o público-alvo do encontro, encerrado em 11/05/2012. - Realização de **reuniões**, em setembro de 2011, entre o **Ministério Público Especial junto ao TCE/BA**, com os seguintes órgãos: Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia (SJCDH), representada pelo Chefe de Gabinete e Assessores, para tratar das **contratações temporárias realizadas por meio do Regime Especial de Direito Administrativo (REDA)** no âmbito daquela Pasta; Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB), Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ) e Procuradoria Geral do Estado (PGE), representadas pelo Secretário da Administração, Subsecretário da Fazenda e o Procurador-Geral do Estado, para tratar das contratações temporárias realizadas por meio do REDA no âmbito do Estado da Bahia; Procuradoria Geral do Estado (PGE), representada por três Procuradores, para tratar da situação dos **títulos executivos** oriundos das decisões condenatórias do TCE/BA.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos		**(2) Desenvolver ações que fortaleçam a interação entre o controle interno e o externo estadual.**
	Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.	- Realização, em 24/10/2011, no centro de treinamento do TCE/BA, de apresentação por representantes da Procuradoria Fiscal (PROFIS/PGE) do **Sistema de Protesto de Títulos da Dívida Ativa** (SISPROT), implantado em março de 2011 e destinado a agilizar a cobrança de créditos do Estado e reduzir o volume de execuções fiscais ajuizadas. - Representação e participação do Ministério Público Especial nas reuniões do Grupo de Trabalho constituído para elaboração de procedimentos necessários à expedição de títulos executivos pelo TCE/BA, de acordo com o Ato Conjunto n.º 01, de 29/02/2012, do Presidente do TCE/BA e do Procurador-Geral do Estado da Bahia. - Aprovação da **Resolução n.º 049/2012**, de 02/08/2012, que normatiza a **expedição de Títulos Executórios** e dá outras providências. - Retomada pelo **Ministério Público Especial junto ao TCE/BA**, no 3º trimestre de 2012, da sistemática de acompanhamento tempestivo dos processos seletivos simplificados deflagrados pelo Estado para contratar servidores pelo **Regime Especial de Direito Administrativo (REDA)**, tendo em vista que nos meses de agosto e setembro foram identificados, no DOE, 14 editais de seleção pública para o desempenho de funções temporárias. A partir desse acompanhamento e visando uma maior efetividade no controle realizado pela Corte de Contas, o MPC voltou a oficiar os gestores responsáveis pela abertura dos editais, por meio de *Expedientes Requisitórios*, solicitando maiores detalhes e esclarecimentos acerca dos critérios fáticos e jurídicos e, por meio de *Recomendações*, sugerindo a integral observância dos ditames normativos previstos na novel Lei Estadual n.º 12.209/2011. - Realização de **reuniões** do **Ministério Público Especial junto ao TCE/BA** com os seguintes órgãos, no 3º trimestre de 2012: Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB) e Ministério Público Estadual (MPE), representado por Promotoras do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa (GEPAM), para tratar de contratos de gestão celebrados no âmbito daquela Pasta, em 20/08/2012; Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), Ministério Público Estadual (MPE) e Procuradoria Geral do Estado (PGE), para tratar de licitações no âmbito da CONDER, em 27/08/2012; Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia (SJCDH), para debater sobre a questão da acessibilidade, em 24/09/2012.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Fortalecer o relacionamento com órgãos de controle, Assembleia Legislativa, organismos nacionais e internacionais, e com a sociedade.**	**(3) Implementar ações que fortaleçam a Ouvidoria. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Assinatura de **Convênio entre o TCE/BA e o Governo do Estado da Bahia para otimizar ouvidorias**, no dia 20/04/2012. O Termo de Cooperação Técnica objetiva otimizar a utilização do novo Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública (TAG). Outros objetivos são a articulação, a integração e o intercâmbio entre os interessados – TCE/BA e ouvidorias do Estado – visando à cooperação mútua para a concepção de suas finalidades institucionais, especialmente no âmbito das suas respectivas ouvidorias. O sistema vem facilitar a participação da sociedade no controle social e dar transparência aos atos praticados pelos gestores públicos. - **Visita técnica ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR)**, no dia 07/05/2012, quando o Ouvidor e o Assessor de Comunicação do TCE/BA conheceram os trabalhos desenvolvidos pela Ouvidoria e Coordenadoria de Comunicação da Corte de Contas paranaense. O objetivo da visita foi fazer o intercâmbio de ideias, visando aperfeiçoar as duas áreas do TCE/BA com foco na transparência e no controle social. - **Visita técnica ao Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE/MT)**, nos dias 09 e 10/05/2012, quando o Ouvidor e o Assessor de Comunicação do TCE/BA conheceram o trabalho de controle social desenvolvido no TCE/MT. - Participação do Ouvidor e do Assessor de Comunicação do TCE/BA no **1º Seminário Nacional de Redes Sociais e e-GOV para a Administração Pública**, realizado em Florianópolis/SC, nos dias 11 e 12/07/2012. - Representantes do Ministério Público Especial junto ao TCE, o Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC) e a Secretaria Geral do TCE, participaram de reunião com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) para tratar dos procedimentos de cobrança e execução dos débitos e multas aplicados pelo TCE, em 17/04/2013.
		(4) Iniciar definições relativas à Comemoração do Centenário do Tribunal de Contas em 2015.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Intensificar o relacionamento com o jurisdicionado.**	**(5) Implementar ações que fortaleçam a interação com o jurisdicionado. (Diretriz prioritária para 2013)** - **Apresentação no TCE/BA sobre os indicadores educacionais do Estado da Bahia**. O Secretário da Educação do Estado da Bahia, Osvaldo Barreto, esteve dia 19/04/2012 no Auditório Conselheiro Lafayette Pondé, no TCE/BA, onde apresentou os indicadores educacionais no estado. Acompanhado de sua equipe, o secretário mostrou os programas estruturantes que vêm sendo desenvolvidos pelo governo estadual visando melhorar os indicadores. - Procuradora do Estado fala sobre sistema de Credenciamento. No dia 22/04, foi proferida palestra pela procuradora do Estado Cleia Santos, presidente da Associação de Procuradores do Estado, sobre credenciamento no âmbito da Administração Pública Estadual, ocasião em que foi ressaltada a necessidade de uniformizar o credenciamento nas instituições públicas no sentido de contribuir para racionalizar a utilização dos recursos e eliminar o retrabalho. - **Seplan apresenta resultado de monitoramento em programas prioritários.** A Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan) apresentou, no dia 4 de junho, ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia o resultado do monitoramento realizado pela Superintendência de Gestão e Avaliação (SGA) em 20 programas do Governo do Estado da Bahia considerados como prioritários no Plano Plurianual. - Painel sobre sustentabilidade marca Semana do Meio Ambiente no TCE. O Tribunal de Contas do Estado da Bahia comemorou a Semana do Meio Ambiente nos dias 05 e 06/06/2013. Os temas trataram de questões relativas ao meio ambiente e à criação de uma cultura organizacional voltada para a sustentabilidade. - Participação do Procurador de Contas Marcel Siqueira Santos representando o Ministério Público Especial junto ao TCE/BA e compondo a mesa da solenidade no evento “Brasil contra a Impunidade”, promovido pelo Ministério Público do Estado da Bahia. O evento aconteceu no dia 12 de abril de 2013 e teve como objetivo debater as possíveis consequências nocivas da aprovação da PEC 37.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(6) Aperfeiçoar a estrutura legal e normativa (em sintonia com a nova estrutura organizacional a ser estabelecida e com as novas diretrizes normativas). (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Instituição, mediante o Ato n.º 387/2010 da Presidência, de 1º/09/2010, da **Política de Segurança em Tecnologia da Informação para o TCE/BA**. Este Ato dispõe sobre as diretrizes para a gestão da segurança da informação e normas de controle de acesso lógico e de responsabilidade dos usuários do correio eletrônico, da Internet, de computação móvel e fixa e de trabalho remoto. Foi criado o Comitê de Segurança da Informação, de caráter permanente, composto por cinco membros designados por Ato da Presidência que, dentre outras atribuições, tem a de verificar o cumprimento das normas de segurança, propor medidas operacionais, visando à prevenção de incidentes e à eliminação de fragilidades de segurança da informação no TCE/BA. - Adoção das **Normas Brasileiras de Auditoria Governamental (NAGs)**, mediante a Resolução n.º 53/2011, de 26/07/2011. As NAGs foram desenvolvidas e recomendadas pelo IRB, ATRICON e Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM), com o apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), no âmbito do PROMOEX. Expedição da Nota Técnica n.º 01/2011, do Comitê de Auditoria do TCE/BA, em 27/07/2011, objetivando a **padronização da terminologia utilizada para as diferentes naturezas de auditoria**, de modo a conferir uniformidade à classificação adotada nos sistemas informatizados deste Tribunal de Contas, bem como em relatórios e informativos gerenciais que tramitam neste TCE. - Expedição da Nota Técnica n.º 02/2011, do Comitê de Auditoria do TCE/BA, em 27/07/2011, objetivando a **padronização dos Relatórios de Auditoria** elaborados pelas CCEs, no âmbito dos exames realizados nas prestações de contas de ordenadores de despesa, com observância a partir do exercício de 2012. - Promoção de **alterações nas áreas de atuação das CCEs**, em 16/08/2011, conforme a Resolução n.º 60/2011, tendo em vista as modificações na estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual promovidas pela Lei n.º 12.212/2011. - Expedição da Nota Técnica n.º 03/2011, do Comitê de Auditoria do TCE/BA, em 17/10/2011, objetivando a **normalização para a elaboração de Relatório de Auditoria e documentos afins**, no âmbito das CCEs, com observância a partir do exercício de 2012. - Aprovação, através do Ato n.º 253, de 15/12/2011, da Presidente Cons. Ridalva Figueiredo, do **Manual de Auditoria de Obras Públicas do TCE/BA**, contendo conceitos essenciais, metodologia de trabalho e orientações gerais a serem observadas na realização dessas auditorias. - Tradução do idioma espanhol para a língua portuguesa do material do **Curso de Planejamento de Auditoria**, da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), que será publicado para divulgação dentre os organismos de controle.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(6) Aperfeiçoar a estrutura legal e normativa (em sintonia com a nova estrutura organizacional a ser estabelecida e com as novas diretrizes normativas). (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Participação do Ministério Público de Contas nas reuniões ocorridas no Gabinete do Cons. Pedro Lino, no 3º trimestre de 2012, para debater questões pertinentes ao **Regimento Interno do TCE/BA**, visando a sua reforma normativa. - Constituição de **Comissão para realizar estudos para a adequação da Resolução n.º 045/2001 à legislação vigente**, no prazo de 90 dias, mediante o Ato n.º 246, de 08/11/2012, do Cons. Zilton Rocha, Presidente do TCE/BA. A mencionada Resolução dispõe sobre a estrutura, competências e funcionamento dos órgãos técnicos e administrativos do Tribunal de Contas do Estado da Bahia e dá outras providências. A composição dessa Comissão foi alterada pelo Ato n.º 251, de 21/11/2012. - Aprovação da **Resolução n.º 012/2013**, de 12/03/2013, que modifica o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, acrescendo os §§ 4º e 5º ao art. 45, disciplinando a redistribuição de processos. - Aprovação da **Resolução n.º 018/2013**, de 26/03/2013, que dispõe sobre a estrutura de carreira do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado e a promoção por antiguidade dos seus membros.
		(7) Aprimorar as auditorias quanto à observância a princípios e métodos. (Diretriz prioritária para 2013)
		- Realização da 1ª reunião do Comitê de Auditoria do exercício de 2012. Servidores do TCE/BA participaram, dia 28/03/2012, da 1ª reunião do Comitê de Auditoria do TCE/BA, realizada na Sala de Treinamento do CEICE. O objetivo foi planejar as ações do Comitê para 2012, além de debater e aprofundar questões comuns às coordenadorias e uniformizar procedimentos. Após a abertura da reunião, feita pelo Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, os participantes se debruçaram sobre assuntos de relevância para o Tribunal. No fim do encontro, foi criada a matriz de responsabilização, uma espécie de relação dos temas para enfrentamento e solução e seus respectivos voluntários, que assumiram o compromisso de estudar melhor os itens a fim de buscar soluções. Os temas escolhidos foram: Termos de Outorga/Contrato de Subvenção; Contratos de Gestão; Prescrição/Decadência e Segurança Jurídica; Plano de ação/TAG/TAC; Classificação de Irregularidades e Gradação de Multas; Instruções Convênios e Instrumentos Congêneres; Avaliação de Desempenho/Produtividade; Instrução de Atos de Pessoal; Matriz de Responsabilização; Papel da PROCONTAS; Distribuição/Julgamento Liminar; Queixas para Ouvidoria; Julgamentos de Causas Repetitivas.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.**
		- Realização de estudos e iniciativas com vistas ao **aprimoramento da auditoria de obras públicas** no âmbito do TCE/BA, compreendendo: aplicação de questionários de pesquisa junto às equipes das Coordenadorias de Controle Externo; visita técnica às Secretarias de Obras do TCU, a fim de buscar cooperação institucional; realização de *Workshop* sobre Auditoria em Obras Públicas, em julho de 2010 em Salvador/BA, contando com apresentações sobre a experiência e o *modus operandi* do TCU e deste TCE/BA, seguidas de oficinas de trabalho para produção coletiva de diagnóstico e propostas; desenvolvimento, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), do programa do Curso de Extensão sobre a Execução de Obras Rodoviárias e de Saneamento aplicado à Auditoria e sua realização, de julho a outubro de 2010, nas instalações da Escola Politécnica, contando com a participação do corpo docente da Universidade e de instrutores do TCU, estes últimos responsáveis pelos módulos que discutiram aspectos práticos aplicados à auditoria; participação de servidores do TCE/BA no Programa de Formação Geral para Controle dos Investimentos em Infraestrutura para a Copa 2014, realizado em Brasília/DF, em outubro de 2010, abrangendo, entre outras, a área de Auditoria de Obras; filiação do TCE/BA ao Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP) e assinatura, em 06/12/2010, de Termo de Adesão ao Protocolo de Intenções firmado entre o Instituto, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e outros tribunais de contas brasileiros, tendo por objeto o desenvolvimento de ações voltadas para aprimorar a gestão e o controle de obras públicas no Brasil; finalização do projeto de desenvolvimento do Módulo de Obras do Sistema Mirante, para registro, consulta e gerenciamento de informações para auditoria em projetos, obras e serviços de engenharia do Estado, com desenvolvimento de solução para disponibilização de consulta de preços de referência da Editora PINI para o Sistema; realização do *Workshop* Controle de Obras Públicas, em 20/12/2010 no centro de treinamento deste TCE/BA, com vistas à apresentação do Módulo de Obras do Sistema Mirante aos jurisdicionados e discussão acerca do envio de dados através de sistema *Web*, sinalizando para as iminentes exigências normativas do Tribunal; realização de encontros individuais com órgãos e entidades responsáveis pela licitação e execução de projetos, obras e serviços de engenharia, objetivando detalhar, do ponto de vista técnico, as funcionalidades do Módulo de Obras do Sistema Mirante; aprovação, em 21/07/2011, da Resolução n.º 52/2011, que dispõe sobre o encaminhamento, por meio de sistema *Web*, ao TCE/BA, de informações sobre projetos, obras e serviços de engenharia pelos titulares dos órgãos e entidades responsáveis pela sua licitação, contratação e execução; indicação de dois servidores do TCE/BA para integrarem o subcomitê do IBRAOP destinado à elaboração da Orientação Técnica sobre "Delimitação de conceitos de sobrepreço e de superfaturamento em medições de obras públicas", com participação dos mesmos nas atividades regulares desse grupo, inclusive reuniões realizadas em outros Estados; participação de auditores no Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas e Reunião de Trabalho do IBRAOP, realizados no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC); participação de auditores no Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (SINAOP), realizado em Cuiabá/MT; aquisição de ferramenta CAD como instrumento auxiliar nas auditorias de obras, além da contratação de treinamento para Engenheiros e Arquitetos da Casa, visando ao desenvolvimento das habilidades necessárias para a utilização desse novo *software*, a partir de fevereiro de 2012; desenvolvimento do Manual de Auditoria de Obras Públicas e dos seguintes programas de auditoria de obras: Fase de Planejamento – Programas de Informações Gerais e de Informações Específicas; Fase de Execução – Programas de Análise de Projetos Básico e Executivo, Avaliação da Economicidade, Programas da Área Jurídica, Programas de Acompanhamento de Obras em Geral, de Obras Rodoviárias e de Obras de Saneamento, todos inseridos no Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.**
		- Definição de **procedimentos aplicáveis às auditorias de instituições financeiras** e entidades equiparadas, aprovados pela Resolução n.º 032/2010, que revogou a Ordem de Serviço n.º 53/1997. - Realização de iniciativas com vistas ao **aprimoramento das auditorias de Parcerias Público-Privadas** no âmbito do TCE/BA, tais como: priorização desse tipo de auditoria através das Resoluções que aprovaram as Diretrizes para os exercícios de 2010 e 2011; reunião, em 05/07/2010, no TCE/BA, com o objetivo de discutir questões relativas ao contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para reconstrução e exploração do Estádio da Fonte Nova, com a presença do Secretário Carlos Martins, da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, do Secretário Nilton Vasconcelos, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes do Estado da Bahia, e do Secretário Ney Jorge Campello, da Secretaria Extraordinária para Assuntos da Copa do Mundo 2014; reunião, por iniciativa do Conselheiro Filemon Matos, de servidores do TCE/BA com membros da Secretaria Executiva do Programa de Parceria Público-Privada da SEFAZ, no dia 19/07/2010, para trocar informações e debater as competências e formas de atuação governamental, no que diz respeito às atividades de suporte técnico aos órgãos e entidades do Estado na estruturação de projetos e elaboração de modelagem econômico-financeira, editais e contratos relativos às PPPs; participação de servidores no Seminário PPP Américas 2010 "As Parcerias Públicas e Privadas (PPP) no Brasil e América Latina: Desafios e Perspectivas", em 2010; participação de servidores do TCE/BA no Programa de Formação Geral para Controle dos Investimentos em Infraestrutura para a Copa 2014, realizado em Brasília/DF, em outubro de 2010, abrangendo, entre outras, a área de PPPs. - Realização de reuniões institucionais do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, sobre a **construção da Arena Fonte Nova** com a Faculdade de Economia e a Escola Politécina, ambas da UFBA, no 2º trimestre de 2012. - Realização de reunião institucional do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, com os Secretários da Casa Civil e do Trabalho, no 2º trimestre de 2012, sobre o **encaminhamento das obras para a Copa do Mundo de 2014**; - Realização de reunião institucional do Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, em 03/12/2012, com Procuradores da República na Bahia para tratar de assuntos relativos à **construção da Arena Fonte Nova/Copa de 2014**.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.** - Criação, pelo Ato n.º 208/2010, de 26/05/2010 (publicado no DOE de 28/05/2010), do **Comitê Gestor dos sistemas informatizados utilizados na programação, planejamento, execução e acompanhamento das auditorias**, envolvendo o Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA), o Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP) e o Sistema de Observação das Contas Públicas (Mirante). O referido Comitê Gestor foi reestruturado pelo Ato n.º 020/2011, de 17/02/2011, da Presidência do TCE/BA. - Realização, nos dias 09 a 11/08/2010, do **III Workshop TCE/BA & BIRD**, com vistas à **análise, por especialistas do Banco Mundial, dos relatórios produzidos pelo Tribunal** no 1º semestre de 2010, no âmbito de projetos co-financiados por aquela Instituição e auditados por este Órgão, além de apresentar o **SWAp Bahia** e as novas diretrizes do Banco da área de aquisições. Na abertura do evento, presidida pela Presidente do TCE/BA, Conselheira Ridalva Figueiredo, compareceram: o Conselheiro Severiano Costandrade, Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins; o Conselheiro Manoel Castro, do TCE/BA; e o Dr. Regis Cunningham, Especialista Sênior em Gerenciamento Financeiro do Banco Mundial. Participaram 46 servidores do TCE/BA e cinco especialistas do BIRD. - Assinatura, em 18/07/2012, pelo Governo do Estado da Bahia e pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), de contrato de empréstimo visando o financiamento da execução do **Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia – SWAp Bahia**, sendo declarada a sua efetividade em 30/08/2012. O TCE/BA participa do mencionado Programa no seu Componente 2 – Fortalecimento Institucional dos Setores de Saúde, de Recursos Hídricos e Planejamento, contando com recursos da ordem de US$500 mil. Tendo em vista o longo período decorrido entre a apresentação da proposta inicial e a celebração do contrato (que distam em 3 anos), no 3º trimestre de 2012, foi apresentada nova proposta de ações a serem financiadas, bem como ajustados o Plano de Aquisições e o Plano Operativo referentes à participação do TCE/BA neste Programa. No período de 03 a 07/12/2012, dois servidores da Coordenadoria de Projetos Especiais (COPE) participaram de treinamento da área de aquisições do BIRD, ministrado por especialistas daquela Instituição.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.** - **Apresentação do SWAp Bahia pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN).** Uma equipe de servidores da SEPLAN apresentou, no dia 04/10/2012, as principais diretrizes do SWAp Bahia, Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia. O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, recebeu os servidores da SEPLAN no Plenário do TCE/BA, onde os técnicos expuseram detalhes do projeto que vai receber recursos do BIRD, que serão distribuídos entre dez municípios baianos com maior déficit nas áreas de saúde e recursos hídricos. O objetivo principal do encontro foi municiar os auditores do TCE/BA com informações que irão auxiliá-los nos processos de construção do termo de referência de auditoria. - Elaboração, durante o 1º trimestre de 2013, do Termo de Referência da primeira contratação a ser realizada pelo TCE/BA, no âmbito do **SWAp Bahia**, referente ao projeto de divulgação da Rede de Controle, tendo sido envidados esforços junto a representantes das instituições que a compõem de forma a obter autorização para divulgá-las. - Participação de auditores da 1ª e 3ª CCEs, em 28/09/2010, do **Seminário sobre Normas e Procedimentos de Auditoria Externa de Projetos BID**, realizado em Brasília/DF, objetivando divulgar e esclarecer a aplicação das novas políticas relacionadas à gestão fiduciária dos projetos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), incluindo normas e procedimentos para os serviços de auditoria externa requeridos nos contratos de empréstimos durante o processo de execução de projetos e cooperações técnicas. - Realização de **pesquisa diagnóstica** para seleção dos tribunais de contas, parceiros do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), com Doação do Banco Mundial. - Elaboração, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), de **metodologia de Revisão pelos Pares**, a partir dos trabalhos de validação das respostas à pesquisa diagnóstica realizada.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.**
		- Execução de processo licitatório, no 4º trimestre de 2011, objetivando a contratação de empresa de **consultoria para mapear e redesenhar processos auditoriais**, com treinamento e transferência de tecnologia, no âmbito do PROFORT. No 1º trimestre de 2012, houve continuidade do referido processo, encontrando-se em fase de análise de propostas. No 2º trimestre de 2012, foram iniciados os trabalhos referentes ao mapeamento de processos do TCE/BA, com a realização de reuniões para alinhamento e planejamento estratégico, definição do cronograma e do escopo, e realização do Seminário de Partida, no Plenário do TCE/BA, em 22/06/2012. - Realização, no 3º trimestre de 2012, dos trabalhos de **mapeamento dos fluxos auditoriais** no período de 09/07 a 17/08/2012, relativos: à Prestação de Contas da Administração Direta e Indireta; ao Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira; à Auditoria Operacional; e às Contas de Governo. Foram mapeados, ainda, os fluxos do Plano Operacional (programação anual de auditoria), Recebimento e Autuação, Relatoria e Julgamento/Apreciação. Cinquenta servidores de diversos setores do TCE/BA participaram diretamente dos trabalhos. O objetivo específico é identificar controles críticos, gargalos, desconformidades e oportunidades de melhoria nos fluxos mapeados, considerando os novos desafios e cenários relacionados à Gestão de Pessoas e à Tecnologia da Informação. O ***Workshop* de Validação de Processos Mapeados** foi apresentado em 29/08/2012, na Sala do Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo (CEICE), com a presença do Cons. Presidente Zilton Rocha, mostrando os trabalhos realizados pelos servidores do TCE/BA, que foram conduzidos pelo consultor da empresa MBS Consulting, para a validação por representantes de setores estratégicos do TCE/BA. Os fluxos dos processos auditoriais mapeados foram redesenhados no período de agosto a outubro/2012. Em novembro/2012, foram realizadas reuniões para definição do Plano de Implementação, sendo atribuídos responsáveis e prazos para a execução das ações. No Plenário do TCE/BA, em 10/12/2012, houve a apresentação do **resultado do redesenho de processos auditoriais** por equipe de servidores do TCE/BA, orientada pelo Consultor Gustavo Tarragô, da MBS Consulting. Estiveram presentes o Cons. Presidente, Zilton Rocha, o Cons. Vice-presidente, Inaldo Araújo, o Conselheiro Pedro Lino, coordenadores, analistas de controle externo, técnicos, assessores e demais servidores da Casa. O trabalho foi desenvolvido durante cinco meses, contando com a participação de 50 servidores de várias áreas do TCE/BA. Teve como principais objetivos capacitar a equipe executiva em mapeamento e redesenho de processos e identificar gargalos, desconformidades e oportunidades de melhoria nos fluxos mapeados, considerando os novos desafios e cenários relacionados à Gestão de Pessoas. A consultoria foi custeada pelo Projeto de Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.**
		No primeiro trimestre de 2013, dando início ao acompanhamento do Plano de Implementação, a COPE considerou, nas especificações dos fluxos redesenhados pertinentes às atividades desempenhadas pelas CCEs, as sugestões apresentadas por integrantes dos fluxos "Prestação de Contas da Administração Direta", "Prestação de Contas da Administração Indireta", "Auditoria Operacional" e "Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira". Com isso, foram concluídas as especificações dos referidos fluxos, documentos que apresentam, detalhadamente, as ações desenvolvidas pelas CCEs em cada atividade. - Desenvolvimento e revisão de **37 programas de auditoria**, que foram padronizados, aprovados pelo Comitê de Auditoria e inseridos no Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA), destacados por natureza: Informações Gerais (Informações Gerais e Formalização do Processo de Prestação de Contas); Controle Interno (Avaliação dos Controles Internos – Modelo COSO); Orçamentária/Financeira/Contábil (Exame da Despesa; Adiantamento; Diárias); Jurídica (Contratos Administrativos, Licitações, Contratações Diretas, Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares; Contratos Administrativos em Geral; Contratos Administrativos de Locação de Imóveis; Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade de Licitação; Procedimentos Licitatórios: Pregão Presencial e Eletrônico; e Procedimentos Licitatórios: Concorrência Pública, Tomada de Preços e Convite); Patrimonial (Material de Consumo; Bens Móveis; Bens Imóveis); Pessoal (Gratificação à Melhoria da Qualidade de Assistência Médica – GIQ; Gratificação de Estímulo às Atividades de Classe; Gratificação de Atividade Policial Militar – GAP-PM); Convênios (Acompanhamento de Convênios); Projetos Co-financiados (Levantamento de Informações; Avaliação dos Controles Internos; Avaliação da Implementação das Recomendações; Licitações e Contratos; Receitas e Despesas; Demonstrações Financeiras; Regularidade da Despesa; Patrimonialização e Utilização de Bens; e Cumprimento de Cláusulas Contratuais); Obras (Informações Gerais; Informações Específicas; Concorrência Pública, Tomada de Preços e Convite; Análise dos Projetos Básico e Executivo; Avaliação da Economicidade; Acompanhamento da Execução – Obras/Serviços em Geral; Acompanhamento da Execução – Obras Rodoviárias; e Acompanhamento da Execução – Obras de Saneamento). - Elaboração e disponibilização no SGA, após aprovação do Comitê de Auditoria, dos seguintes **modelos de relatório**, padronizados para o exame de contas: Relatório de Planejamento; Relatório de Auditoria – Modelo 1, utilizado pelas 2ª, 4ª e 5ª CCEs, responsáveis pelo exame das contas da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP) e Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), respectivamente; Relatório de Auditoria – Modelo 2, utilizado pelas CCEs responsáveis pela instrução das demais secretarias. - Elaboração e disponibilização no site do TCE/BA, após aprovação do Comitê de Auditoria, do **Manual de Normalização para Elaboração de Relatório de Auditoria e Documentos Afins**.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.**
		- Aplicação e disseminação de **conceitos dos códigos das melhores práticas de tecnologia da informação**, mediante um modelo de referência para gestão de TI, como técnicas e práticas de gerência de projetos e serviços baseadas em *Control Objectives for Information and Related Technology* (COBIT), *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL) e *Project Management Institute* (PMI) nos projetos e serviços prestados pelo CEDASC em 2010 e 2011. - Desenvolvimento do **Sistema de Gerenciamento de Serviços (SGS)**, em 2010, cujo principal objetivo é apoiar o processo de recebimento de demandas corretivas e de melhorias dos sistemas. A utilização desta solução permite uma padronização dos registros e do tratamento das demandas dos usuários, melhorando a preparação dessas demandas, visando a um atendimento mais eficiente, com o aperfeiçomento da comunicação entre os usuários e os gestores dos sistemas. - **Desenvolvimento, no 1º trimestre de 2012, das seguintes atividades relacionadas com o Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA)**: monitoramento do Sistema, no que se refere à utilização dos programas padrões de auditoria, TAGs, Papéis de Trabalho (Área de Trabalho, Anexos, Apêndices, Achados, Amostras), Consolidado, Produto; revisão dos programas de auditoria "Informações Gerais, Fase de Planejamento" e "Exame da Despesa, Fase de Planejamento"; início das análises necessárias para a elaboração de programas de auditoria da administração indireta; início das análises necessárias para a elaboração de programas de auditoria da área de pessoal; inclusão no SGA do programa "Informações Gerais, Fase de Execução"; atualização dos modelos de papel de trabalho e relatório da fase de Planejamento no SGA com a inserção das TAGs.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.**
		- Desenvolvimento, no 2º trimestre de 2012, das seguintes atividades relacionadas com o Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA): inserção de fontes de critério nos seguintes programas de auditoria: Contratos Administrativos; Licitações; Contratações Diretas; Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares (Planejamento); Formalização do Processo de Prestação de Contas (Planejamento e Execução); Informações Gerais (Planejamento); Exame da Despesa (Planejamento); Bens Móveis e Imóveis e Material de Consumo (Planejamento); Material de Consumo (Execução); Bens Móveis (Execução); Bens Imóveis (Execução); Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (Execução); inclusão do programa "Formalização do Processo de Prestação de Contas", fase Execução; elaboração do programa de auditoria "Formalização do Processo de Prestação de Contas", fase Planejamento, para a natureza de auditoria "Prestação de Contas de Administrador", o qual foi encaminhado para apreciação do Comitê de Auditoria; elaboração de *check lists* para exame da formalização de processos de Prestação de Contas de Administrador, em conformidade com a legislação em vigor; monitoramento da utilização dos programas da administração indireta utilizados na fase de Planejamento do exame das contas do exercício de 2010; implementação de correções e melhorias sugeridas por técnicos, bem como das identificadas pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC) e pelo Comitê Gestor do Sistema, destacando-se: a criação de *backup* automático das auditorias da base local antes da realização do *download*, proporcionando maior segurança e menor risco de perda de informações; criação de nova tela de *upload*, permitindo realizar atualizações para a Base TCE de algumas operações selecionadas; encerramento automático da fase no Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP), com definição do percentual em 100%, após o encerramento da fase correlata no SGA; reformulação da tela de comentário da ordem de serviço e do papel de trabalho; possibilidade de copiar programas específicos de ordens de serviço anteriores; criação de nova tela de histórico das revisões do papel de trabalho, apresentando as observações do gerente e líder; ampliação do tamanho do campo "Observação", na revisão do papel de trabalho; levantamento de demandas relativas a melhorias e correções do Sistema, a serem implementadas no 2º semestre de 2012; monitoramento das alterações realizadas por técnicos nos programas de auditoria padrão cadastrados no Sistema.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.** **- Desenvolvimento, no 3º trimestre de 2012, das seguintes atividades relacionadas com o Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA)**: a) especificação de demandas sugeridas por técnicos, bem como identificadas pelo CEDASC, relativas à melhoria do Sistema, resultando na implantação das versões: 3.03.002 (em 09/07/2012); 3.03.003 (em 02/08/2012); e 3.03.004 (em 17/09/2012). Dentre as funcionalidades implementadas nas referidas versões, destacam-se: possibilidade: do documento inserido como apêndice do papel de trabalho ser aberto, em modo de edição por gerentes e líderes de auditoria, facilitando a conferência das informações registradas no papéis de trabalho; do Coordenador de Controle Externo encerrar auditoria que não tenha sido encerrada pelo Gerente; dispensa de emissão de produto não aplicável, quando do encerramento da auditoria pelo Gerente; criação de nova tela de seleção de programas padrão, dispensando a necessidade de seleção de área e subárea; possibilidade de tornar inativo um papel de trabalho ainda não iniciado; b) apresentação, pelo Comitê Gestor do SGA, de proposta de criação de papéis de trabalho subsidiários, de forma a apresentar a divisão do trabalho por amostra e possibilitar a inclusão de referências cruzadas; c) acompanhamento da inclusão de procedimentos nos programas-padrão cadastrados no Sistema. **- Desenvolvimento, no 4º trimestre de 2012, das seguintes atividades relacionadas com o Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA)**: especificação de novas funcionalidades no Sistema, resultando na implantação das versões 3.04.000 e 3.04.001 do SGA, datadas de 22/11/2012 e 12/12/2012, respectivamente. **- Revisão de programas de auditoria.** Em consonância com as Normas de Auditoria Governamental (NAGs) e as boas práticas de auditoria, está programada a revisão sistemática dos programas cadastrados no Sistema de Gerenciamento da Auditoria (SGA), como forma de mantê-los atualizados e melhorar continuamente a sua qualidade. Para tanto, no âmbito do Projeto de Aperfeiçoamento e Sistematização do Processo Auditorial, foram criados sete grupos de trabalhos com o objetivo de realizar a revisão de todos os programas de auditoria registrados no SGA. No 1º trimestre de 2013, o Grupo de Trabalho responsável pela revisão dos programas de auditoria das áreas de Informações Gerais/Formalização Processual apresentou o resultado da revisão dos programas "Informações Gerais", "Formalização do Processo de Prestação de Contas", das fases de Planejamento e Execução, tendo sido revisados, inclusive, os seguintes *check lists*: "Formalização Conta de Secretário"; "Formalização Contas Eletrônicas"; "Formalização Contas Meio Físico Autarquias e Fundações"; e "Formalização Contas Meio Físico Empresas e Outros Entes". O Grupo de Trabalho responsável pela revisão dos programas de auditoria da área Jurídica apresentou o resultado da revisão dos seguintes programas: "Contratos Administrativos em Geral"; "Contratos Administrativos de Locação de Imóveis"; "Dispensa"; "Inexigibilidade"; "Pregão Presencial e Eletrônico"; "Concorrência Pública (CP), Tomada de preço (TP) e Convite"; "Concurso e Leilão"; "Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar". - Inserção, no SGA, durante o 1º trimestre de 2013, dos programas "Renúncia de Receita", "Receita Corrente Líquida" e "Resultado Primário".

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.**
		- Desenvolvimento do novo Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos do TCE/BA. O CEDASC e a Secretaria Geral (SEG) iniciaram o Projeto de desenvolvimento do novo Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos do TCE/BA, provisoriamente denominado "e-PROC", com o uso da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas da Autarquia. No dia 13/12/2011, o Projeto foi apresentado na Sessão Plenária do Tribunal. O e-PROC substituirá o atual Sistema Secretaria Geral Informatizada (SEGIN), e, dentre outras finalidades, terá rotinas próprias para a gestão dos processos e documentos do TCE/BA, tais como protocolo, sorteio, trâmite, notificação, julgamento e arquivamento. O novo sistema oferecerá uma nova plataforma tecnológica, moderna e baseada em *softwares* livres, para ampliação da informatização das rotinas processuais do Tribunal. O sistema ampliará a informatização da rotinas de gerenciamento de processos e documentos e melhorará a produtividade no uso dos recursos tecnológicos os usuários. Ainda do ponto de vista tecnológico, pretende-se: reduzir o custo e o esforço de manutenção com estruturas mais flexíveis para mudanças; eliminar os problemas de integridade de dados; e dar maior produtividade no atendimento de novas demandas, especialmente relatórios. Além disso, a nova solução permitirá o acesso ao e-PROC, através da internet, a agregação de assinatura eletrônica com certificação digital, consulta e peticionamento eletrônico e uma nova sistemática de arquivamento de processos e documentos. No 1º trimestre de 2012, o CEDASC e a Secretaria Geral do TCE/BA aceleraram o Projeto, iniciando o desenvolvimento do modelo de dados e das rotinas de ações comuns do Sistema. A fim de subsidiar a área de desenvolvimento do "e-PROC", que tem como requisito o armazemanento otimizado dos processos eletrônicos, foi disponibilizado um novo servidor de banco de dados baseado na tecnologia SQL Server 2008. Futuramente, essa versão de banco de dados deverá ser adotada no ambiente de produção, que abrange os demais sistemas implementados no CEDASC. No 2º trimestre de 2012, foi concluído o desenvolvimento do modelo de dados e as rotinas de ações comuns do Sistema, bem como foi realizada a importação de dados do Sistema SEGIN para testes no novo Sistema. Outrossim foi iniciado o levantamento de requisitos visando ao desenvolvimento das rotinas do Sistema específicas das atividades da Gerência de Protocolo do Tribunal. - Início, no 3º trimestre de 2012, de estudos para identificação de solução técnica, que viabilize a **migração de dados do atual sistema de gerenciamento de processos e documentos deste Tribunal (Sistema SEGIN)**, envolvendo documentos e arquivos anexos, para uma área de armazenamento temporária formada por banco de dados relacional e sistema de arquivos. Para tanto, estão sendo realizada prospecção de soluções de mercado que apoiem a realização dos serviços de migração dos dados.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.**
		- Integração da ferramenta de *Business Intelligence* (BI) com o Sistema Mirante. Em 2010, os dados de módulos do Sistema, quais sejam, "Execução Orçamentária e Financeira", "Licitações", "Contratações Diretas" e "Convênios" foram carregados em base dimensional, com controle histórico de Poder, Órgão, Secretaria, Unidade, Programa de Governo e Projeto/Atividade. A partir de 2011, a base de dados do Mirante passou a ser utilizada para análise de informações através de ferramenta de BI. Os atuais relatórios do Sistema também foram migrados para base dimensional, própria de projetos de *Data Warehouse*/BI. Ainda em 2010, foi construído um Painel de Controle, que resume, de forma gráfica, as principais informações disponibilizadas pelo Mirante. Este painel pode ser aberto automaticamente no reinício da estação de trabalho dos usuários, ser consultado através do próprio Sistema, e, ainda, ser encaminhado, periodicamente, por e-mail para grupos de usuários. No 2º trimestre de 2011, foi apresentado o conteúdo dos Módulos de "Execução Orçamentária e Financeira", "Licitações" e "Contratações Diretas", com relatórios pré-definidos e recursos para consultas e análises personalizadas com a utilização de recursos de BI. Em relação ao Módulo de Convênios, foram incorporados ao Sistema novos tipos de instrumentos, quais sejam, "15-Outros Convênios" e "16-Convênio de Ação Continuada". A partir da disponibilização da nova versão do Sistema, foi formado um Grupo de Trabalho com servidores do TCE/BA e do CEDASC para especificação de trilhas de auditoria. No 3º trimestre de 2011, foram implementados os Módulos de Licitações e Contratações Diretas do Sistema Mirante com recursos de BI, representando a versão 6.3 do Sistema, com novidades. Foi realizado, ainda, o treinamento de uma turma de técnicos nos novos recursos de BI disponibilizados. No 4º trimestre de 2011, foram implementadas diversas demandas de melhorias no Sistema Mirante, dentre as quais, os campos que correlacionam os pagamentos aos credores com os processos que os originaram (licitações, dispensas e inexigibilidades) e o campo para consulta dos dados de notas fiscais (número, série, data e valor) associados aos pagamentos. Além disso, foi iniciado o projeto de carga de dados de fornecedores impedidos de licitar e contratar com o Poder Executivo do Estado da Bahia, a partir das informações divulgadas pela Secretaria da Adminitração do Estado da Bahia (SAEB). Por fim, foi realizado treinamento para mais uma turma de técnicos do TCE/BA para uso dos novos recursos de *Business Intelligence (BI)* disponbilizados.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.**
		- Integração da ferramenta de *Business Intelligence* (BI) com o Sistema Mirante (continuação). No 1º trimestre de 2012, encontrava-se em desenvolvimento a integração do Módulo de Convênios do Sistema de Observação das Contas Públicas (Mirante) com recursos de *Business Intelligence* (BI). No período ocorreram reuniões técnicas com o TCE/BA para definição das trilhas de auditoria a serem implantadas no Sistema, tais como: indício de conluio pela participação em licitações de empresas com sócios em comum; processos de compra homologados para fornecedores impedidos de licitar e contratar; pagamentos realizados a fornecedor em data posterior ao impedimento de licitar e contratar. Foram também realizados encontros com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB), para tratar da obtenção de dados originários do Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH) de forma automática, trazendo os seguintes benefícios: maior agilidade na disponibilização de informações para uso no Módulo *Business Intelligence* do Mirante; maior confiabilidade no envio e carga dos dados no Sistema. Outossim, com o objetivo de aprefeiçoar o cruzamento de dados e a utilização dos recursos de BI, está em curso com o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA) tratativas para a obtenção de dados fucionais e de vínculos do servidores de prefeituras e câmaras municipais do Estado. No 2º trimestre de 2012, o Grupo concluiu a especificação dos relatórios mencionados, conforme segue: *** Trilha:** Observância ao impedimento de compras e pagamentos. **Relatório:** Pagamentos a fornecedores impedidos de licitar e contratar. **Objetivo:** Identificar pagamentos realizados a fornecedores durante a vigência do impedimento de licitar e contratar. *** Trilha:** Acordo entre fornecedores. **Relatório**: Concorrentes com sócio em comum na mesma licitação. **Objetivo:** Verificar indícios de conluio em licitações devido ao fato das empresas participantes possuírem sócios em comum. No 4º trimestre de 2012, foram desenvolvidos e homologados novos relatórios e melhorias no Sistema, utilizando informações da base de dados de pessoa física e jurídica da Receita Federal do Brasil (RFB), informações sobre fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração, de acordo com dados do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços do Estado da Bahia (SIMPAS) e, ainda, informações do Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH) que deverão subsidiar a auditoria de pessoal a ser realizada em 2013. As novas funcionalidades estarão disponíveis, através da solução de *Business Intelligence* (BI), para uso da área de auditoria do TCE/BA. Apresentação, no 1º trimestre de 2013, aos servidores do Tribunal, das novas trilhas de auditoria “Acordo entre Fornecedores” e “Fornecedores impedidos de licitar”, desenvolvidas a partir de dados do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços do Estado da Bahia (SIMPAS) e da base de dados de pessoa física e jurídica da Receita Federal do Brasil (RFB).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.**
		- Desenvolvimento do **Módulo de Recursos Humanos do Mirante**. No 1º semestre de 2011, foram realizadas reuniões de especificação de requisitos. Diversas questões foram tratadas com a SAEB para correção dos dados disponibilizados, qualificação das informações recebidas e dúvidas sobre dados do Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH). A partir dessas iniciativas, foi projetado o modelo de *Data Warehouse*, criada a base de dados com informações sobre o SIRH, sendo iniciado ainda o processo de extração, transformação e carga dos dados da Base Governo para a base *Data Warehouse*. No 3º trimestre de 2011, foi desenvolvido o modelo lógico de BI para o referido Módulo, que proporcionou as condições para a implementação do relatório de consultas a dados pessoais, funcionais e financeiros. - **Homologação, no 3º trimestre de 2012, da integração do Módulo de Convênios do Sistema Mirante**, que disponibiliza informações sobre as celebrações de convênios pelo Estado com Municípios e Organizações Não Governamentais, bem assim sobre os desembolsos realizados, com a ferramenta de *Business Intelligence* (BI), e disponibilização para uso da área de auditoria do Tribunal. - **Disponibilização da base de dados dos sistemas informacionais do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA)**, no 3º trimestre de 2012. Foram obtidas, junto ao TCM/BA, informações acerca dos servidores dos municípios, câmaras de vereadores e empresas públicas municipais, **viabilizando a implantação de trilhas de auditoria no Sistema Mirante**. Os dados referentes ao exercício 2012 estão disponíveis e, inclusive, já foram utilizados para apoiar trabalhos de auditoria em curso no Tribunal. No 1º trimestre de 2013, foi iniciada a modelagem dos dados obtidos junto ao TCM/BA, para viabilizar a incorporação das informações em relatórios do Sistema Mirante, permitindo a obtenção de informações diretamente pelos servidores do TCE/BA, sem a necessidade de demandar consultas complexas em banco de dados à Gerência de Auditoria em Tecnologia da Informação (GATI). - Realização de **levantamento de informações, a partir do Módulo de Obras do Mirante**, no 3º trimestre de 2012, com a finalidade de verificar a viabilidade para a especificação de relatórios e trilhas nesta área. Os primeiros dados obtidos se mostraram promissores, de forma que devem ser apresentados ao Grupo Mirante para análise.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.**
		- Integração do Sistema Mirante com o Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia (FIPLAN). A implantação do FIPLAN, que deve substituir o Sistema de Informações Contábeis, Orçamentárias e Financeiras (SICOF), SICOF Gerencial e o Sistema Informatizado de Planejamento (SIPLAN), trará significativos impactos para o Sistema Mirante. Com efeito, no 3º trimestre de 2012, foram iniciados trabalhos, no sentido de compreender as mudanças implementadas no FIPLAN e definir as ações necessárias para a adequação do Mirante à estrutura do novo Sistema. - **Participação no "Encontro Nacional de Atividades de Inteligência"**, realizado em Brasília/DF, de 15 a 17/08/2012, de representantes do Grupo de Trabalho Mirante BI designado para desenvolver trilhas de auditoria utilizando o Sistema Mirante e recursos de *Business Intelligence* (BI), com vistas a racionalizar os exames de prestação de contas. No evento, o Tribunal de Contas da União (TCU) enfatizou que apenas disponibilizaria suas bases de dados para unidades de inteligência que tenham sido criadas através de ato formal, ensejando a necessidade de criação de um Núcleo de Informações Estratégicas, vinculado à Presidência deste Tribunal e supervisionado pela Superintendência Técnica (SUTEC). Nesse contexto, através do Ato n.º 244, de 01/11/2012, o Cons. Zilton Rocha, Presidente do TCE/BA, constituiu o **Núcleo de Informações Estratégicas (NIE)**, com o objetivo de elaborar estratégias e ações de inteligência, por meio da obtenção, cruzamento e análise de bases de dados oriundos de fontes internas e externas, como também operacionalizar as redes de controle aderidas por convênio. O NIE dará continuidade aos trabalhos até então desenvolvidos pelo Grupo Mirante.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.** - Conclusão, no 4º trimestre de 2012, do **desenvolvimento do novo relatório gerencial, que disponibiliza informações sobre os acessos aos sistemas corporativos do Tribunal** de forma simples, rápida e visual, facilitando a análise dos acessos e otimização dos sistemas. O recurso permite a visualização dos acessos aos sistemas que fazem o seu registro através das tabelas do Sistema Corporativo (SCR), e o uso de recursos de BI, como "Construa sua Consulta", facilitam o acompanhamento e análise do uso dos sistemas corporativos na Instituição. - Encerramento, no 3º trimestre de 2011, da fase inicial do projeto de desenvolvimento do **Módulo de Cálculos de Aposentadoria do Sistema de Atos de Pessoal**, em ambiente *web* e de acordo com os padrões tecnológicos adotados pelo TCE/BA e CEDASC, com o objetivo de substituir a atual sistemática de utilização de planilhas eletrônicas para o cálculo do tempo de serviço e da composição de proventos nos processos de aposentadoria e reforma a serem apreciados pela 1ª Câmara do Tribunal. O novo módulo do Sistema emitirá o relatório de cálculo do tempo de serviço e de composição de proventos que instruirão os mencionados processos em tramitação no TCE/BA, além de facilitar as atuais rotinas de revisão dos cálculos por parte da Coordenadoria de Controle Externo responsável por sua instrução. Desenvolvimento da versão 1.1 do **Sistema de Prestação Eletrônica de Informações (SPEI)**, responsável pelo encaminhamento ao TCE/BA de informações sobre os projetos, obras e serviços de engenharia pelos jurisdiconados, na forma prevista pela Resolução n.º 052/2011, de 21/07/2011. - Realização pelo TCE/BA do **Encontro Técnico sobre Sistema Informatizado de Apoio à Instrução dos Atos de Pessoal**. O auditor federal de controle externo e atual secretário de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União (TCU), Alessandro Giuberti Laranja, esteve em Salvador/BA, no dia 09/04/2012, para falar no evento que objetivou apresentar aos Conselheiros que integram a 1ª Câmara do TCE/BA, aos procuradores, aos membros do Ministério Público e aos servidores que lidam diretamente com processos de atos de pessoal o sistema informatizado pelo TCU na instrução desses processos, apresentando características e vantagens, além dos bons resultados obtidos após a sua implantação. Trata-se do sistema de informática A3P, lastreado na base do Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC), que vem sendo utilizado há 15 anos. Participaram do encontro os Conselheiros Zilton Rocha, Presidente do TCE/BA, Manoel Castro, Corregedor do TCE/BA, e França Teixeira, além de servidores da Casa. - Aprovação da Resolução n.º 098/2012, de 04/12/2012, sobre a **formalização e encaminhamento para registro dos atos referentes às revisões de aposentadorias e pensões** efetuadas com base na Emenda Constitucional n.º 70, de 29/03/2012.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.** - Padronização da terminologia utilizada para as diversas naturezas de auditoria, no âmbito do Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP). Os estudos foram realizados tendo como fontes de critério o Regimento Interno deste TCE e as normas da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI). - Realização, em 03/08/2011, da **Oficina Auditoria em Projetos/Programas Co-Financiados pelo Banco Mundial com Foco em SWAps** (tradução para a língua portuguesa: abordagem setorial ampla), preparatória para o *Workshop* Encontro Técnico dos Tribunais de Contas Participantes da Pesquisa Diagnóstica IRB-TCE/BA, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), oportunidade em que se reuniram na sede deste TCE técnicos dos Tribunais de Contas dos Estados do Ceará, Minas Gerais e Pernambuco, além de técnicos do TCE/BA e de Especialista Sênior do Banco Mundial, para discutir as diversas formas de operações *SWAps*, assim como a metodologia desenvolvida para auditá-las. Há de se registrar a relevância do intercâmbio de informações quanto à discussão por organismos de controle que realizam auditorias nessas operações, bem como da assistência técnica oferecida por técnicos deste TCE/BA àqueles três Tribunais de Contas, em suas primeiras auditorias nessa modalidade de empréstimo, tendo em vista a experiência acumulada por este TCE na realização dessas auditorias. - Participação do TCE/BA nos trabalhos de **elaboração da Orientação Técnica sobre "Delimitação de conceitos de sobrepreço e de superfaturamento em medições de obras públicas"**, através de dois servidores indicados para integrarem o subcomitê do Instituto Brasileiro Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP) para esse fim. - Prospecção junto a entidades fiscalizadoras superiores acerca de **casos internacionais de sucesso em Auditoria Operacional**, visando identificar duas experiências para estudo, nos moldes previstos no PROFORT. Com base em pesquisas e contatos anteriores, esta ação foi levada a efeito, especialmente, durante a XXI Assembleia Geral da OLACEFS, ocorrida no período de 17 a 22/10/2011, na cidade de Caracas, Venezuela. - **Monitoramento da Auditoria Operacional nas Coordenadorias de Controle Externo (CCEs)**, no durante o exercício de 2012 e o 1º trimestre de 2013, realizado pela Auditoria Interna (AUDIT), com o objetivo de verificar o desempenho da atividade fim do TCE/BA, identificando oportunidade de melhoria no processo auditorial, com foco em eficiência, eficácia e qualidade. - O NIE, no segundo trimestre de 2013, especificou os relatórios "Licitante com sócio servidor público estadual" e "Mapeamento de Convênios", relacionados as trilhas "Licitações e "Convênios", com os objetivos de; "Identificar processos de compra com empresas participantes/vencedora(s) cujos sócios são funcionários públicos do Estado da Bahia" e "Mapear os convênios por Secretaria/Unidade".

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(8) Mapear e redesenhar os principais processos de trabalho.** - No segundo trimestre de 2013, dando continuidade ao acompanhamento do Plano de Implementação, a COPE iniciou a elaboração de guias específicos para cada uma das naturezas de auditoria utilizadas pelo TCE/BA. Estão em desenvolvimento os guias relativos às naturezas "Acompanhamento da Execução Orçamentária" e "Prestação de Contas de Ordenador de Despesas"/"Prestação de Contas de Administrador". - No segundo trimestre de 2013, a Gerência de Projetos Especiais, responsável pelo Aperfeiçoamento e Sistematização do Processo Auditorial, após revisão dos Grupos de Trabalho, inseriu no SGA, os seguintes programas de auditoria: Informações Gerais/Formalização Processual e Jurídica. - Também no segundo trimestre de 2013, a Gerência de Projetos Especiais, responsável pelo PROFORT registrou as seguintes atividades: finalização do relatório de conclusão do Projeto, e envio ao BIRD no dia 16/04; preparação de documentos solicitados pela empresa contratada para proceder ao exame das operações realizadas no âmbito do Projeto, e recebimento da equipe de auditores no período de 15 a 19/04; elaboração dos documentos finais do PROFORT e devolução de saldo de recursos ao BIRD, no montante de R$21.882,21, no dia 07 de junho; realização de auditoria das operações e contas do Projeto pela empresa Sá Leitão Auditores S/S (período de 14/12/2009 a 14/042013), que emitiu parecer sem ressalvas em todos os seus aspectos, bem como considerou satisfatórios os controles exercidos pela Unidade de Gerenciamento do Projeto.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(9) Revisar a sistemática de exame das prestações de contas consolidadas da administração direta estadual.**
		- Desenvolvimento e aprovação, através das Resoluções n°s. 032/2010 e 132/2010, de **diretrizes específicas a serem observadas pelas Coordenadorias de Controle Externo (CCEs)** na instrução das contas consolidadas da administração direta. - Desenvolvimento de **matriz de risco** visando apoiar o processo de seleção, pelas CCEs, das unidades objeto de exame *in loco*, no âmbito das contas consolidadas da administração direta estadual, especificamente para aquelas Secretarias que apresentam maior número de unidades gestoras, quais sejam, Saúde, Segurança Pública e Educação. - Realização do **evento técnico "A Experiência do TCU na Instrução e Julgamento de Processos de Contas"**, com palestra do Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira, em 25/10/2010, no Plenário do TCE/BA, sobre as iniciativas que vêm sendo tomadas, no âmbito do TCU, para atualização e modernização dos procedimentos auditoriais e do relacionamento com seus jurisdicionados. O evento se estendeu até 26/10/2010 com a realização de reuniões técnicas na sala de treinamento do TCE/BA. - Realização de **visita técnica à Controladoria Geral da União (CGU)**, no 2º trimestre de 2011, para conhecimento das trilhas de auditoria e das bases de dados utilizadas no Controle Interno da União, considerando-se a disponibilização, no período, da nova versão do Sistema Mirante, quando foi formado um Grupo de Trabalho com servidores do TCE/BA e do CEDASC, com o intuito de racionalizar os exames das prestações de contas da administração direta. - Aprovação da Resolução n.º 013/2012, de 10/04/2012, sobre **normas de agrupamento para fins de instrução e julgamento das contas consolidadas da administração pública estadual direta**. - Aprovação da Resolução n.º 088/2012, de 08/11/2012, sobre as **normas de agrupamento para fins de instrução e julgamento das contas consolidadas da administração pública estadual direta**.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Otimizar processos de trabalho e instrumentos de controle.**	**(10) Revisar a sistemática de exame das contas de governo. (Diretriz prioritária para 2013)**
		----------
		(11) Aprimorar o sistema de gestão de processos e outros sistemas, no que tange à emissão de relatórios gerenciais. (Diretriz prioritária para 2013)
		----------
		(12) Sistematizar os procedimentos de auditoria referentes às contas da administração indireta.
		----------
		(13) Restabelecer o Prêmio Osvaldo Velloso Gordilho com o objetivo de obterem-se contribuições para os Achados de Auditoria compondo o banco de dados do SGA (inclusive quanto ao âmbito dos potenciais candidatos, limitando-o aos servidores desta Casa).
		----------
		(14) Atualizar o Manual de Auditoria, editado em 2000, com a inclusão das NAGs.
		----------
		(15) Retomar a série de Traduções do Tribunal de Contas.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Atuar de forma seletiva e tempestiva.**	**(16) Privilegiar auditorias em áreas de risco, materialidade e relevância. (Diretriz prioritária para 2013)** **(17) Privilegiar auditorias tempestivas, inclusive as de natureza operacional. (Diretriz prioritária para 2013)** **(18) Priorizar a apreciação das auditorias no próprio exercício de sua realização. (Diretriz prioritária para 2013)** - Desenvolvimento de estudos e elaboração de **modelo de Matriz de Risco específica para subsidiar a seleção das auditorias tempestivas**. Essa matriz foi aplicada durante a elaboração do Plano Operacional de 2011, buscando estabelecer um único ranking dos jurisdicionados sob o ponto de vista da materialidade, relevância e riscos envolvidos, sem divisões por Poder, Secretaria ou área de atuação das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), abrangendo, pois, a totalidade das unidades gestoras, vale dizer, todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta. Essa Matriz possibilita um novo olhar acerca do que deve ser prioridade para auditoria, segundo duas perspectivas: o contexto global do Estado e o contexto de cada área de competência das unidades de auditoria da Casa. No 1º trimestre de 2012, a Matriz de Risco foi revisada e sua aplicação foi ampliada para todas as Secretarias, visando à seleção de unidades para exame *in loco*, no âmbito das contas consolidadas da administração direta estadual, relativas ao exercício de 2011. Também foi revisada e aplicada a Matriz de Risco para a programação das auditorias tempestivas de 2012, em consonância com as diretrizes já abordadas. Essa Matriz objetivou a seleção de auditorias tempestivas através do *ranking* dos jurisdicionados, sob o ponto de vista da materialidade, relevância e riscos envolvidos, devendo-se ressaltar que os fatores considerados poderão – e deverão – ser reavaliados em análises futuras, a depender da disponibilidade de informações, devendo o processo ser continuamente aprimorado. - Atualização do critério "Risco" da Matriz, para o exame das contas do exercício de 2012, de forma a considerar a alteração de gestor para contas que tenham sido julgadas ou ainda não julgadas, nos últimos três exercícios, com parecer pela desaprovação. Essa Matriz, para fins de elaboração do Plano Operacional Anual (POA), foi elaborada considerando a materialidade até o mês de setembro/2012. No primeiro trimestre de 2013, a Matriz foi atualizada, com o objetivo de incluir os valores relativos aos meses de outubro a dezembro/2012. **- Realização de estudos para ação da Lei *Newcomb-Benford*.** Com o objetivo de oferecer meios para otimizar os resultados obtidos com a utilização de ferramenta de *Bussines Intelligence*, foram iniciados, pelo CEDASC, estudos para aplicação da Lei *Newcomb-Benford*, que fornece meios estatísticos para identificar desvios nos valores observados em pagamentos, a partir da base de dados do Sistema de Informações Contábeis e Financeiras (SICOF), com a finalidade de subsidiar as decisões e encaminhamentos dos esforços de auditoria. Após a conclusão dos estudos, os resultados serão apresentados ao TCE/BA, visando à verificação da sua aplicabilidade, para fins de elaboração de matriz de riscos e orientação do planejamento de auditoria.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Atuar de forma seletiva e tempestiva.**	**(16) Privilegiar auditorias em áreas de risco, materialidade e relevância. (Diretriz prioritária para 2013)** **(17) Privilegiar auditorias tempestivas, inclusive as de natureza operacional. (Diretriz prioritária para 2013)** **(18) Priorizar a apreciação das auditorias no próprio exercício de sua realização. (Diretriz prioritária para 2013)** - Desenvolvimento de **trilhas de auditoria** voltadas para racionalizar os trabalhos. Os relatórios especificados pelo Grupo de Trabalho responsável e já aprovados pelos titulares das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs) serão gerados através do Sistema Mirante, a partir de 2012, servindo de insumos para o planejamento dos trabalhos e possibilitando que as CCEs melhor direcionem, em campo, seus esforços auditoriais. Espera-se que a disseminação e o uso continuado dessas trilhas repercutam na eficiência dos trabalhos de auditoria, com impactos positivos na sua gestão e resultados, ensejando, entre outros efeitos, a gradual redução do tempo e dos recursos humanos alocados pelas CCEs aos exames de contas. Ao final do exercício de 2011, foram especificadas quatro trilhas de auditoria: Observância à Modalidade de Licitação (com os relatórios "Fracionamento através de Dispensas" e "Realização de Obras e Serviços de Engenharia por Pregão"); Concentração de Diárias (com os relatórios "Concentração de Diárias por Credor" e "Concentração de Diárias por Unidade Gestora e Credor"); Contratação Temporária de Pessoal (com o relatório "Contratação de Pessoa Física de Forma Continuada"); Mapeamento de Despesa (com os relatórios "Mapeamento por Secretaria/Órgão"; "Maiores Credores por Unidade"; "Mapeamento por Tipo de Despesa"). No 1º trimestre de 2012, o referido Grupo começou a trabalhar com as seguintes trilhas: "Processos de Compra Homologados para Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar", "Pagamentos Realizados a Fornecedor em Data Posterior ao Impedimento de Licitar e Contratar" e "Indícios de Coluio em Licitações Devido ao Fato das Empresas Participantes Possuírem Sócios em Comum". - Priorização na programação dos trabalhos auditoriais, mediante comandos específicos contidos nas Resoluções n°s. 032/2010 e 132/2010, do exame das contratações e execução das obras e serviços, assim como da aquisição e utilização de bens, relacionados à realização da **Copa do Mundo de 2014**, bem como as ações incluídas no **Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado**. - **Visita do TCE/BA às obras da Arena Fonte Nova em 2012.** O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, e sua equipe de assessores visitaram, dia 30/11/2012, as obras da Arena Fonte Nova, a convite do Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia, Nilton Vasconcelos, que é o gestor do contrato da Parceria Público-Privada para a construção do Estádio. O objetivo da reunião foi verificar o andamento da obra, que, segundo a administração, está com 85% dos serviços concluídos. - **Visita de Conselheiros do TCE/BA às obras da Arena Fonte Nova, no dia 15/03/2013**. O convite aos conselheiros foi feito pelo Secretário Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Nilton Vasconcelos, que mostrou às autoridades as etapas de construção da obra.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Atuar de forma seletiva e tempestiva.**	**(16) Privilegiar auditorias em áreas de risco, materialidade e relevância. (Diretriz prioritária para 2013)** **(17) Privilegiar auditorias tempestivas, inclusive as de natureza operacional. (Diretriz prioritária para 2013)** **(18) Priorizar a apreciação das auditorias no próprio exercício de sua realização. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Exame, no exercício de 2011, de 774 processos pelo Ministério Público de Contas (MPC) no TCE/BA. - Exame, no exercício de 2012, de 1.356 processos pelo Ministério Público de Contas (MPC) no TCE/BA. - Exame, no 1º trimestre de 2013, de 453 processos pelo Ministério Público de Contas (MPC) no TCE/BA. - Realização pela **Auditoria Interna** (AUDIT), no 1º trimestre de 2012, das seguintes atividades, entre outras: exame da Prestação de Contas e Relatório de Anual de Atividades do TCE/BA, referente ao exercício de 2011; auditoria de regularidade no Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 3º quadrimestre de 2011, com o objetivo de verificar o limite estabelecido, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para a Despesa Líquida com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida. - Realização pela **Auditoria Interna** (AUDIT), no 2º trimestre de 2012, das seguintes atividades, entre outras: auditoria de regularidade na execução orçamentária e financeira do TCE/BA, com o objetivo de verificar a exatidão dos registros, no exercício de 2012.; auditoria de regularidade no Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 1º quadrimestre de 2012, com o objetivo de verificar o limite estabelecido, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para a Despesa Líquida com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Atuar de forma seletiva e tempestiva.**	**(16) Privilegiar auditorias em áreas de risco, materialidade e relevância. (Diretriz prioritária para 2013)** **(17) Privilegiar auditorias tempestivas, inclusive as de natureza operacional. (Diretriz prioritária para 2013)** **(18) Priorizar a apreciação das auditorias no próprio exercício de sua realização. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Realização pela **Auditoria Interna** (AUDIT), no 3º trimestre de 2012, das seguintes atividades, entre outras: auditoria operacional, em fase de monitoramento, no processo auditorial das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), com o objetivo de verificar o desempenho da atividade fim deste Tribunal, identificando oportunidade de melhoria, com foco na eficiência, eficácia e qualidade; auditoria de regularidade no Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2012, com o objetivo de verificar o limite estabelecido, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para a Despesa Líquida com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida; auditoria de regularidade na execução orçamentária e financeira do TCE/BA, com o objetivo de verificar a exatidão dos registros, no exercício de 2012. - Realização pela **Auditoria Interna** (AUDIT), no 4º trimestre de 2012, das seguintes atividades, entre outras: auditoria operacional, em fase de monitoramento, no processo auditorial das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), com o objetivo de verificar o desempenho da atividade fim deste Tribunal, identificando oportunidade de melhoria, com foco na eficiência, eficácia e qualidade; auditoria de regularidade no Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 3º quadrimestre de 2012; auditoria de regularidade na execução orçamentária e financeira do TCE/BA, com o objetivo de verificar a exatidão dos registros e o acompanhamento das metas orçamentárias, no exercício de 2012. - Realização pela **Auditoria Interna** (AUDIT), no 1º trimestre de 2013, das seguintes atividades, entre outras: auditoria operacional, em fase de monitoramento, no processo auditorial das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), com o objetivo de verificar o desempenho da atividade fim deste Tribunal, identificando oportunidade de melhoria, com foco na eficiência, eficácia e qualidade; auditoria de regularidade no Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 3º quadrimestre de 2012; auditoria operacional, em fase de monitoramento, na área de decisões condenatórias do Tribunal de Contas do Estado da Bahia – Títulos Executivos, com o objetivo de verificar: a emissão dos títulos executórios referentes às decisões condenatórias do TCE/BA, onde há responsabilização financeira; o procedimento de envio e execução das decisões condenatórias junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE); o total de decisões transitadas em julgado acumuladas para a emissão de títulos executivos. - Aprovação da Resolução n.º 105/2012, de 13/12/2012, que fixa os **Índices de Participação dos Municípios** no produto da arrecadação, pelo Estado, do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para aplicação no exercício de 2013.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Atuar de forma seletiva e tempestiva.**	**(16) Privilegiar auditorias em áreas de risco, materialidade e relevância. (Diretriz prioritária para 2013)** **(17) Privilegiar auditorias tempestivas, inclusive as de natureza operacional. (Diretriz prioritária para 2013)** **(18) Priorizar a apreciação das auditorias no próprio exercício de sua realização. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Auditoria Operacional - No período de 02 a 04/04/2013, três representantes da COPE participaram do Seminário Internacional de Auditoria Operacional, em Brasília/DF, visto que se encontra a cargo dessa Gerência a realização do planejamento da auditoria coordenada, objetivando avaliar a qualidade do ensino médio oferecido pelo poder público brasileiro. Tal auditoria é coordenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e conta com a participação dos Tribunais de Contas subnacionais. Como forma verificar o andamento da etapa de planejamento e alinhar as ações, representantes da COPE e da 5ª CCE, cuja área de atuação inclui a Secretaria da Educação, participaram de vídeo conferência, capitaneada pelo TCU e Grupo de Auditoria Operacional, vinculado ao Instituto Rui Barbosa (IRB).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Reduzir o tempo de instrução e apreciação/ julgamento de processos.**	**(19) Aferir o tempo médio de instrução e de apreciação/julgamento de processos de controle externo. (Diretriz prioritária para 2013)**
		----------
		(20) Rever a sistemática das notificações e diligências (internas e externas), e de análise das respostas dos gestores. (Diretriz prioritária para 2013)

		Diretrizes/Principais Ações
		(21) Implementar plano de redução de estoque de processos. (Diretriz prioritária para 2013)
		- Elaboração de **diagnóstico** acerca do estoque de processos, a partir de pesquisa de dados referentes ao fluxo de processos entre os anos de 2006 e 2010. - Expedição de **Instrução pela Segunda Câmara** do TCE/BA (Ofício Conjunto n.º 01, de 07/07/2010), dirigida às Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), quanto ao tratamento a ser observado em relação aos processos de sua competência. - Realização de estudos e reuniões de trabalho objetivando a definição de **critérios para o retorno de processos de prestação de contas de ordenadores de despesas e administradores em diligência às CCEs**, os quais culminaram com a aprovação, no âmbito do Comitê de Auditoria (103ª reunião ordinária, realizada em 27/07/2011), de rotinas específicas para o trâmite desses autos após o recebimento, nos Gabinetes de Conselheiro, das respostas às notificações. A Resolução n.º 92, de 13/12/2011, que aprovou o Plano de Diretrizes para o exercício de 2012, incorporou os referidos critérios. Definição de **critérios para a racionalização do trâmite dos processos da alçada da 2ª Câmara**, com aprovação no âmbito do Comitê de Auditoria (107ª reunião ordinária, realizada em 23/11/2011) de proposta de triagem prévia dos autos, apresentada pelos Coordenadores de Gabinete dos Conselheiros que integram aquele Colegiado. A Resolução n.º 92, de 13/12/2011, que aprovou o Plano de Diretrizes para o exercício de 2012, incorporou os referidos critérios. Realização de **Inspeção de Correição**, sob a supervisão do cons. Corregedor Filemon Matos, tendo como objeto os processos em diligência externa. Foram promovidos levantamentos e mantidos entendimentos junto aos órgãos com maior número de processos em diligência (Secretarias da Educação e da Saúde e Polícia Militar), constituindo-se grupos específicos de trabalho para instruir e devolver esses autos. Segundo dados relativos ao período de 25/05/2010 a 25/11/2011, retornaram desses órgãos 7.194 processos, correspondendo a 67% do total inicial. Considerando que a expressiva maioria desses processos é da competência da 1ª Câmara, essa ação possibilitou uma elevação importante na quantidade de processos julgados em 2011 por aquele Colegiado: 8.357 processos, o que representou **mais que o dobro da média dos quatro anos anteriores** (3.900 processos).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Internos	**Garantir a comunicação interna e externa.**	**(22) Elaborar Plano de Comunicação (políticas, diretrizes e orientações estratégicas para a área de comunicação). (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Início, no 1º trimestre de 2012, do **novo Plano Comunicação do TCE/BA**, estreitando-se o relacionamento institucional com a mídia. Assim sendo, o Presidente, Cons. Zilton Rocha, concedeu entrevistas, no 1º trimestre de 2012, para a: Rádio Itaparica, sobre as ações do TCE/BA, com veiculação estadual, em 24/02/2012; Rádio Excelsior, sobre as ações do TCE/BA e os seus benefícios para o cidadão baiano, com veiculação estadual, em 19/03/2012. - **Continuidade, no 2º trimestre de 2012, do novo Plano Comunicação do TCE/BA**. Assim sendo, o Presidente, Cons. Zilton Rocha visitou os Jornais "A Tarde" e "Correio da Bahia", para ressaltar a questão do controle externo e do controle social, respectivamente em 02 e 09/04/2012, e concedeu entrevistas ao Jornal "Tribuna da Bahia", sobre a função social do TCE/BA, em 13/04/2012, e à Rádio "Tudo FM", sobre os controles externo e social, em 20/06/2012. - Início do **projeto de divulgação das sessões plenárias do TCE/BA em formato de vídeo**. No 1º trimestre de 2012, foram iniciados estudos preliminares para o projeto de gravação, armazenamento, pesquisa e visualização dos vídeos das sessões plenárias do Tribunal no seu Portal *Web*. Foram especificados todos os requisitos técnicos, tais como, formato dos vídeos, padrões de nomenclatura e particionamento, que deverão ser atendidos para a disponibilização dos vídeos, assim como toda a infraestrutura de armazenameno e de cópias de segurança necessárias à disponibilização do serviço no Portal do TCE/BA. A Assessoria de Comunicação (ASCOM) acompanhou as gravações das sessões plenárias do TCE/BA, além de participar das edições com a TV Assembleia.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Interno	**Garantir a divulgação dos resultados do controle externo.**	**(23) Aperfeiçoar o conteúdo do Portal e da Intranet.**
		- Criação, pelo Ato n.º 284 da Presidência do TCE/BA, de 14/07/2010, de **Comitê Gestor do Portal** (com publicação no DOE de 15/07/2010), com ações relacionadas em andamento. - Aquisição, em 2010, de **certificados digitais** para os Portais do TCE/BA, CEDASC e Portal Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil, bem como para os serviços de *webmail* e Educação a Distância (EaD). Tais certificados garantem aos visitantes dos portais, servidores e demais usuários uma troca segura de informações, sem riscos de os dados trafegados serem interceptados ou alterados. - Ampliação, a partir de fevereiro de 2011, do ***link* de acesso à internet** para o TCE/BA e o CEDASC, de 8MBps para 20MBps. - Início, no 2º trimestre de 2011, do **projeto de reformulação do Portal *Web*** do Tribunal, tendo como principais objetivos o aperfeiçoamento e incremento de suas funcionalidades, a modernização da interface visual e a melhoria na integração com outros sistemas legados, a exemplo do SEGIN e do BETHA. - Reestruturação, no tocante à área de **biblioteca e documentação**, dentro do Portal do TCE/BA: de *links* institucionais, em 2010; do sumário de periódicos, legislação e publicações institucionais, em 2011. - Desenvolvimento, no 2º trimestre de 2012, de componente para a integração do Portal com o Sistema SEGIN visando automatizar a consulta das atas das sessões plenárias e das câmaras. Está em fase final de desenvolvimento solução, integrada ao Portal, para armazenamento e disponibilização para consulta dos vídeos das sessões plenárias do Tribunal. A fim de otimizar e tornar mais atrativo o acesso ao conteúdo de documentos em formato PDF, foram adquiridas cinco licenças de uma solução de *Flipping Book*, que permitirá a criação de livros eletrônicos para atendimento a diversas finalidades, reduzindo o gasto com papel. - **Implantação da nova *homepage* do TCE/BA**, em 10/09/2012. Com o objetivo de estabelecer um canal de comunicação com mais transparência e agilidade aos servidores, jurisdicionados e ao público em geral, o TCE/BA reestruturou o seu Portal na internet. A reformulação do Portal atende às diretrizes da Lei de Acesso à Informação Administrativa (Lei Federal n.º 12.527/2011). Dentre as principais mudanças no Portal do TCE/BA está a disponibilização das sessões plenárias gravadas no auditório Lafayette Pondé, onde ocorrem os julgamentos dos processos. Nesta seção, os jurisdicionados podem acessar os vídeos a partir da identificação de dados como o número do processo, Conselheiro Relator, Conselheiro Revisor, origem, natureza e responsável/recorrente. Foram disponibilizados, ainda, novos mecanismos para facilitar a consulta ao conteúdo, como o módulo de "Acesso Rápido". Basta clicar no ícone indicado para ter acesso a atas, súmulas, pautas, Ouvidoria, acervo da Biblioteca, legislação e jurisprudência.

Processos Interno		
	Garantir a divulgação dos resultados do controle externo.	**(24) Divulgar/disponibilizar informações para a sociedade e órgãos públicos. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Instituição de **Comissão para implementar a Lei de Acesso à Informação no TCE/BA**. O Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, decidiu, com base no Regimento Interno, criar Comissão (cuja instituição foi publicada no DOE de 11/05/2012), com a finalidade de promover estudos e elaborar proposta, no prazo de 60 dias, para a completa implementação dos procedimentos exigidos pela Lei Federal n.º 12.527/2011, no âmbito do TCE/BA. O Ministério Público de Contas participou dos debates e reuniões realizadas por essa Comissão durante o 3º trimestre de 2012. - Realização de **Palestra sobre a Lei de Acesso à Informação**. A Prof.ª de Direito Administrativo, Raquel Melo Urbano de Carvalho, Procuradora do Estado de Minas Gerais, proferiu a Palestra "Lei de Acesso à Informação", dia 27/08/2012, no Salão Plenário do TCE/BA, fazendo uma ampla e detalhada explanação da referida Lei, destacando a sua importância para garantir a transparência no processo de redemocratização do País. A necessidade de qualificação do servidor público foi outro destaque da apresentação. - **Adaptação, em virtude da Lei de Acesso à Informação, de diversas soluções tecnológicas utilizadas pelo TCE/BA**, tais como o Sistema Mirante, Sistema de Recursos Humanos e o Portal *Web*, para disponibilizar ao cidadão informações sobre: a execução orçamentária e financeira; a remuneração de servidores; os processos em tramitação, bem como as respectivas consultas no sítio deste Tribunal. A disponibilização de informações foi iniciada com a consulta a dados sobre execução orçamentária e financeira do TCE/BA.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Processos Interno	**Garantir a divulgação dos resultados do controle externo.**	**(24) Divulgar/disponibilizar informações para a sociedade e órgãos públicos. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Aprovação da Resolução n.º 029/2012, de 05/06/2012, sobre o **encaminhamento da relação emitida, em conformidade com o cadastro de responsáveis com contas desaprovadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível deste TCE**, ao egrégio Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE/BA) e à Procuradoria Regional Eleitoral na Bahia. - Lançamento pelo TCE/BA, no dia 16/03/2010, dos livros "A Interação entre os Controles Interno e Externo: um estudo no âmbito estadual da Administração Pública brasileira" e "Jurisdição no Estado do Bem-estar e do Desenvolvimento". Esses livros integram o **Selo Aliomar Baleeiro**, instituído pelo TCE em 2003, com o objetivo de preservar e divulgar, especialmente para outras instituições de controle, trabalhos acadêmicos produzidos por seus servidores, constituindo-se nos números sete e oito do referido selo editorial. - Aprovação do **Novo Conselho Editorial do Selo Aliomar Baleeiro**, na sessão plenária do dia 02/08/2012, composto por três membros efetivos: Conselheiro Vice-presidente, Conselheiro Decano e o Superintendente Técnico. Para o biênio 2012-2013, o Conselho, que é responsável pela seleção dos trabalhos a serem publicados, contará com três servidoras indicadas em Ato publicado na edição do DOE de 03/08/2012. O Selo Editorial, instituído em 2003, por meio da Resolução n.º 84/2003, consolidado pela Resolução n.º 25/2005, tem o objetivo de preservar e divulgar a produção intelectual dos servidores do TCE/BA. Os interessados tiveram 45 dias (a contar do dia 03/08/2012) para realizar a inscrição dos trabalhos junto ao Protocolo Geral do TCE/BA. O prazo foi encerrado, em 17/09/2012, com seis trabalhos inscritos.
		(25) Aperfeiçoar o conteúdo do Boletim Informativo e redefinir a sua pauta e periodicidade.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	**Implantar novo modelo de gestão de pessoas.**	**(26) Realizar estudo-diagnóstico do quadro de pessoal. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Desenvolvimento de estudos com vistas à elaboração de **Termo de Referência** para a contratação de consultoria relacionada à revisão da política de gestão de pessoas do TCE/BA. - Participação de servidores do TCE/BA em encontros do **Grupo Temático de Gestão de Pessoas** (GGP) do PROMOEX, bem como em outros cursos/eventos externos versando sobre essa temática, para o intercâmbio de informações na área de pessoal. - Execução de processo licitatório, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), no 4º trimestre de 2011, objetivando a contratação de empresa de consultoria, para a **análise de políticas institucionais**, procedimentos e práticas para recrutamento, treinamento, promoção e melhoria organizacional (pessoal de auditoria). No 1º trimestre de 2012, foi apresentada proposta técnico-financeira. O Relatório de Avaliação Técnico-Financeira foi enviado ao BIRD em 03/04/2012 para não objeção, o que ocorreu em 04/04/2012. Assim, no dia 13/04/2012, o resultado da seleção foi homologado, sendo encaminhado o contrato negociado e rubricado para o Banco em 18/04/2012 para sua não objeção, sendo este firmado no dia 02/05/2012 e publicado em 10/05/2012. A primeira reunião presencial da empresa consultora com a equipe do Projeto se deu em 23/05/2012. - Realização de **reunião sobre o diagnóstico da área de Gestão de Pessoas no TCE/BA** realizada no dia 07/08/2012, na sala do Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo (CEICE). Os consultores contratados da Quântica, Empresa de Consultoria e Serviços apresentaram ao Presidente deste Tribunal, Cons. Zilton Rocha, e a uma equipe de coordenadores, gerentes e assessores, um breve cenário do quadro de pessoal do TCE/BA. No contexto desta atividade, faz-se relevante destacar a realização de uma **pesquisa de clima organizacional**, na qual foram recebidas respostas de 353 servidores, de um total de 596 senhas distribuídas, representando 59,23% de participação. **- Apresentação da Pesquisa de Clima Organizacional aos servidores do TCE/BA.** Foi apresentado aos servidores do TCE/BA, no dia 15/10/2012, o resultado da Pesquisa de Clima Organizacional realizada pela Quântica – Consultoria Organizacional. Na oportunidade, o consultor Ney Pereira Ville fez a análise da estrutura organizacional e apresentou o diagnóstico do Modelo de Gestão de Pessoas, ambos voltados para a Atividade Auditorial.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	**Implantar novo modelo de gestão de pessoas.**	**(26) Realizar estudo-diagnóstico do quadro de pessoal. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Realização de **debate sobre Gestão de Pessoas com o TCU**. O Secretário de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas da União (TCU), Fernando Silveira Camargo, em 30/07/2012, realizou visita técnica ao TCE/BA. Na oportunidade, apresentou o "**Projeto de Trajetória Profissional",** que se encontra em fase de estudos no TCU. O encontro serviu, principalmente, para ouvir as experiências de sucesso na gestão de pessoal do TCU, buscando caminhos para uma adequação à realidade da Corte de Contas baiana, que passa por um processo de reestruturação administrativa. - Projeto de ampliação do uso do **Sistema de Gestão Administrativa pelo TCE/BA**. No 4º trimestre de 2012, foram iniciados os trabalhos de mapeamento de dados de licença prêmio e funções para serem migrados, em 2013, de um antigo sistema utilizado pelo Tribunal, para o atual Sistema de Gestão Administrativa do TCE/BA. - Projeto de **atualização cadastral dos servidores**. Com o objetivo de atualizar e completar as informações cadastrais dos servidores e facilitar o acesso e a alteração de perfil nos Sistemas Corporativos do TCE/BA, foi iniciado, no 4º trimestre de 2012, o projeto de implementação de solução que permitirá ao próprio servidor a atualização de seus dados cadastrais. Essa solução será disponibilizada no Portal do Tribunal, dentro do "Espaço Servidor", e poderá ser acessada mediante autenticação do servidor no Portal. Foram realizadas reuniões com a Diretoria Administrativa e Financeira (DIRAF) e a Gerência de Recursos Humanos (GRH) para levantamento dos requisitos e o módulo de atualização cadastral já foi completamente homologado, com previsão de implantação na 1ª quinzena de janeiro/2013.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	**Implantar novo modelo de gestão de pessoas.**	**(27) Mapear competências organizacionais e profissionais. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Realização, no 4º trimestre de 2010, de **Monitoramento do Plano de Ação** da Auditoria de Gestão de Pessoal realizada em 2009 pela AUDIT. - Execução pela AUDIT, no 4º trimestre de 2011, da **Auditoria Operacional na Gestão de Pessoas e Programas de Capacitação** promovidos pelo Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo (CEICE), com o objetivo de verificar a adequação dessas políticas ao Plano Estratégico do TCE/BA (2010-2013). **- Início do processo para a disponibilização dos prontuários dos servidores na intranet.** No 1º trimestre de 2012, foram realizadas reuniões técnicas do CEDASC com a Gerência de Arquivo e Microfilmagem (GEARQ) do Tribunal, com o intuito de levantar e documentar os requisitos para definição da melhor solução tecnológica, a fim de disponibilizar a consulta dos prontuários dos servidores na intranet. Em tal levantamento, verificou-se a necessidade de atualização da atual ferramenta utilizada para indexação e consulta de documentos digitalizados e mantidos na GEARQ. Assim, estão sendo prospectadas, no mercado especializado, novas soluções para melhorar a disponibilização de tal serviço para os servidores do TCE/BA. **-** Continuação do **projeto de melhoria do uso do Sistema de Recursos Humanos do TCE/BA** contemplando, no 3º trimestre de 2012: implantação de nova versão do Sistema com a correção das certidões que envolvem tempo de serviço, contemplando os dados migrados do sistema legado; e o desenvolvimento de relatórios de previsão de férias e previsão de licença-prêmio.

Pessoas e Inovação	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
	Implantar novo modelo de gestão de pessoas.	**(28) Formular política de gestão de pessoas: implantar Plano de Carreira; e implantar controle adequado de pessoal, pertinente a ponto e lotação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Aprovação, mediante a Resolução n.º 68/2011, de **Anteprojeto de Lei sobre a reestruturação do Plano de Carreira** dos servidores do TCE/BA, com alterações à Lei Estadual n.º 7.879/2001.
		(29) Promover concurso público para preenchimento de vagas existentes. (Diretriz prioritária para 2013)
		- Dispensa nº 2, de 25 de junho de 2013 – O Conselho referendou a contratação dos serviços técnicos especializados para organização e a realização de concurso, tendo sido escolhida a Fundação Getúlio Vargas.
		(30) Aprimorar a Sistemática da Avaliação de Desempenho (gestão meritocrática). (Diretriz prioritária para 2013)

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	**Implantar novo modelo de gestão de pessoas.**	**(26) Realizar estudo-diagnóstico do quadro de pessoal. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Realização de **debate sobre Gestão de Pessoas com o TCU**. O Secretário de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas da União (TCU), Fernando Silveira Camargo, em 30/07/2012, realizou visita técnica ao TCE/BA. Na oportunidade, apresentou o "**Projeto de Trajetória Profissional",** que se encontra em fase de estudos no TCU. O encontro serviu, principalmente, para ouvir as experiências de sucesso na gestão de pessoal do TCU, buscando caminhos para uma adequação à realidade da Corte de Contas baiana, que passa por um processo de reestruturação administrativa. - Projeto de ampliação do uso do **Sistema de Gestão Administrativa pelo TCE/BA**. No 4º trimestre de 2012, foram iniciados os trabalhos de mapeamento de dados de licença prêmio e funções para serem migrados, em 2013, de um antigo sistema utilizado pelo Tribunal, para o atual Sistema de Gestão Administrativa do TCE/BA. - Projeto de **atualização cadastral dos servidores**. Com o objetivo de atualizar e completar as informações cadastrais dos servidores e facilitar o acesso e a alteração de perfil nos Sistemas Corporativos do TCE/BA, foi iniciado, no 4º trimestre de 2012, o projeto de implementação de solução que permitirá ao próprio servidor a atualização de seus dados cadastrais. Essa solução será disponibilizada no Portal do Tribunal, dentro do "Espaço Servidor", e poderá ser acessada mediante autenticação do servidor no Portal. Foram realizadas reuniões com a Diretoria Administrativa e Financeira (DIRAF) e a Gerência de Recursos Humanos (GRH) para levantamento dos requisitos e o módulo de atualização cadastral já foi completamente homologado, com previsão de implantação na 1ª quinzena de janeiro/2013.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	**Implantar novo modelo de gestão de pessoas.**	**(27) Mapear competências organizacionais e profissionais. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Realização, no 4º trimestre de 2010, de **Monitoramento do Plano de Ação** da Auditoria de Gestão de Pessoal realizada em 2009 pela AUDIT. - Execução pela AUDIT, no 4º trimestre de 2011, da **Auditoria Operacional na Gestão de Pessoas e Programas de Capacitação** promovidos pelo Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo (CEICE), com o objetivo de verificar a adequação dessas políticas ao Plano Estratégico do TCE/BA (2010-2013). **- Início do processo para a disponibilização dos prontuários dos servidores na intranet.** No 1º trimestre de 2012, foram realizadas reuniões técnicas do CEDASC com a Gerência de Arquivo e Microfilmagem (GEARQ) do Tribunal, com o intuito de levantar e documentar os requisitos para definição da melhor solução tecnológica, a fim de disponibilizar a consulta dos prontuários dos servidores na intranet. Em tal levantamento, verificou-se a necessidade de atualização da atual ferramenta utilizada para indexação e consulta de documentos digitalizados e mantidos na GEARQ. Assim, estão sendo prospectadas, no mercado especializado, novas soluções para melhorar a disponibilização de tal serviço para os servidores do TCE/BA. **-** Continuação do **projeto de melhoria do uso do Sistema de Recursos Humanos do TCE/BA** contemplando, no 3º trimestre de 2012: implantação de nova versão do Sistema com a correção das certidões que envolvem tempo de serviço, contemplando os dados migrados do sistema legado; e o desenvolvimento de relatórios de previsão de férias e previsão de licença-prêmio.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	**Implantar novo modelo de gestão de pessoas.**	**(28) Formular política de gestão de pessoas: implantar Plano de Carreira; e implantar controle adequado de pessoal, pertinente a ponto e lotação. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Aprovação, mediante a Resolução n.º 68/2011, de **Anteprojeto de Lei sobre a reestruturação do Plano de Carreira** dos servidores do TCE/BA, com alterações à Lei Estadual n.º 7.879/2001.
		(29) Promover concurso público para preenchimento de vagas existentes. (Diretriz prioritária para 2013)
		- Dispensa nº 2, de 25 de junho de 2013 – O Conselho referendou a contratação dos serviços técnicos especializados para organização e a realização de concurso, tendo sido escolhida a Fundação Getúlio Vargas.
		(30) Aprimorar a Sistemática da Avaliação de Desempenho (gestão meritocrática). (Diretriz prioritária para 2013)

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	**Implantar novo modelo de gestão de pessoas.**	**(31) Alinhar política de capacitação de pessoas com os objetivos estratégicos. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Realização de **Curso de Introdução à Auditoria Ambiental** (Módulo 2), integrante do projeto piloto para implantação do ambiente virtual de educação do Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo (CEICE), com a utilização da plataforma *Moodle*, no exercício de 2010. Apresentou dois objetivos distintos: capacitar servidores para a execução de auditorias com foco nos impactos ambientais decorrentes da gestão dos recursos públicos e difundir na instituição a metodologia de educação a distância. Este curso compreende o trabalho de um grupo de servidores da instituição que, desempenhando diferentes papéis – coordenador, conteudista, tutor e alunos –, participa do processo de implantação da educação a distância no TCE/BA, contando, ainda, com a colaboração de servidora do TCM/RJ, especialista em auditoria ambiental, que atuou no curso como conteudista. - Realização de Curso de Extensão sobre a Execução de Obras Rodoviárias e de Saneamento, aplicado a Auditoria, em 2010, desenvolvido em parceria com a Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o objetivo de promover a atualização de servidores que realizam auditorias em obras rodoviárias e de saneamento. Contou com a participação de dois especialistas do TCU que ministraram conteúdos específicos sobre aspectos críticos da auditoria em obras rodoviárias e de saneamento. Atendeu a um total de 19 profissionais, incluindo servidores do TCE/BA, do TCM/BA e da Auditoria Geral do Estado (AGE), tendo sido financiado com recursos do PROMOEX. - Realização do *Workshop* sobre Auditoria em Obras Públicas, em 2010, visando promover a avaliação da sistemática de auditoria em obras públicas adotada pelo TCE/BA, com vistas a colher insumos para a elaboração de uma proposta de aprimoramento dos trabalhos nessa área. Contou com a presença do Titular de uma das três Secretarias de Fiscalização de obras do TCU, que palestrou sobre a estrutura e o funcionamento das unidades que executam auditoria de obras naquele Órgão. Participaram do evento 53 pessoas, servidores que atuam na área de auditoria de obras, gerentes de auditoria, coordenadores de controle externo, assessores de Gabinetes e Conselheiros. - Realização de **Oficinas de Desenvolvimento Gerencial**, objetivando propiciar oportunidades de desenvolvimento profissional para os servidores que ocupam cargos gerenciais no TCE/BA, na área de controle externo, nos diferentes níveis hierárquicos. Foram capacitados 27 servidores em 2010 e 26, em 2011. - Realização de **Curso de Gerenciamento de Projetos pela Metodologia do PMI (*Project Management Institute*) e uso da ferramenta MS-Project** para 19 pessoas, em 2011, objetivando capacitar esses servidores, responsáveis pelo desenvolvimento e monitoramento do planejamento estratégico, planejamento operacional e projetos especiais.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	**Implantar novo modelo de gestão de pessoas.**	**(31) Alinhar política de capacitação de pessoas com os objetivos estratégicos. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Realização de **treinamento no Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA)**, que está sendo implantado no TCE/BA, objetivando apoiar as auditorias, com a implementação de uma nova sistemática de revisão, padronização e racionalização do processo de trabalho auditorial, constituindo a solução tecnológica para substituir o AUDIN. Foram capacitadas 13 turmas, com 55 servidores em 2010 e 118, em 2011. No 1º trimestre de 2012, foram treinados 35 servidores, distribuídos em três turmas. O treinamento foi realizado em parceria com o Comitê Gestor do Sistema e com o CEDASC. - Realização do **Curso de Planejamento de Auditoria** no TCE/BA, no âmbito do Projeto Fortalecimento da Auditoria Subnacional Brasileira (PROFORT), em agosto de 2011, que se destaca no plano operativo do Comitê de Capacitação Regional (CCR) da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS), tendo como público alvo 23 profissionais de auditoria do TCE/BA, bem como oito auditores dos Tribunais de Contas dos Estados de Pernambuco, Santa Catarina e Tocantins, parceiros do Projeto. O conteúdo programático abrangeu assuntos relacionados ao processo de planejamento de auditoria, contemplando o conhecimento da entidade auditada, a avaliação do controle interno, decisões de auditoria, memorando de planejamento, programas de auditoria, dentre outros temas, alternando teoria e casos práticos, aproveitando a experiência dos tribunais de contas participantes. Esse Curso foi ministrado por especialista da Controladoria Geral da República da Venezuela. **- Treinamento em SIMPAS Modular – Licitação**, realizado em parceria com a Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB), teve como objetivo capacitar os servidores para a utilização do Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços do Estado da Bahia (SIMPAS) como ferramenta auxiliar da atividade de auditoria. Foram treinados 41 servidores no 3º trimestre de 2011. - **Treinamento no ZWCAD.** O curso teve por objetivo capacitar engenheiros e arquitetos para utilização do ZWCAD 2D como ferramenta auxiliar nas auditorias de obras, proporcionando o desenvolvimento das habilidades necessárias para utilização de seus recursos. Foram inscritos 16 servidores, sendo que 14 concluíram o treinamento. - Realização do **Curso de Auditoria de Detecção de Fraudes com Ênfase no Setor Público,** com o objetivo de proporcionar aos treinandos o desenvolvimento de expertise para a detecção de fraudes e desvios na execução de contratos e convênios, na aquisição de bens e serviços e na realização de pagamentos. O curso teve a participação de 30 servidores, sendo 20 do TCE/BA e 10 de outros órgãos, assim distribuídos: 2 servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, 1 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, 2 da Controladoria Geral da União e 3 servidores da Auditoria da Polícia Militar da Bahia. - Implementação do **Projeto Novos Saberes**. O Projeto, inscrito no Plano Operacional, integra as ações de educação corporativa no âmbito deste TCE, com o objetivo de propiciar um espaço para a disseminação e o debate sobre temas da atualidade, favorecendo a reflexão acerca da contemporaneidade. Tem como marca a pluralidade no escopo temático e a diversidade na estratégia metodológica para abordagem dos assuntos. A primeira edição do projeto mobilizou 29 servidores para a palestra "Faça seu dinheiro trabalhar por você", proferida pelo engenheiro e consultor financeiro Gionanni Floridia. A segunda edição do projeto mobilizou 20 servidores para a palestra "Língua e Linguagem – da Gramática da Infância ao Mundo do Trabalho", proferida pelo jornalista Marcos Navarro, Assessor de Comunicação Social do TCE/BA, no Auditório Cons. Lafayette Pondé, na sede desta Corte de Contas, em 29/11/2012.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	**Implantar novo modelo de gestão de pessoas.**	**(31) Alinhar política de capacitação de pessoas com os objetivos estratégicos. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Realização do **Curso de Atualização em Contabilidade Aplicada ao Setor Público**, no período de 20 a 24/08/2012. O curso teve como objetivo proporcionar aos treinandos o conhecimento das mudanças que ocorreram na Contabilidade aplicada ao Setor Público, evidenciando uma visão prática referente aos aspectos patrimoniais, ao plano de contas e às demonstrações contábeis. Foram inscritos no curso 31 servidores das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs). No 4º trimestre de 2012, foi capacitada a segunda turma do Curso, com a participação de 25 servidores, sendo: 22 das Coordenadorias de Controle Externo (CCEs); 1 da Assessoria Técnico-Jurídica (ATEJ); e 2 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA). - Realização do **Curso de Auditoria Operacional Avançada com Ênfase na Avaliação de Políticas Públicas**, nos períodos de 20 a 24/08/2012 (Módulo I) e de 10 a 14/09/2012 (Módulo II). O curso teve como objetivo oportunizar aos treinandos o aprofundamento dos conhecimentos sobre princípios e práticas da auditoria operacional avançada com ênfase na avaliação de políticas públicas. Foram inscritos no curso 35 servidores, sendo 2 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO), 2 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), 1 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e 1 do Tribunal de Contas do Estado de Amazonas (TCE/AM). O curso está sendo realizado desde agosto/2012, distribuído em 6 Módulos. No 3º trimestre/2012, foram realizados os Módulos I e II. No 4º trimestre/2012, foram ministrados os Módulos III (Planejamento e Execução de Políticas Públicas), IV (Análise de Políticas Públicas e Avaliação de Programas Governamentais) , V (Métodos e Técnicas de Avaliação de Programas) e VI (Indicadores de Desempenho). - **Treinamento em Sistema Mirante.** Realizado em parceria com o Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC), foram treinadas 2 turmas, com um total de 21 servidores das CCEs, em outubro de 2012. Foram treinadas, também, 2 turmas com 17 servidores da Auditoria Geral do Estado (AGE)/Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ), em dezembro de 2012. - **Curso de Prestação de Contas de Convênios Administrativos.** Realizado em parceria com o Ministério Público de Contas (MPC), o Curso foi ministrado pelo Chefe de Gabinete do MPC, contando com a participação, no último dia, dos Procuradores do MPC do TCE/BA. Participaram do treinamento 36 servidores que atuam nas CCEs, de 12 a 14/11/2012.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	**Implantar novo modelo de gestão de pessoas.**	**(31) Alinhar política de capacitação de pessoas com os objetivos estratégicos. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Capacitação, na modalidade de Ensino a Distância (EaD), de: 1 servidor no curso de ***Formación a Distancia em Etica y Responsabilidad em el Servicio Publico***, de 27/08 a 30/11/2012, com 80h; 1 servidor no curso de **Aperfeiçoamento em Fiscalização do FUNDEB**, de 01/10/2012 a 21/10/2012, com 20h; e 2 servidores no curso de **Auditoria Governamental**, de 01/10/2012 a 31/11/2012, com 80 h. - Capacitação, no 3º trimestre de 2012, de servidores lotados na Gerência de Auditoria em Tecnologia da Informação (GATI) em **Auditoria Governamental e em uma ferramenta de visualização de associações, reonhecida por órgãos de inteligência**. - Participação de servidor da GATI no **13º Fórum Internacional de Software Livre (FISL)**, onde foram obtidas informações sobre soluções de *Business Intelligence* baseadas em *software* livre. - Capacitação em **Técnicas de Fundamentação/Evidenciação de Trabalhos Auditoriais: "Papéis de Trabalho".** O curso teve por objetivo capacitar os servidores para aplicar, de forma clara e eficaz, as técnicas de fundamentação/evidenciação de trabalhos auditoriais, no tocante a papéis de trabalho. Foram treinados 56 servidores lotados nas Coordenadorias de Controle Externo (CCEs), com a realização de duas turmas, no 1º trimestre de 2013. - **Requalificação no Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA), com enfoque no Gerenciamento de Auditoria.** O curso teve por objetivo analisar e compreender as funcionalidades do SGA, como recurso de otimização dos trabalhos auditoriais, com exemplificação demonstrativa no Sistema. Nessa ação, 67 servidores foram treinados em 3 turmas, no 1º trimestre de 2013. - **Requalificação no SGA, com enfoque na Execução de Auditoria.** O curso teve por objetivo analisar e compreender as funcionalidades do SGA, como recurso de otimização dos trabalhos auditoriais, com foco na execução de auditoria. Cinco turmas desse curso foram realizadas, sendo treinados 101 servidores, no 1º trimestre de 2013. - **Curso de Teoria Geral dos Processos dos Tribunais de Contas.** O curso teve por objetivo capacitar os participantes a atuarem nos processos de competência dos Tribunais de Contas, na condição de jurisdicionados, auditores, auditados, procuradores ou advogados, por meio do conhecimento acerca dos seus direitos e deveres processuais e das peculiaridades que envolvem a condução do processo pelo respectivo Tribunal de Contas. O mencionado curso contou com a participação de 50 servidores deste Tribunal, no 1º trimestre de 2013.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	**Implantar novo modelo de gestão de pessoas.**	**(31) Alinhar política de capacitação de pessoas com os objetivos estratégicos. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Execução do **Programa de Incentivo à Educação Superior do TCE/BA**. No exercício de 2010, encontravam-se em vigência nove bolsas de estudo, sendo uma de graduação (Administração de Empresas), cinco de especialização (Direito Público; Direito Ambiental e Gestão Estratégica da Sustentabilidade; Direito Previdenciário; Direito Tributário; MBA em Auditoria, Controladoria e Gestão Financeira) e três de mestrado (todas em Políticas Sociais e Cidadania). No 4º trimestre de 2011, estavam em vigor cinco bolsas de estudos, sendo três de especialização (Direito Previdenciário, com dois beneficiados; MBA em Auditoria, Controladoria e Gestão Financeira, com um beneficiado), uma de mestrado (Políticas Sociais e Cidadania) e uma de graduação (Psicologia). No período de 19 a 26/03/2012, foram abertas as inscrições para o Programa de Incentivo à Educação Superior, instituído pelo Ato n.º 085, de 22/03/2006. Cumprida a fase de inscrição, chegaram à Gerência de Desenvolvimento de Aperfeiçoamento Profissional (GEDAP) solicitações tanto para Graduação quanto para a Pós-Graduação. Seguindo o trâmite, o expediente foi encaminhado à Presidência, visando a apreciação final e, se for o caso, posterior autorização da concessão das bolsas de estudo. No 1º semestre de 2012, encontravam-se em vigência duas bolsas de estudos, sendo uma de graduação (em Psicologia) e uma de especialização (em Direito Previdenciário). No 3º trimestre de 2012, encontravam-se em vigência quatro bolsas de estudos, sendo uma de graduação (em Psicologia) e três de especialização (duas em Direito Previdenciário e uma de MBA em Auditoria, Controladoria e Gestão Financeira). No 4º trimestre de 2012, encontravam-se em vigência cinco bolsas de estudos, sendo uma de graduação (em Psicologia) e quatro de especialização (duas em Direito Previdenciário, uma de MBA em Auditoria, Controladoria e Gestão Financeira e uma em MBA em Gerenciamento de Projetos). Nos 1º e 2º trimestres de 2013, encontravam-se em vigência seis bolsas de estudos, sendo uma de graduação (em Psicologia) e cinco de especialização (duas em Direito Previdenciário, uma de MBA em Auditoria, Controladoria e Gestão Financeira, uma em MBA em Gerenciamento de Projetos e uma em MBA em Controladoria de Gestão de Negócios). - Celebração do Convênio n.º 02/2012, em 22/05/2012, objetivando incluir dois servidores em curso promovido pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), sobre **Direito de Infraestrutura Pública e Inclusão Social – Novas Tendências e Mecanismos para o Desenvolvimento**. O curso se estenderá até 2014. - Projeto Novos Saberes - O projeto tem com o objetivo de propiciar um espaço para a disseminação e o debate sobre temas da atualidade. A primeira edição de 2013 aconteceu no dia 20 de maio com o tema 'Faça o seu dinheiro trabalhar por você', com o palestrante e consultor financeiro Gionanni Floridia.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações	
Pessoas e Inovação	**Desenvolver competências profissionais e gerenciais.**	**(31) Alinhar política de capacitação de pessoas com os objetivos estratégicos. (Diretriz prioritária para 2013)**	
		- Participação de servidores do TCE/BA em diversos cursos e eventos externos, versando sobre temas relativos à administração pública e controle governamental, tais como: **Quadro 1 – Cursos e eventos externos de 2010 a 2013**	
		EVENTO	**INSTITUIÇÃO PROMOTORA**
		EXERCÍCIO DE 2010	
		Seminário PPP Américas 2010 "As Parcerias Públicas e Privadas (PPP) no Brasil e América Latina: Desafios e Perspectivas"	Banco Interamericano de Desenvolvimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Governo do Estado da Bahia; Banco do Nordeste do Brasil
		Gestão por Processos: Ferramenta para o Sincronismo Organizacional	Conexxões Educação Empresarial
		X Congresso Brasileiro de Direito do Estado	Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)
		5º Fórum Nacional Competências e Gestão para Resultados	Conexxões Educação Empresarial
		I Congresso Baiano de Engenharia Sanitária e Ambiental	Acqua Consultoria
		Curso de Auditoria Operacional (AOP Presencial)	Instituto Serzedello Corrêa (ISC)/TCU
		Seminário Nacional das Tendências do Controle e da Auditoria Governamental 2010	Fundação Médica e Educacional Prof. Teixeira (FUNTEX)
		I Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas	ATRICON; IRB; PROMOEX; TCE/MS
		Encontro de Capacitação em Gestão de Pessoas	Grupo Temático de Gestão de Pessoas/PROMOEX
		II Oficina de Capacitação em Planejamento Estratégico	Instituto Serzedello Corrêa (ISC)/TCU
		2º Fórum Nacional - Gestão por Processos no Setor Público	Conexxões Educação Empresarial
		Seminário Internacional "Sustentabilidade da Auditoria Operacional"	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Banco Interamericano de Desenvolvimento; PROMOEX
		II Encontro Técnico sobre Normas de Auditoria Aplicáveis ao Controle Externo	Instituto Rui Barbosa (IRB)
		Curso de Formação Geral para Controle dos Investimentos em Infraestrutura para a Copa 2014 – Auditorias de Obras; Fiscalização Ambiental; Controle de Parcerias Público-Privadas	Instituto Serzedello Corrêa (ISC)/TCU
		I Simpósio Internacional sobre Gestão Ambiental e Controle de Contas Públicas	Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE/AM)
		III Congresso Brasileiro de Direito Público	Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações	
Pessoas e Inovação	**Desenvolver competências profissionais e gerenciais.**	**EXERCÍCIO DE 2011**	
		EVENTO	**INSTITUIÇÃO PROMOTORA**
		IX Fórum Brasil de Administração	Múltipla – Difusão do Conhecimento
		Seminário Acompanhamento das Ações para Realização da Copa 2014	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia (CREA/BA)
		II Simpósio Internacional PwC: Inovação em Gestão Pública	Detail Eventos & Produção
		Gestão e Fiscalização de Contratos na Administração Pública	Consultoria e Treinamento Ltda. (CONSULTRE)
		XI Congresso Brasileiro de Direito do Estado	Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)
		Fórum Internacional de Direito Público & X Congresso Brasileiro de Direito Constitucional Aplicado	Múltipla – Difusão do Conhecimento
		Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas/Reunião de Trabalho do IBRAOP	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC)
		IX Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública	Fórum Cultural Organização de Eventos Ltda.
		Fórum Permanente de Gestão de Desempenho	Tribunal de Contas da União (TCU)
		6º Fórum Nacional Competências & Gestão para Resultados	Conexxões Educação Empresarial
		VII Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública	Fórum Cultural Organizacional de Evento Ltda.
		VII Congresso Brasileiro de Licitações, Contratos e Compras Governamentais	Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)
		Workshop Rh Métrica e Indicadores	Conexxões Educação Empresarial
		II Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas	ATRICON; IRB; PROMOEX; TCE/RJ
		II Encontro de Planejamento Estratégico dos Tribunais de Contas (PROMOEX)	ATRICON; IRB; MPOG; TCE/RS
		Encontro Nacional do Grupo de Atos de Pessoal (PROMOEX)	ATRICON; IRB; MPOG; TCE/RS
		EXERCÍCIO DE 2012	
		Treinamento Fiduciário Banco Mundial	Banco Mundial
		Workshop Acompanhamento de Concessões/PPPs: Gestão e Auditoria de Contratos	Secretaria da Fazenda, *World Bank Institute - International Finance Corporation* (IFC) e a Agência de Fomento do Estado da bahia (DESENBAHIA)
		16º Curso de Capacitação e Certificação em Ouvidoria	Associação Brasileira de Ouvidoria – Secção Santa Catarina e a OMD Soluções para Ouvidorias
		Contratações Específicas – Aspectos Polêmicos e Controvertidos	JAM Jurídica Editoração e Eventos Ltda.
		Fontes: CEICE e UEL do PROMOEX no TCE/BA.	

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações	
Pessoas e Inovação	**Desenvolver competências profissionais e gerenciais.**	**EXERCÍCIO DE 2012 (continuação)**	
		EVENTO	**INSTITUIÇÃO PROMOTORA**
		II Congresso Nacional de Gestão Pública (CONAGESP)	Academia Nacional de Gestão Pública
		Curso Completo de Capacitação em Pregão Presencial e Pregão Eletrônico	Vianna & Consultores Associados Ltda.
		Curso de Fitoterapia Funcional Avançada	VP – Consultoria Nutricional
		Gestão de Documentos Públicos	Consultoria e Treinamento Ltda. (CONSULTRE)
		V Seminário de Informação e Documentação Jurídica	Contempory Informática Ltda.
		XII Congresso Brasileiro de Direito do Estado	Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)
		I Encontro Nacional de Auditores de TI	Instituto Plácido Castelo (IPC)
		VII Congresso Brasileiro de Gerenciamento de Projetos	*Project Management Institute* (PMI)
		Seminário "Os Tribunais de Contas e a Lei de Acesso à Informação"	Instituto Rui Barbosa (IRB)/Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON)
		Formação de Multiplicadores em Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Demonstrativos Fiscais – Regional	Escola de Administração Fazendária (ESAF)
		Encontro Técnico Nacional de Auditoria de Obras Públicas	Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP)
		Fontes: CEICE e UEL do PROMOEX no TCE/BA.	

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações	
Pessoas e Inovação	**Desenvolver competências profissionais e gerenciais.**	**EXERCÍCIO DE 2012 (continuação)**	
		EVENTO	**INSTITUIÇÃO PROMOTORA**
		Responsabilização de Agentes Públicos e Privados perante os Tribunais de Contas, sob a Ótica do Auditor e do Auditado	JAM Jurídica Editoração e Eventos Ltda.
		Curso de Redação Oficial	Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB)
		1º Seminário Nacional de Redes Sociais e e-Gov para a Administração Pública	Centro de Estudos Temáticos de Administração Pública (CETEM)
		3º Congresso de Gestão Pública – Gestão Estratégica de Pessoas e Inteligência Pública	JML – Consultoria e Eventos
		O TCU sob a Ótica do seu Novo Regimento Interno	CVI – Cursos e Treinamentos Empresariais Ltda.
		VIII Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública e Fórum de Direito da Economia e Contratos Públicos	Fórum Cultural Organização de Eventos Ltda.
		Capacitação em Parcerias Público-Privadas (PPPs)	Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE)
		Encontro sobre Atividades de Inteligência de Controle Externo	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON); Insituto Rui Barbosa (IRB); Tribunal de Contas da União (TCU)
		VIII Congresso Brasileiro de Licitações, Contratos e Compras Governamentais	Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)
		2º Encontro Nacional do Grupo Temático de Atos de Pessoal (GAP) no âmbito dos Tribunais de Contas dos Estados	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e o Instituto de Contas do TCE/SC
		Capacitación en el Marcode Evaluación del Desempeño de las EFS	Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS)
		Fontes: CEICE e UEL do PROMOEX no TCE/BA.	

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações	
Pessoas e inovação	**Desenvolver competências profissionais e gerenciais.**	**EXERCÍCIO DE 2012 (continuação)**	
		EVENTO	**INSTITUIÇÃO PROMOTORA**
		3º Encontro Técnico de Educação Corporativa dos TCs: Impacto das Ações das Unidades de Educação Corporativa nos Resultados Institucionais dos Tribunais de Contas	Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR)/Grupo de Educação Corporativa (GEC)/PROMOEX
		Contratos Administrativos – Rescisão e Aplicação de Penalidades	Editora Casa 10 Ltda.
		Encontro Técnico Nacional "Os Desafios do Controle em Rede e os Riscos na Copa Do Mundo de 2014"	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG)
		Seminário "Controle das Políticas de Acessibilidade"	Tribunal de Contas da União (TCU)
		I Congresso Internacional de Direito do Estado	Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)
		Gestão em Protocolo e Cerimonial – Curso de Aperfeiçoamento	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Comunicação, Capacitação Profissional e Empresarial (IBRADEP)
		Curso de Redação Oficial	Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB)
		1ª Jornada de Ouvidores e Ouvidorias Públicas	Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região
		Visita Técnica ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e V Fórum Nacional de Bibliotecários e Arquivistas dos Tribunais de Contas	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC)
		Fontes: CEICE e UEL do PROMOEX no TCE/BA.	

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações	
Pessoas e Inovação	Desenvolver competências profissionais e gerenciais.	**EXERCÍCIO DE 2012 (continuação)**	
		EVENTO	**INSTITUIÇÃO PROMOTORA**
		Redação Oficial e o Novo Acordo Ortográfico	Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB)
		Encontro Nacional sobre Transparência e Controle Social: Perspectivas e Desafios	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG)
		JurisTCs – I Encontro Jurisprudência nos Tribunais de Contas	Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR)
		2° Encontro sobre o Módulo de Controle Externo do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)	Departamento de Economia da Saúde, Investimento e Desenvolvimento da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde
		XVI Congresso Internacional de Odontologia da Bahia	Associação Brasileira de Odontologia (ABO)
		Gestão em Protocolo e Cerimonial - Curso de Aperfeiçoamento	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Comunicação, Capacitação Profissional e Empresarial (IBRADEP)
		II Oficina de Gestão Estratégica e Gerenciamento de Projetos	Instituto Serzedello Corrêa (ISC)/ Tribunal de Contas da União (TCU); PROMOEX
		III Encontro Nacional dos Tribunais de Contas	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON); Instituto Rui Barbosa (IRB/); Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul (TCE/MS)
		XXVI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo	Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA)
		Fontes: CEICE e UEL do PROMOEX no TCE/BA.	

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações	
Pessoas e Inovação	Desenvolver competências profissionais e gerenciais.	**EXERCÍCIO DE 2012 (continuação)**	
		EVENTO	**INSTITUIÇÃO PROMOTORA**
		Processo nos Tribunais de Contas - Acusação, Defesa, Julgamento e Recursos	JAM Jurídica Editoração e Eventos Ltda.
		Redação Oficial e o Novo Acordo Ortográfico	Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB)
		2º Encontro Nacional sobre Execução das Decisões dos Tribunais de Contas	Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena
		Reunião Técnica do Grupo de Educação Corporativa PROMOEX/IRB	Instituto Rui Barbosa (IRB)
		V Congresso Brasileiro de Controle Público	Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)
		I *Workshop* sobre Protocolo e Cerimonial na Organização de Eventos/Integração entre as Fases	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Comunicação, Capacitação Profissional e Empresarial (IBRADEP)
		EXERCÍCIO DE 2013	
		Curso Integrando Exames Laboratoriais	Centro de Formação Profissional e Gestão Empresarial
		Curso de Auditoria Governamental – Modalidade Ensino à Distência	TCU-ISC/Grupo de Educação Corporativa IRB – PROMOEX
		Curso de Planejamento Estratégico	Innovia Training & Consulting
		16ª Conferência Anual de Auditoria Interna	IIR Informe Seminário Ltda
		XV SINAOP – Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas	Instituto Brasieleiro de Obras Públicas (IBRAOP)
		1º Simpósio Nacional de Auditoria da Parceria Público Privada (PPP): o Desafio de Controlar a Prestação de Serviços de Interesse Público	Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG)
		XIII Congresso Brasileiro de Direito do Estado	Instituto Brasileiro de Direito Público (IBDP)
		Educar Educador/ Educação 3.0 – A Escola do Futuro Chegou?	Futuro Congresso e Eventos Ltda. EPP
		Curso de Redação e Novo Acordo Ortográfico	Secretaria da Administração do Estado da Bahia (SAEB)
		Curso Sobre Gestão de Pessoas Orientado para Resultado na Administração Pública	Instituto PUBLIX

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e inovação	**Desenvolver cultura orientada a resultados.**	**(32) Consolidar o Sistema Integrado de Planejamento e Avaliação: alinhar Plano Estratégico, Diretrizes Anuais, Planos Operacionais Anuais e Avaliações de Desempenho. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- **Acompanhamento do Plano Estratégico 2010-2013** realizado a partir de 2011, mas de forma cumulativa, compreendendo as ações implementadas pelo TCE/BA desde o exercício de 2010 até o momento atual (2º trimestre de 2013). - **Elaboração das Diretrizes do TCE/BA para o biênio 2012-2013.** A Presidência do TCE/BA realizou, a partir de janeiro de 2012, uma série de encontros com os servidores da Casa com o propósito de discutir as linhas gerais que nortearão a gestão do biênio 2012-2013. Os encontros foram realizados de forma setorial, com vistas a possibilitar uma interlocução mais objetiva e direta com cada área estratégica do Tribunal. No dia 24/01/2012, no Auditório da União dos Municípios da Bahia (UPB), o Presidente do TCE/BA, Cons. Zilton Rocha, reuniu-se com cerca de 300 servidores da atividade controladora, momento em que enfatizou a necessidade de otimizar a gestão de pessoas, de fortalecer a comunicação com o público interno e externo, bem como de promover uma maior divulgação das ações do TCE/BA junto à sociedade. De forma sequencial e complementar, foram realizados encontros do Presidente e sua equipe com as Coordenadorias de Controle Externo (iniciando-se as oficinas de Trilhas de Auditoria, que subsidiarão o planejamento das auditorias) e com os servidores vinculados à Secretaria Geral, à Diretoria Administrativa e Financeira, à Superintendência Técnica, ao Centro de Treinamento e Estudos Interdisciplinares para o Controle Externo, à Coordenadoria de Projetos Especiais, à Ouvidoria, à Assessoria Técnico-Jurídica, à Assessoria de Comunicação, à Corregedoria, ao Ministério Público Especial e ao CEDASC.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	**Desenvolver cultura orientada a resultados.**	**(32) Consolidar o Sistema Integrado de Planejamento e Avaliação: alinhar Plano Estratégico, Diretrizes Anuais, Planos Operacionais Anuais e Avaliações de Desempenho. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Implementação de ações visando à consolidação do Plano Operacional Anual, referente ao exercício de 2012, contemplando as metas consignadas por todas as unidades do TCE/BA e do CEDASC no Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP), conforme as diretrizes estabelecidas no **Plano de Diretrizes, aprovado mediante a Resolução n.º 092/2011**. - Aprovação da **Resolução n.º 038/2012, de 26/06/2012**, sobre o **Plano Operacional do Tribunal** de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) e do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para a Auditoria (CEDASC), **para o exercício de 2012**. - Monitoramento de metas do Plano Operacional Anual, referente ao exercício de 2012 para as unidades do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) e do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC), com a elaboração do "Relatório de Monitoramento", referente ao 1º semestre de 2012. - Aprovação da **Resolução n.º 082/2012, de 30/10/2012, sobre o Plano de Diretrizes do Tribunal de Contas do Estado da Bahia para o exercício de 2013**. - **Consolidação do Plano Operacional Anual, referente ao exercício de 2013**, contemplando as metas consignadas pelas unidades técnico-administrativas do TCE/BA e do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria (CEDASC) no Sistema de Gerenciamento da Programação (SGP), conforme as diretrizes estabelecidas no Plano de Diretrizes, aprovado mediante a Resolução n.º 082/2012. - Conclusão da elaboração do relatório consolidado da avaliação de desempenho institucional, da equipe de trabalho e individual do exercício de 2012, com apuração dos pontos de produtividade para efeito de pagamento da Parcela Variável pelo Exercício do Controle Externo (PVECE), devida a partir de abril de 2013. - Início do processo de monitoramento de metas do Plano Operacional Anual, referente ao exercício de 2013, aprovado mediante Ato da Presidência n.º 061/2013.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Pessoas e Inovação	**Desenvolver cultura orientada a resultados.**	**(33) Realizar diagnóstico organizacional. (Diretriz prioritária para 2013)**
		Elaboração, durante os 1º e 2º trimestres de 2013, do Termo de Referência da primeira contratação a ser realizada pelo TCE/BA, no âmbito do SWAp Bahia, referente ao projeto de divulgação da Rede de Controle, tendo sido envidados esforços junto a representantes das instituições que a compõem de forma a obter autorização para divulgá-las. Foi ainda elaborado Termo de Referência para a contratação de profissional que especificará o TOR de empresa a ser contratada para desenvolver o Plano de Desenvolvimento Organizacional, integrante desse Programa.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Orçamento e Estrutura	**Racionalizar e otimizar a utilização de recursos.**	**(34) Desenvolver política de redução de gastos. (Diretriz prioritária para 2013)** - Elaboração de projetos objetivando o **uso otimizado dos recursos computacionais e de energia elétrica** e a disseminação dessas iniciativas, alinhados à tendência mundial, contribuindo com a preservação do meio ambiente. Em 2010, por exemplo, foi adquirido e implantado um software que permite gerenciar todo o parque de impressoras, através da emissão de relatórios com número de páginas impressas por usuário, por impressora, por setor, por período de tempo, dentre outros. Tais informações permitirão a tomada de decisão para otimizar o uso dos equipamentos e dos suprimentos de informática, subsidiando a implementação de campanhas educativas, objetivando incentivar a sustentabilidade e a economia no uso desses recursos computacionais, conforme estabelecido no Ato n.º 387/2010, da Presidência do TCE/BA. - Elaboração de projeto, em 2011, para a **racionalização do uso dos equipamentos e suprimentos de tecnologia da informação**. No 1º trimestre de 2012, o resultado desse trabalho foi encaminhado à Presidência do TCE/BA que, determinou ao CEDASC e à Diretoria Administrativa e Financeira (DIRAF), a ampliação dos estudos, no sentido de se promover uma redistribuição física dos equipamentos de impressão, considerando o quantitativo de servidores, por unidade técnica e administrativa, natureza dos trabalhos e volume de impressões. Nesse sentido, o CEDASC realizou internamente a redistribuição e a diminuição do quantitativo desses equipamentos em seus diversos setores, resultando na redução das impressoras instaladas de 10 para 5, sem prejuízo para as atividades da Autarquia. - **Normatização de adiantamentos**, com encaminhamento de orientações aos usuários, visando facilitar a formalização das prestações de contas dos recursos recebidos, e, assim, evitar ações de retrabalho para a realização de correções, inclusive com implantação de formulário de conciliação bancária com orientações sobre seu preenchimento.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Orçamento e Estrutura	**Racionalizar e otimizar a utilização de recursos.**	**(34) Desenvolver política de redução de gastos. (Diretriz prioritária para 2013)** - Orientações aos recebedores de **diárias para viagem**, com vistas a facilitar a formalização das prestações de contas dos recursos recebidos, e, assim, evitar ações de retrabalho para a realização de correções. - Início do projeto de implantação do **sistema de gestão de diárias**. No 2º trimestre de 2012, foram realizadas reuniões para entendimento do fluxo completo de gestão de diárias, da solicitação pela Unidade até a comprovação pelo servidor. Foram produzidos os casos de uso com a especificação e regras de negócio de cada fase do fluxo de diárias, objetivando o desenvolvimento de sistema com o objetivo de automatizar o processo de solicitação, processamento e comprovação de diárias. Após levantamento inicial de requisitos, foi iniciado, no 1º trimestre de 2013, o desenvolvimento do Sistema de Solicitação, Concessão e Comprovação de Diárias do TCE/BA, destinado ao gerenciamento de todo o fluxo de processamento de diárias para servidores no Tribunal. - Elaboração de formulários para serem utilizados no **controle dos gastos com combustível e reparos de veículos**, o que facilitou os procedimentos de conferência e liquidação dos respectivos pagamentos; - Acompanhamento dos processos de **contratação de serviços ou renovação de contratos existentes**, analisando-se a propriedade dos valores apresentados, bem como outros detalhes relativos à contratação, como prazo de vigência, especificação dos serviços etc. - Acompanhamento de **processos licitatórios**, objetivando que fossem sempre contratadas as empresas que apresentassem os melhores preços, em conformidade com as especificações exigidas, e fazendo as devidas reservas orçamentárias para a apropriação das despesas. - Acompanhamento dos **gastos com adiantamentos**, objetivando redirecionar as compras continuadas para aquisição através de licitação, otimizando sua movimentação e registro.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Orçamento e Estrutura	Racionalizar e otimizar a utilização de recursos.	**(35) Implantar Sistema de Gestão de Custos.**

	Alinhar a estrutura à estratégia da Organização.	**Diretrizes/Principais Ações**
		(36) Promover o alinhamento da estrutura organizacional com os objetivos estratégicos. (Diretriz prioritária para 2013)
		- Realização de **concurso público** de provas e títulos para o cargo de Procurador do **Ministério Público Especial junto ao TCE/BA**, cujo resultado final foi homologado pelo Edital n.º 14/2011, publicado no DOE de 18/01/2011. Os três primeiros Procuradores foram nomeados e empossados em fevereiro de 2011, dando início ao desempenho de suas atividades, na forma da Lei Estadual n.º 10.547/2006 e suas posteriores alterações. Em 29/07/2011 foi nomeada mais uma candidata aprovada no referido Concurso Público. Assim, o quadro do Ministério Público de Contas passou a ser composto por quatro Procuradores. - **Acompanhamento da implementação do Plano Estratégico 2010-2013**, com apresentação de documentos específicos a título de insumos para os processos de discussão e aprovação dos Planos de Diretrizes para os exercícios de 2011 e 2012. - Introdução ao **processo de elaboração do Plano Operacional** de mecanismos destinados a assegurar que o programa de trabalho (metas e produtos) das unidades deste TCE/BA reflita, no seu conjunto, os rumos ditados pelo Plenário através do Plano de Diretrizes. - Elaboração do **planejamento do CEDASC (2011-2013)**, baseado na metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), aderente ao Plano Estratégico do TCE/BA (2010-2013). No Plano do CEDASC estão apresentados os objetivos e diretrizes estratégicas e respectivos indicadores de desempenho. A versão definitiva deste Plano (2011-2013) foi submetida ao Conselho de Administração e Fiscalização da Autarquia, em reunião extraordinária realizada em 31/01/2011, que o aprovou, à unanimidade, mediante a Resolução n.º 01/2011.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Orçamento e Estrutura	**Alinhar a estrutura à estratégia da Organização.**	**(36) Promover o alinhamento da estrutura organizacional com os objetivos estratégicos. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Implementação, no 2º semestre de 2010, de diversas **melhorias no *Datacenter***, no que diz respeito à infraestrutura física, refrigeração do ambiente, redimensionamento da carga de energia e reorganização da rede lógica. Além dessas ações, o CEDASC contratou empresa especializada que elaborou projeto para instalação de um grupo gerador para alimentar os ativos de rede do *Datacenter*, em caso de descontinuidade no fornecimento de energia elétrica. Em 2010, foram configurados equipamentos adquiridos e entregues em dezembro de 2009 (quatro novos servidores com 12 núcleos de processamento cada, com *software* de virtualização), visando atender às demandas resultantes da implantação de novos sistemas e da ampliação da capacidade de processamento do *Datacenter*. Em 2010, foi realizada, ainda, a migração de boa parte do ambiente de produção para este novo ambiente. - Ampliação da **capacidade de processamento e armazenamento do *Datacenter***, no 3º trimestre de 2011, com: o andamento do processo de aquisição de servidores de rede de alto desempenho, para aumentar a capacidade de processamento do *Datacenter*. Essa ampliação visa atender à crescente demanda por processamento, incluindo o tratamento de bases de dados oriundas de convênios com outras entidades da administração pública; a aquisição de unidades de *upgrade* da solução de armazenamento de dados, utilizada para consolidar, em um único ambiente, as informações armazenadas nos diversos servidores de rede, facilitando o gerenciamento e aumentando a confiabilidade e a disponibilidade no acesso às informações. No 4º trimestre de 2012, foi realizada a aquisição de solução de armazenamento de dados e de cópia de segurança. A aquisição dessa solução visou ampliar a capacidade de armazenamento e dar maior segurança às cópias de segurança (*backups*) das informações do TCE/BA. Os equipamentos foram entregues no mês de novembro/2012. Previamente, foi realizado um treinamento com a equipe técnica do CEDASC responsável pela administração da solução. Os equipamentos encontram-se em fase final de testes.

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Orçamento e Estrutura	**Alinhar a estrutura à estratégia da Organização.**	**(36) Promover o alinhamento da estrutura organizacional com os objetivos estratégicos. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Execução de ações visando à **reestruturação da rede lógica do TCE/BA**. No 3º trimestre de 2011, foi realizada a licitação para aquisição de novos ativos, objetivando a interligação entre os centros de fiação, distribuídos pelos quatros pavimentos das instalações físicas do Tribunal e os servidores de rede, assim como de *software* específico para gerenciar o novo ambiente. Acrescente-se que para a consecução desse Projeto também foi necessária a troca de todo o cabeamento lógico que permitirá que essas conexões (fibras óticas e cabeamento) atendam aos requisitos técnicos para a melhoria do desempenho da rede. - **Ampliação de capacidade do dispositivo de conexão de rede**. Na época de sua aquisição, o dispositivo de conexão de grandes redes (*switch core)* foi especificado de forma a ser possível a instalação de placas de expansão adicionais, em caso de necessidade de ampliação do número de conexões. Visando ampliar a capacidade operacional da rede do TCE/BA, bem como preparar a infraestrutura do *datacenter* para a instalação dos novos equipamentos (rede sem fio e *storages* de *backup*), tornou-se necessário realizar a ampliação do *switch core*, através da aquisição de novos componentes por processo licitatório. A ampliação foi concluída no final do 4º trimestre de 2012. - Aquisição de **solução de rede sem fio**. Dando continuidade ao processo de modernização da rede do TCE/BA, iniciado em 2011, foi concluída a elaboração de Termo de Referência para aquisição de solução de rede sem fio, incluindo equipamentos, *software* de gerenciamento e treinamento na administração do ambiente. A licitação foi realizada em setembro/2012 e homologada no início de outubro/2012. No período, foi instalada a infraestrutura de pontos lógicos, possibilitando a ligação dos pontos de acesso nos quatro pavimentos do TCE/BA que terão cobertura de sinal da rede sem fio. - Implementação, utilizando o *software* especilizado, um **laboratório virtual que permitirá a verificação automática de cópias de segurança**. Além disso, foi implementada a funcionalidade que torna possível a realização de testes de atualização de sistemas de maneira isolada do ambiente de produção, utilizando para isso laboratórios virtuais montados com cópias de segurança já realizadas anteriormente. **-** Realização, no biênio 2010-2011, de **investimentos em infraestrutura de tecnologia da informação**, a fim de dar suporte aos sistemas e serviços corporativos de rede do TCE/BA e melhorar a disponibilidade dos recursos computacionais para os usuários, no montante de R$1.045.553,56. Além disso, foram realizados investimentos na renovação do parque de computadores, *notebooks* e impressoras utilizados pelos servidores, no valor total de R$579.148,68. Em relação às aquisições de *softwares*, foi aplicado, ainda, o montante de R$137.204,88, para o licenciamento, principalmente, de *software* para gerenciamento da rede do TCE/BA e aquisição de licenças para suportar o Sistema Secretaria Geral Informatizada (SEGIN).

	Objetivos Estratégicos	Diretrizes/Principais Ações
Orçamento e Estrutura	**Alinhar a estrutura à estratégia da Organização.**	**(36) Promover o alinhamento da estrutura organizacional com os objetivos estratégicos. (Diretriz prioritária para 2013)**
		- Modernização do **sistema de refrigeração** do TCE/BA. Até o 1º semestre de 2011, dos 188 aparelhos existentes, 63 foram substituídos (33,5% do total). - Modernização da **frota de veículos** do TCE/BA. Até o 1º semestre de 2011, dos 31 veículos existentes, 11 foram substituídos (35,5% do total). - Desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento de Frotas. No 4º trimestre de 2012, foi iniciado o desenvolvimento do **Sistema de Gerenciamento de Frotas (SISFrota)** do TCE/BA, que permitirá uma gestão automatizada das despesas de abastecimento e manutenção dos veículos pertencentes à frota do Tribunal, além do armazenamento de informações sobre esses veículos, motoristas e contratos de fornecimento de combustível. No final de março/2013, houve a apresentação da versão preliminar do SISFrota. O SISFrota foi homologado pelas áreas competentes do Tribunal. Durante a homologação, foram solicitados pequenos ajustes para melhorar alguns aspectos operacionais da solução. Após a implantação do novo Sistema, será desenvolvido um novo serviço no Portal que permitirá a solicitação de veículos remotamente, sem qualquer perda de integração com o SISFrota. - **Ampliação do estacionamento e reforma de vigas** do prédio-sede do TCE/BA no biênio 2010-2011. - Conclusão do **projeto arquitetônico e seus complementares** com vistas à **construção do prédio anexo**. O TCE/BA já disponibilizou, orçamentariamente, à Superintendência de Construções Administrativas da Bahia (SUCAB), todo o valor sob sua responsabilidade (50% do total da obra, tendo em vista que a outra metade cabe ao TCM/BA). Encontra-se em curso a etapa de viabilização de licenças ambientais, da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA), Empresa de Limpeza Urbana do Salvador (LIMPURB) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). - Em abril/2013, pelo PROMOEX, foi realizada licitação para aquisição de 80 (oitenta) computadores tipo *desktop*. Os equipamentos foram entregues em maio/2013. No segundo trimestre de 2013, também pelo PROMOEX, foram entregues 159 títulos, adquiridos através da Comparação de Preços nº 01/2013, destinados a atualização do acervo bibliográfico da Biblioteca do TCE-BA.
		(37) Reestruturar a área responsável por gestão de pessoas e criar órgão de planejamento (Diretriz prioritária para 2013)
		----------
		(38) Rever o funcionamento e composição do Comitê de Auditoria.